



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM POLÍTICAS
PÚBLICAS, DESENVOLVIMENTO E ESTRATÉGIA**

ADRIANA DE ANDRADE MESQUITA

**PROTEÇÃO SOCIAL NA ALTA VULNERABILIDADE:
o caso das famílias monoparentais femininas**

**RIO DE JANEIRO
2012**

ADRIANA DE ANDRADE MESQUITA

**PROTEÇÃO SOCIAL NA ALTA VULNERABILIDADE:
o caso das famílias monoparentais femininas**

Tese apresentada ao Corpo Docente do Instituto de Economia da Universidade Federal do Rio de Janeiro como parte dos requisitos necessários à obtenção do título de DOUTOR em Ciências, em Políticas Públicas Estratégicas e Desenvolvimento.

Aprovada em: ___/___/_____.

Dra. Ana Célia Castro (Orientadora) – UFRJ

Dra. Rita de Cássia dos S. Freitas – UFF

Dra. Mônica Desiderio – UFRJ

Dra. Carla Cristina Lima Almeida – UERJ

Dra. Mônica de Castro Maia Senna – UFF

Dra. Nívea Barros Valença – UFF

FICHA CATALOGRÁFICA

M582 Mesquita, Adriana de Andrade.
Proteção social na alta vulnerabilidade : o caso das famílias monoparentais femininas / Adriana de Andrade Mesquita. -- Rio de Janeiro, 2012.
219 f. ; 31 cm.

Orientador: Ana Célia Castro.
Tese (doutorado) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Instituto de Economia, Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas, Estratégias e Desenvolvimento, 2012.
Bibliografia: f. 206-213.

1. Proteção social. 2. Famílias monoparentais. 3. Vulnerabilidade social. 4. Políticas públicas. I. Castro, Ana Célia. II. Universidade Federal do Rio de Janeiro. Instituto de Economia. III. Título.

RESUMO

A presente tese de doutorado “Proteção Social na Alta Vulnerabilidade: o caso das famílias monoparentais femininas” tem como objetivo central analisar os mecanismos de proteção social utilizados pelas famílias monoparentais femininas brasileiras em situação de vulnerabilidade social. Assim sendo, para alcance de nosso objetivo, realizamos um estudo de caso com 20 famílias monoparentais femininas de comunidades carentes do Estado do Rio de Janeiro, Campos Elíseos/Duque de Caxias e Sampaio/Complexo do Lins. Optamos pelo estudo em duas comunidades distintas visando à composição de uma amostra que nos leve a identificar e conhecer quais os mecanismos de proteção social que são mais acessados por essas famílias a partir de contextos e realidades diferenciadas. Acreditamos que esses arranjos familiares estão entre os que se encontram em situação de maior vulnerabilidade social, principalmente nas camadas empobrecidas, por isso são consideradas como altamente vulneráveis. Trata-se de famílias que estão muito mais propensas à situações de riscos e incertezas e, geralmente, isso se dá por acessarem um sistema precário de proteção social. Desse modo, são levadas a construir uma rede de mecanismos de proteção social, tanto na esfera privada quanto na pública, como forma de sobrevivência ou resistência à situação de vulnerabilidade social em que se encontram. Para fins dessa tese, entendemos o termo proteção social como o desenvolvimento de um conjunto de ações preventivas que buscam evitar situações de privações ou perda do bem estar dos indivíduos, das famílias, das comunidades que se encontram em situação de risco social ou fora dela. São mecanismos construídos historicamente tanto na esfera privada como na esfera pública, contribuindo para a sobrevivência, proteção, integração e solidariedade de uma dada sociedade. Diante do estudo realizado, consideramos que este trabalho pretende contribuir para uma intervenção qualificada e comprometida com as camadas mais vulneráveis de nossa sociedade e, portanto, dirige-se aos estudiosos, profissionais das diversas áreas do conhecimento, bem como aos formuladores, implementadores e gestores das políticas públicas na área social. Tal postura possibilita evitar que se deixe a cargo do privado, da esfera doméstica, da família – principalmente das mulheres, a responsabilidade pela promoção de cuidados e bem-estar de seus membros, para buscar a efetiva universalização dos direitos cidadãos por meio do Estado.

Palavras-chave: Proteção social, famílias monoparentais femininas, vulnerabilidade social, políticas públicas.

ABSTRACT

This doctoral thesis "Social Protection in High Vulnerability: the case of female lone parents" aims to analyze the central social protection mechanisms used by Brazilian female lone parents in social vulnerability. Therefore, to reach our goal, we conducted a case study with 20 female single-parent families in poor communities of the Rio de Janeiro State, Campos Elíseos / Duque de Caxias and Sampaio / Complexo do Lins. We chose to study in two different communities seeking the composition of a sample that leads us to identify and understand the mechanisms of social protection that are more accessible to these families from different contexts and realities. We believe that these family arrangements are among those who are most vulnerable in society, especially in impoverished layers, so they are considered as highly vulnerable. These are families that are much more prone to situations of risks and uncertainties and usually it occurs by accessing a precarious system of social protection. Thus, they are taken to build a network of social protection mechanisms, both in private and in public, as a means of survival and resistance to socially vulnerable where they are. For purposes of this thesis, we understand the term social protection as the development of a set of preventive actions that seek to avoid situations of hardship or loss of well-being of individuals, families, communities who are at social risk or outside. Mechanisms are historically constructed both in private as in public, contributing to the survival, protection, integration and solidarity in a given society. Before the study, we believe that this work aims to contribute to an intervention qualified and committed to the most vulnerable in our society and therefore is aimed at scholars, professionals from different fields of knowledge, as well as policymakers, implementers and managers public policies in the social area. This posture allows avoid that leave in charge of the private sphere of the home, the family - especially women, the responsibility for the care and promotion of the welfare of its members, to seek effective universal rights of citizens by the state.

Keywords: social protection, female lone parents, social vulnerability, public policies.

Aos meus grandes amores, Junior e Pedro, por todo
companheirismo, compreensão e apoio neste
momento especial de minha vida.

A minha mãe e pai (sempre na minha memória). Aos
meus queridos e estimados irmãos e sobrinha.

À todas as mulheres que compartilharam comigo um
pouco de seus cotidianos e histórias de vida.

Às minhas queridas e sempre presentes orientadoras
Ana Célia Castro e Rita de Cássia Freitas.

AGRADECIMENTOS

Ao Junior e ao Pedro por tudo. São muitos os motivos que me levam a agradecer e não teria espaço para expressar aqui. Afinal, foram mais de quatro anos de muita dedicação, alegrias, compreensão, amor, ausência, esforço, tristezas, desânimos, entre outras coisas. Vocês foram os que mais “sofreram” comigo e mesmo assim continuam ao meu lado. “Pepe”, filho amado, eu espero que você possa me perdoar por tantas ausências em sua vida, principalmente nesses seus primeiros três anos de idade. Amo vocês!

À minha família, amigos e rede social, sem os quais eu não poderia ter escrito esta tese, pelo carinho e amor de sempre. Aos meus pais, irmãos, cunhados, sobrinha, Lu, Meire, Myrla, Cenira, vovó Ana, vovô Neto, vovó Rita, vovô Léo, vovó Iracema, vovó Celma, vovô Sr. Joel, dona Maria, Luzia, tia Ray, tia Andréa, Elizete, Claudio e Ana Clara.

Um agradecimento mais do que especial ao meu pai. Que pena, pai, não poder contar com sua presença! Em boa parte de meus melhores momentos de vida (formatura de ensino médio, da graduação, do meu mestrado) contei com seu semblante alegre. Parecia que nunca o tinha visto tão feliz. Este momento está sendo contraditório, apesar da grande alegria que sinto ao terminar mais uma grande conquista em minha vida, estou extremamente triste por não poder compartilhar com você e vê-lo me assistindo. Acho que muitas coisas são injustas nessa vida, e a sua “partida” é uma delas.

Às mais que queridas orientadoras Ana Célia Castro e Rita de Cássia dos S. Freitas, pelo companheirismo, atenção, presença, comentários, sugestões, ao longo desses anos que permitiram a construção de minha tese. À Mônica Desiderio que gentilmente contribuiu com uma leitura crítica e ponderações importantes na revisão e organização final deste trabalho.

Às queridas professoras Dra. Carla Cristina Lima Almeida (UERJ), Dra. Raquel Soihet, Dra. Mônica de Castro Maia Senna (UFF) e Dra. Nívea Barros Valença (UFF), pela participação em minha banca de defesa e por toda contribuição a ser dada.

A todos os professores e alunos do curso de Serviço Social da Universidade Federal Fluminense e da Universidade Veiga de Almeida, por todo companheirismo, compreensão e atenção.

Aos amigos da Visão Mundial que me apoiaram durante a fase inicial de meu doutorado.

À Guiomar e ao Julinho por todo o apoio e contribuição durante minha ida a campo. Só pude fazer todo o trabalho de campo por causa da disponibilidade e presença de vocês.

“É difícil, né? Mas tem que cuidar. Se eu não cuidar, quem vai cuidar?... Fazer o que?” (OPALA, 29 ANOS, MÃE DE 7 FILHOS, DESEMPREGADA).

“É tipo, o famoso ser mãe é padecer no paraíso, né? Eu acho assim, numa separação quem realmente fica é a mãe... eu sofro ali, mas com eles embaixo de mim. Eu não abro mão deles pra fazer nada”. (AMETISTA, 35 ANOS, 2 FILHOS, AUTÔNOMA).

“Ah! É uma dificuldade, muito grande. Uma luta constante. Uma mulher que vive sozinha, pra custear uma casa, né?... É difícil, é difícil. Tem que ter muita coragem mesmo”. (JADE, 44 ANOS, 2 FILHOS, EMPREGADA).

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Gasto Social Federal, no período de 2000 a 2009.	64
Tabela 2 – Valor Total dos Benefícios (PBF e BPC – deficiente e idoso), no período de 2004 a 2011.	65
Tabela 3 – Número de Beneficiários dos Programas BF e BPC – deficiente e idoso, no período de 2004 a 2011.	66
Tabela 4 – Números de pessoas extremamente pobres e pobres no Brasil, no período de 1999 e 2009.	67
Tabela 5 – Taxa de fecundidade, segundo as grandes regiões – 1940/2010.	90
Tabela 6 – Taxa de fecundidade, segundo América Latina e Caribe, América do Norte, África, Europa e Oceania – 2010.	92
Tabela 7 – Número de componentes de uma família, Brasil – 1991/2000/2010.	93
Tabela 8 – Distribuição das famílias com parentesco, segundo o tipo de família – Brasil – 1991/2000/2010.	94
Tabela 9 – Famílias monoparentais, total e por sexo dos responsáveis, Brasil – 1991/2000/2010.	97
Tabela 10 – Famílias residentes em domicílio particulares, segundo o sexo das pessoas responsáveis pelas famílias, Brasil – 1991/2000/2010.	98
Tabela 11 – Famílias monoparentais únicas e conviventes principais, por classes de rendimento nominal per capita, segundo o sexo do responsável pelo domicílio Brasil – 2010.	99

LISTA DE SIGLAS

BPC	Benefício de Prestação Continuada
CADÚNICO	Cadastro Único Dos Programas Sociais Do Governo Federal
CF	Constituição Federal de 1988
CNAS	Conselho Nacional de Assistência Social
LOAS	Lei Orgânica da Assistência Social
MDS	Ministério do Desenvolvimento Social e Combate À Fome
NOB/SUAS	Norma Operacional Básica do Sistema Único da Assistência Social
PDA	Programa de Desenvolvimento de Área
PNAS	Política Nacional da Assistência Social
PETI	Programa de Erradicação do Trabalho Infantil
PIB	Produto Interno Bruto
PBF	Programa Bolsa Família
PETI	Programa de Erradicação do Trabalho Infantil
PGRM	Programa de Garantia de Renda Mínima
PGRFM	Programa de Garantia de Renda Familiar Mínima
SCFV	Serviços de Convivência e Fortalecimento de Vínculos
SUAS	Sistema Único de Assistência Social

SUMÁRIO

	INTRODUÇÃO	13
1	PROTEÇÃO SOCIAL E FAMÍLIAS – UMA RELAÇÃO HISTÓRICA	21
1.1	PONTO DE PARTIDA – DEFININDO O TERMO PROTEÇÃO SOCIAL	23
1.2	A CONSTRUÇÃO DOS MODERNOS SISTEMAS DE PROTEÇÃO SOCIAL – “RÚPTURAS” E “CONTINUIDADES”	35
1.3	CRISE DOS MODERNOS SISTEMAS DE PROTEÇÃO SOCIAL E A “REDESCOBERTA” DA FAMÍLIA	52
2	PROTEÇÃO SOCIAL NÃO CONTRIBUTIVA E A CONSTRUÇÃO DE POLÍTICAS CENTRALIZADAS NAS FAMÍLIAS	61
2.1	PROTEÇÃO SOCIAL NÃO CONTRIBUTIVA NO BRASIL	62
2.2	PROGRAMAS DE TRANSFERÊNCIA DE RENDA E A CONSTRUÇÃO DE POLÍTICAS CENTRALIZADAS NA FAMÍLIA	69
2.3	ASPECTOS CONTRADITÓRIOS DA RELAÇÃO ENTRE O ESTADO E AS FAMÍLIAS: A CENTRALIDADE DAS FAMÍLIAS EM DISCUSSÃO	82
3	A FAMÍLIA ENQUANTO MECANISMO PRIVADO DE PROTEÇÃO SOCIAL	89
3.1	FAMÍLIAS EM TRANSFORMAÇÃO E VULNERABILIDADE SOCIAL: QUESTÕES PARA O DEBATE	90
3.2	FAMÍLIAS VULNERÁVEIS E O TRADICIONAL PAPEL DAS FAMÍLIAS E O SIGNIFICADO DAS REDES	100
3.2.1	O tradicional papel das famílias	101
3.2.2	O significado das redes sociais para as famílias pobres	108
4	A TRAJETÓRIA DO ESTUDO DE CASO	118
4.1	ASPECTOS INTRODUTÓRIOS AO ESTUDO DE CASO	118
4.2	O ESTUDO DE CASO ENQUANTO METODOLOGIA DE PESQUISA – CONSIDERAÇÕES TEÓRICO-METODOLÓGICAS	119
4.3	EM CAMPO - OS PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS USADOS	126
5	PROTEÇÃO SOCIAL NA ALTA VULNERABILIDADE: UM ESTUDO DE CASO DOS MECANISMOS DE PROTEÇÃO SOCIAL (PÚBLICOS E PRIVADOS) ACESSADOS POR FAMÍLIAS	135

	MONOPARENTAIS FEMININAS	
5.1	ASPECTOS INTRODUTÓRIOS	135
5.2	ANALISANDO OS CASOS EM QUESTÃO	138
5.2.1	O cotidiano de vulnerabilidade social das famílias monoparentais femininas entrevistadas	138
5.2.1.1	Características Demográficas	138
5.2.1.2	O ambiente físico de suas comunidades	150
5.2.1.3	A condição do domicílio	155
5.2.1.4	A realidade das famílias monoparentais femininas – mães que vivem sozinhas	163
5.2.1.5	Inserção no mercado de trabalho	169
5.2.1.6	O acesso à renda	175
5.2.1.7	As estratégias para conciliar trabalho – cuidado dos filhos – e afazeres domésticos	181
5.2.2	Acesso aos Mecanismos de Proteção Social – o papel do Estado, do mercado, das organizações voluntárias e das redes familiares	186
5.2.2.1	O Estado	187
5.2.2.2	O mercado	192
5.2.2.3	Organizações voluntárias e caritativas	192
5.2.2.4	Rede familiar – a família e as redes sociais primárias	193
5.2.3	Monoparentalidade – gênero - vulnerabilidade social: reflexões acerca dos mecanismos de proteção social acessados	198
	CONSIDERAÇÕES FINAIS	201
	REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	206
	ANEXOS	214

INTRODUÇÃO

A presente tese doutorado “Proteção Social na Alta Vulnerabilidade: o caso das famílias monoparentais femininas” tem como objetivo central analisar os mecanismos de proteção social utilizados pelas famílias monoparentais femininas brasileiras em situação de vulnerabilidade social, com vistas a verificar a existência de formas de integração entre mecanismos públicos (as políticas sociais) e privados (as famílias e as redes sociais) de proteção social e as estratégias que são possíveis às famílias residentes em comunidades carentes.

O objeto de pesquisa são os mecanismos de proteção social utilizados pelas famílias monoparentais femininas em situação de vulnerabilidade social moradoras de comunidades carentes do Estado do Rio de Janeiro. Uma pesquisa mais aprofundada sobre esse objeto se faz necessária na medida em que o número dessas famílias cresce ao longo dos anos e a intrínseca relação entre monoparentalidade – gênero – e vulnerabilidade social caracteriza a situação de famílias brasileiras em contextos sociais específicos, especialmente entre as mais pobres.

E, como veremos, no caso dessas famílias a situação de incertezas é agravada uma vez que as mulheres passam a ser as únicas responsáveis pelas atividades, tanto da esfera da produção quanto da reprodução social. Elas realizam um conjunto de atividades que fica sob sua responsabilidade: sustento financeiro da casa, dedicação às atividades do lar, cuidado dos filhos, entre outras. Essas atividades acabam por penalizar as mulheres, não apenas pelo número de atribuições que lhes são designadas, mas também pela responsabilidade que lhes toca por qualquer erro ou situação que cause privação ou perda de bem estar social dos membros de sua família.

O interesse por esse objeto partiu de estudos e da prática profissional com famílias, em especial em arranjos monoparentais femininos, constituídos de moradoras de comunidades carentes do Estado do Rio de Janeiro. A participação em programas de pós-graduação *lato e stricto sensu*, através de conteúdos teóricos apreendidos e dos debates promovidos, possibilitou uma melhor compreensão acerca dos mecanismos de proteção social que são acessados por famílias em situação de monoparentalidade feminina em comunidades carentes.

Com isso, percebemos que se trata de um campo de análise de extrema relevância social e cuja complexidade envolve a associação de mecanismos públicos e privados de

proteção social tornando-se cada vez mais comum no presente contexto de revisão do formato e das potencialidades do sistema de proteção social brasileiro. Por outro lado, tem sido dada certa prioridade e centralidade à questão da família (e nela, às mulheres) como eixo norteador das políticas sociais.

Nos últimos anos, nos deparamos com um quadro crescente e constante de redução dos índices de pobreza e de desigualdade social no Brasil. Esse quadro está indo ao encontro das enormes desigualdades sociais e de crises econômicas que marcaram a história de nosso país e caminha na contramão do quadro de crise internacional. Reconhecidos estudiosos¹ apontam que os principais fatores que contribuem para essa modificação de cenário estão relacionados ao aumento da taxa de emprego, à ampliação do valor do salário mínimo e à efetivação dos programas de transferência de renda como o Benefício de Prestação Continuada (BPC) e o Programa Bolsa Família (PBF). De outro lado, a maior parte do impacto nos índices de extrema pobreza e pobreza está diretamente relacionada ao aumento dos investimentos públicos nos programas de transferência de renda da Assistência Social, já que essa Política é destinada a atender os mínimos sociais da população que se encontra em situação de maior vulnerabilidade social e independem de estar inseridos no mercado de trabalho, fazendo parte do sistema não contributivo de renda de nosso sistema de proteção social.

É perceptível que esses programas assistenciais tomaram uma dimensão inesperada, constituindo-se no principal mecanismo público de combate à pobreza e à miséria no país. A Assistência surgiu como um novo campo de direitos sociais sob a responsabilidade do Estado e tem procurado ampliar os direitos sociais da parcela da população que se encontrava à margem da sociedade, desprovida de qualquer política pública que lhes garantisse direitos sociais. E, a construção de políticas centralizadas nas famílias apresenta-se como estratégia dominante desses programas de transferência de renda. Esses tipos de programas estão promovendo uma ampliação do debate sobre os aspectos centrais de nossa proteção social e dando visibilidade ao caráter não contributivo dela.

Desse modo, e para fins desta tese, entendemos por proteção social o desenvolvimento de um conjunto de ações preventivas de longa tradição histórica que busca evitar situações de privação ou perda do bem estar dos indivíduos, das famílias, das comunidades que se encontram em situação de risco social (pobreza, miséria, ruptura de vínculos, violência, ausência deliberada, perda da dignidade, entre outros) ou fora dela. São mecanismos

¹ Cf. Neri, 2011 e 2010; Osório, 2011; Leone, 2010; Jaccoud, 2009; Rocha, 2008 e 2006; Hoffmann & Kageyama, 2006.

construídos historicamente tanto na esfera privada (pela família, vizinhança, organizações religiosas e filantrópicas, mercado e outros), como na esfera pública (pelos serviços e benefícios ofertados pelo Estado, como é o caso dos programas de transferência de renda), contribuindo para a sobrevivência, proteção, integração e solidariedade de uma dada sociedade. Essa proteção deve ser pensada a partir das particularidades e especificidades de cada contexto social, político, econômico, cultural e histórico e das ações dos sujeitos (de organização, mobilização, reivindicação) que dele fazem parte.

Dessa maneira, enfatizamos que a compreensão da história da proteção social, de suas práticas informais e formais, pressupõe conhecer não apenas os aspectos da organização social, dos modelos econômicos vigentes, da divisão entre os espaços públicos e privados, mas também o papel desempenhado pelas famílias nesse processo. Não se pode pensar nesses aspectos isoladamente, sem interligá-los e analisá-los conjuntamente. Dessa forma, acreditamos que, para compreensão da proteção social, é necessário refletir sobre o papel e a importância das famílias, em especial as monoparentais femininas, nas ações por elas desempenhadas na configuração dos sistemas de proteção e promoção do bem estar social nos diferentes países.

A temática da família constitui um tema latente da esfera privada, e o papel que as mulheres desempenham dentro dela, um dos principais mecanismos de sobrevivência e proteção de muitas pessoas (doentes, inválidos, famílias com filhos pequenos, idosos, viúvas, desempregados e pobres). Normalmente, isso se perpetua nas camadas mais empobrecidas, onde as mulheres permanecem sendo as principais (quando não são as únicas) responsáveis pelo cuidado, proteção e educação do grupo familiar na ausência de um poder público que promova o bem-estar social.

Como veremos, o recente quadro de transição dos sistemas de proteção social está trazendo à cena novos agentes como mecanismos privados de proteção social diante do atual quadro de crise. O presente discurso defende que esses agentes devem “partilhar” com o Estado as responsabilidades no que se refere à promoção de bens e serviços na área de bem estar social. E, devem funcionar como fontes privadas de proteção social. Temos, então, conforme Pereira (2006, p. 25), um contexto de mudanças estruturais que serviu de justificativa para a formação de um modelo misto ou plural de proteção social, denominado de pluralismo de bem-estar, que, paulatinamente, colocou as famílias em destaque. E neste modelo, as famílias têm sido apropriadas pelo Estado como se fizessem parte de uma estratégia privada de combate à pobreza nos programas de transferência de renda, e esta

escolha tem-se dado por compreendê-la historicamente como um agente fundamental para o desenvolvimento da sociedade.

Essa centralidade das famílias teve grande impulso e priorização nas últimas gestões governamentais, do ex-presidente Luis Inácio Lula da Silva (na gestão de 2002 a 2005 e na de 2006 a 2009) e também na da atual presidente Dilma Rousseff (que teve início em 2010). Sendo assim, a Assistência Social surgiu como área de gestão pública com o objetivo de desenvolver ações que atendam às necessidades sociais mínimas da população brasileira que se encontrava excluída de qualquer tipo de direito social. É perceptível que as políticas não contributivas da Assistência Social, como os programas de transferência de renda, tomaram uma dimensão inesperada no sistema de proteção social brasileiro, como principal mecanismo público de combate à pobreza e à miséria no país. E nesse cenário, a família foi constituída como eixo central das políticas de transferência de renda. Entre os diversos programas governamentais, os de transferência de renda (como é o caso do Programa Bolsa Família) adquiriu notoriedade e continua sendo o programa prioritário da atual presidente Dilma Rousseff.

O “Plano Brasil Sem Miséria” assume o desafio de “acabar” com a miséria do país por meio da continuidade de ações na área social iniciadas na gestão anterior. O objetivo central é de “promover a inclusão social e produtiva da população extremamente pobre, tornando residual o percentual dos que vivem abaixo da linha de pobreza². O Plano tem como proposta aumentar a capacidade e oportunidades das famílias que acessam o programa por meio de três eixos básicos: a garantia de renda através do Bolsa Família à famílias que se encontram em extrema pobreza; acesso a serviços públicos na área da assistência social, saúde, educação, habitação, entre outros; inclusão produtiva por meio da geração de ocupação e renda para as pessoas moradoras nos centros urbanos e aumento da produção para as que vivem nos ambientes rurais.

O Programa Bolsa Família é destinado às famílias que se encontram em situação de extrema pobreza. Essa centralidade, de certa forma, aponta para a preferência que tem se dado às famílias enquanto promotoras (públicas, mas também privada) da proteção e do bem estar social e, ao mesmo tempo, revela seu caráter ativo e participante nos sistemas públicos de proteção social em curso, após processo de reconfiguração dos estados de bem estar social. Com isso, a matricialidade sociofamiliar passou a ser o ponto de partida das reflexões e intervenções sociais entre pesquisadores e gestores públicos por se ter a família enquanto

² A linha de extrema pobreza é definida pela renda per capita familiar de até R\$ 70,00 por mês.

importante agente de proteção social e esfera de gestão da crise em que se vive nas diversas sociedades. No entanto, não podemos apenas fazer essas considerações, ou enfatizarmos esses preceitos, sem aprofundarmos o debate para as questões que esse sistema apresenta e traz para a vida das famílias.

Assim, uma análise dos mecanismos de proteção social que são acessados por famílias monoparentais femininas que se encontram em situação de vulnerabilidade social se torna fundamental e justificam o nosso estudo. Por isso, partimos das seguintes indagações: quais são os principais mecanismos de proteção social acessados pelas famílias em situação de monoparentalidade feminina diante do quadro atual de reconfiguração dos sistemas de proteção social? Ocorre interação entre mecanismos públicos (políticas sociais) e privados (família e redes sociais) de proteção social para essas famílias? Qual tem sido o papel da família frente aos mecanismos (públicos e privados) de proteção social?

Temos como hipótese que as famílias monoparentais femininas estão em situação de maior vulnerabilidade social em relação aos demais arranjos familiares das camadas empobrecidas, por isso são consideradas como altamente vulneráveis. Trata-se de famílias que estão muito mais propensas a situações de riscos e incertezas e, geralmente, isso se dá por acessarem um sistema precário de proteção social. Nessa conformação, são levadas a construir uma rede de mecanismos de proteção social, tanto na esfera privada quanto na pública, como forma de sobrevivência ou resistência à situação de vulnerabilidade social em que se encontram.

Dessa forma, realizamos um estudo de caso com 20 famílias monoparentais femininas de comunidades carentes do Estado do Rio de Janeiro, Campos Elíseos/Duque de Caxias e Sampaio/Complexo do Lins. Optamos pelo estudo em duas comunidades distintas visando à composição de uma amostra que nos leve a conhecer quais os mecanismos de proteção social que são mais acessados por essas famílias a partir de contextos e realidades diferenciadas. O nosso universo de pesquisa tem como referência mulheres que vivem sozinhas e, geralmente, são as únicas responsáveis pelo cuidado da casa, de filhos pequenos e adolescentes, do provimento financeiro (através do trabalho remunerado ou de programas assistenciais, como o Bolsa Família) que, a partir de condições específicas, promovem as condições mínimas de sobrevivência e o bem estar de todos os que estão sob o seu cuidado (filhos, sobrinhos, netos, entre outras pessoas de seu convívio social).

A diversidade de situações familiares, associada a contextos sociais particulares impactam a realidade dos sujeitos de nossa investigação. A escolha do estudo de caso enquanto metodologia de pesquisa parte das especificidades desse método. É uma estratégia

metodológica que visa avaliar ou descrever situações dinâmicas da realidade social que envolvem as experiências dos seres humanos no contexto em que se encontram. Busca-se apreender a totalidade de uma situação a partir da compreensão e interpretação de um caso concreto, mediante aprofundamento e exaustivo estudo de um objeto bem delimitado. Desse modo, a presente tese encontra-se organizada da seguinte forma:

No primeiro capítulo, apresentaremos os principais marcos históricos da trajetória e práticas (formais e informais) de proteção social em alguns países capitalistas, em especial nos da Europa Ocidental. Contudo, não realizaremos uma retomada exaustiva e sim uma análise focada em alguns períodos históricos importantes, a partir da constituição dos modernos sistemas de proteção social. A novidade encontra-se em localizar a família, sua importância e papel nesse processo. A perspectiva histórica permite refletir sobre a constituição e evolução do processo de formação dos sistemas de proteção social ao longo do tempo, bem como perceber que a efetiva proteção social não se deu de forma linear e contínua, mas em diferentes dimensões nas diversas sociedades.

Além disso, é importante salientar que, ao darmos visibilidade ao papel e à importância das famílias, desejamos destacar também a presença das mulheres como atores “indispensáveis” de proteção social nas diversas sociedades ao longo dos séculos. Compreendemos a família como é (e sempre foi) local privilegiado de proteção social dos indivíduos na gestão e superação das diversas crises vividas em distintos tempos históricos.

Assim, este capítulo foi organizado da seguinte forma: em primeiro lugar, temos como ponto de partida a contextualização e definição do termo proteção social; em segundo, apresentaremos o processo de construção dos modernos sistemas de proteção social nas principais sociedades capitalistas ocidentais, sinalizando os momentos de rupturas e de continuidades; e, por fim, abordaremos o processo de crise e reconfiguração dos modernos sistemas de proteção social e o processo de “redescoberta” das famílias na atual conjuntura.

No segundo capítulo, debateremos acerca dos aspectos centrais da proteção social brasileira não contributiva que se tornaram num dos mecanismos basilares de combate à pobreza e à redução da vulnerabilidade e desigualdade no país. Perante esse quadro, os programas de transferência de renda com condicionalidades e centrados nas famílias pobres passaram a ser implementados nas três esferas de governo (Federal, Estadual e Municipal) por causa das funções redistributivas e de combate à pobreza no cenário brasileiro atual. E, a construção de políticas centralizadas nas famílias apresenta-se como estratégia dominante desses programas de transferência de renda.

De tal modo, pretendemos discorrer sobre o sistema de proteção social não contributivo brasileiro, efetivado a partir dos avanços adquiridos a partir da Constituição Federal de 1988, focalizando a relação estabelecida entre os programas de transferência de renda e a construção de políticas centralizadas nas famílias. Buscaremos ainda problematizar os aspectos contraditórios que se apresentam na relação entre o Estado brasileiro e as famílias no contexto atual.

No terceiro capítulo, abordaremos sobre o histórico papel das famílias e de suas redes sociais enquanto mecanismos privado de proteção social. Uma vez que além da centralidade delas nos programas de transferência de renda, permanece seu histórico lugar de mecanismo privado de proteção social. E, com isso, queremos enfatizar que falar em família implica entender o contexto de transformações contemporâneas e o que ela significa e representa na sociedade brasileira e atentar para os padrões culturais onde essas famílias se inserem. Além disso, devemos pensá-la como uma instituição que é permeada de tensões e conflitos.

Assim, organizamos o capítulo com o seguinte conteúdo: em primeiro lugar, buscamos compreender e problematizar as significativas transformações familiares, nas últimas décadas, bem como refletir sobre os arranjos que se encontram em situação de maior vulnerabilidade social; em segundo, discorrer sobre o recorrente acesso que é feito à família e às redes sociais como tradicionais mecanismos privados de proteção social utilizados pelas famílias que se encontram em situação de maior vulnerabilidade social.

No quarto capítulo, seguiremos com a exposição da trajetória metodológica percorrida para efetivação do estudo de caso com 20 famílias monoparentais femininas de comunidades carentes do Estado do Rio de Janeiro, Campos Elíseos/Duque de Caxias e Sampaio/Complexo do Lins. O nosso universo de pesquisa tem como referência mulheres que vivem sozinhas e, geralmente, são as únicas responsáveis pelo cuidado da casa, de filhos pequenos e adolescentes, do provimento financeiro (através do trabalho remunerado ou de programas assistenciais, como o Bolsa Família) que, a partir de condições específicas, promovem as condições mínimas de sobrevivência e o bem estar de todos os que estão sob o seu cuidado (filhos, sobrinhos, netos, entre outras pessoas de seu convívio social).

A diversidade de situações familiares, associada a contextos sociais particulares impactam a realidade social dos sujeitos de nossa investigação. Por isso optamos pelo estudo em duas comunidades distintas visando à composição de uma amostra que nos leve a conhecer quais os mecanismos de proteção social que são mais acessados por essas famílias a partir de contextos e realidades diferenciadas. Assim, apresentamos as considerações teórico-metodológicas do estudo de caso, expondo os aspectos centrais dessa metodologia de

pesquisa e a exposição dos procedimentos metodológicos realizados em nossa pesquisa de campo.

No quinto capítulo, apresentaremos os resultados encontrados em nosso estudo de caso. Através desse, analisaremos os mecanismos de proteção social que são acessados pelas famílias entrevistadas, levando em conta suas experiências cotidianas, os aspectos complexos de suas vidas e as particularidades de cada caso analisado. Temos observado que essas experiências e realidades acabam não sendo retradas ou analisadas nos estudos sobre os sistemas de proteção social na atualidade, pobreza e vulnerabilidade social. A maior parte desses estudos trata da questão da pobreza e vulnerabilidade social em nosso país a partir do uso de indicadores quantitativos exclusivamente sob o ponto de vista do rendimento.

Assim, os aspectos relacionados à situação de privações de bem estar, de vulnerabilidade social e os mecanismos protetores acessados acabam não sendo abordados com a qualidade que merecem. Por isso, o capítulo foi estruturado com a exposição do cotidiano de vulnerabilidade social das famílias monoparentais femininas das comunidades de Campos Elíseos/Duque de Caxias e de Sampaio/Complexo do Lins e a análise dos mecanismos de proteção social (públicos e privados) acessados pelas famílias entrevistadas.

Por fim, seguiremos com as nossas considerações finais, a partir de reflexões críticas acerca da intrínseca relação entre monoparentalidade – gênero – e vulnerabilidade social. Com isso, pretendemos contribuir com os formuladores, executores e gestores de políticas públicas que têm como eixo as famílias brasileiras em situação de grande vulnerabilidade social; com os estudiosos e profissionais que trabalham diretamente com essa temática através da fundamentação teórica apresentada; e finalmente, para o fortalecimento dos direitos de cidadania das famílias brasileiras, especialmente as famílias monoparentais femininas em alta vulnerabilidade social.

1 PROTEÇÃO SOCIAL E FAMÍLIAS – UMA RELAÇÃO HISTÓRICA

Normalmente, quando falamos em proteção social imediatamente relacionamos ao conjunto de intervenções públicas e estatais direcionadas ao enfrentamento de situações de risco ou privações sociais presentes em uma dada sociedade. Essas ações foram institucionalizadas a partir da consolidação dos processos de industrialização, urbanização e da expansão das relações de trabalho assalariado, durante o século XIX. E, nesse quadro, raramente, a família e suas redes primárias de solidariedade se fazem presentes, como mecanismos de proteção da esfera privada. Isso é resultado da histórica e reconhecida falta de aprofundamento teórico sobre a participação da família e da mulher nos sistemas de proteção social.

É sabido que mecanismos históricos de proteção social baseados nas relações familiares e comunitárias são práticas antigas e tradicionais de proteção e solidariedade entre as diversas sociedades. Estamos afirmando não existir sociedade humana que não tenha desenvolvido algum mecanismo de proteção social. Acreditamos tratar-se de um mecanismo de provisão social fundamental ao desenvolvimento das diversas sociedades capitalistas, ao longo do tempo.

Todavia, como veremos, esses mecanismos não ficaram no passado, mas permanecem contemporâneos nos modernos sistemas de proteção social dos países do Ocidente (destaque para a Inglaterra). Temos como exemplo a grande notoriedade que a família passou a ter, no final do século XX, devido à crise dos avançados Estados de Bem Estar Social. A família está sendo “redescoberta” como importante substituto privado do Estado na provisão de bens e serviços (PEREIRA, 2006).

Assim, o presente capítulo pretende apresentar os principais marcos históricos da trajetória e práticas (formais e informais) de proteção social em alguns países capitalistas, em especial nos da Europa Ocidental. Contudo, não realizaremos uma retomada exaustiva e sim uma análise focada em alguns períodos históricos importantes, a partir da constituição dos modernos sistemas de proteção social. A novidade encontra-se em localizar a família, sua importância e papel nesse processo.

A escolha pela Inglaterra não se deu por acaso e sim pela posição peculiar que esse país adquiriu na economia mundial. Segundo Hobsbawn (2011, p. 10): “o passado da Grã-Bretanha, desde a Revolução Industrial, ainda influi sobremaneira sobre o presente, e por isso a descoberta de soluções práticas para os problemas de nossa economia e de nossa sociedade

exige que compreendamos algo a seu respeito”. Assim, a Inglaterra foi palco de uma das maiores revoluções mundiais que provocou uma grande transformação social, política e econômica, no século XVIII. Também foi a principal responsável pela transformação e ruptura dos tradicionais mecanismos de proteção social. A revolução por ela iniciada continua a impactar a história atual de muitos países. Além disso, a experiência inglesa adquiriu notoriedade e relevo pelo número de estudos que existe e de pensadores renomados que se debruçaram sobre o estudo dessa sociedade (POLANYI, 2000; HOBBSBAWN, 2011; HOBBSBAWN, 2010; THOMPSON, 1998; entre outros). Não é por acaso que grande parte da literatura analisada acaba por priorizar o caso inglês ou o tem como referência.

A perspectiva histórica permite refletir sobre a constituição e evolução do processo de formação dos sistemas de proteção social ao longo do tempo, bem como perceber que a concretização da proteção social não se deu de forma linear e contínua, mas ocorreu em diferentes dimensões nas diversas sociedades. Além disso, é importante salientar que ao darmos visibilidade ao papel e à importância das famílias, desejamos destacar também a presença das mulheres como atores “indispensáveis” de proteção social nas diversas sociedades ao longo dos séculos. Compreendemos a família como é (e sempre foi) local privilegiado de proteção social dos indivíduos na gestão e superação das diversas crises vividas em diversos tempos históricos. É a família quem se faz presente como agente de cuidado e promoção do bem estar social na ausência de um Estado social. E, nos dias atuais, esse tema tem relevância diante das crises dos modernos sistemas de proteção social.

Sabemos que o caminho escolhido é um grande desafio, visto que discorrer sobre família, em grande medida, é falar de mulheres e dos elementos inerentes à casa, esta entendida como espaço doméstico, privado; logo, esfera tida como não politizada e fora do interesse público. É falar de um assunto considerado “invisível” e que não faz parte do interesse coletivo. É dar visibilidade a uma complexa e multidimensional questão sujeita a transformações com o passar do tempo e da história. Além disso, o tema família traz consigo dificuldades metodológicas por ser próximo e fazer parte de nosso cotidiano. Discorrer sobre a família é tocar num tema latente da esfera privada; no papel desempenhado pelas mulheres nesse contexto como principais instrumentos da sobrevivência e da proteção de muitas pessoas. Não podemos esquecer que, apenas recentemente, a história do cotidiano ganhou espaço de discussão e deu visibilidade à história da esfera privada e à dos indivíduos e, nesse processo, a história das mulheres e a dimensão de gênero tornaram-se recorrentes no debate público entre políticos, governadores e pensadores.

O reconhecimento e presença tardia das mulheres na história, segundo Soihet *et al.*, é resultado do “longo período de invisibilidade feminina e as formas mais atuais assumidas pela história das mulheres informam muito sobre o seu lugar na disciplina histórica” (2000, p. 7). E isso é resultado de um sistema que banaliza a presença feminina na história. Daí o nosso desafio em reconstruir essa história, a nossa história, identificando a presença das famílias e das mulheres como atores indispensáveis de proteção social aos indivíduos, e, nesse sentido, a categoria gênero nos ajudará a entender a construção social desses papéis. Assim, pretendemos dar visibilidade e aprofundar o debate da família e da mulher nos sistemas de proteção social.

Desse modo, este capítulo foi organizado da seguinte forma: em primeiro lugar, temos como ponto de partida a contextualização e definição do termo proteção social; em segundo, apresentaremos o processo de construção dos modernos sistemas de proteção social nas principais sociedades capitalistas ocidentais, sinalizando os momentos de rupturas e continuidades; e, por fim, abordaremos o processo de crise e reconfiguração dos modernos sistemas de proteção social e o processo de “redescoberta” das famílias na atual conjuntura neoliberal.

1.1 PONTO DE PARTIDA – DEFININDO O TERMO PROTEÇÃO SOCIAL

Os modernos sistemas de proteção social tomam uma nova dimensão no atual quadro de crise econômica, no final do século XX. Esse cenário trouxe à tona discussões acerca do papel do Estado na promoção do desenvolvimento econômico e do bem estar social, por meio de políticas econômicas e sociais. Mudanças graduais e estruturais estão acontecendo e a próspera relação entre crescimento econômico e bem estar social estão em fase de esgotamento ou readaptação. Nesse quadro, as primeiras medidas governamentais, para resolver o problema, tem sido reduzir os gastos com as políticas de proteção social, em especial com as políticas sociais.

O quadro atual tem levado governantes, políticos e estudiosos a afirmarem que estamos diante de uma “crise” ou até do “fim” dos sistemas de proteção social, marcando uma nova era para as sociedades ocidentais de redução do Estado nas questões sociais e do retorno “necessário” aos antigos sistemas de proteção proporcionados pela esfera privada, pelas famílias. Conforme Pereira (2004, p. 26, grifo nosso):

Desde a crise mundial do final dos anos 1970, a família vem sendo redescoberta como um importante agente privado de proteção social. Em vista disso, quase todos os agentes governamentais prevêm, de uma forma ou de outra, medidas de apoio familiar, particularmente as dirigidas às crianças... **Alguns países dão especial suporte material às famílias monoparentais com crianças e dependentes adultos.** Outros incentivam a reinserção da mãe trabalhadora no tradicional papel de ‘dona-de-casa’, com o chamativo apelo da importância do cuidado direto materno na criação saudável dos filhos.

Ou seja, presenciamos a transição de um sistema de proteção social garantido pelo Estado social – pelo Estado que intervém nas questões sociais – para um sistema privado e baseado nas relações tradicionais de proximidade e solidariedade. As mudanças estruturais neoliberais estão ampliando a participação da família nos sistemas de proteção social pública, em especial, nos casos das famílias que se encontram em situação de maior vulnerabilidade social, como acontece com as famílias que estão em situação de monoparentalidade feminina. No Brasil, esse fenômeno cresce a cada ano e é caracterizado maciçamente pela presença das mulheres nesse tipo de composição familiar, questão que aprofundaremos em capítulos posteriores.

Ressalte-se que os estudos acerca da temática “proteção social” tomam um novo rumo, multiplicando os olhares e análises sobre o tema. Em função disso, o número de estudos sobre a proteção social se multiplicou no Brasil e ao redor do mundo. Podemos ver isso como sinal da atualidade do tema e dos reflexos que as crises do sistema capitalista estão provocando nos sistemas de proteção e bem estar social nos dias atuais. Além da atualidade do tema, estamos diante de uma área de estudo extremamente nova entre os pensadores brasileiros, a partir dos últimos 30 anos do século XX.

Desde o final dos anos de 1980, Maria Lúcia Werneck Vianna (1989), já apontava a dificuldade de alguns estudiosos em conceituar e analisar o padrão de proteção social brasileiro, neste período isso ainda era raro. A partir de 1970 e 1980, ocorreu a multiplicação dos estudos sobre a política social brasileira, mas marcada por uma diversidade e profunda heterogeneidade de fontes e concepções acerca desta. Era comum a recorrente setorialização das análises das políticas sociais como políticas de saúde, política de educação, etc., mas dificilmente essas políticas eram abordadas conjuntamente. Por outro lado, estudos “com a expressa intenção de detectar as singularidades de um padrão de proteção social são ainda raros. O próprio conceito de proteção social enquanto sistema, para não mencionar a noção de Estado de Bem Estar Social, parece alheio à meditação sobre políticas sociais no Brasil.”

(VIANNA, 1989, p. 3). Essa questão sinaliza para a relevância da temática da proteção social entre os estudiosos brasileiros no período em questão.

Recentemente, Jorge Abrahão de Castro (2009) também apontou para a falta de consenso em relação ao conceito de proteção social. Para o autor, a literatura sobre a política social é numerosa e variada, mas não apresenta consenso conceitual. As concepções construídas vão depender de cada conjuntura e das condições e problemas sociais vigentes em cada país. A literatura internacional, até pouco tempo, concentrava-se na análise da experiência europeia de acordo com o elevado grau de desenvolvimento econômico e avanços obtidos na consolidação dos direitos sociais e dos sistemas de proteção social. Mas, invariavelmente, apresentam uma mistura entre os temas política social, estados de bem estar e a variação do termo proteção social. Ultimamente, essa discussão chega aos países latino-americanos, com ênfase ao surgimento e ao aprimoramento das políticas sociais e à realidade dos países em desenvolvimento. Nos últimos anos, no Brasil, também se constatou o crescimento expressivo de estudos e pesquisas sobre a temática, o que “demonstra aumento de interesse no debate sobre o papel do sistema de proteção social e das políticas sociais no atendimento às carências e demandas sociais mais prementes e no combate à pobreza e diminuição da desigualdade.” (CASTRO, 2009, p. 89).

A partir dessas afirmações, vemos que a literatura sobre proteção social continua a trazer consigo uma indefinição e até confusão conceitual. Diversos estudos sobre proteção social confundem-se com os temas de política social, estado social, Estados de Bem-Estar Social, *Welfare State*, Estado Providência. E, esses estudos sempre partem da uma lógica de efetivação da proteção social a partir do reconhecimento da questão social e da intervenção do Estado nessa área, então considerado protetor e provedor do bem estar de uma dada sociedade. Todavia, isso nos traz certa confusão conceitual. Proteção social é a mesma coisa que política social? A proteção surgiu apenas quando da instituição dos sistemas de seguro social (com base nos casos da Alemanha e da Inglaterra do final do século XIX e no Brasil nos anos de 1930)? Ou a proteção social surge e efetiva-se a partir da criação e do desenvolvimento dos Estados de Bem Estar Social (leia-se *Welfare State*, *Etát Providence*)? Ou já existia antes disso?

Essas entre outras questões só colocam em pauta a afirmação de Sueli Gomes Costa (1995) quando diz que a produção intelectual sobre proteção social, entre 1970 e 1980, apresenta imprecisões conceituais nos diferentes legados intelectuais, por se tratar de uma temática que é ainda “obscura” entre teóricos e profissionais que trabalham nesse campo. E, ainda hoje, podemos afirmar que há uma grande imprecisão e indefinição sobre o esse tema.

Percebemos que proteção social, entre alguns teóricos³, continua relacionada à constituição dos sistemas protecionistas – políticas e serviços sociais – ofertados pelas macroestruturas de poder (Estado – Sociedade) nos séculos XIX e XX. Ou seja, está relacionada ao processo de institucionalização da proteção social, não considerando as ações protetivas de longa duração histórica que aconteciam na relação de proximidade, vizinhança, comunitária e familiar. Dessa forma, os sistemas de proteção social que tiveram maior destaque foram os que se desenvolveram nas sociedades capitalistas europeias, a partir de meados do século XX, ocasionando a criação dos sistemas de seguridade social da atualidade, cujo traço marcante é a presença do Estado na implantação e gestão desses sistemas.

Contudo, entendemos que não podemos falar em proteção social hoje sem fazer referência à obra de Karl Polanyi, publicada originalmente em 1944, cujo objetivo foi analisar as implicações sociais do sistema de mercado autorregulado, que atingiu sua plenitude no século XIX. O autor analisa minuciosamente a formação da economia capitalista de mercado após o impacto da Revolução Industrial. Para Polanyi, o mercado autorregulado não poderia existir sem a aniquilação da substância humana e natural da sociedade, além de ruir suas tradicionais formas de organização social e suas formas de proteção e sobrevivência presentes nas sociedades feudais.

Assim, o século XIX foi caracterizado por um quadro de transformações econômicas, políticas e sociais que romperam com os tradicionais mecanismos de proteção social, marcados pelas relações de dependência e proteção da Idade Média. Essas mudanças foram marcadas pela rapidez e amplitude que teve ao redor do mundo. O ponto de partida para isso foram os avanços da industrialização e a construção de uma sociedade mercantil, a qual estabelece o mercado livre de regulamentação para a terra e força de trabalho. Usando a conhecida expressão de Polanyi (2000), em “A Grande Transformação” aconteceu nas sociedades Ocidentais e modificou os tradicionais mecanismos de proteção social. O desenvolvimento do sistema de mercado rompeu com a organização social existente. A partir dessa assertiva, podemos notar que ações de proteção social já davam sinal de vida muito antes da constituição dos modernos sistemas de proteção social, ampliando-se o conceito, dessa forma.

Acreditamos que antes do processo de institucionalização da proteção social sempre existiu nas diversas sociedades algum tipo de proteção social entre os homens e mulheres, especialmente na família onde o papel da mulher é essencial, e na comunidade. De alguma

³ Pochmann, 2004; Arretche, 1995; Draibe e Henrique, 1988.

forma, as pessoas destinavam recursos e esforços para atividades de proteção social. No final dos anos de 1990, alguns estudos que ganharam visibilidade apontaram essa questão.

Para Costa (1995), os estudos de Polanyi sobre o protecionismo inglês, durante a Segunda Guerra Mundial, revelou que a proteção social é um fenômeno de longa duração na história da Inglaterra. É resultado de processos sociais e culturais de longa duração.

As críticas de Polanyi são úteis para as análises contemporâneas do protecionismo, seja do passado mais remoto, seja do presente, quando levam a perceber o modo pelo qual a experiência da Inglaterra do século XIX é antes um resultado de processos sociais e culturais de longa duração. Remontam à Idade Média, expressando movimentos de defesa de diferentes grupos sociais diante das ameaças colocadas pela emergente liberdade do mercado. (COSTA, 1995, p. 96).

Mas fica ainda a questão, afinal, o que significa o termo proteção social? A que nos referimos quando falamos em proteção social? Para refletirmos sobre o significado da proteção social, as obras de Sueli Costa (1995), Robert Castel (1998) e Geraldo Di Giovanni (2008), Aldaíza Sposati (2009) e Luciana Jaccoud (2009a) são referências essenciais para este trabalho pela forma que definem e contextualizam a proteção social nas diversas sociedades.

Sueli Costa (1995), em seu livro “Signos em transformação – a dialética de uma cultura profissional”, coloca que um passo inicial para pensar a presente temática está no reconhecimento da proteção social como uma regularidade histórica de longa duração. A proteção social é um fenômeno antigo nas diversas sociedades, criada em diferentes contextos: proteger, cuidar, evitar situações de vulnerabilidade social, etc. De acordo com Costa, o sistema de proteção social é reconhecido como

Uma **regularidade histórica de longa duração**, de diferentes formações sociais, tempos e lugares diversos. Isso quer dizer, uma noção na qual se entenda a proteção social além dos fenômenos do protecionismo persistentes nos séculos XIX e XX sob o liberalismo e o neoliberalismo, portanto, não como uma invenção do capitalismo. O Estado-providência, nessa ótica, é um caso particular da proteção social. Tal orientação permite verificar que diferentes grupos humanos, dentro de suas especificidades culturais, manifestem, nos diversos modos de vida, mecanismos de defesa grupal de seus membros, diante de ameaça ou de perda eventual ou permanente de sua autonomia quanto à sobrevivência. (COSTA, 1995, p. 99, grifo nosso).

Esse tipo de definição abre espaço para pensar a proteção social não apenas enquanto constituição dos sistemas protecionistas, mas também como uma regularidade histórica de longa duração que dá visibilidade às práticas de proteção existentes nas diversas sociedades

ao longo dos séculos, bem como do papel da família e dos grupos de convívio na esfera privada. Isso nos possibilita refletir que algum tipo de proteção social, seja ele simples ou complexo, foi desenvolvido nas distintas coletividades. Nas palavras da autora,

Uma regularidade histórica de proteção social é um conjunto de acontecimentos datados e localizados, identificados em suas particularidades, circunscrito às regularidades históricas voltadas para defesa de grupos e indivíduos em situação de não autonomia, eventual ou total, de autonomia quanto à sua sobrevivência. (*Ibidem*, p.104).

Podemos pensar a partir dessa afirmação que analisar as particularidades de uma dada sociedade envolve fatores de ordem social, política, econômica, cultural, entre outros. Importantes aspectos da vida dos indivíduos e suas famílias e que estão permeadas de experiências múltiplas, conflitos e contradições. E, nesse campo de estudo o social entra em pauta através da dinâmica e das transformações que fazem parte de seu cotidiano.

Mas, não se pode negar que a “noção de proteção social, além de expressar elementos culturais de longa duração e de apresentar rupturas, localiza persistências de outros tempos históricos vividos em simultâneo, numa dada época” (COSTA, 1995). Ou seja, mesmo com o surgimento dos sistemas protecionistas e das fortes rupturas com as tradições e relações estabelecidas na Idade Média, que desorganizou a vida na Inglaterra, no final do século XIX, ainda hoje persistem experiências outras que continuam e são preservadas em nossa sociedade, especialmente entre as famílias pobres que historicamente sempre tiveram que construir mecanismos de proteção para além dos existentes. E, poderemos observar essa relação de descontinuidade e continuidade nos mecanismos de proteção social que são acessados pelas famílias de comunidades carentes nos próximos capítulos.

As palavras rupturas e continuidades caminham lado a lado na história das sociedades, ocasionando a construção de estruturas protetivas, privadas ou públicas, que coexistem e se interrelacionam. E, essa afirmação torna-se patente nos dias atuais em que a institucionalização dos sistemas de proteção social criados, no final do século XIX e durante o século XX, está em fase de reconfiguração nas diversas economias capitalistas desenvolvidas. Assim, discutir a proteção social como regularidade histórica de longa duração é perceber que

Muitas são as continuidades e rupturas simultaneamente coexistentes em diferentes esferas da vida humana. Em outras palavras, trata-se de um campo de observação que está sempre se definindo e redefinindo em muitos dos seus significados no interior de diferentes processos sociais em marcha, o que impõe muitos cuidados e ao seu estudo. (COSTA, 1995, p. 103).

Nesse campo de estudo, é inegável a importância da obra de Robert Castel, “Metamorfoses da Questão Social: uma crônica do salário”, de 1998, para ponderarmos sobre a proteção social. Esse livro tornou-se referência nas Ciências Sociais, apesar das constantes críticas que são feitas a sua obra⁴. O autor traça um panorama histórico da constituição da “sociedade salarial” até os dias de hoje: de mundialização da economia, agendas econômicas e políticas pautadas no neoliberalismo.

Conforme o autor, a proteção social não é um sistema novo e, nas diversas sociedades, assumiu formas específicas e particularidades que devem ser analisadas num quadro mais amplo, sem esquecer sua historicidade, já que compreender o contemporâneo é reconstruir a história do passado e verificar as transformações de que uma sociedade é herdeira (CASTEL, 1998). Dentro dessa lógica, o autor assinala que o “social” sempre existiu enquanto sistemas de regulações não mercantis, assim como algum tipo de ação contra os infortúnios. Não foi após a Revolução Industrial que passamos a ter velhos indigentes, crianças sem pais, cegos, paralíticos, doentes. Essa não é uma realidade “moderna”, sendo, ao contrário, antiga na humanidade e ações, mesmo que precárias, sempre foram destinadas aos infortunados e suas questões na sociedade.

Com o progresso, especialmente, dos instrumentos de trabalho, os seres humanos tornaram-se mais produtivos e conseguiram estabelecer outros modos de vida. A vida em sociedade, à medida que se tornou complexa, gerou demandas diversificadas entre seus membros: acesso à comida, abrigo contra a chuva e frio, segurança contra os invasores. Assim, algum tipo de assistência deveria ser dispensada àqueles que se encontravam em situação de maior vulnerabilidade social.

A proteção social pode ser analisada sob dois aspectos principais a partir da relação de proximidade (familiar e de vizinhança) que um indivíduo possui numa dada sociedade ou ainda a partir de estruturas mais complexas e sofisticadas de atendimento a algum tipo de necessidade social. Desse modo, para esse autor, o sistema de proteção social é classificado em duas dimensões: uma baseada numa “*sociabilidade primária*” e outra numa “*sociabilidade secundária*”. A sociabilidade primária seria regida pelos vínculos estabelecidos na relação de proximidade, pertencimento, interdependência, representada por

Sistemas de regras que ligam diretamente os membros de um grupo a partir de seu pertencimento familiar, da vizinhança, do trabalho e que tecem redes

⁴ Cf. Costa, 2000 e Brandão, 2000.

de interdependência sem a mediação de instituições específicas. Trata-se, em primeiro lugar, das sociedades de permanência em cujo seio o indivíduo, encaixado desde seu nascimento numa rede de obrigações, reproduz, quanto ao essencial, as injunções da tradição e do costume. (CASTEL, 1998, p. 48-49).

Mas, esses laços tendem a se tornar mais frouxos à medida que as sociedades se tornam mais complexas, tornando o atendimento das necessidades aos carentes mais especializado. Isso faria surgir o que o autor chama de “sociabilidade secundária” que seria baseada em sistemas relacionais “deslocados em relação aos grupos de pertencimento familiar, de vizinhança, de trabalho. A partir desse atrelamento, vão se desenvolver montagens cada vez mais complexas que dão origem a estruturas de atendimento assistencial cada vez mais sofisticadas.” (*Ibid.*, 57). Podemos afirmar que a sociabilidade secundária representa o momento em que se institucionaliza a proteção social. Para Castel (1998, p. 507-508):

As proteções sociais foram inseridas nas falhas da sociabilidade primária... e nas lacunas da proteção próxima. Respondiam aos riscos existentes para um indivíduo numa sociedade em que o desenvolvimento da industrialização e da urbanização fragilizava as solidariedades de proximidade. Os poderes públicos recriam proteção e vínculo, mas com um registro completamente distinto daquele do pertencimento a comunidades concretas. Estabelecendo regulações gerais e fundando direitos objetivos, o Estado social também aprofunda ainda a distância em relação aos grupos de pertencimento que, em último caso, não têm mais razão de ser para garantir proteções.

Nessa concepção, encontramos a institucionalização da proteção social por meio da presença do Estado, da criação de um Estado Social, que surge nas falhas da sociabilidade primária. Mas, é importante pensar que uma não exclui outra, mas podem existir concomitantemente. A proteção social institucionalizada caminha lado a lado com a proteção social primária (familiar, comunitária), como mecanismos de proteção social. Não há registro histórico de que quando o Estado passou a ter um papel mais efetivo, a família ou vizinhança ou até a comunidade deixou de ter um papel efetivo na vida do indivíduo. Opostamente, nas sociedades capitalistas, a família passou a ser valorizada, privatizada e se tornou o núcleo central de proteção social, pois o indivíduo é responsável por si mesmo e por todos os males que lhe acontece. E, nos dias atuais de reconfiguração do sistema de proteção social, a família é vista como importante agente de promoção da proteção e do bem estar social.

Coadunando com as afirmações anteriormente apresentadas, Geraldo Di Giovanni (2008) também afirma que não existe (ou existiu) sociedade humana que não tenha

desenvolvido algum tipo de proteção social. Ela é fundante numa vida em sociedade e diversos estudos mostram isso, seja na área antropológica, etnográfica, sociológica, historiográfica, entre outras. A partir dessas literaturas, percebemos que a proteção social pode ter sido exercida de forma mais rústica, na coletividade, na relação de proximidade, ou em níveis mais especializados, onde o Estado tem um papel preponderante⁵.

A vida em comunidade estabelece formas de solidariedade essenciais aptas a garantir, mesmo que minimamente, algum tipo de segurança, assistência, cuidado, enfim, proteção aos seus membros. Presume-se que nas comunidades primitivas, as pessoas se alimentavam do que era proporcionado pela natureza; viviam da coleta de vegetais, caça e pesca de animais; moravam em abrigos e tinham o costume nômade em seu fundamento. Normalmente, as atividades desenvolvidas e seus resultados eram partilhados por todos. Por isso, acreditamos que a vida em comunidade era necessária para o acesso a algum tipo de proteção social. Dentro dessa perspectiva, Di Giovanni *et al.* (2007) chamam a atenção para a questão da complexidade, historicidade e particularidade em que estão inseridos os diversos sistemas de proteção social, os quais darão certa peculiaridade e especificidade para cada mecanismo protetivo criado. Assim, o sistema de proteção social é considerado como

As formas, às vezes mais, às vezes menos institucionalizadas que todas as sociedades desenvolvem para enfrentar vicissitudes de ordem biológica ou social que coloquem em risco parte ou a totalidade de seus membros. Assim, podemos encontrar, mesmo em sociedades muito simples, instituições que são responsáveis pela proteção social, tais como: a família, as instituições religiosas e até mesmo algumas instituições comunitárias. (2007, p. 15).

A partir dessa definição, observamos que a proteção social, de modo mais ou menos institucionalizado, vai existir em “todas” as sociedades frente às adversidades da vida – velhice, doença, infortúnio, privações. Quanto mais complexa for uma sociedade, mais complexos serão os mecanismos criados para proteção de um grupo social. Daí, talvez, o olhar dos estudiosos focarem em suas análises os mecanismos de proteção social que são constituídos a partir da intervenção do Estado, desprivilegiando as formas primárias de

⁵ Não existe sociedade humana que não tenha desenvolvido algum sistema de proteção social. A abundante literatura antropológica, etnográfica, sociológica, a historiografia das sociedades antiga, moderna e contemporânea, demonstram e registram formas de solidariedade social que, atuando de modo extremamente rústico ou com altos níveis de sofisticação organizacional, têm percorrido, no tempo e no espaço, os grupos sociais, como um processo recorrente e universal. Assim, essa proteção tem sido exercida por instituições não-especializadas e plurifuncionais (como a família, por exemplo), ou então, nas sociedades mais complexas, por meio de sistemas específicos que se inscrevem como ramos importantes da divisão social do trabalho. Se no primeiro caso tais funções não são imediatamente aparentes, mesclando-se a outras de igual relevância social, no segundo, ganham especialização e visibilidade, constituindo-se num dos pontos centrais da vida coletiva. (<http://geradigiovanni.blogspot.com/2008/08/sistema-de-proteo-social.html>).

proteção. Nele, as ações mais conhecidas são as de transferência de recursos sociais e de bens e serviços. Todavia, é importante frisar que essas medidas protetivas do Estado moderno não surgem automaticamente diante das situações de necessidades e carências. Ao contrário, elas são resultados de reivindicações e pactos construídos a partir de muita organização e luta da classe trabalhadora e de sua família.

Para Aldaíza Sposati (2009), para entendermos o significado de um modelo de proteção social temos que compreender o significado do termo dentro das condições que lhe dão concretude. A palavra “*proteção*” (*protectione*, do latim) traz em si a concepção de “tomar a defesa de algo, impedir sua destruição, sua alteração”. Apresenta um caráter de preservação da vida e dos mecanismos que lhes dão sentido. Logo, “supõe apoio, guarda, socorro e amparo”. Nesse sentido, as noções de segurança social e direitos sociais entram em pauta. O “*social*” já diz respeito às necessidades concretas e objetivas dos indivíduos nas relações em sociedade. “Ocupa-se, portanto, das condições objetivas de acesso aos modos de reprodução social (condições de vida) como componentes da dignidade humana, da justiça social e dos direitos e da vigilância social” (Ibidem, p. 20). Assim, para a autora,

A ideia de proteção social exige forte mudança na organização das atenções, pois implica superar a concepção de que se atua nas situações só depois de instaladas, isto é, depois que ocorre uma desproteção. A aplicação ao termo “desproteção” destaca o usual sentido de ações emergenciais historicamente atribuído e operado no campo da assistência social. A proteção exige que se desenvolvam ações preventivas.

Nesse quadro, a noção de proteção social indica um papel mais proativo e o desenvolvimento de ações preventivas. Além do entendimento do termo de proteção social, conhecer as particularidades da região em que se tem um modelo de proteção social é importante para entender a realidade dos fatos que lhe dão concretude e determina as configurações que se efetivam. No caso brasileiro, para Sposati (2009, p. 16),

vivemos em uma federação, e por mais que se tente captar as diversidades, a tendência é manter um nível de generalização que certamente terá de ser adequado às particularidades das regiões do país, dos estados, dos municípios e das microrregiões, especialmente nas áreas metropolitanas.

Um modelo de proteção social vai se concretizar a partir das especificidades de cada país e das ações dos sujeitos (relações de força e movimento organizado) que se encontram nele. Desse modo, segundo a autora, uma política de proteção social é percebida como um

“conjunto de direitos civilizatórios de uma sociedade e/ou o elenco das manifestações e das decisões de solidariedade de uma sociedade para com todos os seus membros. É uma política estabelecida para preservação, segurança e respeito à dignidade de todos os cidadãos” (2009a, p. 21).

Para Luciana Jaccoud (2009a), o debate sobre o sistema de proteção social brasileiro tem estado em pauta no debate público entre estudiosos e gestores das políticas públicas nas últimas décadas, especialmente depois dos anos de 1980 quando passou a ter relevância nas ciências sociais. A partir desse momento, um conjunto de análises e terminologias surgiu para dar conta desse conceito, constituindo “um terreno nem sempre fácil de ser adentrado”. Desse modo, a autora define proteção social como sendo “um conjunto de iniciativas públicas ou estatalmente reguladas para a provisão de serviços e benefícios sociais visando enfrentar situações de risco social ou privações sociais” (2009a, p.58).

A noção de proteção social apresentada pela autora deixa em destaque as iniciativas do poder público como agente protetor e que teve início, no final do século XIX, a partir dos processos de industrialização, urbanização e desenvolvimento do capitalismo. Nesse quadro, as situações de vulnerabilidade e insegurança sociais dão visibilidade à questão do risco social (doença, velhice, desemprego e morte). Ademais, a autora lembra que seu conceito se distingue de políticas sociais, podendo ser parte delas. Por outro lado, enfatiza que são ações de iniciativa pública que buscam realizar, fora da esfera privada, o acesso a bens, serviços e renda. Seus objetivos podem ser considerados amplos e complexos, podendo “organizar-se não apenas para a cobertura de riscos sociais, mas também para a equalização de oportunidades, para o enfrentamento das situações de destituição e pobreza, o combate às desigualdades sociais e para a melhoria das condições sociais da população” (2009a, p. 60).

Em outra obra, Jaccoud (2009b) enfoca que a priorização dos governos (das três esferas governamentais: Federal, Estadual e Municipal) no enfrentamento das situações de pobreza e indigência faz parte central e essencial do sistema de proteção social brasileiro nos dias de hoje, resultando na efetivação de um modelo de proteção social brasileiro não contributivo, baseado nos programas de transferência de renda a pessoas que se encontram em situação de carência e vulnerabilidade social que acaba por trazer novos desafios, configurações e definições ao nosso sistema de proteção social. Sendo assim, a autora faz uso de um termo reduzido de proteção social, cujo eixo central são os programas de transferência de renda, os quais têm como objetivo

garantir segurança de renda: àqueles que visam manter a renda das pessoas que têm interrompida sua atividade produtiva por motivos de desemprego, doença, invalidez ou aposentadoria, assim como os programas que aportam ajuda financeira às pessoas e famílias que não têm renda ou cuja renda se revela insuficiente. (JACCOUD, 2009b, p. 7).

Temos, então, a criação de um conceito de proteção restrito baseado nos programas de transferência de renda, a partir da criação de condicionalidades e focalização nos mais pobres, prioridade do governo brasileiro atual. Surge um modelo de proteção social não contributiva que se fundamenta nos novos programas governamentais e determina o papel de promoção dos direitos sociais aos cidadãos brasileiros, na garantia dos mínimos sociais.

Diante de todas as definições apresentadas, é perceptível que se trata de um conceito amplo e complexo e não apresenta consensos, um entendimento e uma definição única acerca desse termo. Longe disso, trata-se de um termo que abarca um conjunto de definições e interpretações que apontam para uma diversidade de fontes e concepções, as quais estão baseadas nas particularidades dos contextos sócio, político, econômico, cultural, histórico, de cada país.

É importante colocar que entendemos os conceitos apresentados como complementares e que abrem espaço para pensar na família e no papel de proteção que desenvolvem na esfera do privado. E, discorrer sobre a família é dar visibilidade ao papel das mulheres enquanto pilares essenciais na promoção de cuidados, bem estar e proteção social. Esse papel é antigo e é balizado pelas relações de gênero e papéis sociais construídos: homem – provedor; mulher – cuidadora. Esta temática revelou-se extremamente importante nos dias atuais de privatização das políticas sociais. Segundo Sunkel (2006, p.5):

Por su parte, ante las insuficiencias del sistema de protección social las familias juegan roles claves en la producción y reproducción del bienestar. En respuesta a situaciones adversas las familias movilizan sus activos. En las familias más pobres se moviliza el trabajo –de La mujer, de los hijos o bien se opta por la inmigración– que es comúnmente considerado su más importante activo. Además, en La década del noventa ha aumentado la demanda social sobre la familia. Procesos de distinto tipo –como el envejecimiento de la población, la permanencia de los hijos en la familia de origen y la fecundidad adolescente – han tenido impacto sobre las estructuras familiares, generando nuevas responsabilidades en la protección de sus miembros.

Dessa forma, com base nas definições apresentadas, acreditamos que falar em proteção social sem levar em consideração a articulação das esferas pública e privada esconde a

importância que a família teve e tem (e nela, a mulher), bem como, não se reconhece as práticas femininas que são constantemente recriadas diante das situações de vulnerabilidade social. Como se vê, a concepção ampliada de proteção social abre espaço para tornar público espaços de sobrevivência que serviram e ainda servem de cuidado para a vida de muitas sociedades, fundamentais principalmente para os pobres, bem como para ponderar o papel que a família vai ter na promoção cotidiana de bem estar e estratégias de sobrevivência nas famílias pobres.

Com base nas definições apresentadas, e para fins dessa tese, entendemos o termo proteção social como o desenvolvimento de um conjunto de ações preventivas que buscam evitar situações de privações ou perda do bem estar dos indivíduos, das famílias, das comunidades que se encontram em situação de risco social (pobreza, miséria, ruptura de vínculos, violência, ausência deliberada, perda da dignidade, entre outros) ou fora dela. São mecanismos construídos historicamente tanto na esfera privada (pela família, vizinhança, organizações religiosas e filantrópicas, mercado e outros) como na esfera pública (pelos serviços e benefícios ofertados pelo Estado, como é o caso dos programas de transferência de renda), contribuindo para a sobrevivência, proteção, integração e solidariedade de uma dada sociedade. Essa proteção deve ser pensada a partir das particularidades e especificidades de cada contexto social, político, econômico, cultural e histórico de cada sociedade em questão e das ações dos sujeitos (de organização, mobilização, reivindicação) que fazem parte dele.

Desse modo, enfatizamos que a compreensão da história da proteção social, através das práticas informais e formais, pressupõe conhecer alguns aspectos da organização social, dos modelos econômicos vigentes, da divisão entre os espaços públicos e privados, bem como da família. E, para fins desse trabalho, um tipo particular de comportamento nos interessa que é analisar o papel e importância que a família, em especial, as famílias monoparentais femininas, desempenha na configuração dos sistemas de proteção social e promoção do bem estar social.

1.2 A CONSTRUÇÃO DOS MODERNOS SISTEMAS DE PROTEÇÃO SOCIAL – “RUPTURAS” E “CONTINUIDADES”

A construção dos modernos sistemas de proteção social se deu concomitantemente com o desenvolvimento da sociedade capitalista moderna. Esse processo foi caracterizado

pela intervenção dos estados de países ocidentais nas “questões sociais”⁶, que se agravam a partir de fatores como a Revolução Industrial, o processo de urbanização e os movimentos reivindicatórios dos trabalhadores, no final do século XIX. A institucionalização de medidas protetivas públicas aconteceu a partir da constatação de que a vulnerabilidade e insegurança social se ampliavam nas relações de trabalho assalariado e que, gradativamente, “rompiam” com os tradicionais mecanismos de proteção social baseados na família e na comunidade. Foi nesse quadro que a institucionalização de algum tipo de legislação na área de proteção social estatal tornou-se fundamental.

Segundo Polanyi (2000), a civilização desse século “ruiu” e com ela o mundo se transtornou numa rapidez até então não vivenciada anteriormente, ocasionando a reconfiguração dos antigos sistemas de proteção social e marcando o processo de intervenção do Estado nas ações sociais. O século XIX foi caracterizado por um quadro de grandes transformações econômicas, políticas e sociais que culminou num processo de ruptura (mas também de continuidades) com os tradicionais mecanismos de proteção social baseados nas relações de proximidade, solidariedade e reciprocidade.

Mas, é importante colocar que também se tratou de um processo em continuidade. Com base no trabalho de Edward P. Thompson (1998), verificamos que os costumes estabelecidos entre plebeus e patrícios, da Idade Média, eram particularmente fortes no século XVIII e continuavam presentes na sociedade europeia no século XIX, mesmo na Idade Moderna⁷. E, as novas propostas oriundas com o novo sistema não acabaram automaticamente com os hábitos e costumes anteriores, ao contrário, além de presentes, alguns costumes eram essenciais e fortes, como a cultura entre senhores (patrícios) e servos (plebeus) e o uso da terra. Houve, então, a construção de um sistema de proteção social

⁶ A expressão “questão social” passou a existir para dar conta do fenômeno mais evidente da história da Europa Ocidental que experimentava os impactos da primeira onda industrializante. Ela explicita as contradições existentes na relação capital e trabalho, bem como dá visibilidade ao aspecto do empobrecimento da população. Segundo Castro (1979; p.31), “historicamente, a chamada Questão Social, nos termos do reconhecimento de um conjunto de novos problemas vinculados às modernas condições de trabalho urbano e os direitos sociais que daí adviriam, originou-se na Europa do século XIX, a partir de transformações sociais, políticas e econômicas trazidas pela Revolução Industrial”.

⁷ Até a metade do século XVIII, a Europa ainda era marcada, em sua maioria, pelas relações sociais e econômicas do sistema feudal, cujas principais características eram de uma economia ruralizada ou campesina (TOMPSON, 1998). A organização social era baseada nos feudos, mais conhecidos como unidades econômicas e sociais que pertenciam a um senhor que possuía poder e terra. A economia feudal era tipicamente agrícola e fazia uso de técnicas de trabalho extremamente rudimentares. Apenas séculos mais tarde, as tecnologias voltadas para o campo foram desenvolvidas. A crise do feudalismo iniciou no século XIV e só culminou no final do século XVIII. E, isso se deu por causa do florescimento do comércio e da consolidação de uma economia de base mercantil, que rompeu com as principais marcas da economia feudal e suas limitações por meio do estímulo ao consumo de mercadorias, da atividade comercial e do surgimento dos centros urbanos.

baseado numa relação de persistência e continuidade na efetivação de direitos voltados para as questões da área social.

Alguns acontecimentos foram importantes nesse período: o aparecimento de novas técnicas de cultivo por causa das inovações do campo; a intensificação da exploração da mão de obra camponesa; o aumento da concentração de pessoas nos centros urbanos; a criação da família trabalhadora⁸; o desenvolvimento das grandes cidades; a efetivação da economia monetária; o aumento demográfico nos diversos países; a passagem do capitalismo concorrencial para o capitalismo industrial; os princípios liberais ganharam fôlego; acontecimento de duas grandes revoluções, a Revolução Industrial (1789 a 1848) e a Revolução Francesa (1789); as mobilizações sociais, entre outros. Ou seja, esses episódios foram responsáveis pelas mudanças sociais da vida no campo, como o seu esvaziamento e a valorização dos centros urbanos (HOBSBAW, 2009 e 2011).

Dentre esses eventos, a Revolução Industrial foi um dos mais importantes acontecimentos que demarcou o processo de transição do feudalismo medieval para o capitalismo moderno. E, isso se deu por causa do desenvolvimento tecnológico (máquina a vapor e o tear mecânico) que impactou fortemente a sociedade inglesa e transformou a vida humana, de modo permanente e inquestionável e significou o surgimento da indústria capitalista, da economia de mercado, do Estado liberal, da sociedade burguesa, do proletariado e da família trabalhadora⁹.

⁸ Com o processo de industrialização, a “família trabalhadora entra em cena”. Efetivamente, não só o trabalhador e sua energia física, mas a organização familiar era essencial para a vida em sociedade nos centros industriais. A família trabalhadora tornou-se esfera central dos indivíduos, nesse século, por todos os seus membros estarem inseridos na esfera de produção e reprodução social dos indivíduos. Uma família onde seus membros estão no mundo público e privado. Ao analisar o caso francês, Perrot (1988, p. 661) afirma que “os fabricantes procuram empregar ‘toda’ a família, para garantir o recrutamento e a fidelidade da mão de obra. Cada membro da família é utilizado conforme suas forças e seu estatuto. Como no sistema doméstico, o pai garante a aprendizagem, a disciplina e, sendo o caso, a remuneração dos seus filhos”. Nesse caso, os pais preferem escolher seus filhos como mão de obra vantajosa e as mães utilizavam do apoio de suas filhas e filhos para desempenharem seu trabalho nas fábricas. Os pais passam a ser responsáveis pela disciplina na fábrica e subordinação de seus membros na esfera produtiva. Conforme Perrot (1988, p. 61), “dessa forma, a industrialização, longe de destruir a família, como muitas vezes se supôs, tenta reforçá-la para usá-la para seus próprios fins, não sem aumentar as contradições e tensões internas”. Uma característica marcante desse período é que no quadro pré-industrial o trabalho feminino era informal, não remunerado e a prioridade era dada à família. A produção e reprodução são entendidas como atividades complementares. As fronteiras entre público (esfera da produção) e privado (reprodução) nem sempre existia. Isso foi uma construção moderna. Tanto não existia que a família era base das primeiras fábricas e as relações eram baseadas num sistema patriarcal, onde o “pai” se tornou a autoridade de destaque na casa e na fábrica.

⁹ A “família trabalhadora” expressa o momento em que o trabalhador e sua família tornam-se mão de obra disponível para as indústrias, a partir da Revolução Industrial. Efetivamente, não só o trabalhador e sua energia física, mas a organização familiar era essencial para a vida em sociedade nos centros industriais. A família trabalhadora tornou-se esfera central dos indivíduos, nesse século, por todos os seus membros estarem inseridos na esfera de produção e reprodução social dos indivíduos. Uma família onde seus membros estão no mundo público e privado. Ao analisar o caso francês, Perrot (1988, p. 661) afirma que “os fabricantes procuram empregar ‘toda’ a família, para garantir o recrutamento e a fidelidade da mão de obra. Cada membro da família é

Nesse cenário, o homem servil foi substituído pelo proletário, cujo vínculo é o recebimento de salário em dinheiro. A condição de dependência por proteção de um servo (que aludia uma relação de direitos e deveres recíprocos, ainda que desigual) foi suprida sem um processo prévio de transição, dos feudos para os centros urbanos e industrializados. Estes ganharam outra conotação e a busca por sobrevivência nesses espaços se tornou comum, especialmente nos centros industrializados. Nesses espaços, a miséria era uma realidade para a maior parte da população operária, relegando um vasto segmento da população a uma vida indigna e subumana. Era perceptível o descaso com as condições da família trabalhadora. A vida de muitos era marcada pela ausência de infraestrutura urbana (redes de saneamento básico), vivia-se em moradias precárias e insalubres. Não havia um sistema saúde para a população. Desse modo, como resultado, era elevado os índices de morbidade e de mortalidade da população infantil e adulta também (HOBBSAWN, 2009). Esses espaços viraram concentração de número significativo de famílias trabalhadoras, sobretudo, de famílias que precisavam que as mulheres trabalhassem.

Além disso, os trabalhadores foram submetidos a condições subumanas de vida nas indústrias inglesas. Eles possuíam péssimas condições de trabalho, estavam condicionados a altas jornadas (que variavam entre 14 e 16 horas) e seus salários eram extremamente baixos. Para maior submissão ao trabalho, os capitalistas começaram a preferir uma mão de obra mais “dócil” e “barata”, como era considerada a força de trabalho das mulheres e das crianças, o que, normalmente, condicionava o trabalho dos homens e gerava o seu desemprego¹⁰.

É importante acentuar que associado às condições subumanas vivenciadas, a situação social se agravava diante das crises do sistema capitalista. O capitalismo europeu conviveu com períodos de crises cíclicas, o que dificultava seu processo acumulativo e expansionista e se fazia acompanhar de turbulentas crises sociais. E, nessa ocasião ficava patente que o

utilizado conforme suas forças e seu estatuto. Como no sistema doméstico, o pai garante a aprendizagem, a disciplina e, sendo o caso, a remuneração dos seus filhos”. Neste caso, os pais preferem escolher seus filhos como mão de obra vantajosa e as mães utilizavam do apoio de suas filhas e filhos para desempenharem seu trabalho nas fábricas. Os pais passam a ser responsáveis pela disciplina na fábrica e subordinação de seus membros na esfera produtiva. Conforme Perrot (1988, p. 61): “dessa forma, a industrialização, longe de destruir a família, como muitas vezes se supôs, tenta reforçá-la para usá-la para seus próprios fins, não sem aumentar as contradições e tensões internas”. Uma característica marcante desse período é que no quadro pré-industrial o trabalho feminino era informal, não remunerado e a prioridade era dada à família. A produção e reprodução são entendidas como atividades complementares. As fronteiras entre público (esfera da produção) e privado (reprodução) nem sempre existia, isso foi uma construção moderna. Tanto não existia, que a família era base das primeiras fábricas e as relações eram baseadas num sistema patriarcal, onde o “pai” se tornou a autoridade de destaque na casa e na fábrica.

¹⁰ *A Situação da Classe Trabalhadora na Inglaterra* é um dos livros mais conhecidos de Friedrich Engels. Originalmente escrito em alemão (*Die Lage der Arbeitenden Klasse in England*), é um estudo das condições de vida dos trabalhadores na Inglaterra vitoriana. O livro é considerado como um relato clássico da condição dos trabalhadores na indústria. Originalmente destinado ao público alemão, foi publicado pela primeira vez em 1845. (F. Engels, *Conditions of the working class in England*).

sistema capitalista era contraditório e apresentava limites: a acumulação da riqueza era acompanhada da exploração da classe trabalhadora e da pauperização da população. O interesse do capital pela “família trabalhadora” era esvaziado de qualquer sentido humano, pois ela era vista apenas como uma força de trabalho, uma mercadoria qualquer que fazia parte do processo produtivo. Assim, houve o processo de desvalorização da família trabalhadora e de sua transformação como mera mercadoria. A força de trabalho era igualada a um objeto de uso próprio do capital e sua exploração justificada por isso. As relações não pareciam entre seres humanos e sim entre coisas, ocasionando no processo de “coisificação” dos seres humanos. O lucro e a acumulação eram metas a serem alcançadas pelo capitalismo industrial; as condições de miséria e pobreza da família trabalhadora não eram levadas em consideração e nem tinham políticas que buscavam reverter esse quadro. Enfim, diante de tudo isso, ficou claro que os mais pobres viviam num quadro de verdadeira “catástrofe social”¹¹, uma vez que inexistiam mecanismos públicos e suas famílias conseguiam dar conta da situação que se encontrava. Muitos estavam empobrecidos, eram explorados, moravam em cortiços, ambientes insalubres dos centros urbanos ou complexos industriais, ou seja, em situação de total desproteção social. Tudo contribuía para aumentar a desmoralização dos pobres industrializados e urbanos e essa situação era ignorada pelas classes dominantes.

Um exemplo disso foi o processo de revisão e de modificação de uma das primeiras regulações sociais assumidas pelo Estado inglês, a *Poor Law Act*¹² de 1601, que surgiu como sistema de ajuda social aos pobres da Inglaterra e País de Gales, sendo de preferência aos pobres indigentes. Diante das turbulências da era moderna, a revisão das leis dos pobres se fazia necessária, pois serviriam de “estímulo ao ócio” dos pobres¹³. A revisão da Lei dos

¹¹ Termo usado por Hobsbawn, 2010.

¹² A Inglaterra foi um dos primeiros países da Europa a construir um conjunto de regulações sociais assumidas pelo Estado, ainda no período feudal. A *Poor Law Act* surgiu em 1601 como sistema de ajuda social aos pobres da Inglaterra e País de Gales, sendo de preferência aos pobres indigentes. Os pobres inaptos – velhos, enfermos, órfãos – deveriam receber algum tipo de cuidado; em contrapartida, os pobres capacitados deveriam ser estimulados ao trabalho. A Lei dos Pobres era nacional e administrada de forma local no nível das paróquias, unidades básicas de administração, prevendo uma taxa obrigatória aos pobres a partir da definição de sua condição ou não para o trabalho. Antes disso, do período que vai do início da Idade Média até o século XIV, o cuidado dos pobres era da responsabilidade da Igreja por meio de doativos da família real e da aristocracia. Conforme Polanyi (2000, p.110-111): A *Poor Law* de 1601 decretou que os pobres capacitados deveriam trabalhar para ganhar seu sustento, e a paróquia deveria providenciar esse trabalho. Toda carga da assistência recaiu sobre a paróquia através de impostos ou taxações locais. Estes incidiam sobre todos os donos de casas e arrendatários, ricos ou não, de acordo com o aluguel das terras ou casas que ocupavam... a *Poor Law* tinha administração local; cada paróquia – unidade insignificante – dispunha de seus próprios meios para empregar os homens capazes, para manter um asilo de pobres, para o aprendizado de órfãos e de crianças carentes, para tomar conta de velhos e dos enfermos, para o enterro dos indígenas – e cada paróquia tinha sua própria tabela de impostos.

¹³ No período da criação da primeira Lei dos Pobres, ser pobre era “aquele que, de modo permanente ou temporário, encontrava-se em situação de debilidade, dependência e humilhação, caracterizada pela privação dos meios, variáveis segundo as épocas e as sociedades, que garantiam força e consideração social: dinheiro,

Pobres levou a criação de uma *Poor Law Amendment Act* de 1834. Conforme Pereira (2009, p.70), “[...] a *Poor Law Amendment Act*, de 1834, representou um verdadeiro ato abolicionista para a emergente economia de mercado, pois libertava das rédeas do protecionismo estatal”. Assim, foram abertas as possibilidades para o estabelecimento de um mercado de trabalho em todo o país, consideradas como o ponto de partida para o capitalismo moderno. No entanto, a lógica era abolir alguns mecanismos protetivos que estabeleciam uma relação de dependência e proteção pela criação de uma força de trabalho capaz de trabalhar em troca de um salário, tão comum na sociedade medieval. Buscava-se acabar com o domínio do latifúndio benevolente e seu sistema de abono. De tal modo, as principais recomendações da nova lei dos pobres foram:

a) abolição do abono salarial parcial previsto pelo Sistema *Speenhamland*; b) **internação nas *Workhouses*** (então recuperadas) de todos os solicitantes de assistência que fossem capazes de trabalhar; c) prestação de assistência externa apenas aos incapacitados para o trabalho: enfermos, idosos, inválidos e viúvas com filhos pequenos; d) centralização administrativa das atividades assistenciais das várias paróquias, transformando-as em uma Unidade da Lei dos Pobres; e) **aplicação do princípio da menor elegibilidade**, que consistia em fazer com que as condições de vida dos beneficiários da assistência pública fossem menos atraentes e confortáveis do que as condições de vida dos trabalhadores pior remunerados; e f) estabelecimento de uma Comissão Central de controle da Lei dos Pobres, nomeada pelo rei (FRIEDLANDER, 1974, p. 27 *apud* PEREIRA, 2009, p. 76 – grifo nosso).

Dos princípios acima citados, dois merecem destaque: a internação nas “*Workhouses*” e a “aplicação do critério de menor elegibilidade”. Foram criados critérios seletivos e estigmatizantes para acesso ao auxílio, com objetivo de tornar o benefício indesejável. Ele deveria ser destinado a quem dele realmente precisasse e comprovasse seu estado de pobreza. A contrapartida era aceitar laborar em qualquer trabalho, sempre em péssimas condições, e com baixas remunerações. Ninguém seria beneficiado, caso não estivesse numa *Workhouse*. Elas eram casas de trabalhos, onde os pobres que não tinham as condições mínimas de sobrevivência poderiam viver e trabalhar. O critério da menor elegibilidade servia para identificar quem de fato precisava do apoio assistencial e a identificar quem era pobre e indigente. Para Polanyi (2000, p. 105),

relações, influência, poder, ciência, qualificação técnica, honorabilidade de nascimento, vigor físico, capacidade intelectual, liberdade e dignidade pessoais. Vivendo no dia-a-dia, não tem qualquer possibilidade de revelar-se sem a ajuda de outrem. Uma tal definição pode incluir todos os frustrados, todos os enfeitados, todos os associas, todos os marginais; ela não é específica de época alguma, de região alguma, de meio algum. Tampouco exclui aqueles que, por ideal ascético ou místico, decidiram agastar-se do mundo ou que, por devotamento, optaram por viver pobres entre pobres.” (MOLLAT; 1989, p.5).

É verdade que muitos dos pobres mais necessitados foram abandonados à sua sorte quando se retirou a assistência externa, e entre aqueles que sofreram mais amargamente estavam os ‘pobres merecedores’, orgulhosos demais para se recolherem aos albergues, que se haviam tornado um abrigo vergonhoso. Em toda a história moderna, talvez jamais se tenha perpetrado um ato mais impiedoso de reforma social. Ele esmagou multidões de vidas quando pretendia apenas criar um critério de genuína indigência com a experiência dos albergues... As atrocidades burocráticas cometidas contra os pobres durante a década seguinte, a 1834 pela nova autoridade centralizada da Poor Law foram apenas esporádicas e quase nulas quando comparadas aos efeitos da mais potente de todas as instituições modernas – o mercado de trabalho.

As contradições da nova lei coadunavam com os princípios da economia do mercado baseada nos princípios liberais de livre regulação como mecanismo necessário para a organização e reprodução da nova ordem econômica e social. O Estado, considerado o poder político, deveria ter uma atuação restrita ao funcionamento do mercado livre. O mercado se separou das demais instituições sociais para se tornar auto regulado, numa esfera autônoma que pretende dominar a sociedade e suas relações. Logo, reconhecer alguma forma de proteção social pública era retornar aos princípios do protecionismo feudal.

As medidas de proteção social foram vistas como um retorno ao protecionismo feudal, o que feria tanto o princípio de igualdade como o de liberdade, na medida em que implicava em tratar parte dos cidadãos de maneira especial, e tinha como consequência a necessidade de uma intervenção direta do Estado sobre a sociedade. (FLEURY, 1994, p. 72).

A concepção liberal teve forte influência nessa nova leitura da Lei dos Pobres, porque se acreditava que os homens tinham obrigação de trabalhar, sob qualquer condição e remuneração, para alcançar condições mínimas de sobrevivência. Sua proteção social deveria ser garantida por esforço próprio no espaço de trabalho. Segundo Hobsbawn (2010, p. 83),

Poucos estatutos foram mais desumanos que a Lei dos Pobres de 1834 que tornava qualquer socorro social ‘menos elegível’ que o mais baixo salário vigente; confinava-o a centros de trabalho com características de penitenciária, separando pela força maridos, mulheres e filhos, a fim de castigar os pobres por sua indigência e desconsiderá-los da perigosa tentação de procriar novos miseráveis.

O critério de menos elegibilidade deu um caráter desumano à nova lei, pois os pobres adquiriram um estigma e passaram a ser vistos não como titulares de direitos, mas como um

perigo para a ordem pública. A lógica de uma nova lei era de mudar o caráter dos pobres e fazê-los laboriosos e adaptados ao novo sistema. Mas, em todo o tempo a lei foi contestada e não conseguiu se efetivar na prática, pois os pobres resistiam aos efeitos estigmatizantes da nova lei e preferiam ficar à mercê de sua própria sorte.

Entretanto, entre 1815 e 1848, a situação de precariedade em que viviam os trabalhadores pobres era inegável e piorava cada vez mais, fazendo surgir movimentos entre os trabalhadores e rebeliões. O trabalho conjunto nas fábricas gerou o processo de compartilhamento das dificuldades vividas pelos proletários (precárias condições de trabalho, baixos salários, altas jornadas de trabalho). Isso levou ao questionamento de sua situação e ao processo de construção de uma identidade coletiva de classe. A insatisfação política e social refletia o momento de pobreza social e a destruição dos antigos estilos de vida e levou a organização de diversos movimentos dos trabalhadores (ludistas, anarquistas, cartistas, sindicalistas, entre outros).

O medo da emergência de outra forma de sistema político (como o anarquismo e o socialismo) começou a alertar a burguesia para as consequências causadas pelo capitalismo. Diferentemente do que se pensava, a irreversibilidade do sistema capitalista não era tão impossível assim. Antes, com as crises cíclicas do capitalismo e com os movimentos organizados dos trabalhadores, a ordem social vigente dava sinal de enfraquecimento e esgotamento. O poder hegemônico da burguesia industrial europeia enfraquecia ao longo do tempo em função das constantes crises do capitalismo e também do movimento organizado dos trabalhadores. E, é nessa esfera que os trabalhadores deram visibilidade aos problemas e injustiças sociais que se faziam presentes naquela época. Assim, no final do século XIX, a burguesia se sentia fortemente ameaçada pelo crescimento político da classe trabalhadora e pelo reconhecimento da questão social que estava posta de forma clara e contundente. Conforme Costa (1979, p. 33):

[...] ao mesmo tempo em que as necessidades de uma sociedade capitalista industrial lutavam contra as antigas concepções protecionistas, em nome do progresso econômico e do próprio bem-estar geral, contraditoriamente estavam abrindo terreno para a emergência de um novo tipo de problemática social que acabaria por acarretar o nascimento de uma nova concepção de proteção social. Este ponto, crucial para a compreensão da complexa dinâmica que envolve a relação entre liberalismo e as origens de uma moderna concepção de política social, marcaria o desenvolvimento histórico da Europa do século XIX.

Contraditoriamente, da mesma forma que a sociedade capitalista lutava contra as antigas concepções protecionistas em nome do progresso e desenvolvimento do sistema, novas problemáticas apareceram e abriram espaço para a emergência de outros sistemas de proteção social. Isso caracterizava a necessidade de algum tipo de proteção social pública, institucional e legal, para dar conta da situação de miséria e pobreza¹⁴ que estava instalada. Por sua vez, isso apontava para os mecanismos repressivos e coercitivos do Estado que não davam conta dos problemas sociais vigentes, ocasionando uma nova forma de tratar a questão social. Não era mais vista como um fenômeno episódico e excepcional, em que apenas a ação policial do Estado garantiria a ordem. Mas, agora, ela passou a ser vista como uma questão de direito dos trabalhadores e de sua família. Assim, uma exigência se fazia frente à ruptura dos tradicionais mecanismos de proteção social: a emergência de direitos sociais dos trabalhadores.

Modificar esse cenário se fazia necessário. E, o ponto de partida dessas reflexões era que os benefícios econômicos do mercado livre não poderiam modificar e destruir as principais instituições sociais existentes. Assim, a partir de 1890, novas discussões surgiram favoráveis à adoção de medidas de proteção social por parte do estado. Assim, algumas leis e decretos foram revisados na Inglaterra, como foi o caso das *Poor Law Amendment Act*, *Statute of Artificiers* e *Speenhamland Law*. Foi então que, conforme Polanyi, “tiveram de ser introduzidas regulamentações de um novo tipo para mais uma vez proteger o trabalho, só que, agora, contra o funcionamento do próprio mecanismo de mercado. Embora as novas instituições protetoras – sindicatos e leis fabris – fossem adaptadas, tanto quanto possível, às exigências do mecanismo econômico, elas interferiam com a sua auto-regulação e finalmente destruíram o sistema” (2000, p. 99). Assim, os princípios e políticas das leis dos pobres foram finalmente superados na Inglaterra no início do século XX, nas décadas anteriores a I Guerra Mundial.

Dessa forma, as experiências dos seguros sociais do governo alemão ganharam destaque e seriedade por causa do impacto que teve na vida das famílias trabalhadoras, a partir de finais do século XIX. O governo de Bismarck surgiu num quadro de efervescência política do movimento operário e da burguesia liberal. A criação de medidas contra essas

¹⁴ Cabe registrar que a expressão pobreza é uma palavra de origem latina e de uso comum no Ocidente. Seu uso foi diversificado a partir dos séculos XIII e XIV, em outras línguas como a francesa, italiana, portuguesa, espanhola, inglesa, alemã, entre outras. Para Mollat, “as noções expressas são fundamentalmente idênticas e as realidades vividas semelhantes” (1989, p.2). A palavra pobreza surgiu para designar pessoas que passavam por adversidades pontuais ou de longo prazo, como nos casos de impecúnia, despojamento em geral (miseráveis, indigentes, mendigos), deficiência alimentar (fome, famintos) e de vestuário, deficiência física (cegos, lepra, deficiência mental) situações diversas (órgãos, viúvas), banimento e exílio. Vivenciar algumas das adversidades citadas poderia gerar um sentimento de compaixão ao indivíduo pobre.

manifestações se fazia imprescindível. Foi, então, que o Estado precisou rever a relação existente entre ele e os indivíduos. Como podemos observar, o estado alemão não fazia oposição em se tornar um estado protetor, ao contrário, esse processo era essencial para a promoção do processo de industrialização no país, bem como de evitar uma revolução da classe proletária. Bismarck tinha clara consciência da necessidade do Estado de tomar medidas que pudessem evitar uma revolução. Foi nesse contexto que apresentou o seu projeto de criação do advento do seguro social compulsório¹⁵. Este estabelecia um novo tipo de relação entre o cidadão e o governo. Dentro dessa lógica, foram aprovados os seguintes seguros: o *seguro saúde* em 1883, o *seguro de acidentes* em 1884 e o de *velhice e invalidez* em 1889. A criação do seguro social apresentou um impulso expressivo na construção dos modernos sistemas protetivos dos diversos países desenvolvidos ou em desenvolvimento. Mesmo sua lógica sendo restrita a segmentos dos trabalhadores, teve impacto expressivo no que se refere à proteção em momentos de perdas advindas de doenças, acidentes, envelhecimentos e mortes, o que antes era impensado. Mas, o princípio básico não era de criação de novos direitos sociais que alterassem a ordem capitalista vigente, mas sim de preservá-la: a lógica era proteger o capitalismo contra ele próprio através da intervenção do Estado.

De fato, a legislação do seguro social inaugurada por Bismarck, nos anos 1880, indicava, implicitamente, o reconhecimento das autoridades públicas de que a pobreza no capitalismo era produto do próprio desenvolvimento predatório desse sistema que, para ser preservado, exigia do Estado a proteção do trabalhador contra a perda de renda advinda de doenças, acidentes, envelhecimento, mortes prematuras dentre outras contingências sociais (PEREIRA, 2009, p. 60).

Temos assim, a partir do final do século XIX, a conformação progressiva de um novo e moderno sistema de proteção social entre os países do Ocidente que “instituiu não apenas benefícios e serviços públicos, mas os associou a um sistema de obrigações jurídicas e de cotizações obrigatórias que acabaram por dar origem a novos direitos na esfera pública: os direitos sociais” (JACCOUD, 2009, p. 59). Estes, tanto nos países europeus e também no Brasil, se organizaram através do seguro social. A contribuição obrigatória direcionava uma renda para os trabalhadores que se deparavam com situações de risco social (doença,

¹⁵ Anterior a esse momento, o seguro social era voluntário e praticado por entidades, associações e clubes sociais, como era o caso das *Friendly Societies* inglesas. Mas, foi Bismarck quem efetivou na Alemanha a ideia e lógica do seguro social num sentido mais amplo na década de 1880.

invalidez, velhice, desemprego) e não podem mais garantir a sua sobrevivência por meio do trabalho.

Sendo assim, a construção dos modernos sistemas de proteção social ou dos conhecidos Estados de Bem Estar Social se traduziu numa obrigação legal do Estado em responder às situações de risco individual por meio de uma socialização coletiva desses riscos. No entendimento de Pereira (2009, p. 23), falar em Estados de Bem Estar Social é se referir “àquele moderno modelo estatal de intervenção na economia de mercado que, ao contrário do modelo liberal que o antecedeu, fortaleceu e expandiu o setor público e implantou e geriu sistemas de proteção social”. E, esses Estados de Bem Estar Social, emergem ao final do século XIX e se configuram no século XX, notadamente no pós II Guerra Mundial, rompendo com o quadro anterior de total desproteção social e descaso com as questões de risco social em que viviam o trabalhador e sua família. Conforme Pochmann (2004, p. 3-4),

As economias capitalistas desenvolvidas construíram ao longo do século XX, especialmente a partir do segundo pós-guerra, experiências até então inéditas em termos de avanços na proteção social e trabalhista. Para isso, coube ao Estado um papel singular como participante do intenso processo de expansão econômica e do exitoso enfrentamento das iniquidades geradas no interior das sociedades capitalistas.

Dessa forma, o efetivo desenvolvimento e ampliação desses Estados aconteceram por causa da ampliação das instituições e práticas estatais intervencionistas nos países capitalistas da Europa Ocidental e dos Estados Unidos. Contribuíram para isso os efeitos profundos ocasionados pelas crises cíclicas do capitalismo, na primeira metade do século XX, a saber: a I Guerra Mundial, a Grande Depressão de 1929 e a II Guerra Mundial. As implicações desse período histórico geraram uma grande insatisfação das famílias trabalhadoras e a luta organizada pela melhoria das condições de vida.

Enfim, o período pós II Guerra Mundial foi emblemático na institucionalização e expansão dos Estados de Bem Estar Social na maioria das economias capitalistas avançadas e, posteriormente, nas economias periféricas. E, os direitos sociais visaram um mínimo de bem-estar econômico, garantindo condições de vida e trabalho aos cidadãos de uma sociedade, de segurança, assim como a garantia de participação na herança social, riqueza e bem-estar coletivos. A educação, saúde e trabalho formavam a base fundamental para a constituição desses direitos sociais cidadãos. Assim, o longo período de expansão dos Estados de Bem Estar Social aconteceu de meados de 1940 a meados de 1970, caracterizado por uma

verdadeira transformação econômica, social e cultural. Modificações como as inovações tecnológicas, a criação de hábitos de consumo, práticas de controle do trabalho, avanço do processo de industrialização e urbanização, crescimento econômico, entre outras que aconteceram numa velocidade extraordinária em diversos países ao redor do mundo.

Contribuições importantes desse período foram as políticas econômicas de um Estado interventor keynesiana e o plano de seguridade social beveridgiano. O Keynesianismo tem origem na obra “Teoria Geral do emprego, do juro e da moeda” do economista britânico John Maynard Keynes, cujos ideais serviram de influência para a macroeconomia moderna, tanto na teoria quanto na prática. Ele defendia uma política econômica de Estado intervencionista, por meio da qual os governos usariam medidas fiscais e monetárias para mitigar os efeitos adversos dos ciclos econômicos: recessão, depressão e *booms*. Na década de 1930, Keynes demonstrou clara oposição ao pensamento econômico neoclássico o qual defendia que os mercados livres oferecessem automaticamente empregos aos trabalhadores, contanto que eles fossem flexíveis em suas demandas salariais. Após a eclosão da Segunda Guerra Mundial, as ideias econômicas de Keynes foram adotadas pelas principais economias desenvolvidas e suas recomendações se expandiram entre essas sociedades, dos anos 1950 a 1960. Ancorado no receiturário keynesiano, surgiu na década de 1940, o “*Report on Social Insurance and Allied Services*” de 1942, mais conhecido por Plano Beveridge, foi elaborado por um comitê coordenado por William Beveridge. Nesse documento cinco grandes males da sociedade deveriam ser combatidos pelo governo inglês, como a escassez, a doença, a ignorância, a miséria e a ociosidade. Com base no modelo do seguro social alemão bismarckiano (1883), criou um sistema unificado e nacional de Sistema de Seguridade Social que deveria ter um caráter distributivo e contributivo, além de abolir a lógica dos critérios de menos elegibilidade para o acesso aos serviços da assistência social. Apesar de seu Plano ser considerado um grande avanço para época, ele continha aspectos extremamente conservadores, como estabelecer um mínimo nacional como o padrão de sobrevivência numa visão liberal (mínimo com conotação de ínfimo de provisão), arranjos de proteção social voltados para família onde o homem deveria ser o provedor e a mulher desenvolver uma colaboração doméstica gratuita e, ainda, à sociedade civil passou a ter um papel de destaque a provisão de bem estar social (PEREIRA, 2009).

Assim, o Estado assumiu uma variedade de atribuições que ia desde o controle dos ciclos econômicos via políticas fiscais e monetárias até investimentos na área social, em setores como seguridade social, saúde, educação, habitação, etc. E a forma de intervenção do Estado variou conforme as influências ideológicas e políticas de cada país, como foi o caso

dos Estados Unidos liberal, da Alemanha democrata-cristã, dos países escandinavos socialdemocratas. Com isso, notamos que a construção desses modelos de bem estar social não se deu de forma linear e de igual modo entre os países capitalistas ocidentais, ao contrário disso, sua trajetória apresentou variações de entre eles.

A clássica obra de Esping-Andersen (1991, p. 98), “As três economias do *Welfare State*”, retrata bem essas diferentes trajetórias. Conforme o autor, o *Welfare State* (ou Estados de Bem Estar Social) é um conjunto de ações que “envolve responsabilidade estatal no sentido de garantir o bem-estar básico dos cidadãos”. Mas, para o autor é preciso que as atividades estatais se entrelacem com as famílias e o mercado em termo de provisão social. Deste modo, precisamos fazer referência à importância e o papel da família nesse processo. Por outro lado, quando falamos em Estados de Bem Estar Social também nos referimos ao processo de “desmercantilização”, onde as ações do Estado passam a ser vista como direito e as pessoas conseguem viver independente do mercado de trabalho.

Nas sociedades pré-capitalistas, não havia monetarização da força de trabalho e a atividade produtiva era realizada na unidade familiar. Com os processos de industrialização, os indivíduos passaram a depender basicamente da venda de sua força de trabalho e do que o mercado de trabalho lhes ofereciam, logo foram despojados das antigas instituições sociais que lhes garantiam algum tipo de provisão social. Deste modo, a introdução dos direitos sociais modernos implicou na revisão do status de mera mercadoria e possibilitou o enfrentamento das dificuldades vivenciadas no cotidiano dos trabalhadores e suas famílias.

Dentro dessa lógica, Esping-Andersen apresenta pelo menos três modelos de desmercantilização que se apresentam em distintos modelos de Estados de Bem Estar Social. O primeiro modelo é o “assistencial”, onde os direitos são assegurados a partir da comprovação da necessidade e não da inserção no mercado de trabalho. Nesse caso, existe a necessidade de atestar a situação de pobreza e os benefícios servem apenas para minimizar os efeitos causados pela desmercadorização, ocorrendo uma valorização do mercado. Modelo muito comum nos países anglo-saxões, como é o caso dos Estados Unidos. O segundo é o da “previdência social” estatal e compulsória, base do modelo Alemão. A desmercadorização não é substancial e os benefícios dependem basicamente das contribuições dos trabalhadores que estão inseridos no mercado de trabalho formal, a lógica dos seguros sociais predomina. E, por fim, o modelo de “universalização” dos direitos é considerado por Esping-Andersen como um dos mais desmercadorizante, por oferecer benefícios básicos e iguais a todos os cidadãos de um país, independente de contribuições feitas. Assim sendo, para Esping-Andersen (1991)

os diferentes modelos de Estados de Bem Estar Social se organizam em *welfare state liberal*¹⁶, o *welfare state conservador*¹⁷ e o *welfare state social-democrata*¹⁸.

É importante frizar que apesar da grande valorização que é dada aos Estados, eles não eram os únicos atores na provisão social e do bem estar dos cidadãos. Outras instituições foram extremamente importantes como as famílias, o mercado e as iniciativas privadas¹⁹. Mais uma vez, vemos que as famílias, em diferentes graus, são uma respeitável instância de gestão da proteção social e o olhar que se dava a ela dependeu da trajetória histórica e da concepção política, social, econômica de cada país.

¹⁶ No modelo de *welfare state liberal*, como referência temos os Estados Unidos. Nesse modelo, predominam as ações assistenciais aos que são comprovadamente pobres, sendo reduzidos os programas universais e modestos os planos de seguro social. Os benefícios são destinados a parcela da população de baixa renda, geralmente a classe trabalhadora ou dependentes do estado. O avanço no que se refere a ruptura dos tradicionais mecanismos de proteção social foi extremamente limitado. Os benefícios são restritos e associados ao estigma, normalmente modestos. “O Estado, por sua vez, encoraja o mercado, tanto passiva – ao garantir apenas o mínimo – quanto ativamente – ao subsidiar esquemas privados de previdência” (ESPING-ANDERSEN, 1991, p. 108). Assim, o processo de desmercadorização é mínimo. Como apontamos o modelo de regime liberal, mais conhecido por liberal restrito, o *New Deal* do presidente norte-americano Franklin Roosevelt. Por causa do período de Grande Depressão econômica de 1929, foi necessária a configuração de um plano governamental que recuperasse a prosperidade econômica dos Estados Unidos. Este plano ficou conhecido pelo *New Deal*, baseado nas ideias de Keynes¹⁶.

¹⁷ No *welfare state conservador*, destacamos a Alemanha. Neste ocorre o corporativismo estatal, poder que foi ampliado para atender a estrutura social no período pós-industrial. “Nestes *welfare states* conservadores e fortemente ‘corporativistas’, a obsessão liberal com a mercadorização e a eficiência do mercado nunca foi marcante e, por isso, a concessão de direitos sociais não chegou a ser uma questão seriamente controversa” (ESPING-ANDERSEN, 1991, p. 108-109, grifo do autor). Aqui os direitos estavam ligados ao status de classe e são conformados pela Igreja. Outro ponto que faz parte da essência deste modelo é a preservação da família tradicional. Assim, aos homens cabia à esfera da produção e às mulheres da reprodução, a casa e a maternidade eram encorajados para elas. Políticas como creches e asilos eram precárias, pois a máxima deste tipo de estado era que “o Estado só interfere quando a capacidade da família servir os seus membros se exaure” (Ibidem, p. 109). Fora desse quadro, interferir na esfera do privado, da família, era improvável.

¹⁸ O terceiro modelo é o *welfare state social-democrata* que se distingue pelos princípios de universalismo e desmercadorização dos direitos sociais. Os países sociais democratas (países escandinavos ou nórdicos) conseguiram implantar um conjunto amplo de reformas sociais. De tal modo, “os social-democratas buscaram um *welfare state* que promovesse a igualdade com os melhores padrões de qualidade, e não uma igualdade das necessidades mínimas, como se procurou realizar em toda a parte [...] Esta fórmula traduz-se numa mistura de programas altamente desmercadorizantes e universalistas [...]” (ESPING-ANDERSEN, 1991, P.109). Diferentemente dos demais modelos, “este modelo exclui o mercado e, em consequência, constrói uma solidariedade essencialmente universal em favor do *welfare state*. Todos se beneficiam; todos são dependentes; e supostamente todos se sentirão obrigados a pagar” (ibidem, p. 110). Logo, o comprometimento da sociedade com os princípios deste tipo de bem estar será muito maior pela forma que é afetada por ele. Outro aspecto impressionante é a forma que este modelo afetará o mercado e a família tradicional. “Ao contrário do modelo corporativista-subsidiador, o princípio aqui não é esperar até que a capacidade de ajuda da família se exaure, mas sim de socializar antecipadamente os custos da família” (Ibidem, p.110). Ao invés disso, o que se tem como objetivo é dar maior autonomia às famílias, maior independência individual, para que estas consigam uma melhor qualidade de vida e mobilidade social, a partir da criação de infra estruturas mínimas, como creches, asilos, escolas em tempo integral entre outras medidas. Como resultado, ocorre um Estado de Bem Estar Social que “garante grande transferências diretamente aos filhos e assume responsabilidade direta pelo cuidado com as crianças, os velhos e os desvalidos. Por conseguinte, não só para atender as necessidades familiares, mas também para permitir às mulheres escolherem o trabalho em vez de prendas domésticas” (Ibidem, p. 110). Um dos eixos norteadores é o pleno emprego como parte integrante do bem estar social, tanto para homens quanto para as mulheres.

¹⁹ Esping-Andersen, 1991 e Barr, 2004.

No modelo de bem estar liberal norte-americano, as famílias pobres foram o principal alvo da intervenção estatal. Predominavam-se as ações assistenciais aos que eram comprovadamente pobres, sendo reduzidos os programas universais e os modestos planos de seguro social. Os benefícios foram restritos e associados ao estigma. Nesse tipo de modelo, o avanço no que se refere à ruptura dos tradicionais mecanismos de proteção social foi extremamente limitado e a presença da família é essencial na proteção social de seus membros. Num segundo tipo, no Estado de Bem Estar conservador alemão, a família tradicional é parte essencial da manutenção e sobrevivência dos indivíduos, visto que a constituição de políticas aos cuidados privados era escassa ou quase inexistente. E, opostamente às duas concepções anteriores, um terceiro modelo foi o de Estado de Bem Estar Social foi o social democrata que afetou grandemente as relações estabelecidas na esfera do mercado e da família tradicional. Aqui, as ações voltadas para a família buscaram socializar os custos e alguns serviços que eram ofertados exclusivamente pela família, antes que sua intervenção pudesse exaurir e colocar muitos em situação de vulnerabilidade social. Nesse caso, o objetivo maior foi o de dar autonomia e independência às famílias para que essas alcançassem uma melhor qualidade de vida e mobilidade social, a partir da criação de infraestruturas mínimas como creches, asilos, escolas em tempo integral entre outras medidas. Com isso, criaram-se estruturas mínimas que permitiam às mulheres escolherem o trabalho doméstico ou o ingresso no mercado de trabalho. Assim, a experiência social democrata de bem estar possibilitou um grande investimento em instituições públicas que garantiram a saída das mulheres dos espaços privados aos espaços públicos.

E, com base do modelo dos países escandinavos, a intervenção do Estado de Bem Estar Social conseguiu revolucionar o trabalho doméstico, tradicionalmente realizado pelas mulheres no espaço das casas. Em trinta anos, houve uma ressignificação do universo doméstico e o incentivo do trabalho das mulheres fora de casa. O Estado implementou algumas políticas públicas de infraestrutura (saneamento básico), prestação de serviços (como creches, escolas em tempo integral e asilos), investimentos em tecnologia (contraceptivos, produtos industrializados, eletrodomésticos) que possibilitaram a “saída” das mulheres para a esfera pública e o acesso a direitos sociais cidadãos. As mulheres passaram a ter mais tempo para se dedicarem a si próprias e construir novos objetivos de vida. Segundo Lefaucher (1991, p. 492):

O novo regime do trabalho doméstico, não necessitando já de uma presença permanente no lar, permitiu a disponibilização quotidiana de uma força de

trabalho feminina para a produção extradoméstica de bens e serviços. Esse novo regime apelou também para essa força de trabalho, porque um segundo salário se tornou muitas vezes necessário para que as famílias – e as donas de casa – pudessem ter acesso a produtos, equipamentos e serviços que substituíram, total ou parcialmente, o trabalho doméstico tradicional.

Assim sendo, a não obrigatoriedade das mulheres dentro de suas casas possibilitou o seu ingresso no mercado de trabalho. Para Lefaucher (1991, p. 494), “o *Welfare* entrava assim no lar e empurrava a dona de casa para fora dele”. Era como se o Estado de Bem Estar Social entrasse em cada domicílio e “empurrasse” as mulheres para fora dele e lhes desse a oportunidade de acessar a esfera pública, como um lugar possível mas que lhes havia sido historicamente negado. A partir desse momento, o trabalho feminino não era considerado mais um “problema”²⁰. E, isso revela que a configuração dos modernos sistemas de proteção social impactava diretamente a formação e a organização familiar e novas relações iam sendo estabelecidas no seio familiar. Assim, nos países desenvolvidos, a família passou por muitas mudanças. A possibilidade de conciliar trabalho feminino no setor público com a esfera privada de reprodução ocasionou, o que estudiosas feministas consideraram, que as mulheres foram beneficiadas pelo *Welfare State*. Assim, Lefaucher (1991) e Bock (1991) afirmam que nos países em que o *Welfare State* foi mais forte e presente proporcionou uma maior autonomia às mulheres por causa da intervenção do estado na família. Para as autoras, as mulheres foram “casadas” com o *Welfare State* e este as “expulsou” para fora de suas casas, impactando assim nas relações de gênero²¹. A partir disso, verificamos que os modernos

²⁰ A Revolução Industrial foi responsável por uma grande transformação política, econômica e social e impactou profundamente a organização social da família nas diversas sociedades. Dentre as diversas mudanças, houve uma ampla discussão da teoria da separação das esferas. Enquanto o trabalho nas fábricas, fora de casa, era destinado quase que exclusivamente aos homens por causa de suas características físicas e biológicas, às mulheres cabia o cuidado da casa e de seus membros. O mundo público passou a ser espaço ameaçador da moralidade da trabalhadora feminina e destruidor dos lares e do papel para o qual as mulheres foram chamadas. Com a industrialização, o processo produtivo passou a ter uma lógica própria. Lógica esta que priorizava o espaço da fábrica, longas jornadas de trabalho e condições precárias. Além disso, as mulheres tornaram-se uma mão de obra barata e não regulamentada, o que aumentou o interesse dos capitalistas por esse tipo de força de trabalho. E, essa questão era reforçada pela recusa dos trabalhadores homens – sindicalizados – da entrada das mulheres na luta por melhores condições de trabalho. Por isso, a mulher trabalhadora teve uma visibilidade impressionante, no século XIX, passando a ser reconhecida como um “problema” para a sociedade (SCOTT, 1994). Um problema de criação recente e que deveria ser resolvido, pois, agora, a mulher ficava dividida entre a casa e o trabalho.

²¹ Para Scott (1990, p.4): Gênero (surge) como substituto de ‘mulheres’, é igualmente utilizado para sugerir que a informação a respeito das mulheres é necessariamente informação sobre os homens, que implica no estudo do outro. Esse uso insiste na ideia de que o mundo das mulheres faz parte do mundo dos homens, que ele é criado dentro e por esse mundo. Esse uso rejeita a validade interpretativa da ideia das esferas separadas e defende que estudar as mulheres de forma separada perpetua o mito de que uma esfera, a experiência de um sexo, tem muito pouco ou nada a ver com o outro sexo. Ademais, o gênero é igualmente utilizado para designar as relações sociais entre os sexos. O seu uso rejeita explicitamente as justificativas biológicas, como aquelas que encontram um denominador comum para várias formas de subordinação no fato de que as mulheres têm filhos e que os homens têm uma força muscular superior. O gênero se torna, aliás, uma maneira de indicar as ‘construções

sistemas de proteção social ampliaram suas funções de forma que atingia o interior das casas, das famílias, culminando, assim, em ações que chegaram a obscurecer várias atribuições substantivas da família no campo da reprodução e proteção social dos indivíduos. Para Brant de Carvalho (2005, p. 267):

Desde o pós-guerra, nos países capitalistas centrais, a oferta universal de bens e serviços proporcionados pela efetivação de políticas públicas pareceu mesmo descartar a família, privilegiando o indivíduo-cidadão. O progresso, a informação, a urbanização, o consumo fortaleceram a opção pelo indivíduo portador de direitos. Apostava-se que a família seria prescindível, substituível por um Estado protetor dos direitos dos cidadãos.

Vemos que os Estados de Bem Estar Social tiveram um grande papel interventor a ponto de interferir diretamente nos espaços privados da família. E, essa teoria foi bastante debatida a ponto de se pensar que o histórico papel assumido pela família de bem estar e proteção social tornou-se “prescindível”, descartando o seu papel protetor. Porém, longe disso, a família e o Estado são instituições imprescindíveis de proteção social nas sociedades capitalistas e reconhecidos estudos apontam para isso, como acontece na clássica obra de Gosta Esping-Andersen²² (1991). Como pontuamos anteriormente, Esping-Andersen coloca que “o *welfare state* não pode ser compreendido apenas em termos de direitos e garantias. Também precisamos considerar de que forma as atividades estatais se entrelaçam com o papel do mercado e da família em termos de provisão social” (1991, p. 101). Nesse trecho, Andersen aponta a família como uma das instituições fundamentais na promoção do bem estar social nos países da Europa Ocidental, contudo, não abordou de que forma a família se torna uma esfera de proteção durante esse período. Quando questionado por estudiosas femininas acerca de sua negligência a respeito do papel das famílias e das mulheres nos diferentes modelos de intervenção apresentado por ele, reconheceu que não abordou com propriedade o papel da família nesses modelos, focando na relação Estado-mercado dentro desses sistemas.

Alguns anos depois, Andersen recuperou a realidade interna da família para ampliar sua base de análise dos Estados de Bem Estar social das economias capitalistas. Assim, em “Women in the New Welfare Equilibrium” (2003), o autor comenta que a inserção das mulheres no mercado de trabalho foi fundamental e responsável por um “new welfare

sociais’ – a criação inteiramente social das ideias sobre os papéis próprios aos homens e às mulheres. É uma maneira de se referir às origens exclusivamente sociais das identidades subjetivas dos homens e das mulheres. O gênero é, segundo essa definição, uma categoria social imposta sobre um corpo sexuado.

²² Gosta Esping-Andersen é um dos principais estudiosos dos Estados de Bem Estar Social e o seu papel nas economias capitalistas. Sua clássica obra é a *The Three Worlds of Welfare Capitalism* de 1990.

equilibrium”. O trabalho feminino tem se tornado fundamental para manter ou elevar o padrão de vida de muitas famílias, especialmente nos quadros de grande dificuldade econômica. Logo, ele promove um bem estar doméstico e melhoria do padrão de vida de suas famílias. E, isso continua latente, uma vez que a cada ano o trabalho feminino e seu salário passou a ser exigido pelas famílias para manter o padrão de vida, bem como reduzir os índices de pobreza.

“Indeed, all across the advanced world, families increasingly require women's work income in order to uphold living standards. Family poverty rates are far lower when mother is also employed. Put differently, women's employment is becoming central in any anti-poverty policy [...] Besides the predictable finding that number of children raise poverty risks [...] mothers employment is everywhere decisive in avoiding child poverty” (ESPING-ANDERSEN, 2003, p.600).

Assim, o fato das mulheres serem “empurradas” para o mercado de trabalho pelo Estado, não significa que as famílias não sejam responsáveis e tenham de dar conta de uma gama de atividades dentro de uma casa, dentro da esfera privada, e que está fora do alcance do Estado. Decisões de como e com que gastar o dinheiro, os processos de socialização, a manutenção da casa, o cuidado dos filhos pequenos e dos idosos, o apoio mútuo e de proteção, a provisão de afeto entre outras ações acontecem no interior de uma família e são imprescindíveis ao desenvolvimento e proteção dos indivíduos. Dessa forma, tanto o trabalho feminino dentro de suas casas como fora dela devem ser significados e avaliados em termos do impacto que isso causa para a vida dessas famílias e das mulheres nos diversos modelos de proteção social. Por isso, a histórica falta de reconhecimento e precário aprofundamento da participação da família e da mulher nos sistemas de proteção social capitalistas devem ser revistos e analisados com a importância que merecem. Em especial, no contexto atual de crise e revisão dos modernos sistemas de proteção social, em que a família é “redescoberta” como instituição imprescindível de bem estar e proteção social dos indivíduos, bem como para o bom funcionamento da sociedade capitalista.

1.3 CRISE DOS MODERNOS SISTEMAS DE PROTEÇÃO SOCIAL E A “REDESCOBERTA” DA FAMÍLIA

As crises atuais de desenvolvimento das economias capitalistas estão colocando em pauta aspectos centrais dos modernos sistemas de proteção social. O aumento do quadro de pobreza e vulnerabilidade social tem se apresentado como questão central para a revisão dos

atuais sistemas provisão entre teóricos e gestores públicos de diversos países capitalistas, tanto em países desenvolvidos como nos que estão em desenvolvimento. A crise desses estados é um tema complexo e que ainda não se tem consenso entre os estudiosos²³, e tem levado a rediscussão sobre novas configurações e significações dos modernos sistemas de proteção social.

Esse quadro é resultado das constantes crises capitalistas que se deram no transcurso dos anos de 1970. Período esse marcado pelas constantes altas do preço do petróleo, especialmente entre 1973 e 1975, ocasionando um momento de inflexão do regime de acumulação das economias capitalistas avançadas e do seus modernos sistemas de proteção social nas economias. Isso apontava que o longo período de crescimento econômico apresentava sinais de esgotamento, fazendo com que as dívidas públicas e privadas crescessem e as ações sociais do estado passassem a ser questionadas como as principais responsáveis pelos gastos dos governos. A crise fiscal dos países industrializados apontava para a dificuldade das economias capitalistas em continuar conciliando os gastos públicos com o crescimento econômico, sinalizando a existência de um novo conflito entre “capital” e “trabalho”. E, isso se deu porque o período de crescimento econômico apresentou sinais de esgotamento, fazendo com que as dívidas públicas e privadas crescessem e as ações sociais do estado passassem a ser questionadas como as principais responsáveis pelos gastos dos governos.

O fato é que no pós II Guerra Mundial, a maioria das economias capitalistas experimentou um crescimento econômico inesperado que gerou a criação de sistemas de proteção social, numa conjuntura bem sucedida entre política econômica e política social. O quadro atual tem levado políticos e estudiosos a afirmarem que estamos diante de uma “crise” ou até do “fim” dos sistemas de proteção social, marcando uma nova era para as sociedades ocidentais de redução do estado nas questões sociais e o retorno necessário aos antigos sistemas de proteção baseados nas redes de proximidade e solidariedade construídas na relação da família, amigos e vizinhos. Ou seja, presenciamos a transição de um sistema de proteção social garantido pelo Estado de Bem Estar Social, por um Estado que reconhece e intervém nas questões sociais, para um sistema privado, seletivo e focalizado nas questões sociais que merecem um amparo imediato.

Esse cenário deu espaço para o debate da temática do neoliberalismo econômico que estabeleceu acirrado debate entre questões em torno da importância de reduzir o papel do

²³ Clayton e Pontusson, 1988; Pierson, 1996; Fink e Tálos, 2003; Pallier, 2000; Gilbert, 2004; Pierson, 2005; Mesa Lagos, 2007.

Estado e ampliar as iniciativas privadas por meio do processo de privatização da economia. E, como o crescimento econômico não se dava na mesma proporção dos gastos adquiridos pelo Estado na gestão dos serviços públicos e sociais, a resposta possível era de redução dos gastos públicos nos conhecidos sistemas de proteção social. Assim, uma das primeiras medidas governamentais para resolver o problema foi tomada a fim de reduzir os gastos nas políticas de proteção social.

Em todos os países, durante as últimas duas décadas, uma reversão da tendência expansiva dos modelos de proteção social é evidente. Entretanto, essas mudanças aconteceram em diferentes velocidades e com diferenças no tipo de mudança dos sistemas de proteção social, como aconteceu em países como Inglaterra, Estados Unidos, Alemanha, França, Áustria, Dinamarca, Suécia. Na Inglaterra, o governo da primeira ministra Margareth Thatcher (do partido conservador), no período de 1979 e 1990, representa o principal marco histórico do desmonte gradual do Estado de Bem Estar inglês, a partir da privatização de algumas empresas públicas. Anos depois, outros países adotaram a mesma política, como foi o caso dos Estados Unidos com Ronald Reagan em 1980. Segundo Fink e Tálos (2003), os governos dominados por partidos conservadores de centro-direita (Inglaterra, Estados Unidos, Alemanha) implementaram considerável retração dos Estados de Bem Estar Social mais cedo, a partir da década de 1980, num contexto ainda inicial de crise e de pressão estrutural mais moderada. Enquanto os governos de partidos social democratas (Suécia, Dinamarca, França) tomaram medidas mais tarde, a partir dos anos de 1990, num quadro de grande pressão política e econômica. No entanto, esse processo de crise e reconfiguração dos modernos sistemas de proteção social continua em pauta nos dias de hoje.

Um exemplo disso, é que nos últimos anos, temos presenciado a gravidade da crise que está atingindo alguns países de primeiro mundo (Itália, Espanha, Portugal, Grécia e Irlanda). Estamos, novamente, na presença de uma crise global. A Europa que ficou conhecida pelo seu crescimento econômico e criação dos mais avançados dos sistemas de bem estar social vivencia um longo período de crise econômica. Duas questões estão em pauta: de um lado, as características principais da atual crise são o “descontrole” das contas públicas, caracterizado pelo grande gasto público em políticas sociais, o que tem gerado uma crise financeira conjuntural que não tem previsão de ser superada nos próximos anos; de outro lado, mesmo nesse quadro de crise, a ação, ainda que residual, dos Estados de Bem Estar Social ainda apresentam um impacto positivo diante da situação de crise atual.

Esse quadro de crise está afetando a região conhecida por “zona do euro”²⁴. O argumento principal dos conservadores é que alguns países tiveram uma despesa maior do que sua receita. Como resultado, a estratégia tem sido reduzir o papel protetor do Estado, com medidas de austeridade às políticas de proteção social, como corte de salários e congelamento de benefícios sociais. Esse processo está trazendo à tona a discussão acerca do papel do estado na promoção do desenvolvimento econômico e do bem estar social, através das políticas econômicas e sociais.

Hoje ter acesso ou garantia a algum tipo de direito social é uma dúvida constante. Os direitos conquistados nos chamados “anos dourados”²⁵ estão em fase de crise e revisão. As incertezas do momento atual fazem com que uma nova proposta de sociedade seja reconstruída e sugerida na Era Neoliberal que tem como lógica a redução do estado na área social e aumento dos investimentos no setor econômico. É nesse ínterim que o regime de acumulação capitalista vigente passou por um processo de inflexão e a efetivação das políticas governamentais baseadas no ideário neoliberal, implicando na redução dos gastos públicos implicou na revisão dos modernos sistemas de proteção social.

Assim, o cenário em diversos países passou a ser marcado por ondas de desemprego de longa duração, ampliação de empregos precários e em tempo parcial, temporários, precarização dos vínculos trabalhistas, colocando muitas famílias em situação de miséria, pobreza e vulnerabilidade social. “Os efeitos das políticas neoliberais provocaram piora progressiva nas condições de vida, em razão da virulência das mudanças no mercado de trabalho e nas políticas de garantias de direitos sociais”²⁶. O projeto neoliberal ganhou força e priorizou ações como as de privatização do Estado, internacionalização da economia, desproteção social, sucateamento dos serviços públicos, concentração da riqueza e aumento da pobreza e indigência. Vivenciamos, assim, um quadro de retração e liquidação dos direitos sociais dos cidadãos, ocasionando o aumento do número de indivíduos, famílias e comunidades que vivem em condições precárias por causa da grande desigualdade social e da redução da qualidade de vida. Com isso, temos o crescimento das desigualdades dos direitos básicos (civis, políticas e sociais) de massa significativa das sociedades.

Dessa forma, as políticas na área social passaram a ser debatidas e os princípios de focalização, restrição e seleção retornam à cena política com força total. Isso se deu porque

²⁴ A Zona Euro ou oficialmente Área do Euro (também referenciada como Eurozona, Euro-Área ou ainda Eurolândia) refere-se a uma união monetária dentro da União Europeia, na qual alguns Estados-membros adaptaram oficialmente o euro como moeda comum. A entidade máxima que regula toda a política monetária é o Banco Central Europeu, sediado em Frankfurt, Alemanha.

²⁵ Esse período vai de 1945 a 1975.

²⁶ Laurell, 2002; Navarro, 2002; Soares, 2001; Pontes, 2010.

“as políticas públicas também sofreram a sua quota de retrações de financiamento, com a disseminação por parte das agências multilaterais de uma ‘nova e avançada’ metodologia de enfrentamento dos efeitos perversos da globalização, o que redundou no desdobramento de uma ‘cruzada’ para ‘combater’ a pobreza extrema no planeta” (POGGE, 2004; PNUD, 2001 *apud* PONTES, 2010). E, os países da América Latina, mais conhecidos como de capitalismo periférico, constituíram-se em espaço privilegiado para implantação das políticas neoliberais. O caso brasileiro não fugiu à regra e apresentou pelo menos duas particularidades nesse processo: foi um dos últimos continentes da América Latina a efetivar os princípios ideológicos neoliberais em seu país; e, também, estava numa fase de transição do período ditatorial para o período de redemocratização (PONTES, 2010).

Assim, na década de 1990, diversos países de capitalismo central e periférico implementaram um conjunto de ajustes nos seus sistemas de proteção social, cujas consequências foram evidentes na vida de boa parte da sociedade. Segundo Vaitsman *et al.* (2009, p. 733), “como parte da agenda de restrição do gasto e das políticas universalistas, um conjunto de ações e programas para enfrentar o aumento da pobreza e vulnerabilidade começa a ser adotado por vários países e difundido pelas organizações multilaterais”. É, então, que um novo debate sobre os sistemas de proteção social entrou em pauta no debate público e a sua redefinição foi efetivada, culminando numa polissemia do referido conceito.

A concepção de proteção social assume certa polissemia, passando a ser utilizada tanto para serviços e benefícios assegurados como direitos, quanto para uma gama de programas e ações dirigidos ao enfrentamento de diferentes níveis de privação, risco e vulnerabilidade, prestados por tipos diversos de instituições, públicas ou privadas (VAITSMAN *et al.*, 2009, p. 733).

Como vemos, um conjunto de programas de combate à pobreza e intervenções voltados aos mais pobres passou a fazer parte da agenda governamental de muitos países e as agências multilaterais (como o Banco Mundial, Fundo Monetário Internacional) contribuíram com essa questão. O argumento central era de que num quadro de restrições fiscais, a preferência deveria ser dada aos mais necessitados; aos mais pobres entre os pobres, resultando na priorização e focalização dos pobres nas políticas governamentais, como é o caso das ações conhecidas por transferência de renda. Desse modo, o debate público mudou nos anos de 1990 e colocou em pauta a questão do combate à pobreza. Documentos importantes foram criados nesse sentido, como o World Summit on Social Development em

1995 e Declaração do Milênio²⁷, os quais “conseguiram reunir alguma convergência internacional em torno de uma visão de desenvolvimento incluindo dimensões sociais e o estabelecimento de metas para a erradicação da pobreza, o aumento da democracia e da equidade” (VAISTMAN, 2009, p. 732).

Esse debate, em nível internacional, deu-se em concomitância ao processo de efetivação da nova Constituição Federal do Brasil, considerada marco central recente para analisar o sistema de proteção social brasileiro. Desde a Constituição, assistiu-se à ampliação dos direitos sociais e universais dos cidadãos por causa da implantação tripé da Seguridade Social, valorizando os sistemas de Previdência Social, Saúde e Assistência Social. Conforme Sposati (2009, p. 14), a Constituição Federal de 1988 “ao afiançar os direitos humanos e sociais como responsabilidade pública e estatal, operou, ainda que conceitualmente, fundamentais mudanças, pois acrescentou na agenda dos entes públicos um conjunto de necessidades até então consideradas de âmbito pessoal ou individual”.

Mas, a efetivação dos direitos sociais cidadãos, estabelecidos a partir da promulgação da Constituição, deparou-se com o quadro de contradições que limitaram a atuação do Estado na área social. Nos anos 90, observamos a inserção do Brasil na economia mundial e a incorporação de medidas baseadas no neoliberalismo, na economia globalizada, na reestruturação produtiva; ocasionando na priorização de alguns setores em detrimento de outros, como foi o caso do setor produtivo através da reestruturação produtiva. De tal modo, vivenciamos um quadro crescente de desemprego, aumento do trabalho precário, precarização das relações de trabalho, a estagnação econômica, a privatização de empresas públicas, o desmonte dos direitos sociais e trabalhistas, entre outras perdas vitais para a vida da população brasileira. Esse quadro impactou diretamente a vida de muitas famílias brasileiras e as colocou em situação de carência e vulnerabilidade social. Famílias essas que vivenciam altos níveis de privação, ocasiões de privações e risco social iminente diante perda do bem estar social, ocasionado pelas frequentes incertezas e acesso a precários sistemas de proteção social público e privado. De fato, a instabilidade social e o tipo focalizado da intervenção governamental levaram ao aprofundamento do número de pobres e extremamente pobres, deixando um grande número de cidadãos em situação de grande vulnerabilidade social, o que

²⁷ A “Declaração do Milênio” das Nações Unidas foi adotada pelos 191 estados membros, no dia 8 de setembro de 2000, com objetivo de sintetizar acordos internacionais alcançados em várias cúpulas mundiais ao longo dos anos 90 (sobre meio-ambiente e desenvolvimento, direitos das mulheres, desenvolvimento social, racismo, etc.). A Declaração trouxe consigo uma série de compromissos concretos que deverão melhorar o destino da humanidade neste século. Os objetivos do milênio são erradicar a pobreza extrema e a fome, atingir o ensino básico universal, promover a igualdade entre os sexos e a autonomia das mulheres, reduzir a mortalidade infantil, combater o HIV/AIDS, a malária e outras doenças, garantir a sustentabilidade ambiental, estabelecer uma parceria mundial para o desenvolvimento.

afetou a vida de muitas famílias, sobretudo, pobres. Esse quadro se mantém praticamente inalterado até início dos anos 2000.

Nesse cenário, os pensadores neoliberais aproveitaram o momento político, econômico e social e passaram a defender a tese de que o Estado não estava conseguindo dar conta sozinho de todas as questões que estavam postas para a sociedade brasileira. Com isso, outras alternativas possíveis deveriam ser responsabilizadas pelo progresso econômico e social. É, assim, que outras instituições de provisão social, como a família, deveriam “partilhar” com o Estado as responsabilidades antes da alçada dos poderes públicos. Isso trouxe à cena a participação da família nos esquemas de proteção social no neoliberalismo. A família é trazida à cena como mecanismos (privados) de proteção social diante do atual quadro de crise. Com isso, “introduz-se a problemática da ‘redescoberta’ da família como importante substituto privado do Estado na provisão de bens e serviços sociais básicos” (PEREIRA, 2006, p. 25).

O discurso presente é que a família deve partilhar com o Estado as responsabilidades no que se refere à promoção de bens e serviços na área de bem estar social que, até então, nos Estados de Bem Estar Social estavam sob a competência dos poderes públicos. E, elas devem funcionar como fontes privadas de proteção social. Temos, então, um “contexto de mudanças estruturais que serviu de justificção para a formação de um modelo misto ou plural de proteção social, denominado de bem-estar, o qual, paulatinamente, foi colocando a família na ‘berlinda’ (*ibidem*, p. 25).

Assim, a família torna-se agente por excelência de proteção social sob a justificava de que isso levaria a uma melhoria da eficácia das políticas sociais exatamente no contexto de crise que se vivia. E, incentivar outros atores da esfera privada – indivíduos, família, comunidades – seria de suma importância para a criação de um estado de bem estar plural. O cerne da questão é que nessa proposta de pluralidade do bem estar social não fica claro como deverão ser distribuídas as responsabilidades e a forma de provisão das fontes de recursos para satisfação das necessidades sociais.

Formulada simplesmente, a proposta básica subjacente a esta abordagem é que a ‘providência’ – bens e serviços que satisfaçam as necessidades básicas e proporcionem proteção social – deriva de uma multitude de fontes: o Estado, o mercado (incluindo a empresa), as organizações voluntárias e caritativas e a rede familiar. (MISHRA, 1995, p. 103 *apud* PEREIRA, 2006, p. 32).

Enfim, não existe uma clara posição de quem faz, como faz, com que recursos, que padrões de prestação de serviços serão usados, além de se transferir responsabilidades e dar um papel supervalorizado às famílias. Fazendo referência a Pereira (2006) e a Mishra (1995) o chamado pluralismo de bem estar social vai muito além do que definir quem melhor pode atuar na prestação de bens e serviços na área do bem estar social em determinada sociedade. Essa concepção se baseia na proximidade das fronteiras entre público e privado e retira de cena o Estado enquanto promotor e garantidor das políticas públicas sociais, o agente principal no que se refere à garantia dos direitos cidadãos de muitos.

Dentro dessa nova lógica, os atuais sistemas de proteção social ganham novos significados e passam a dar um novo olhar à família. Pois, a crise dos estados protecionistas irá afetar diretamente e propor restrições às políticas sociais. E, assim, a discussão sobre a “matricialidade sociofamiliar” nas políticas sociais tem importância e ganha espaço de debate, enfatizando o papel da família enquanto promotora do bem estar e proteção social de seus membros. Aqui a lógica varia entre um Estado de Bem Estar liberal, em que as ações de assistência são prioridades e voltadas para os mais pobres, e também um Estado de Bem Estar conservador, onde a família tradicional e as ações caritativas da igreja são importantes esferas de proteção social.

Diante dessa discussão, acreditamos que a família foi e continua a ser uma importante esfera privada de proteção social, em especial no caso das camadas populares, tornando como particulares, como de competência da esfera privada, as formas e mecanismos que terão de ser construídos diante de tal situação, privatizando questões que são condicionadas a partir dos problemas que se encontram em nossa conjuntura política, econômica e social.

Reconhecer as questões da esfera privada é tornar público espaços de sobrevivência, de longas datas, que serviram e servem de cuidado da vida de muitos brasileiros. Segundo COSTA (2002), a análise da história social brasileira confirma isso e, ainda, revela que as múltiplas práticas de proteção social privada, construídas nas relações privadas e de proximidade, contribuíram para a montagem tardia dos sistemas de uma proteção social secundária no país. Apenas anos mais tarde, por volta da década de 1980, foi que as lutas feministas e a *saída*²⁸ das mulheres para a vida pública ocasionaram na revisão das práticas domésticas, tidas até então como atribuição natural de uma mulher, e da tomada de consciência da questão de gênero. Conforme a autora,

²⁸ Termo usado por Michele Perrot, 1991.

A desconsideração desses nexos parece decorrer de orientações teóricas sobre práticas protecionistas, restritos às práticas e aos serviços sociais, usualmente imersas em referências macroanalíticas. Nelas, a noção de esfera *pública* dissociada da esfera *privada* separa e opõe o mundo da cultura e da política, tido como masculino, daquele considerado *natural*, portanto, feminino, doméstico e despolitizado. As práticas de *proteção primária*, em grande parte a cargo das mulheres, tornadas *naturais* no âmbito das famílias e grupos de convívio, ficam ocultas. (2002, p. 302, grifo da autora).

O que a autora evidencia é a conexão existente entre as históricas práticas femininas e a constituição dos sistemas de proteção social que efetivaram uma relação dicotômica entre as esferas públicas e privadas, bem como, favoreceram a desnaturalização e a dimensão política das vivências na esfera da casa. Esquecendo, desse modo, que o não reconhecer esse tipo de experiência é continuar delegando às mulheres uma gama de atribuições e responsabilidades para além de sua capacidade pessoal. Assim, a presença das mulheres no cenário político e social internacional e brasileiro é um fato inquestionável. Essa inserção no espaço público trouxe à tona a visão de uma “nova” mulher, que rompe com os valores tradicionais e conservadores. Defendem seus direitos e necessidades, manifestam as desigualdades existentes entre homens e mulheres, criam e se apropriam de novos saberes, novas informações que redefinem as relações de poder nas esferas pública e privada.

Por isso, apontamos como de grande importância à apreciação crítica sobre o papel e participação das famílias como agente privado, mas também público, em nosso sistema de proteção social atual. Dessa forma, no capítulo que segue, aprofundaremos a discussão acerca da presença das famílias no sistema de proteção social brasileiro não contributivo, focalizando a análise na relação entre programas de transferência de renda e a centralidade que é dada às famílias nesses programas.

2 PROTEÇÃO SOCIAL NÃO CONTRIBUTIVA E A CONSTRUÇÃO DE POLÍTICAS CENTRALIZADAS NAS FAMÍLIAS

Como vimos, nos últimos anos, vivemos um quadro de profundas e significativas mudanças na estrutura econômica e social brasileira que impactam diretamente nosso sistema de proteção social. Diferente do que tem acontecido nos países de capitalismo central da Europa, estudos²⁹ recentes apontam que presenciamos, no Brasil, uma fase de constante crescimento econômico, de aumento do índice de emprego, da ampliação do valor do salário mínimo, bem como do crescente investimento público em programas contributivos e não contributivos de renda. Essas intervenções governamentais estão transformando a vida de muitas famílias brasileiras, principalmente as pobres, que estão saindo do quadro de extrema pobreza em que viviam.

Ampliaram-se, desse modo, os debates acerca dos aspectos centrais de nossa proteção social e, especialmente, dos programas não contributivos da Seguridade Social (como os programas de transferência de renda) que tornaram-se um dos mecanismos basilares de combate à pobreza e à redução da vulnerabilidade e desigualdade no país. Perante esse quadro, os programas de transferência de renda com condicionalidades e centrados nas famílias pobres passaram a ser implementados nas três esferas de governo (Federal, Estadual e Municipal) por causa das funções redistributivas e de combate à pobreza no cenário brasileiro atual. E, a construção de políticas centralizadas nas famílias apresenta-se como estratégia dominante desses programas de transferência de renda.

Assim sendo, neste capítulo, pretendemos inicialmente discorrer sobre o sistema de proteção social não contributivo brasileiro, efetivado a partir dos avanços adquiridos a partir da Constituição Federal de 1988. Em seguida, apresentar a relação que tem sido estabelecida entre os programas de transferência de renda e a construção de políticas centralizadas nas famílias, bem como problematizar os aspectos contraditórios que se apresentam na relação entre o Estado brasileiro e as famílias no contexto atual.

²⁹ Cf. Neri (2011), Rocha, (2011), Pochmann (2010), Jaccoud (2009), Kerstenetzky (2009), Montali e Tavares (2008).

2.1 PROTEÇÃO SOCIAL NÃO CONTRIBUTIVA NO BRASIL

No Brasil, o sistema de proteção social não contributivo surgiu a partir de mudanças expressivas que aconteceram com a promulgação da Constituição Federal de 1988, que avançou com a criação de políticas públicas na área da Assistência Social. Essa Constituição inaugurou um conjunto de mudanças para a sociedade por meio do processo de universalização do sistema de proteção social brasileiro, baseado nos princípios de Seguridade Social. Afirma o texto constitucional que a Seguridade Social é um conjunto integrado de ações de iniciativa dos Poderes Públicos e da sociedade, destinado a assegurar direitos relativos à Saúde, Previdência e Assistência Social.

O financiamento da Seguridade pode acontecer de duas formas básicas: num sistema contributivo e não contributivo. No primeiro tipo de financiamento, o sistema contributivo é assegurado diretamente ao segurado que ingressa no sistema de seguro social brasileiro numa expectativa de se auferir um benefício no futuro. No segundo caso, o sistema não contributivo não exige contribuição prévia. Seus recursos são arrecadados de tributos diretos pelos entes federados, e são repassados em forma de serviços ou benefícios à população que acessa esse tipo de política. Fazem parte do sistema não contributivo as ações da Saúde e Assistência Social. Todavia, para fins dessa tese, focalizaremos os programas do sistema de proteção não contributiva, os de transferência de renda, por causa da centralidade que é dada às famílias pobres.

O sistema de proteção social não contributiva surgiu como área de gestão pública com objetivo de desenvolver ações que atendam às necessidades sociais mínimas da população brasileira que se encontrava excluída de qualquer tipo de direito social. Nesse contexto, a Assistência Social surge como um novo campo de direitos sociais sob a responsabilidade do Estado. Com isso, houve a ampliação dos direitos sociais à parcela da população que se encontrava à margem da sociedade, desprovida de qualquer política pública que lhes garantisse direitos sociais. De acordo com o artigo 203 da Constituição Federal de 1988, ficou estabelecido que “a assistência social será prestada a quem dela necessitar, independentemente de contribuição à seguridade social”. Verificamos, desse modo, que a Assistência Social se configurou como um avanço nas políticas sociais brasileiras, voltadas para a garantia de direitos e de condições dignas de vida, representando um avanço e ampliação dos direitos nos campos humanos e sociais como política pública do Estado. Assim sendo, segundo Sposati (2009, p. 14), a Assistência Social foi plenamente inovadora

Primeiro, por tratar esse campo como de conteúdo da política pública, de responsabilidade estatal, e não como uma nova ação, com atividades e atendimentos eventuais. Segundo, por desnaturalizar o princípio da subsidiariedade, pelo qual a ação da família e da sociedade antecedia a do Estado. O apoio a entidades sociais foi sempre o biombo relacional adotado pelo Estado para não quebrar a mediação da religiosidade posta pelo pacto Igreja-Estado. Terceiro, por introduzir um novo campo em que se efetivam os direitos sociais.

Dessa forma, a Assistência Social passa a ser reconhecida como de responsabilidade do Estado. Desnaturalizam-se os tradicionais papéis de provisão social da família e sociedade e ainda produz um novo campo de direitos humanos e sociais que são concedidos à parcela da população até então excluída da sociedade. Todas essas questões são inovadoras e tencionam o debate político acerca da dimensão que as ações não contributivas (como as transferências de renda) governamentais tornaram-se num dos principais pilares de combate à situação de extrema pobreza e miséria do país. Assim, observamos que os programas de transferência possuem uma trajetória recente em nossa história. De acordo com Jaccoud (2009b, p. 9):

Ao contrário dos programas contributivos, que têm longa história no Brasil, as chamadas transferências de renda não contributivas têm origem bastante recente. Elas emergem, na esfera Federal, no início dos anos 2000, operando novos tipos de benefícios monetários, não previstos pelo texto constitucional.

Esses tipos de programas estão promovendo uma ampliação do debate sobre os aspectos centrais de nossa proteção social e dando visibilidade ao caráter não contributivo dela, ressignificando nosso sistema de proteção social. As ideias dos princípios de universalização e dos de focalização passaram a fazer parte do debate público contemporâneo, dando visibilidade aos programas sociais baseados em ações descentralizadas, privatizadas e focalizadas, ampliando, dessa forma, o debate sobre os programas de transferência de renda. Por programas de transferência de renda entendam-se

[...] aqueles que atribuem uma transferência monetária a indivíduos ou a famílias, mas que também associam a essa transferência monetária, componente compensatório, outras medidas situadas principalmente no campo das políticas de educação, saúde e trabalho, representando, portanto, elementos estruturantes, fundamentais, para permitir o rompimento do ciclo vicioso que aprisiona grande parte da população brasileira nas amarras da reprodução da pobreza. (YASBEK, 2007, p.19).

Com base na definição apresentada, os programas de transferência de renda têm como eixo o repasse de recursos monetários às famílias pobres, mediante critérios e condicionalidades, e devem acontecer associados a outras ações na área de educação, saúde e trabalho. É, assim, que esses tipos de programas públicos passam a ter um maior investimento governamental, nas três esferas governamentais, a partir do início dos anos 2000. Podemos confirmar essa afirmação, quando observamos os gastos sociais do governo federal no período de 2000 a 2009. Vejamos as tabelas abaixo:

**TABELA 1 – Gasto Social Federal
Período de 2000 a 2009**

Em R\$ Bilhões Constantes Dez./2010 (corrigidos pelo IPCA mensal)										
Gasto	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009
Total	288,0	307,6	319,2	322,4	352,0	381,8	420,5	456,0	484,7	541,3
Previdência Social	132,5	142,2	150,5	162,3	177,3	193,6	211,1	223,6	232,1	249,9
Saúde	38,9	40,4	41,5	39,4	43,2	43,9	49,2	52,5	55,7	63,4
Assistência Social	9,2	11,6	14,8	16,4	20,1	22,9	26,6	29,6	33,3	37,0

Em % do PIB										
Gasto	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009
Total	12,56	13,00	12,92	12,95	13,20	13,82	14,35	14,38	14,19	15,80
Previdência Social	5,77	6,00	6,08	6,52	6,65	7,00	7,20	7,04	6,78	7,28
Saúde	1,70	1,71	1,68	1,58	1,62	1,59	1,68	1,66	1,63	1,85
Assistência Social	0,40	0,49	0,60	0,66	0,75	0,83	0,91	0,93	0,97	1,08

Fonte: COMUNICADOS IPEA, N. 98, ANO 2011.

Com base nos dados, verificamos que houve um crescimento gradual e constante dos investimentos públicos nas políticas da área social. O gasto social partiu de R\$ 288 bilhões em 2000 para R\$ 541,00 em 2009. Em relação aos investimentos governamentais, notamos que a Assistência Social foi o setor que mais teve aumento de recurso público por parte do governo Federal, no referido período. Um investimento expressivo de R\$ 9,2 bilhões em 2000 passando para R\$ 37 bilhões em 2009. Dessa forma, o segundo maior investimento foi na Previdência Social. Já a Saúde foi o setor que teve o menor investimento no período analisado. Comparando esses valores em relação ao PIB, temos um desenho diferente. Apesar do crescimento do gasto em reais, quando confrontamos esses valores com o PIB observamos que os gastos federais com a Assistência Social mantêm-se praticamente inalterados e apresentam redução nos valores percentuais que foram destinados à Previdência Social e à Saúde, entre os anos de 2006 e 2008, voltando a aumentar apenas em 2009. Segundo COMUNICADO IPEA (2011, p. 7),

com os impactos da crise econômica na economia brasileira, que foram mais intensos entre o último trimestre de 2008 e o primeiro semestre de 2009, a economia brasileira entrou em recessão. A recuperação foi rápida, a partir do segundo semestre de 2009, frente a outros países que enfrentaram taxas negativas de crescimento... Várias políticas sociais foram aceleradas e intensificadas como parte integrante da reação à crise. Esse esforço adicional das políticas sociais exigiu um aumento dos recursos destinados à área social, o que refletiu também em uma maior parcela do PIB destinada a essa área.

Assim sendo, podemos ponderar que a Assistência foi a única área da Seguridade Social que teve um fluxo de investimento contínuo. Mesmo sendo o seu orçamento total em 2009 de apenas 1% do PIB, isso representou mais do dobro de recursos públicos em relação a 2000. Podemos observar que, em valores absolutos, temos um salto de investimentos na Assistência, especialmente a partir do ano de 2004, quando o governo federal aumentou os recursos para os programas de transferência de renda como o Programa Bolsa Família – PBF e o Benefício de Prestação Continuada³⁰ - BPC. Essa evolução dos recursos pode ser observada com base nas tabelas abaixo:

TABELA 2 – Valor Total dos Benefícios (PBF e BPC – deficiente e idoso) no período de 2004 a 2011

Valor em R\$	2004	2005	2006	2007
Bolsa Família	439.870.605,00	549.385.527,00	687.701.812,00	831.106.689,00
BPC – Deficiente	295.152.716,30	365.402.357,90	453.793.385,40	527.450.282,90
BPC – Idoso	243.552.740,50	320.885.739,40	415.573.943,00	493.809.144,20

Valor em R\$	2008	2009	2010	2011
Bolsa Família	905.899.897,00	1.174.266.196,00	1.239.042.080,00	1.602.079.650,00
BPC – Deficiente	625.765.802,70	754.378.998,20	904.794.959,10	1.036.857.359,00
BPC – Idoso	590.323.148,90	715.960.209,00	826.851.042,20	918.656.410,60

Fonte: IPEADATA (em Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome)

³⁰ Conforme o CADERNO SUAS (N. 4, Nov. 2009, p. 14), “Em outubro de 2003, o Governo Federal editou a Medida Provisória nº 132, convertida na Lei nº 10.836, de 09 de janeiro de 2004, que criou o PBF para atender as famílias em situação de pobreza e extrema pobreza, aportando R\$ 5 bilhões ao programa, o que possibilitou o aumento de 1,2 milhões de famílias beneficiárias em 2003 para 6,5 milhões de famílias em 2004. O aumento dos recursos destinados ao BPC explica-se a partir da promulgação do Estatuto do Idoso, Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003, que ampliou o critério de elegibilidade quando diminuiu a idade para concessão de 67 para 65 anos e estabeleceu a não contabilização, na renda *per capita* familiar, do benefício já concedido a outro idoso da família”.

TABELA 3 – Número de Beneficiários dos Programas BF e BPC – deficiente e idoso no período de 2004 a 2011

Valor em R\$	2004	2005	2006	2007
Bolsa Família	6.571.839	8.700.445	10.965.810	11.043.076
BPC – Deficiente	1.127.849	1.211.761	1.293.645	1.385.107
BPC – Idoso	933.124	1.065.604	1.183.840	1.295.716

Valor em R\$	2008	2009	2010	2011
Bolsa Família	10.557.996	12.370.915	12.778.220	13.357.306
BPC – Deficiente	1.510.682	1.625.625	1.778.345	1.905.511
BPC – Idoso	1.423.790	1.541.220	1.623.196	1.687.826

Fonte: IPEADATA (em Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome)

Assim, quanto à evolução do valor destinado a esses programas e o número de atendimentos realizados, percebemos que o crescimento foi constante e gradativo em todos os programas apresentados. O PBF teve R\$ 439 milhões de recursos e atendia mais de 6 milhões de famílias em 2004. Alcançou o valor de R\$ 1.6 bilhões de reais em 2011 e atendeu mais de 13 milhões de famílias brasileiras. O orçamento praticamente quadruplicou e o número de atendimentos realizados dobrou em menos de 10 anos. Em relação ao BPC (deficiente e idoso), observamos que o BPC deficiente teve investimento de cerca de R\$ 295 milhões em 2004 e 1.127 milhões de atendimento e passou para mais de R\$ 1 bilhão de reais, chegando a 2 milhões de atendimentos em 2011. Enquanto o BPC idoso era de R\$ 243 milhões e atendia 933 mil pessoas em 2004 e passou para R\$ 918 milhões e mais de 1.687 atendimentos em 2011. O aumento dos investimentos e número de beneficiários do BPC idoso deu um salto a partir de 2004, por causa da revisão do programa que alterou o critério idade para recebimento do benefício que era de 67 anos para 65 anos. Além disso, houve o estabelecimento da não contabilização na renda per capita familiar do benefício que já era concedido a outro idoso da mesma família.

É inegável que recursos crescentes foram destinados aos programas de transferência de renda a partir do ano de 2004, como também o impacto positivo na situação de vulnerabilidade social de muitos brasileiros em situação de pobreza e extrema pobreza. Diante desses dados, nos chama a atenção o papel e o impacto que as políticas de transferência de renda (como é o caso do PBF e BPC idoso e deficiente) passaram a ter nos índices de pobreza e extrema pobreza em nosso país. Elas assumiram um papel essencial no sistema de proteção social brasileiro não contributivo nos últimos anos. Podemos observar essas informações a partir da tabela abaixo:

TABELA 4 - Números de pessoas extremamente pobres e pobres no Brasil – Período de 1999 e 2009

Ano	Extremamente Pobres	Pobres
2001	25.406.163	58.488.902
2002	23.668.868	58.215.330
2003	26.069.035	61.385.933
2004	23.325.610	59.541.909
2005	20.674.228	55.476.712
2006	17.133.160	48.526.810
2007	15.777.557	44.204.094
2008	13.888.662	41.460.919
2009	13.474.983	39.631.550

Fonte: IPEADATA³¹

Esses dados comprovam que está acontecendo de forma gradativa e constante a diminuição dos índices do número de pessoas extremamente pobres e pobres³². Em 2001, vemos que havia cerca de 25 milhões de pessoas em situação de extrema pobreza e 58 milhões de pessoas pobres. Há uma leve queda no índice de pobres e uma redução maior no índice de indigentes em 2002, ocorrendo em 2003, um expressivo aumento em ambos os índices, passando o quadro de extrema pobreza para mais de 26 milhões de pessoas e de pobres para 61 milhões. O número de pessoas pobres alcançou o seu ápice nesse período, sendo o maior em números absolutos desde 1981. O maior número de pobres tinha sido de 60.944.462 em 1993, conforme o IPEA. Quanto ao número de indigentes, ele apresenta uma elevação significativa também, mas não supera o número de mais de 28 milhões de pessoas extremamente pobres que existiam em 1993.

Apenas a partir de 2004, é que temos um quadro emergente e constante de redução do número de pessoas extremamente pobres e pobres no país que pode ser constatado a partir dos dados. Nesse mesmo ano, o número de pessoas extremamente pobres caiu de mais de 26 milhões para 23 milhões, enquanto o número de pobres vai de mais de 61 milhões para 59

³¹ No sistema do IPEADATA, não houve registro do número de pessoas pobres e extremamente pobres no ano de 2000.

³² Com base no IPEA, número de pessoas extremamente pobres entende-se o “número de pessoas em domicílios com renda domiciliar per capita inferior à linha de extrema pobreza (ou indigência, ou miséria). A linha de extrema pobreza aqui considerada é uma estimativa do valor de uma cesta de alimentos com o mínimo de calorias necessárias para suprir adequadamente uma pessoa, com base em recomendações da FAO e da OMS”. Por número de pessoas pobres define-se “o número de pessoas em domicílios com renda domiciliar per capita inferior à linha de pobreza. A linha de pobreza aqui considerada é o dobro da linha de extrema pobreza, uma estimativa do valor de uma cesta de alimentos com o mínimo de calorias necessárias para suprir adequadamente uma pessoa, com base em recomendações da FAO e da OMS” (Fonte: base do IPEADATA). Compete ressaltar, que ambos os índices – extrema pobreza e pobreza – são construídos exclusivamente com base no rendimento. Os aspectos relacionados ao bem estar e acesso aos mecanismos de proteção social não são levados em consideração.

milhões. A partir de então, temos uma redução expressiva e crescente desses números, chegando a 13.474.983 o número de pessoas extremamente pobres e 39.631.550 o número de pessoas pobres. Esses índices demonstram, quantitativamente falando, uma queda em quase 50% no número de pessoas extremamente pobres (analisando os anos de 2003 e 2009) e cerca de 36% no número de pobres no mesmo período. Porém, são números ainda expressivos num país em que a população chega perto dos 190 milhões de habitantes.

Observamos que o sistema de proteção social não contributivo brasileiro ampliou a sua cobertura e passou a atender segmentos populacionais que estavam em situação de precariedade, alcançando pessoas que se encontravam excluídas do setor formal de trabalho ou inseridas precariamente no setor informal. Sendo assim, a Assistência Social como política de proteção social configura-se como um novo quadro para os que se encontram em situação de vulnerabilidade social no Brasil.

Diante do exposto, é perceptível que as políticas não contributivas da Assistência Social, como é o caso dos programas de transferência de renda, tomaram uma dimensão inesperada no sistema de proteção social brasileiro, como principal mecanismo público de combate à pobreza e à miséria no país. Diversos estudos³³ apontam e afirmam que a população nas faixas de renda entre extremamente pobre e pobre decresceu expressivamente e a situação de desigualdade social está reduzindo, entre os anos de 2003 e 2009. Conforme a publicação Comunicados IPEA: mudanças recentes na pobreza brasileira, “a população nas faixas de renda extremamente pobre, pobre, e vulnerável decresceu em tamanho absoluto. O estrato pobre foi o que mais se reduziu em número de pessoas, mas a maior redução relativa foi a dos extremamente pobres” (2011, p. 04). Esse quadro recente está indo ao encontro das enormes desigualdades sociais e econômicas que marcaram a história de nosso país e caminha na contramão do quadro de crise internacional. Normalmente, os fatores frequentemente apontados como contribuidores dessas modificações são o aumento da taxa de emprego, o aumento do valor do salário mínimo e a efetivação dos programas de transferência de renda como o Benefício de Prestação Continuada (BPC) e o Programa Bolsa Família (PBF). Todavia, a maior parte do impacto nos índices de extrema pobreza e pobreza está diretamente relacionada às políticas públicas de transferência de renda da Assistência Social, já que esta Política é destinada a atender os mínimos sociais da população que se encontra em situação de maior vulnerabilidade social e independe de estar inserida no mercado de trabalho.

³³ Cf. Neri, 2011 e 2010; Osório, 2011; Leone, 2010; Jaccoud, 2009; Rocha, 2008 e 2006; Hoffmann & Kageyama, 2006.

É importante salientar que isso é resultado das políticas públicas de transferência de renda que tiveram impulso e priorização nas últimas gestões governamentais, do ex-presidente Luis Inácio Lula da Silva (na gestão de 2002-2005 e na de 2006-2009) e também na da atual presidente Dilma Rousseff (que teve início em 2010). Ou seja, mesmo num quadro de retração de direitos sociais, vemos que a proteção social brasileira ampliou a sua cobertura a setores da população inserida no mercado de trabalho formal e informal e, também, a pessoas que estão fora dele. De acordo com Medeiros *et al.* (2007, p. 27):

As políticas de transferência de renda vêm se consolidando como uma importante faceta do sistema de proteção social brasileiro. Os dois principais programas dessa natureza, o BPC e o Bolsa Família, têm se expandido consideravelmente nos últimos anos e gerado efeitos relevantes sobre os índices de pobreza e desigualdade no país, embora não estejam isentos de críticas ou problemas.

A partir dessa citação, vemos que os autores sinalizam os programas de transferência, como o BPC e o PBF, como parte essencial de nosso sistema de proteção social não contributivo hoje e o impacto positivo que tem apresentado sobre a pobreza e desigualdade é indiscutível. Visto, dessa forma, aprofundaremos a seguir esses programas, em especial o Bolsa Família, sem contudo, deixarmos de apresentar a relação que tem sido estabelecida entre os programas de transferência de renda e a construção de políticas centralizadas nas famílias, bem como problematizar os aspectos contraditórios que se apresentam na relação entre o Estado brasileiro e as famílias no contexto atual.

2.2 PROGRAMAS DE TRANSFERÊNCIA DE RENDA E A CONSTRUÇÃO DE POLÍTICAS CENTRALIZADAS NA FAMÍLIA

Como vimos, os programas de transferência de renda tomaram uma dimensão até então não esperada no sistema de proteção social não contributivo brasileiro, como principal mecanismo público de combate à pobreza e à miséria no país. Tal fato se revela com a expansão considerável dos programas de transferência de renda, nos últimos anos, com destaque para o PBF e para o BPC. Embora ambos tenham como fundamento básico a transferência de renda aos beneficiários dos programas, existem diferenças no que se refere ao escopo, abrangência, base legal, critérios de elegibilidade, valores transferidos, gestão, etc. Por isso, focaremos apenas no programa de transferência de renda chamado de Bolsa Família por causa das especificidades que apresenta.

Todavia, apesar da trajetória recente desse tipo de programa no sistema de proteção social brasileiro, é importante mencionar que a discussão da transferência da renda não é tão contemporânea como se pensa e, no início do século XX, se fazia presente em diversos países capitalistas. Desde a década de 1930, os programas de transferência de renda já faziam parte do debate público e de experiências em alguns países, como foi o caso da Europa na década de 1930 e nos Estados Unidos, em 1935³⁴. Entretanto, na década de 1980, ressurgiu o debate acerca dos programas de transferência de renda no contexto de crise do capitalismo internacional e do contexto de grandes transformações econômicas, políticas e sociais ocasionadas ainda nos anos finais da década de 1970. Crises que atingiram os países de capitalismo avançado, países que apresentavam amplos sistemas de bem estar e proteção social, reconhecidos ao redor do mundo. Como havia a necessidade de redimensionar a política de desenvolvimento desses países, o retorno do debate acerca dos programas de transferência de renda tornou-se fundamental entre políticos e acadêmicos em âmbito internacional. Para Yasbek *et al.* (2007, p. 36), nesse âmbito “é que o debate internacional tem apontado os Programas de Transferência de Renda como possibilidade de solução para a crise do emprego, e o enfrentamento da pobreza, sendo defendidos por políticos, organizações sociais e estudiosos das questões sociais de diferentes matizes teóricas [...]”.

No Brasil, a discussão dos programas de transferência de renda veio ao debate público, inicialmente na esfera federal, em início dos anos de 1990. Foi colocada em pauta por Eduardo Suplicy, na época Senador do Estado de São Paulo, por meio do Projeto de Lei nº. 80 de 1991, que propunha a instituição do Programa de Garantia de Renda Mínima – PGRM. Esse projeto tinha como foco todos os brasileiros residentes no país, com idade superior a 25 anos e renda aproximada de 2,25 salários mínimos. Nas sinalizações de Yasbek *et al.* (2007, p. 15):

A partir de então, se inicia um longo caminho que se constrói marcado por especificidades, identificadas no desenvolvimento de cinco momentos históricos, que vão da instituição de uma Renda Mínima, representada por um número elevado de programas de iniciativa de municípios, estados e do governo federal, à implementação de um programa que se propõe unificar os Programas de Transferência de Renda dispersos nos três níveis de governo, denominados, Bolsa-Família, cuja implementação se iniciou em outubro de 2003.

³⁴ Informações obtidas na obra de YASBEK *et al.*, 2007.

Mas, na época, essa discussão tinha um espaço marginal no cenário brasileiro. Nesse meio tempo, a Assistência Social foi regulamentada a partir da promulgação da Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS), lei nº. 8.742 de 1993 que estabeleceu critérios para a organização da Assistência Social no Brasil. Assim, a LOAS se tornou o instrumento legal que regulamenta os pressupostos constitucionais, ou seja, aquilo que está escrito na Constituição Federal, nos seus artigos 203 e 204 que definem e garantem o direito à assistência social. E, também, instituiu benefícios, serviços, programas e projetos destinados ao enfrentamento da exclusão social dos segmentos mais vulnerabilizados da população. Trata-se de uma política pública que se realiza de forma integrada às demais políticas setoriais, num processo que requer a organização de uma rede de benefícios, serviços, programas e projetos, voltados ao atendimento das necessidades humanas básicas, na perspectiva da garantia dos direitos sociais. Além disso, a assistência passou a ser organizada por um sistema descentralizado e participativo, composto conjuntamente pelo poder público e pela sociedade civil. Recentemente, a LOAS sofreu um conjunto de alterações com a Lei nº. 12.234 de 2011, mas não nos aprofundaremos nessas alterações.

De acordo com o artigo primeiro da LOAS (1993), a assistência social é “direito do cidadão e dever do Estado, é Política de Seguridade Social não contributiva, que provê os mínimos sociais, realizada através de um conjunto integrado de iniciativa pública e da sociedade, para garantir o atendimento às necessidades básicas”. A Assistência constitui-se como uma estratégia pública para minimizar as situações de desigualdades sociais e para o enfrentamento da pobreza. Assim, temos a efetivação de políticas voltadas aos “mínimos sociais” nos programas governamentais brasileiros. Conforme Pereira (2007, p. 15), essa discussão também é muito antiga e é

[...] fruto secular das sociedades divididas em classes – sejam elas escravistas, feudais ou capitalistas –, a provisão de mínimos sociais, como sinônimo de mínimos de subsistência, sempre fez parte da pauta de regulações desses diferentes modos de produção, assumindo preponderantemente a forma de uma resposta isolada e emergencial aos efeitos da pobreza extrema.

Dessa forma, a provisão dos mínimos sociais sempre foi tema presente nas diferentes sociedades e estava fora da atual concepção de direitos sociais promovidos na esfera do poder público. Ao contrário disso, tratava-se de ações pontuais e residuais, por parte da elite ou instituições religiosas da época que buscavam tão somente regular, controlar e manter vivas as

forças laborais pauperizadas, garantindo assim o funcionamento do esquema de dominação vigente.

No Brasil, essa discussão tem fôlego recente, em especial com a LOAS e a discussão dos programas de transferência de renda que apresentam a questão de provisão de mínimos “identificada com patamares de satisfação de necessidades que beiram a desproteção social” (PEREIRA, 2007, p. 26). Com o tempo, após 1995, a discussão dos mínimos sociais ganhou espaço e concretude e algumas experiências foram consideradas pioneiras após 1995, como foi o caso do Programa de Garantia de Renda Familiar Mínima de Campinas/SP, o Programa Bolsa Familiar para Educação do Governo de Brasília/DF, o Programa de Garantia de Renda Familiar Mínima em Ribeirão Preto/SP e, ainda, o Programa “Nossa Família” em Santos/SP. Dessa forma, houve a efetivação dos programas de transferência de renda às famílias pobres no sistema de proteção social brasileiro.

Em 1995, Campinas/SP foi o primeiro município a implementar um programa de renda mínima, conhecido por Programa de Garantia de Renda Familiar Mínima (PGRFM), instituído pela Lei n. 8.261 de 06/01/1995. Considerado como pioneiro e inovador, o Programa tinha como “unidade beneficiária” a família e o benefício, em forma de complementação monetária, era destinado às famílias carentes com renda per capita inferior a R\$ 35,00 e com filhos menores de 14 anos de idade. Seu objetivo era possibilitar o acesso de renda complementar às famílias em situação de extrema pobreza para o atendimento de suas necessidades básicas.

No mesmo ano, houve a implantação do Programa Bolsa Família para Educação, criado pelo Decreto nº. 16.270 de 11/01/1995, cujo objetivo era retirar crianças da rua ou do mercado de trabalho concedendo-lhes o direito ao estudo, cabendo à Secretaria de Educação do Distrito Federal a gestão do Programa. A iniciativa tinha como meta atender famílias que possuíam uma renda per capita de até $\frac{1}{2}$ salário mínimo e comprovassem inscrição nos Programas de Emprego e Renda da Secretaria de Trabalho do DF. A ideia central era atender famílias com crianças entre 7 e 14 anos e que residiam há mais de 5 anos no DF. O valor do benefício era de um salário mínimo para famílias, concedido por um prazo de 12 meses, passível de renovação por igual período.

Ocorreu ainda a implantação do Programa de Garantia de Renda Familiar Mínima (PGRFM), Lei nº.7.881/1995, no município de Ribeirão Preto/SP, que surgiu devido ao grande número de crianças e adolescentes que viviam na rua e ao grande registro de evasão escolar na região. A proposta buscou a criação e regulamentação de um programa que fomentou a manutenção da criança e do adolescente no processo escolar, bem como a redução

da mortalidade infantil e a oferta de oportunidades iguais para crianças e adolescentes com deficiência. A priorização era dada às crianças com altos índices de absenteísmo escolar, crianças menores de três anos com desnutrição e famílias em situação de monoparentalidade feminina. A renda familiar não podia exceder a dois salários mínimos e os beneficiários eram famílias com filhos ou dependentes menores de 14 anos, em situação de risco social e portadores de necessidades especiais. A transferência monetária era variável, dependendo da situação de vida das crianças e adolescentes e podia ser de R\$ 40,00 chegando a R\$ 100,00 por família.

Outro importante momento foi a criação do Programa “Nossa Família” da Prefeitura Municipal de Santos/SP, instituído pela Lei nº. 1.416 de 04/10/1995. Esse programa se destinava às famílias com filhos menores de 16 anos de idade e em situação de risco que não tivessem seus direitos sociais básicos sendo atendidos no seio familiar. A renda *per capita* familiar deveria ser inferior a R\$ 50,00 e as famílias deveriam morar no município há pelo menos um ano e os filhos ou dependentes estarem em situação de risco social, assim como fora das escolas e trabalhando em condições de exploração. O auxílio mensal era no valor de R\$ 50,00 mensais para famílias com uma criança ou adolescente e de no máximo R\$ 80,00, quando tivessem mais de um filho ou dependente de até 16 anos de idade.

Os referidos programas de transferência de renda foram considerados pioneiros e a base para a ampliação da discussão sobre as políticas e programas de transferência de renda nas políticas de Assistência Social. Isso ocasionou o surgimento de diversos outros programas como foi o BPC, o Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI), o Programa Agente Jovem, o Bolsa-Escola, o Programa de Bolsa-Alimentação, Auxílio-Gás, Programa Cartão-Alimentação, entre outros. Desse modo, a partir de 2001, tivemos um conjunto de programas que deram origem a chamada “rede de proteção social”, sendo ela formada por diversos programas públicos de transferência de renda destinada à população mais pobre do país. É importante salientar que a população beneficiária era, em sua maioria, “famílias” de camadas carentes em situação de pobreza ou extrema pobreza e com renda inferior a meio salário mínimo, que passaram a ser o foco e a prioridade dessas políticas de transferência de renda.

Em 2001, foi instituído o Decreto nº. 3.877 de 24 de julho de 2001, o qual determinava a criação do Cadastro Único dos Programas Sociais do Governo Federal, mais conhecido por CadÚnico. A proposta era de unificar os programas acessados pelas famílias em situação de extrema pobreza, a partir da criação de um cadastro único, visando a maior focalização desses programas nos beneficiários que realmente necessitavam desse tipo de benefício. A justificativa era de redução de custos e maior controle do acesso aos benefícios assistenciais

dos programas de transferência de renda. Junto ao Cadastro Único houve a criação do “Cartão-Cidadão” que unificou e substituiu todos os cartões que eram utilizados anteriormente. Para Yasbek *et al.* (2007, p. 98):

Apesar de críticas e restrições apontadas no âmbito do novo governo, implantado em 2003, com fundamentos e justificativas, o Cadastro Único e o ‘Cartão-Cidadão’, sem dúvida, representaram medidas significativas na direção da construção e implementação de uma ‘Rede de Proteção Social’ de abrangência nacional, apontando inclusive para a ideia de unificação desses programas.

Diante disso, também houve uma fervorosa discussão acerca da necessidade de unificação dos Programas Nacionais de Transferência de Renda. Os argumentos apresentados em um diagnóstico elaborado no período de transição do governo Fernando Henrique Cardoso para o governo de Luiz Inácio Lula da Silva apontavam as seguintes questões³⁵: existência de programas concorrentes e com objetivos e metas similares, como era o caso do Bolsa-Família, Bolsa-Alimentação, PETI; não havia uma coordenação geral dos programas de transferência de renda no processo de implantação das ações, culminando no desperdício de recursos; inexistência de um planejamento gerencial dos programas em nível ministerial e de secretarias; não era trabalhada a autonomia das famílias após o processo de desligamento do programa, apresentando esses um “fim em si mesmo”; ocorria uma fragmentação dos programas e até competitividade entre os diferentes setores (Educação, Saúde e Assistência Social) responsáveis por cada um deles; a introdução da transferência de renda independente de contribuição prévia aconteceu sem a superação dos problemas tradicionais na gestão dessas políticas que seguem o mesmo modelo de fragmentação, seletividade, setorialização; a equipe técnica que trabalhava no processo de implementação e execução dos programas era contratada e não efetiva o que não permitia o desenvolvimento de uma cultura institucional de profissionalização e de continuidade das ações; dificuldade dos municípios em relação à contrapartida que deveria ser oferecida pelas prefeituras; as metas para os programas considerados como universais sempre estavam abaixo do número potencial de beneficiários, já que se tinha um orçamento limitado disponibilizado e o valor monetário do benefício irrisório e insuficiente para atender às necessidades básicas das famílias atendidas.

Desta forma, partindo desse diagnóstico, unificaram-se os Programas de Transferência de Renda em um só, agora chamado de Programa Bolsa Família (PBF), por iniciativa do Governo Federal, em 2002. O PBF foi implementado em 20 de outubro de 2003 e integrou

³⁵ Cf. Yasbek *et al.* 2007, p. 132-134.

quatro programas federais: o Bolsa-Escola, o Bolsa-Alimentação, o Vale-Gás e o Cartão-Alimentação. O que estava em pauta era a ampliação dos recursos alocados, elevação do valor monetário e melhor atendimento das famílias beneficiadas pelo programa, em articulação com as esferas nacional, estaduais e municipais, buscando a instituição de uma Política Nacional de Transferência de Renda. Assim, o PBF se tornou a política prioritária de combate à fome e à miséria e se tornou uma inovação, no que se refere aos Programas de Transferência de Renda, por atender e proteger famílias em situação de risco e vulnerabilidade social.

Além desse quadro de unificação dos programas, nesse mesmo período, as legislações na área da Assistência passaram por um processo de revisão e aprimoramento quando o governo Federal resolveu estabelecer uma rede de proteção e promoção social. Procurava-se, dessa forma, romper com a fragmentação das ações assistenciais e promover a transformação da assistência em direito através da criação de uma rede de proteção social. Dentro dessa perspectiva da efetivação de um Sistema Único de Assistência Social ressalta-se

A constituição da rede de serviços que cabe à assistência social prover, com vistas a conferir maior eficiência, eficácia e efetividade em sua atuação específica e na atuação intersetorial, uma vez que somente assim se torna possível estabelecer o que deve ser de iniciativa dessa política pública e em que deve se colocar como parceira na execução. (PNAS, 2004, p. 09).

Para isso, um passo inicial foi a realização da IV Conferência Nacional de Assistência Social realizada em Brasília, Distrito Federal, no período de 7 a 10 de dezembro de 2003, a qual contou com a presença de 1.053 participantes das diversas áreas do conhecimento e gestão da política de Assistência Social. Essa Conferência representou um significativo passo na direção da sedimentação dos novos termos da Política de Assistência Social no Brasil. O tema geral desse evento foi "Assistência Social como Política de Inclusão: uma Nova Agenda para a Cidadania - LOAS 10 anos" e onde se realizou uma avaliação dos caminhos percorridos e uma relevante pauta de deliberações em torno da construção dos novos caminhos a percorrer, auscultados os conselhos de um tempo vivido entre conquistas e dificuldades. Foi, então, que tivemos como desdobramento dessa conferência a criação da Política Nacional de Assistência Social (PNAS) de 2004 e do Sistema Único de Assistência Social (SUAS) de 2005 e, com elas, consecutivas mudanças e avanços para a Assistência Social.

Em outubro de 2004, o Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS) aprovou a PNAS que estabeleceu normas para a construção do SUAS. Nessa política são concretizados

os pressupostos constitucionais de assistência social, tornando-se o documento normatizador das ações de assistência social concebidas na LOAS. Além disso, a PNAS demonstra a intenção de construir coletivamente o redesenho da LOAS, na perspectiva de implementação do SUAS. Com isso, houve a criação de uma nova PNAS que define o novo modelo de gestão para a nova política de seguridade social através do SUAS. A ideia central é que a política seja realizada em conjunto e de forma integrada com as políticas setoriais, levando em conta as desigualdades socioterritoriais. Sob essa perspectiva, objetivam-se:

Prover serviços, programas, projetos e benefícios de proteção social básica e, ou, especial para famílias, indivíduos e grupos que deles necessitem; contribuir com a inclusão e a equidade dos usuários e grupos específicos, ampliando o acesso aos bens e serviços socioassistenciais básicos e especiais, em áreas urbana e rural; assegurar que as ações no âmbito da assistência social tenham centralidade na família, e que garantam a convivência familiar e comunitária. (PNAS, 2004).

Assim, a PNAS traz dois marcos importantes para pensarmos nosso atual sistema de proteção social: a concepção de proteção social que se divide em básica e especial, a constituição de uma rede de serviços sócio-assistenciais que estabelecem uma nova relação entre as esferas públicas e privadas e a matricialidade sócio-familiar que coloca a família no centro das políticas sociais da Assistência.

A política define a proteção social em dois eixos: Proteção Social Básica e Proteção Social Especial. A Proteção Social Básica tem como objetivos “prevenir situações de risco por meio do desenvolvimento de potencialidades e aquisições, e o fortalecimento de vínculos familiares e comunitários” (PNAS, 2004). Suas ações destinam-se à população que vive em situação de vulnerabilidade social, sendo ela decorrente da situação de pobreza, de privação (ausência de renda, precário ou nulo acesso aos serviços públicos, dentre outros) e, ou, fragilização de vínculos afetivos - relacionais e de pertencimento social (discriminações etárias, étnicas, de gênero ou por deficiências, dentre outras). As ações da proteção social básica são executadas pelos Centros de Referência da Assistência Social – CRAS, que atuam junto às famílias e aos indivíduos em seu contexto comunitário visando à orientação e ao convívio sócio-familiar e comunitário.

Os programas que desenvolvem são: Programa de Atenção Integral às Famílias, Programa de inclusão produtiva e projetos de enfrentamento da pobreza; Centros de Convivência para Idosos; Serviços para crianças de 0 a 6 anos, que visem ao fortalecimento dos vínculos familiares, o direito de brincar, ações de socialização e de sensibilização para a

defesa dos direitos das crianças; Serviços sócio-educativos para crianças, adolescentes e jovens na faixa etária de 6 a 24 anos, visando a sua proteção, socialização e o fortalecimento dos vínculos familiares e comunitários; Programas de incentivo ao protagonismo juvenil e de fortalecimento dos vínculos familiares e comunitários; Centros de informação e de educação para o trabalho, voltados para jovens e adultos (cf. PNAS, 2004).

A Proteção Social Especial já tem como objetivo o atendimento assistencial à famílias e indivíduos “que se encontram em situação de risco pessoal e social, por ocorrência de abandono, maus tratos físicos e, ou, psíquicos, abuso sexual, uso de substâncias psicoativas, cumprimento de medidas sócio-educativas, situação de rua, situação de trabalho infantil, entre outras” (PNAS, 2004). A Proteção Social Especial caracteriza-se por serviços que demandam acompanhamento individual, e maior flexibilidade nas soluções protetivas.

A Proteção Social Especial é organizada em de média e de alta complexidade. Na Proteção Social Especial de média complexidade, são ofertados atendimentos às famílias e indivíduos com seus direitos violados, mas cujos vínculos familiar e comunitário não foram rompidos. Nela, são ofertados os seguintes serviços: Serviço de orientação e apoio sócio-familiar; Plantão Social; Abordagem de Rua; Cuidado no Domicílio; Serviço de Habilitação e Reabilitação na comunidade das pessoas com deficiência; Medidas sócio-educativas em meio-aberto (Prestação de Serviços à Comunidade e Liberdade Assistida). Já no caso da Proteção Social Especial de alta complexidade, busca-se garantir proteção integral: moradia, alimentação, higienização e trabalho protegido para famílias e indivíduos que se encontram sem referência e/ou em situação de ameaça, necessitando ser retirados de seu núcleo familiar e/ou comunitário, tais como: Atendimento Integral Institucional; Casa Lar; República; Casa de Passagem; Albergue; Família Substituta; Família Acolhedora; Medidas sócio-educativas restritivas e privativas de liberdade (Semi-liberdade, Internação provisória e sentenciada); Trabalho protegido.

Além da questão da definição do sistema de proteção social, temos também a constituição das redes de serviços sócio-assistenciais que estabelecem uma nova relação entre as esferas públicas e privadas da sociedade. Isso aponta para a questão de que a noção das redes tem feito parte do discurso oficial no que se refere aos aspectos de formulação, implementação, execução e avaliação das políticas sociais. Nos anos recentes, a formação das redes passa a ser uma habilidade específica da administração pública, distribuída entre diversas organizações da sociedade e agências estatais, em especial, entre o Estado e a sociedade civil. Os argumentos usados para isso são pelo menos dois: o de que a história das políticas sociais brasileiras é marcada por um contexto de diversidade, superposição e

paralelismo das ações; e, ainda, a gravidade dos problemas sociais brasileiros exige que o Estado estimule a sinergia e gere espaços de colaboração e mobilização de recursos existentes na sociedade (PNAS, 2004). É nesse quadro que as famílias são consideradas agentes fundamentais na constituição das redes de serviços socioassistenciais.

Por outro lado, temos delineado a questão da matricialidade sócio-familiar que coloca a família no centro das políticas sociais da Assistência, expressa no documento da PNAS. Ela aponta como eixo central da Política de Assistência Social a “centralidade na família para concepção e implementação dos benefícios, serviços, programas e projetos”. Temos aqui uma mudança de paradigma, onde a família que era apenas sujeito de intervenção da política social como apresentado na LOAS de 1993, passa agora a não ser apenas sujeito, mas agente central na efetivação das políticas sociais de Assistência Social. A matricialidade sócio-familiar passa a ser um dos eixos estruturantes da rede de atendimento socioassistencial em nosso país. E, assim, chegamos ao ponto que pretendíamos: a matricialidade sócio-familiar. A matricialidade sócio-familiar tem como premissa

a centralidade da família e a superação da focalização, no âmbito da política de Assistência Social que repousa no pressuposto de que para a família prevenir, proteger, promover e incluir seus membros é necessário, em primeiro lugar, garantir condições de sustentabilidade para tal. Nesse sentido, a formulação da política de Assistência Social é pautada nas necessidades das famílias, de seus membros e dos indivíduos. (PNAS, 2004, p. 35).

Essa forma de ver a família a coloca no centro das ações da Política Nacional de Assistência Social e a entende enquanto espaço “privilegiado” e “insubstituível” de proteção social e socialização primárias, cujo papel de provedora de cuidados de seus membros lhe é próprio e continua sendo de extrema importância no atual quadro de crise econômica e do mundo do trabalho. No entanto, as transformações que estão ocorrendo na esfera privada e a ressignificação das formas de composição e papel da família sinalizam que essa família, conforme a PNAS, precisa também ser cuidada e protegida.

Aqui é apontado uma das dimensões contraditórias da Política, que apresenta as famílias enquanto mediadoras das relações que se dão entre esfera pública e privada e valoriza seu histórico papel de proteção e cuidado na esfera privada. Ou seja, a matricialidade sócio-familiar passa a ter papel de destaque no âmbito da PNAS. No entanto, não podemos deixar de ponderar que quando falamos em “família” hoje, falamos em “famílias” no plural por se tratar de um conceito que está em transformação; pensando que se trata de uma construção

sócio-cultural que se transforma e é construída dentro de contexto histórico específico que lhe dá características culturais especiais, de acordo com valores, a cultura, a crença e os hábitos predominantes nesses espaços. Além disso, o cotidiano das famílias pode atuar como espaço de cuidado e proteção, mas também de conflitos e desigualdades como em qualquer outra instituição da vida social. E, realizar uma apreciação crítica acerca dessa questão, torna-se patente no quadro atual. Sobre esse debate voltaremos mais adiante.

É nesse contexto que a Norma Operacional Básica do Sistema Único de Assistência Social – NOB/SUAS (2005) surge para dar concretude e disciplinar a gestão da Assistência Social em todo território brasileiro. A NOB/SUAS é fomentada por um pacto entre os entes federativos que assegura a unidade de concepção e gestão da PNAS, visando a defesa da proteção social pública de Seguridade Social e a cidadania da população. Sendo assim, o SUAS é um sistema público não contributivo, descentralizado que tem por função a gestão do conteúdo específico da assistência social no campo da proteção social de nosso país. É ele quem materializa o conteúdo da LOAS e define e organiza os elementos essenciais e imprescindíveis à execução da política de assistência social.

Assim sendo, a NOB/SUAS (2005, p. 16) dispõe que a proteção social de assistência social consiste “no conjunto de ações, cuidados, atenções, benefícios e auxílios ofertados pelo SUAS para redução e prevenção do impacto das vicissitudes sociais e naturais ao ciclo da vida, à dignidade humana e à família como núcleo básico de sustentação afetiva, biológica e relacional”. Além disso, aponta os seus princípios: a matricialidade sócio-familiar; a territorialização; a proteção pró-ativa; a integração à seguridade social; e a integração às políticas sociais e econômicas. Dentre os diversos princípios, temos interesse particular na questão da matricialidade sócio-familiar.

Por matricialidade sócio-familiar a política de assistência social apresenta o seguinte significado: a família é o núcleo social básico de acolhida, convívio, autonomia, sustentabilidade e protagonismo social; defesa do direito à convivência familiar na proteção de assistência social supera o conceito de família como unidade econômica, mera referência de cálculo de rendimento per capita e a entende como núcleo afetivo, vinculada por laços consanguíneos, de aliança ou afinidade, onde os vínculos circunscrevem obrigações recíprocas e mútuas, organizadas em torno de relações de geração e de gênero; a família deve ser apoiada e ter acesso a condições para responder ao seu papel no sustento, na guarda e na educação de suas crianças e adolescentes, bem como na proteção de seus idosos e pessoas com deficiência; o fortalecimento de possibilidades de convívio, educação e proteção social

na própria família não restringe as responsabilidades públicas de proteção social para com os indivíduos e a sociedade.

Assim, diante da contextualização realizada, o Programa Bolsa Família foi regulamentado pela Lei nº. 10.836 de 9 de janeiro de 2004, como um programa destinado às ações de transferência de renda com condicionalidades à unidade familiar que se encontra em situação de extrema pobreza. Praticamente dez anos após a implantação dos primeiros programas de transferência de renda, a família continua tendo um papel preponderante nessa área. Conforme consta em seu artigo 1º, parágrafo único, o programa busca a unificação dos outros programas de transferência de renda do Governo Federal. Ele tornou-se num dos maiores programas de transferência de renda que busca atender famílias em situação vulnerabilidade social, ou seja, de pobreza e extrema pobreza em nosso país. Para Silva e Silva e Almada Lima (2010, p. 36-37): “o Bolsa Família (BF) é o maior programa de transferência de renda em implementação no Brasil, assumindo a centralidade do Sistema de Proteção Social”. O PBF fez parte dos programas do Fome Zero³⁶ e apresentou algumas condicionalidades³⁷ básicas, como: na área de saúde, as famílias beneficiárias assumem o compromisso de acompanhar o cartão de vacinação e o crescimento e desenvolvimento das crianças menores de 7 anos. As mulheres na faixa de 14 a 44 anos também devem fazer o acompanhamento e, se gestantes ou nutrizes (lactantes), devem realizar o pré-natal e o acompanhamento da sua saúde e do bebê; na educação, todas as crianças e adolescentes entre 6 e 15 anos devem estar devidamente matriculados, com frequência escolar mensal mínima de 85% da carga horária. E, os estudantes entre 16 e 17 anos devem ter 75% de frequência; na área de assistência social, crianças e adolescentes com até 15 anos que vivem em risco social ou foram retiradas do trabalho infantil devem participar de programas como o de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI) e de Serviços de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV)³⁸.

A gestão do Programa é descentralizada e compartilhada entre a União, estados, Distrito Federal e municípios. Seus objetivos são os seguintes: “combater a fome, a pobreza e as desigualdades por meio da transferência de um benefício financeiro associado à garantia do acesso aos direitos sociais básicos: saúde, educação, assistência social e segurança alimentar”;

³⁶ O Fome Zero é uma estratégia impulsionada pelo governo federal para assegurar direitos humanos básicos como o da alimentação adequada. Tal estratégia se insere na promoção da segurança alimentar e nutricional visando atender a população mais vulnerável à situação da fome.

³⁷ As Condicionalidades são os compromissos assumidos tanto pelas famílias beneficiárias do Bolsa Família quanto pelo poder público para ampliar o acesso dessas famílias a seus direitos sociais básicos. Assim, as elas devem assumir e cumprir esses compromissos para continuar recebendo o benefício e o poder público é responsabilizado pela oferta dos serviços públicos de saúde, educação e assistência social.

³⁸ Ver detalhamento das condicionalidades no site do Ministério de Desenvolvimento Social.

bem como “promover a inclusão social, contribuindo para a emancipação das famílias beneficiárias, construindo meios e condições para que elas possam sair da situação de vulnerabilidade em que se encontram”³⁹. Fazem parte do PBF famílias que estão cadastradas no CadÚnico e que sejam família com renda *per capita* de até ½ salário mínimo e com filhos entre 0 e 17 anos de idade. A seleção das famílias é feita com base nas informações registradas pelo município no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal. Com base nesse cadastro, o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) seleciona as famílias que serão incluídas no PBF.

Em 2012, o valor do PBF vai variar de R\$ 22,00 até R\$200,00. Esse valor depende diretamente da renda e do tamanho das famílias atendidas. As famílias que participam do Programa assumem compromissos a serem cumpridos nas áreas da saúde⁴⁰ e educação⁴¹ e o descumprimento desses compromissos pode levar a suspensão ou até ao cancelamento do benefício. Para fins do benefício, considera-se família “a unidade nuclear, eventualmente ampliada por outros indivíduos que com ela possuam laços de parentesco ou de afinidade e que forme um grupo doméstico, vivendo sob o mesmo teto e que se mantém pela contribuição de seus membros” (Lei nº. 10.836 de 2004; artigo 2º, parágrafo 1º, inciso I). Além disso, o pagamento do benefício será feito preferencialmente à mulher, mediante o cumprimento das condicionalidades citadas acima. Essa questão nos remete à centralidade que as famílias (leia-se mulheres) – eixo prioritário – possuem nos programas de transferência de renda do Governo Federal.

Assim, vemos que o PBF adquiriu notoriedade e continua sendo o programa prioritário de transferência de renda da atual presidente Dilma Rousseff. Em seu Plano “Brasil Sem Miséria”, o PBF continua sendo o eixo fundante na promoção da “inclusão social e produtiva da população extremamente pobre, tornando residual o percentual dos que vivem abaixo da linha da pobreza”. E, nele, as famílias brasileiras continuam a ter centralidade nas políticas Opúblicas sociais não contributivas brasileiras, por continuarem a ser compreendidas enquanto esferas de mediação entre as instâncias pública e privada e agente fundamental para o

³⁹ BRASIL, Ministério do Desenvolvimento Social, 2006.

⁴⁰ Conforme a Cartilha do Programa Bolsa Família, entre os compromissos assumidos na área da Saúde temos levar as crianças aos locais de campanha de vacinação; manter atualizado o calendário de vacinação, conforme instrução do Ministério da Saúde; levar as crianças para o posto de saúde com o cartão de saúde, para acompanhamento físico e outras ações promovidas pelo Ministério da Saúde.

⁴¹ Compromissos na área de Educação: matricular crianças e adolescentes de 6 a 17 anos na escola; garantir a frequência mínima de 85% das aulas mensais (no caso de crianças e adolescentes entre 6 e 15 anos); garantir a frequência mínima de 75% das aulas no caso de adolescentes entre 6 e 17 anos mensal; informar à escola quando o aluno precisar faltar à aula, ocorrendo a necessidade de explicar o motivo; informar sempre que ocorrer mudanças de escola dos dependentes entre 6 e 17 anos de idade.

funcionamento da sociedade. Mas, não podemos apenas fazer essas considerações ou enfatizarmos esses preceitos sem atentar para algumas questões que esse sistema apresenta e traz para a vida das famílias.

Diante de toda discussão realizada, a questão que nos interessa em particular nesses programas de transferência de renda é a forma que vê e colocam as famílias como estratégia pública de proteção social. O foco de suas ações nas famílias coloca em debate a centralidade delas nas políticas públicas sociais, que ganham espaço e visibilidade no quadro atual.

Essa centralidade, de certa forma, aponta para a preferência que tem se dado às famílias enquanto promotoras (pública, mas também privada) da proteção e do bem estar social e, ao mesmo tempo, revela seu caráter ativo e participante nos sistemas públicos de proteção social em curso, após processo de reconfiguração dos estados de bem estar social. Com isso, a matricialidade sócio-familiar passou a ser o ponto de partida das reflexões e intervenções sociais entre pesquisadores e gestores públicos por se ter a família enquanto importante agente de proteção social e esfera de gestão da crise em que se vive nas diversas sociedades. Esses processos acontecem contíguos às mudanças expressivas em nosso sistema de proteção social. Por isso, a seguir, abordaremos os aspectos contraditórios que se apresentam na relação entre Estado e as famílias, tendo como base a centralidade das famílias nas políticas de proteção social não contributivas.

2.3 ASPECTOS CONTRADITÓRIOS DA RELAÇÃO ENTRE O ESTADO E AS FAMÍLIAS: A CENTRALIDADE DAS FAMÍLIAS EM DISCUSSÃO

A discussão acerca da matricialidade sócio-familiar nas políticas sociais dá visibilidade às famílias e o seu papel enquanto promotora da proteção e do bem estar social, além da sua funcionalidade para o Estado na atual conjuntura do país. Desde o surgimento da Era Moderna, o Estado deveria ser protetor e responsável pelas questões de ordem pública, logo, da esfera pública, e a família pelas questões inatas do espaço doméstico – privado. Mas, essa relação nem sempre se apresentou de forma clara, dicotômica e sem ambiguidades. Longe disso, sempre houve um misto de contradição, conflito e reciprocidade entre essas esferas.

Como vimos no capítulo anterior, a família sempre foi entendida como o espaço doméstico, que se refere às coisas da casa, logo de mulheres; sendo dessa forma, uma esfera tida como não politizada e que estava fora do interesse público. Fato esse que a tornava “invisível” e a colocava fora do debate e interesse coletivos. Segundo Miotto (2006) e

Saraceno (1996), desde que houve a separação das esferas públicas e privada, a relação entre família e Estado sempre foi conflituosa e contraditória. E, isso aponta para o caráter paradoxal que existe na inter-relação entre o Estado e a família. Em nossa história, diversos momentos podem apontar para essa forte relação entre o Estado e a família.

Como exemplo disso, podemos apontar para duas décadas em especial nos anos de 1930 e de 1990. No Estado Novo⁴², o governo assumiu uma feição mais “humanizada” e “preocupada” com o povo, principalmente com o trabalhador e sua família. Aqui não só os problemas que se referiam ao trabalho interessavam ao Estado, mas tudo o que fazia menção ao cotidiano do trabalhador era uma questão de interesse nacional. Para isso, a família foi ressignificada e tornou-se a base e principal alvo das ações do Estado, na tentativa de modificação de seus hábitos e costumes. O Estado criou medidas que intervissem nas condutas, normas e valores das classes populares, as quais eram vistas como uma patologia social⁴³. Conforme Backx (1994, p. 56), a família

colocava-se no âmbito de ação dos reformadores sociais da República Velha, que tinham em mira a construção de uma nação para o futuro, o padrão de ‘família higiênica’ em oposição a ‘famílias populares’ que eram postergadas ao âmbito da patologia social, à medida que o procedimento adotado era o de reconhecer como civilizado os padrões de comportamento das classes dominantes. As classes populares eram tratadas como “promíscuas e imorais” e que contribuíam para a desagregação familiar e atraso do país. Dentro desta lógica, algumas medidas foram fundamentais como as políticas criadas pelo Estado e os discursos dos médicos higiênicos e da religião. Eles contribuíram para a nova face da vida social urbana brasileira e construção de novos conceitos de vida familiar e higiene em geral. Nesse quadro, normatizar a família e ressocializá-la seria de suma importância ao país, pois ela era reconhecida como uma “célula política básica.

E, do final dos anos de 1990 aos dias de hoje, a família está no centro das políticas sociais. A matricialidade sócio-familiar é priorizada nas políticas sociais, especialmente, na área da assistência, e, com isso, é dada ênfase ao papel da família enquanto promotora do bem estar e proteção social de seus membros. E, como diz Pereira (2006, p. 36), a família é identificada como um “dos mais antigos e autônomos provedores informais de bem estar – ao lado da vizinhança e dos grupos de amigos próximos –, a família vem sendo pensada pelos mentores das políticas públicas contemporâneas como um dos recursos privilegiados, apesar da sua pouca visibilidade como tal”. Por mais que essa relação não fique explícita, isso revela

⁴² A década de 1930 foi considerada um marco inicial do sistema de proteção social brasileiro, principalmente a partir da implantação do Seguro Social, política contributiva, aos trabalhadores inseridos no mercado de trabalho formal. Isso se deu sob a gestão de Getúlio Vargas.

⁴³ Cf. Costa, 2004; D’Incao, 2001; Nunes, 1991; Neder, 1988; Almeida, 1987; Castro, 1979.

a importância das famílias, esfera privada de proteção, como estratégia de proteção social, ao longo da história do país.

Assim sendo, vemos que, historicamente, o Estado brasileiro tem se apropriado e atribuído às famílias co-responsabilidades pelo desenvolvimento dos cidadãos. A família é o ponto de partida das reflexões e intervenções sociais entre pesquisadores e gestores públicos. Quadro esse que ganha fôlego, na década de 1990, quando os estados de bem-estar social, especialmente nos países de capitalismo periférico, apontam para dificuldades presentes em sua manutenção diante das atuais crises do capitalismo na atualidade. Ou seja, a família volta ao cenário político de discussão, debate e intervenção e torna-se o centro das políticas de proteção social, especialmente das políticas sociais. Para Brant de Carvalho (2005, p. 269),

A família está no centro das políticas de proteção social. Há 20 anos, apostávamos no chamado modelo de Bem-Estar Social, capaz de atender a todas as demandas de proteção. Hoje, nas sociedades em que vivemos, um conjunto de fatores derrubou nossas expectativas e vem exigir soluções compulsoriamente partilhadas entre Estado e sociedade.

De tal modo, de acordo com a autora, a família e as políticas públicas apresentam funções correspondentes e essenciais ao desenvolvimento e proteção social dos indivíduos. Fatores sociais, políticos, culturais e econômicos contribuíram para isso e tem levado à situação de vulnerabilidade social segmentos representativos da sociedade. Percebemos, do mesmo modo, que a família e suas novas configurações, mesmo diante das situações de vulnerabilidade social, continuam a ser o principal eixo de inclusão e proteção social de muitos. Parafrazeando Pereira (2006), a família retorna a cena política como locus privilegiado de promoção dos programas e políticas sociais na sociedade capitalista neoliberal. A matricialidade sócio-familiar está presente nas ações, programas e projetos das políticas sociais governamentais. Com isso, tem-se enfatizado o papel da família enquanto promotora do bem estar e proteção social de seus membros. A família volta à cena política, enquanto estratégia de intervenção; e, nela as mulheres continuam sendo as maiores responsáveis pelo cuidado dos filhos e afazeres domésticos.

Para Brant de Carvalho (2005), que há muitos anos tem dedicado seus estudos para a temática da presença das famílias nas políticas sociais, a centralização dessas políticas sociais na família fez com que esta retornasse à cena como agente “co-responsável” pelo desenvolvimento dos cidadãos. Ou seja, a família volta ao cenário político de discussão, debate e intervenção e torna-se o centro das políticas de proteção social, especialmente das

políticas sociais. Só que agora ambos apresentam funções correlatas e imprescindíveis ao desenvolvimento da sociedade, pois “o Estado e a família desempenham papéis similares, em seus respectivos âmbitos de atuação: regulam, normatizam, impõem direitos de propriedade, poder e deveres de proteção e assistência” (p. 268).

Conforme Pereira (2006, p. 25), é neste cenário que “introduz-se a problemática da família como importante substituto privado do Estado na provisão de bens e serviços sociais básicos”. Dentro de uma concepção neoliberal, o presente discurso defende que esses agentes – como as famílias – devem partilhar com o Estado as responsabilidades no que se refere à promoção de bens e serviço na área de bem estar social que, até então, nos estados de bem estar social estavam sob a competência dos poderes públicos. E, elas devem funcionar como fontes privadas de proteção social, caracterizando, assim, o chamado pluralismo de bem-estar (Pereira, 2006), como vimos no capítulo anterior.

Segundo Guillermo Sunkel (2006), as políticas públicas na América Latina tem dado às famílias um papel chave no sistema de proteção atual e esse aspecto entra em cena nas discussões das políticas públicas após uma forte crítica feita pelo movimento feminista às políticas sociais e a centralidade que tem dado às famílias. Segundo o autor, contraditoriamente, “el régimen tiene una orientación ‘familista’ que no libera a la mujer de las responsabilidades familiares y en el sistema de protección social persiste el modelo tradicional de hombre proveedor mujer cuidadora”. As políticas de orientação “familista” são contraditórias já que responsabilizam as famílias pelo cuidado e proteção dos seus, reconhecendo-a enquanto uma rede básica de proteção nas esfera da produção e reprodução, mas, em contrapartida, não levam em consideração as capacidades delas frente aos recursos e oportunidades que lhes são possíveis e existentes diante de um quadro de grande vulnerabilidade social. Para o autor, “la existencia de desigualdades en el acceso a las oportunidades y a los recursos es un problema de La sociedad en su conjunto que tiene implicancias para la política social”.

Para Mireya Suárez e Marlene Libardoni (2006), que fazem avaliação do Programa Bolsa Família em alguns municípios do Brasil, o programa teve impacto importante na vida das famílias analisadas: em primeiro lugar, dá visibilidade às beneficiárias como consumidoras, pois são elas que recebem uma renda fixa mensalmente e passam a ter o poder de compra. Com isso, passam a ter acesso ao mercado e tornam-se consumidoras; em segundo lugar, ocorre a afirmação dessas mulheres como autoridade dentro do espaço doméstico. Segundo as autoras, não ocorre a mudança das relações tradicionais de gênero, mas ocorre alteração na hierarquia familiar pelo simples fato delas poderem fazer escolhas e negociar a

sua autoridade no âmbito doméstico; e, em terceiro, são percebidas como cidadãs brasileiras. A necessidade de documentos de identificação para o cadastramento (identidade, certidão de nascimento, entre outros) obrigou a muitas mulheres passarem a ter de fato uma documentação e a reconhecerem que faziam de fato parte de uma cidadania. Com base nessa obra, vemos que o Programa tem um impacto positivo na vida das mulheres beneficiárias, principalmente, no âmbito da sobrevivência, mas no que se refere à ampliação de seus direitos cidadãos e uma maior mobilidade social deixa a desejar. Segundo citação das mesmas,

Certamente, a transferência de renda do Programa Bolsa Família tem o caráter massivo apontado pela autora e isso já é, em si mesmo, positivo. Porém, na ausência de serviços públicos que contribuam efetivamente para a realização do processo de reprodução, especialmente no concernente ao cuidado das crianças, o Programa acaba concentrando nas beneficiárias a realização da maior parte desse processo. Visto dessa perspectiva, fica claro que o problema não está na transferência de renda em si, já que os esforços reprodutivos das beneficiárias devem, certamente, ser suportados para que elas possam contribuir com a quebra da perpetuação da pobreza através das gerações. O problema localiza-se em que as beneficiárias podem contribuir, e já contribuem de forma básica, com o processo reprodutivo, mas nunca poderão dar conta de realizá-lo de modo satisfatório na ausência de instituições que cumpram a parte que lhes corresponde na reprodução da vida, particularmente nas áreas da educação e da saúde (SUAREZ e LIBARDONI, 2006, p. 151).

Quanto a essa questão, Lavinias e Nicoll (2006) dizem os programas de transferência estão tendo um impacto positivo no combate à pobreza de famílias carentes, porém é necessário ir para além dessas políticas e garantir o acesso a políticas universais na área de educação, saúde, trabalho, entre outras. O governo tem que investir em políticas públicas que universalizem o acesso a serviços de qualidade e que reduzam as desigualdades sociais e de gênero de nosso país.

[...] mais do que transferências de renda monetária às famílias carentes, é indispensável retomar o investimento público na escola de tempo integral, com ensino de qualidade, e ampliar a oferta de creches, por parte das prefeituras, para crianças na faixa pré-escolar, de modo a galvanizar a autonomia das mulheres. Só a universalização do acesso e do padrão de qualidade dos serviços desmercantilizados são capazes de reduzir profunda e rapidamente os diferenciais de gênero e as desigualdades sociais no país. (LAVINAS e NICOLL, 2006, p. 91).

Carloto e Mariano (2010, p. 455) abalizam que os programas de transferência de renda “adotam como principal estratégia a chamada “privatização da família” ou a “privatização da

sobrevivência da família”, propondo explicitamente a transferência de responsabilidades, que deveriam ser assumidas pelo Estado, às unidades familiares, com base em uma proposta de pluralismo de bem-estar social”. Essa priorização valoriza as famílias como espaço privilegiado de proteção social e desloca a atenção e responsabilização do Estado frente às múltiplas expressões da questão social que são postas cotidianamente à nossa sociedade. Diante disso, entender as famílias como lugar privilegiado da política social, sem uma problematização e um estudo aprofundado sobre a temática, naturaliza a família e desconsidera todo um conjunto de questões que estão por trás da vida de cada família.

Carloto e Mariano (2010, p. 452) citando Saraceno (1997) apontam para essa questão ao falar que “a força dessa naturalização leva não só a uma compreensão que ignora sua historicidade, mas que também considera a família como uma realidade plenamente enquadrada, interiormente homogênea e apreciável como tal em qualquer contexto social e histórico [...]”. Historicamente, sempre se buscou naturalizar a família como espaço da mulher e isso estava diretamente relacionado à biologia feminina, a sua capacidade de gerar, a maternidade. E, essa visão privada da família foi grandemente efetivada com a chegada do Estado Moderno e a efetivação das teorias das esferas separadas. Mas, mesmo as famílias – e dentro delas, as mulheres – sendo consideradas espaço privilegiado de socialização, sobrevivência, apoio afetivo e material, educação formal e informal, transferência de valores morais e éticos, promoção de proteção integral; ela sempre se redefiniu ao longo do tempo.

Da mesma forma, Freitas *et al.* (2010, p. 30-31) colocam que nas políticas sociais “o contato da família com a sociedade e com o Estado continua ocorrendo em grande parte por meio da figura materna. As políticas sociais dirigidas a esse público tomam como pressuposto a presença de alguém em casa para cuidar daqueles, e esse lugar é ‘naturalmente’ identificado com a mulher”. As famílias (as mulheres) são objetos de intervenção das políticas sociais exatamente por causa de sua característica fundamental na manutenção de seus membros. Todavia, o que se coloca, segundo as autoras, é que construir políticas voltadas para as famílias sem, no entanto, possibilitar as condições adequadas para isso – como no caso da saída das mulheres para o mercado de trabalho – não transforma as relações de gênero dentro da esfera doméstica. Dessa forma, reafirma e pouco contribui para a transformação dessas questões no âmbito da casa.

Todavia, ver a família como centro das políticas sociais não traz à tona todo o conjunto de complexidade e contradições que envolvem essa esfera, além de toda a responsabilidade que lhes sobrecai. A grande questão dessa centralidade na família é que uma grande carga de trabalho e de responsabilidade é deixada sob a responsabilidade das famílias

sem que seja levados em consideração e debatidos a viabilidade das propostas e os novos arranjos familiares no contexto contemporâneo. Falar em família implica entender o que ela significa e representa na sociedade brasileira e, com isso, atentar para os padrões culturais onde essas famílias se inserem.

Diante dessas questões, vemos que não podemos simplesmente apontar para a centralidade das famílias nas políticas sociais de transferência de renda sem considerar as famílias em sua contemporaneidade, em suas questões cotidianas, em suas relações contraditórias, em sua transformação, bem como conhecer os complexos sistemas de proteção social que são acessados na esfera do privado como forma de sobrevivência e proteção.

Assim, para melhor analisarmos as famílias enquanto estratégia pública (e privada) de proteção social, buscaremos compreender e problematizar as significativas transformações familiares e o quadro de vulnerabilidade social em que vivem, nas últimas décadas; em segundo lugar, identificar o papel e a importância da família enquanto agente privado de provisão social; e, por fim, apontaremos a importância das construções das redes sociais, vistas enquanto estratégias femininas, para acesso aos mecanismos possíveis de proteção social brasileiro para as famílias pobres brasileiras.

3 A FAMÍLIA ENQUANTO MECANISMO PRIVADO DE PROTEÇÃO SOCIAL

Além da centralidade das famílias nos programas de transferência de renda, acreditamos que isso aconteça em paralelo ao seu histórico lugar de mecanismo privado de proteção social, colocando em destaque o tradicional papel da família e das redes sociais. Analisar a família implica entender o contexto de transformações contemporâneas e o que ela significa e representa na sociedade brasileira e, com isso, atentar para os padrões culturais onde essas famílias se inserem. Além disso, devemos pensá-la como uma instituição que é permeada de tensões e conflitos. Logo, ela não é uma “ilha de virtudes e de consensos” (PEREIRA, 2006).

Assim, organizamos a parte que segue da seguinte forma: na primeira, buscamos compreender e problematizar as significativas transformações familiares, nas últimas décadas, bem como refletir sobre os arranjos que se encontram em situação de maior vulnerabilidade social; na segunda, discorrer sobre o recorrente acesso que é feito à família e as redes sociais como tradicionais mecanismos privados de proteção social utilizadas pelas famílias que se encontram em situação de maior vulnerabilidade social.

3.1 FAMÍLIAS EM TRANSFORMAÇÃO E VULNERABILIDADE SOCIAL: QUESTÕES PARA O DEBATE

A família é uma instituição em constante transformação. Nunca se falou tanto nela como nos dias atuais e isso é resultado das mudanças sociais, culturais, tecnológicas que estão acontecendo ao redor do mundo, bem como em seu interior e em sua forma de organização. A diversidade de arranjos familiares chegou a ser debatida entre diversos estudiosos como se a família estivesse em “crise” ou até mesmo caminhando para o seu “fim”. Mas, essa situação de crise ou fim está relacionada às transformações que os padrões tradicionais de família nuclear burguesa estão passando. Apesar de ser um modelo hegemônico, dados apontam para o seu possível declínio e enfraquecimento, já que novas configurações familiares surgem e ganham visibilidade e destaque em nossa sociedade nos dias atuais.

Todavia, o que presenciamos é o fato de a família ser uma instituição que vive em constante transformação. A diferença nos dias atuais é que essas mudanças têm se dado numa velocidade muito grande e fatores diversos contribuem para isso. Entre eles, podemos citar a diminuição da taxa de fecundidade, a redução do número de componentes da família, bem

como a diversificação das formas familiares. O que aponta para uma modificação do padrão familiar baseado no modelo de família nuclear burguesa que se torna menos tradicional em nosso meio.

Um primeiro indicador importante para pensar nas transformações por que a família está passando é a redução da taxa de fecundidade, fenômeno este que está ocorrendo em escala crescente e gradativa ao redor do mundo. Para Lefaucher (1991), a queda da fecundidade é o primeiro “alerta” das transformações que estavam sendo vivenciadas no interior das famílias nas diversas sociedades e que a colocavam na “tormenta”. Com isso, a autora quer afirmar que passou a se questionar os fundamentos tradicionais da família nuclear burguesa a partir de um novo regime de maternidade que decide quantos e quando se quer ter o primeiro filho, atitude essa que impacta no tamanho das famílias, bem como na sua composição e na sua forma de organização e na dimensão de gênero. Isso ocorre pois o controle sobre o corpo é considerado um dos eventos mais revolucionários para as mulheres. E, o destaque para essa questão é que a redução tem se universalizado e está ocorrendo em todos os extratos sociais, desde as classes pobres até as mais abastadas, ainda que em proporções diferenciadas.

Tabela 5 – Taxa de fecundidade, segundo as grandes regiões – 1940/2010

Grandes Regiões	Taxa de Fecundidade							
	1940	1950	1960	1970	1980	1991	2000	2010
Brasil	6,16	6,21	6,28	5,76	4,35	2,89	2,38	1,90
Norte	7,17	7,97	8,56	8,15	6,45	4,2	3,16	2,47
Nordeste	7,15	7,50	7,39	7,53	6,13	3,75	2,69	2,06
Sudeste	5,69	5,45	6,34	4,56	3,45	2,36	2,10	1,70
Sul	5,65	5,70	5,89	5,42	3,63	2,51	2,24	1,78
Centro-Oeste	6,36	6,86	6,74	6,42	4,51	2,69	2,25	1,92

Fonte: IBGE, Censo Demográfico 1940/2010.

Conforme dados apresentados pelo IBGE 2010, é notória a redução da taxa de fecundidade no Brasil. Vemos que essa taxa apresentou um crescimento entre os anos de 1940 até 1960, quando a média nacional chegou a ser de 6,28 filhos por mulher. A partir de então, presenciamos progressivas e expressivas quedas nessa taxa, chegando a 1,90 filhos em 2010. Tendo a região Sudeste a taxa mais baixa de todas as demais regiões, que é de 1,70 filhos por mulher. Segundo o Censo, essa redução é a principal razão para a queda do ritmo do crescimento da população brasileira, já que a taxa atual é inferior ao nível de reposição de filhos que deveria ser de 2,1 filhos para que se garanta a substituição das gerações futuras.

Isso certamente trará sérias consequências para o país num futuro próximo, principalmente, se pensarmos também nos idosos que vivem cada vez mais.

Segundo estudos, isso se tornou possível a partir do advento da pílula contraceptiva que se tornou mais acessível e diversificada a partir dos anos de 1960. Estudos como os de Lefaucher (1991) e Sarti (2005) indicam que o surgimento da pílula permitiu que um grande número de mulheres passasse a se apropriar da contracepção para controlar o número de nascimento de filhos, o momento de tê-los e, com isso, reduzir o tamanho da família. Com a contracepção, as mulheres “podem decidir antecipadamente o caráter potencialmente conceptivo das suas relações sexuais durante determinado período e, conseqüentemente, sobre o número de gravidezes a que se expõem – ou que pretendem –, assim como o momento em que pretendem fazê-lo.” (LEFAUCHER, 1991, p. 489).

A partir disso, podemos notar que, de 1970 em diante, a redução começou a ser gradativa e constante, contudo marcada por uma diferença regional da taxa de fecundidade. A média nacional chegou a 5,76 filhos por mulheres, enquanto a Região Sudeste possuía a menor taxa que era de 4,56 filhos e a Região Norte a maior de 8,15 filhos. A disparidade dessas regiões é significativa. Para o IBGE, a diferença entre as regiões Sudeste e Norte estava relacionada com a questão da modernização, especialmente no que se refere à industrialização e urbanização que era mais avançada no Sudeste. Isso facilitou a divulgação e acesso aos meios contraceptivos, tornando-se assim a primeira a apresentar os menores índices de fecundidade. Apenas nos anos de 1980, a partir da maior disseminação de diversas práticas contraceptivas (pílulas, camisinhas, esterilização – prática que se tornou comum entre as famílias pobres nos anos 1980) entre as diversas classes sociais, ocorreu uma redução significativa da taxa de fecundidade em todas as regiões do país. E, isso se manteve até os dias atuais.

Hoje, o índice de 1,90 filhos por mulher coloca o Brasil com uma taxa de fecundidade que se aproxima dos países de primeiro mundo, já que na Europa a taxa chega perto de 1,51 (ver tabela abaixo) e se afasta de outras regiões como dos países da África (4,44), Oceania (2,41), Ásia (2,30), América Latina e Caribe (2,17) e até da América do Norte (2,01). Tais valores da taxa de fecundidade ratificam que as transformações estão ocorrendo num processo acelerado e intenso, tanto na sociedade brasileira quanto em outros países, numa esfera global nas últimas décadas. Isso é sinal de que a cada ano as mulheres escolhem ter menos filhos.

TABELA 6 – Taxa de fecundidade, segundo America Latina e Caribe, América do Norte, África, Europa e Oceania – 2010

Países	2010
África	4,44
Oceania	2,41
Ásia	2,30
América Latina e Caribe	2,17
América do Norte	2,01
Europa	1,51

Fonte ⁴⁴

Conforme dados do IBGE 2010, alguns condicionantes foram essenciais para impactar diretamente na taxa de fecundidade, entre eles a questão da cor ou da raça e níveis de instrução e de rendimento. Quanto ao primeiro aspecto, vemos que a fecundidade caiu entre as mulheres de cor branca, preta e parda e se manteve entre as indígenas, mas há uma variação expressiva entre esses índices. Conforme dados do IBGE, vemos que entre as mulheres brancas, a taxa em 2000 era de 2,05 filhos por mulher baixando para 1,63 em 2010; entre as pretas e pardas a variação é muito semelhante, em 2000 a taxa era de 2,80 para as pretas e 2,75 para as pardas e em 2010 ele chegou a 2,2 para as mulheres pretas e pardas, demonstrando ainda uma diferença em relação às brancas. Todavia, as mulheres indígenas mantiveram sua taxa de fecundidade em ambas as décadas, de 3,88 (ver tabela B.1 do anexo B).

Outra variável de destaque é o nível de instrução que condiciona o maior ou menor conhecimento dos métodos contraceptivos e o conhecimento do próprio corpo. A partir da tabela abaixo, verificamos que entre as mulheres que não possuem instrução e o ensino fundamental incompleto a taxa de fecundidade passou de 3,43 em 2000 para 3,09 em 2010; no caso das mulheres com ensino fundamental completo e médio incompleto a taxa passou de 2,25 em 2000 para 2,54 em 2010; para as mulheres com ensino médio completo e superior incompleto a redução é mais expressiva, a taxa passa de 1,46 em 2000 para 1,34 em 2010; e para as mulheres com nível superior completo a taxa se aproxima de 1 filho por mulher, sendo 1,13 em 2000 e 1,14 em 2010 (conferir tabela B.2 do anexo B). Ou seja, é proporcional a relação entre grau de instrução e número de filhos, pois, vemos que quanto maior for o grau de instrução menor a taxa de fecundidade e, paralelamente, quanto menor for o grau de instrução maior o número de filhos.

⁴⁴ Fonte: World population prospects: the 2008 revision. In: ONU, Population Division Population Database. New York, 2010. Disponível em <http://esa.un.org/unpp>. Acesso em setembro de 2010 apud Síntese de Indicadores 2010.

O rendimento nominal domiciliar *per capita* também impacta a taxa de fecundidade. Assim como o nível de instrução, averiguamos que quanto maior a renda domiciliar *per capita* menor será a fecundidade. Conforme o IBGE, em 2010, as mulheres que viviam em domicílios com uma renda *per capita* de até $\frac{1}{4}$ de salário mínimo apresentaram as mais altas taxas de fecundidade que chegou a ser de 3,90 filhos por mulher, média essa muito superior a nacional que é de 1,90 filhos (cf. tabela B.3 do anexo B). A taxa de fecundidade reduz a medida que aumenta a renda *per capita* familiar, pois mulheres em domicílios de mais de $\frac{1}{2}$ a 1 salário apresentam uma taxa de 1,88 filhos por mulher abaixo da renda nacional. E, as mulheres que residiam em domicílios com renda *per capita* de mais de 5 salários mínimos já apresentavam uma taxa de fecundidade menor que 1 filho por mulher, de 0,97 filho por mulher.

Estudos diversos (LEFAUCHER, 1991; CASTELSS, 1999; SARTI, 2005; IBGE, 2000 e 2010; entre outros) apontam que a redução da taxa de fecundidade tem relação direta com os avanços tecnológicos (como o surgimento dos métodos contraceptivos), a cor ou raça, o nível de instrução e rendimento familiar. A possibilidade de desvincular o mundo doméstico da reprodução biológica e a maternidade da sexualidade ampliou as possibilidades de atuação das mulheres na esfera produtiva, no mundo público, revolucionando as relações público-privado. E, como resultado direto da queda da taxa de fecundidade, temos a redução do número de componentes das famílias que reduz a cada ano. A partir da tabela 7, vemos que o número médio de pessoas na família caiu e continua a cair nas últimas décadas, pois de 1991 a 2010, o número médio caiu de 4,19 em 1991m para 3,76 em 2000, chegando a 3,3 pessoas em 2010.

TABELA 7 – Número de componentes de uma família, Brasil – 1991/2000/2010

Componentes	1991	2000	2010
Número de componentes das famílias	4,19	3,76	3,3

Fonte: IBGE, Censo Demográficos, 1991, 2000 e 2010.

Outro indicador essencial para pensar nas transformações familiares é o processo de envelhecimento da população brasileira. No Brasil, nos últimos anos, as modificações demográficas estão acontecendo de forma acelerada e radical. Conforme os dados do IBGE, a população idosa em 2010 é de 20.590.597 milhões de idosos, cerca de 11% da população total, contra os mais de 14 milhões de idosos (8,6%) em 2000 e mais de 10 milhões (7,3%)

em 1991 (observar tabela B.4 do anexo B). Vemos que a população envelhece e com isso características específicas marcam a realidade dessas pessoas como doenças crônicas e degenerativas que são específicas da população nessa faixa etária e a necessidade de cuidados especiais que geralmente fica a cargo da família desse idoso. É importante salientar que a necessidade de cuidar de um idoso reorganiza e impacta diretamente as relações familiares, pois a perda da autonomia e independência de um idoso, dependendo de sua condição socioeconômica, leva a uma reorganização familiar no que se refere ao cuidado desse idoso. Nesse quadro, sabemos que grande parte dessa responsabilidade familiar fica a cargo das mulheres: esposas, filhas, irmãs – que são próximas a esse idoso⁴⁵. Por causa da precariedade de programas e políticas voltadas ao idoso, vemos que as famílias – e nelas as mulheres – tornam-se as principais, ou até únicas, responsáveis pela sobrevivência do mesmo, na ausência do poder público.

Por outro lado, temos uma maior diversificação das formas familiares. Apesar do modelo de família nuclear – formado por casal com filhos ser, ainda, o maior percentual, com mais de 24 milhões de famílias dentro desse arranjo. Ainda assim, não podemos deixar de sinalizar que esse modelo coexiste com diversas outras formas familiares, dentre elas as que têm tido mais destaque são os modelos de famílias monoparentais femininas, de casais sem filhos, e também as chamadas de famílias conviventes. Temos assim, a configuração de arranjos familiares que dão visibilidade a “outras normalidades”, conforme acentua a antropóloga Claudia Fonseca (2002), as quais fazem parte do cotidiano da vida familiar dos brasileiros no Brasil contemporâneo. Essas formas estão para além da forma hegemônica, a da família nuclear burguesa. Vejamos a tabela 8:

TABELA 8 – Distribuição das famílias com parentesco, segundo o tipo de família – Brasil – 1991/2000/2010

Tipo de família	1991	2000	2010
Total	34.894.507	43.993.607	57.324.167
Unipessoal	2.419.919	4.126.487	6.938.023
Casal sem filhos	4.203.738	5.783.250	8.859.442
Casal sem filhos e com parentes	610.506	881.208	1.273.093
Casal com filhos	20.335.906	23.915.116	24.690.256
Casal com filhos e com parentes	2.549.797	2.971.769	2.733.478
Mulher responsável sem cônjuge e com filhos	4.265.599	6.047.643	6.093.226
Mulher responsável sem cônjuge e com filhos e com parentes	936.469	1.542.017	1.995.399
Homem responsável sem cônjuge e com filhos	503.986	762.869	881.716
Homem responsável sem cônjuge e com filhos e com parentes	132.377	187.324	283.596
Outro	1.356.129	1.902.476	3.165.729

Fonte: IBGE, Censo Demográficos, 1991, 2000 e 2010.

⁴⁵ Cf. Karsch, 2003.

Com base nos Censos Demográficos de 1991, 2000 e, o mais recente, de 2010, atinamos para uma maior variedade dos arranjos familiares para além do tradicional modelo de família nuclear burguesa. Antes, cabe colocar que para o IBGE 2010, família é o conjunto de pessoas ligadas por uma relação de parentesco e que vivem sob a mesma unidade domiciliar, que pode ser particular ou coletiva. A unidade domiciliar é caracterizada pelo local estruturalmente separado e independente que serve de habitação para uma ou mais pessoas que se encontram no mesmo espaço. Nesse formato, a noção de família está diretamente vinculada à estrutura física do local de moradia, não dando espaço para compreender a família de modo plural, com base nas relações que se estabelecem no convívio, afeto e solidariedade entre os indivíduos. E, dessa forma, esse tipo de reflexão que impacta também as definições das famílias que acessam os programas não contributivos de renda.

Assim, conforme a tabela acima, notamos que o padrão dominante de famílias no país continua sendo aquelas compostas por casal com filhos, o modelo nuclear burguês. No entanto, diante dos demais arranjos foi o que menos cresceu na última década, pois passou de 23.915.116 em 2000 para 24.690.256 em 2010. Em uma década, seu crescimento foi de apenas 775.140 mil famílias dentro desse arranjo. Em contrapartida, os arranjos que apresentam crescimento constante, nas duas últimas décadas, são os de casal sem filhos, a composição unipessoal e o padrão monoparental feminino.

O arranjo familiar formado apenas pelo casal sem filhos e parentes apresentou maior aumento em valores absolutos, nas últimas duas décadas. Conforme o IBGE, o arranjo casal sem filhos é caracterizado pela pessoa responsável pela unidade doméstica com cônjuge e sem a presença de filhos. Ele representava cerca de 4.203.738 em 1991, passando para 4.126.487 em 2000 e para 8.859.442 em 2010. Vemos que cresce de forma significativa o número de famílias em que o casal convive sem a presença de um filho. A decisão por postergar a vinda do primeiro filho ou de não tê-lo revela uma mudança do olhar em relação ao padrão de família baseado no modelo do pai – mãe – filhos. Além disso, como vimos isso é resultado do aumento da escolaridade das mulheres, bem como da decisão do casal de priorizar a inserção no mercado de trabalho, a vida profissional, antes de decidir ter filhos.

Por outro lado, em segundo lugar, o arranjo com maior ampliação foi o número de unidades domésticas unipessoais. Esse modelo forma um contingente de 6.938.023 famílias no Brasil, tendo sido de 2.419.919 em 1991 e de 4.126.487 em 2000. Por famílias unipessoais, o IBGE caracteriza como o arranjo familiar em que a pessoa responsável pelo domicílio mora sozinha. Os fatores podem ser diversos desde o aumento da esperança de vida, principalmente para as mulheres, o crescimento das separações conjugais e o intenso processo de urbanização

que levam pessoas a morarem sozinhas nos grandes centros urbanos. Nesse arranjo, no que se refere à distribuição por sexo, a variação é praticamente equivalente sendo de homens de 3.535.471 e de mulheres 3.402.552 em 2010. Mas, o diferencial é quando se analisa esses arranjos pela idade. Verifica-se que as mulheres que vivem sozinhas concentram-se entre os grupos de idade mais avançada. Enquanto os homens apresentam índice mais elevado entre as faixas etárias de 25 a 39 anos (27%) e de 40 a 59 anos (39,3%), as mulheres encontram-se majoritariamente nas idades de 60 a 65 anos (11,1%) e com 65 anos ou mais (41,5%).

E, ainda, em terceiro lugar, houve o crescimento do número de famílias com a presença de apenas uma pessoa responsável pela unidade doméstica que chegam a ser mais de 18% dos lares brasileiros. Para o IBGE, esse tipo de arranjo é caracterizado pelos lares constituídos somente pela pessoa responsável pela unidade doméstica, podendo ser uma mulher ou um homem, com a presença de filhos ou parentes. São também conhecidos por famílias em situação de monoparentalidade. Cabe apontar que essa expressão foi utilizada pela francesa Nadine Lefaucher, desde meados dos anos de 1970, para designar as famílias em que as unidades domésticas contavam com a presença de apenas um dos cônjuges e com um ou vários filhos menores de 25 anos e solteiros. Segundo a referida autora,

Foram as sociólogas feministas que importaram dos países anglo-saxões – na metade dos anos sessenta – a noção de ‘famílias monoparentais’. Essas se opunham às abordagens dominantes na França, desde várias décadas, da maternidade fora do casamento e da dissociação familiar em termos de ‘problemas psico-sociais’ e de famílias de ‘risco’. Elas viam na utilização desta noção um meio de elevar os lares, nos quais o chefe de família era uma mulher, à condição de ‘verdadeiras famílias’, um tipo sociológico por certo particular, mas também nobre, uma vez que mais ‘moderno’ que a ‘família conjugal tradicional’. (LEFAUCHER, 1997 *apud* VITALE, 2002, p. 47).

No Brasil, esse debate chegou uma década depois e a partir da discussão das mulheres que eram chefes de famílias⁴⁶. Foi então que a questão da monoparentalidade passou a ter visibilidade e conquistou lugar entre as sociólogas brasileiras. Nesse quadro, as famílias monoparentais passaram a ser caracterizadas, na literatura brasileira, como famílias compostas por apenas um único progenitor e com filhos que não são adultos, menores de 18 anos (VITALE, 2002). Vejamos os dados abaixo:

⁴⁶ Cf. Barroso e Bruschini, 1981; Fonseca, 1987; Vitale, 2002.

TABELA 9 – Famílias monoparentais, total e por sexo dos responsáveis, Brasil – 1991/2000/2010

Ano	1991	2000	2010
Total de famílias	34.894.507	43.993.607	49.975.934
Monoparental total	5.838.431	8.539.853	9.253.937
Monoparental feminina total	5.202.068	7.589.660	8.088.625
Mulher responsável sem cônjuge e com filhos	4.265.599	6.047.643	6.093.226
Mulher responsável sem cônjuge e com filhos e com parentes	936.469	1.542.017	1.995.399
Monoparental masculina total	636.363	781.193	1.165.312
Homem responsável sem cônjuge e com filhos	503.986	762.869	881.716
Homem responsável sem cônjuge e com filhos e com parentes	132.377	187.324	283.596

Fonte: IBGE, Censo Demográficos, 1991, 2000 e 2010.

Com base na tabela 9, observamos que o tipo de arranjo familiar monoparental total passou de 5.838.431 em 1991 para 8.539.853 em 2000 e 9.253.937 em 2010. Os números indicam um crescimento constante e gradativo desse tipo de arranjo familiar. Diferenciando os arranjos monoparentais por sexo da pessoa de referência, vemos que a monoparentalidade feminina (que foi de 87%) se apresenta de forma mais expressiva do que a masculina (13%). Com isso, verificamos que existe uma relação direta entre monoparentalidade e gênero, já que quase 90% dos arranjos monoparentais são femininos.

E, dentre os arranjos monoparentais femininos o que tiveram o maior crescimento foi o de famílias com mulheres como responsável e com a presença de filhos e parentes, cujos números passaram de 936.469 em 1991, para 1.542.017 em 2000 e 1.995.399 em 2010. Apontam que cresce o número de famílias em situação de monoparentalidade que convivem com outras pessoas (mães, avós, netos, sobrinhos, etc.). Fazem parte do chamado “famílias conviventes”, segundo o IBGE 2010 e são “considerados como famílias conviventes os núcleos familiares em uma mesma unidade doméstica. A família da pessoa responsável pela unidade doméstica (que é também a pessoa responsável pelo domicílio) foi definida como a família convivente principal” (p. 36). E, nesse tipo de família mais frequente encontram-se as famílias monoparentais femininas que chegam a 53,5% (IBGE, 2010). Conforme o Censo, os motivos que justificam podem estar relacionados em função de as famílias nessa formatação serem “compostas por filhas dos responsáveis e/ou dos cônjuges que tiveram seus filhos sem contrair matrimônio ou retornaram à casa dos pais por motivo de separação ou divórcio” (p. 73). Além dessa questão, o aumento da longevidade feminina pode ser outro fator que tem levado o aumento do número de famílias conviventes nesse formato, já que as avós moram com suas filhas e com isso passam a conviver com as netas e até bisnetos.

Outra informação relevante é a associação entre chefia feminina e monoparentalidade, onde cerca de 43% das chefias femininas estão em situação de monoparentalidade. A maior

parte das mulheres responsáveis pelos seus domicílios são as únicas pessoas de referência responsáveis pela esfera da produção e reprodução social. Na tabela 10, a partir da distribuição das famílias por sexo, notamos o relativo aumento do número de famílias cuja pessoa de referência é do sexo feminino.

TABELA 10 – Famílias residentes em domicílio particulares, segundo o sexo das pessoas responsáveis pelas famílias, Brasil – 1991/2000/2010

Responsável pelo domicílio	1991	%	2000	%	2010	%
Total	34.734.715	100	44.795.101	100	49.975.934	100
Mulher	6.294.268	18,1	11.160.635	24,9	18.617.030	37
Homem	28.440.447	81,9	33.634.466	75,11	31.358.904	63

Fonte: IBGE, Censo Demográficos, 1991, 2000 e 2010.

De acordo com o Censo Demográfico de 2010, averiguamos que o número de mulheres que são chefes de seus domicílios cresce a cada ano numa velocidade muito grande. Em 1991, das 34.734.715 famílias residentes em domicílio particular em nosso país, um pouco mais de 6 milhões (18,1%) eram chefiadas por mulheres, valores esses que chegaram a pouco mais de 11 milhões (24,9%) em 2000 e a mais de 18 milhões (37%) em 2010. Isso significa que está reduzindo a diferença entre as chefias familiares masculinas e femininas, já que aquelas eram de 63% em 2010, e estas de 37%. Por outro lado, enfatizam as transformações demográficas, socioeconômicas e culturais que as famílias estão passando em nosso país.

Conforme Vitale (2002, p. 49): “há, por certo, um contingente de filhos, enteados, netos e bisnetos, agregados que vivem sob os cuidados e a responsabilidade da mulher”, já que as famílias monoparentais masculinas são bem menores numericamente. A representatividade numérica nesse tipo de arranjo acaba, segundo a autora, estabelecendo uma relação intrínseca entre monoparentalidade e gênero, o que fortalece a ideia de que a relação entre monoparentalidade é uma especificidade do sexo feminino. E, devemos aprofundar o debate quando relacionamos monoparentalidade e gênero à questão da vulnerabilidade social.

A vulnerabilidade social está relacionada não apenas aos fatores da conjuntura econômica e das qualificações específicas dos indivíduos, mas também às tipologias ou arranjos familiares e aos ciclos de vida das famílias, como é o caso das monoparentais

femininas pobres⁴⁷. Por vulnerabilidade social, entendemos o momento de perda (ou estar suscetível a ela) de bem estar social de uma família que pode ocorrer devido a incertezas de eventos. Essas incertezas podem ser geradas por causas diversas, como mudanças climáticas, perda de um emprego, despesas não esperadas, doença, recessão econômica, entre outras causas. Prontamente, essas incertezas podem acontecer a qualquer momento da vida do ser humano.

**TABELA 11 – Famílias monoparentais únicas e conviventes principais, por classes de rendimento nominal per capita, segundo o sexo do responsável pelo domicílio
Brasil – 2010**

Ano	Total	Até 1/4	Mais de 1/4 a 1/2	Mais de 1/2 a 1	Mais de 1 a 2	Mais de 2 a 3	Mais de 3 a 5	Mais de 5	Sem rendimento
Mulher responsável sem cônjuge e com filhos	6.093.226	743.927	1.172.530	1.580.674	1.316.224	422.505	304.562	235.352	317.451
Mulher responsável sem cônjuge e com filhos e com parentes	1.995.399	218.399	428.337	645.743	415.990	109.085	67.602	42.037	68.266
Homem responsável sem cônjuge e com filhos	881.716	51.594	145.948	224.929	214.726	75.871	57.825	60.850	49.970
Homem responsável sem cônjuge e com filhos e com parentes	283.596	22.540	52.071	86.552	67.432	20.051	12.952	9.947	12.052

Fonte: IBGE, Censo Demográficos, 1991, 2000 e 2010.

Com base nesses dados, é notório o número de famílias monoparentais femininas que recebem uma renda baixa. Uma vez que cerca de 12% dos arranjos monoparentais femininos possuem uma renda de até ¼ de salário mínimo *per capita* e 20% estão entre ¼ e ½ salário mínimo. Segundo as definições usadas por Osório⁴⁸ (2011), temos praticamente um percentual de 32% das famílias vivendo em situação de vulnerabilidade social. E no caso dessas famílias, a situação de incertezas é agravada já que elas são as únicas responsáveis pelas atividades da esfera da produção e reprodução social. Assim, realizam um conjunto de atividades que ficam sob sua responsabilidade: sustento financeiro da casa, dedicação às atividades do lar, cuidado dos filhos, entre outras coisas. Atividades essas que acabam por penalizar essas mulheres pelo número de atribuições que lhes são colocadas, bem como responsabilizá-las por qualquer erro ou situação que cause privação ou perda de bem estar social de seus membros. Dessa forma, estar em situação de vulnerabilidade social significa

⁴⁷ Como o Censo Demográfico 2010 sobre educação, trabalho, rendimento e deslocamento tem previsão prevista para dezembro de 2012, não conseguiremos apresentar outros dados para além da renda *per capita* das famílias que se encontram em situação de monoparentalidade feminina.

⁴⁸ A partir do estudo de Osório *et all* (2011), consideramos o seguinte:

- Famílias extremamente pobres: famílias cuja renda *per capita* é de até R\$ 67,00.
- Famílias pobres: renda maior ou igual a R\$ 67,00 e menor que R\$ 134,00.
- Famílias vulneráveis: famílias com renda maior que R\$ 134,00 e menor que R\$ 465,00.
- Famílias não pobres: famílias com renda maior ou igual a R\$ 465,00 per capita.

viver em constante possibilidade de perda de Bem Estar Social. Isso reflete o quadro de grande privação e de risco iminente de perda do bem estar social que é ocasionado pelas frequentes incertezas e acesso a precários sistemas de proteção social público.

De fato, a instabilidade social em que vivem essas famílias e que são as únicas responsáveis pelo processo as levam a acessar um mecanismo plural de bem estar e proteção social que estará baseado em mecanismos formais (como as políticas sociais), mas também informais (como as famílias e as redes sociais). Logo, aprofundar os estudos acerca da questão da monoparentalidade – gênero – vulnerabilidade social seja de grande importância para se pensar os mecanismos de proteção social brasileiro que são acessados por famílias que se encontram em situação de vulnerabilidade social. Uma vez que as famílias monoparentais femininas encontram em situação de extrema vulnerabilidade social e isso exige dessas famílias a criação de estruturas complexas de proteção social, grandemente baseadas em seu próprio eixo familiar e nas suas redes sociais – para garantir a sobrevivência de seus membros. Isso porque mesmo em situação de vulnerabilidade social é a família quem deve ser responsável pela qualidade de vida de seus membros, facultando-lhe: cuidado, apoio afetivo e material, socialização, proteção social.

3.2 FAMÍLIAS VULNERÁVEIS E O TRADICIONAL PAPEL DAS FAMÍLIAS E O SIGNIFICADO DAS REDES

A partir das transformações que a família tem passado e da relação que existe entre famílias monoparentais – gênero – e vulnerabilidade social, acreditamos que os arranjos monoparentais femininos pobres são os que mais acionam um sistema de proteção social plural baseados em mecanismos públicos (como os benefícios dos programas de transferência de renda, do Programa Bolsa Família), e também privados (baseados na organização da própria família e nas redes sociais). A associação de ambos os mecanismos (públicos e privados) tem sido de fundamental importância para a sobrevivência de muitas famílias monoparentais pobres, visando à redução dos índices de pobreza e vulnerabilidade em nosso país. Desse modo, focalizaremos a seguir os mecanismos privados de proteção social cuja base é a família e as redes sociais de proteção social.

3.2.1 O tradicional papel das famílias

As famílias sempre foram (e continuam a ser) uma das principais instâncias de proteção social. São consideradas como primeiro lugar de promoção do cuidado, da solidariedade, dos aportes financeiros, emocionais entre seus membros. Nelas um conjunto de decisões são tomadas relativas à educação, moradia, saúde, alimentação, entre outras questões, bem como se destaca pela função social, política e econômica que apresenta na esfera da casa, do espaço privado. Nas expressões de Regina Célia Miotto (2010, p. 4): “a família, na história da humanidade, sempre foi uma instância importante de proteção social, mesmo quando se viveu, em muitos países, a época de ouro do Estado de Bem-Estar Social...”. Mesmo nesses países, “a família, especialmente por meio do trabalho não pago da mulher, constituiu-se em um dos pilares estruturantes do bem-estar social” (MIOTO, 2010, p. 4). O que está subentendido nas palavras da autora é que a família, mesmo em períodos caracterizados por um Estado Social forte, sempre foi pensada como um importante agente (privado) de proteção social.

Como vimos, o surgimento das primeiras crises econômicas, no final dos anos de 1970 e início de 1980, e a efetivação do neoliberalismo implicaram na revisão do formato dos principais modelos de proteção social. Também deram maior priorização ao histórico e tradicional papel que as famílias sempre desenvolveram ao longo das diversas sociedades ocidentais. Assim sendo, as famílias passam a ser redescobertas enquanto importantes substitutos privados de promoção do bem estar e proteção social, exatamente por apresentarem funções consideradas correspondentes ao Estado e essenciais ao desenvolvimento e proteção dos indivíduos. Ou seja, a família volta ao cenário político de discussão, debate e intervenção e constitui-se o centro das políticas de proteção social, especialmente das políticas sociais.

Entender esse espaço resulta em entender de fato sobre quem estamos falando. O que entendemos por famílias? Qual é o seu significado nos dias de hoje? A definição do que é uma família e como ela é compreendida pode ser o ponto de partida para compreendermos o seu papel – enquanto agente privado de proteção social – para a sociedade brasileira.

Para Sarti (2005, p. 21): “falar em família nesse começo do século XXI, no Brasil, como alhures, implica a referência a mudanças e a padrões difusos de relacionamentos. Com seus laços esgarçados, torna-se cada vez mais difícil definir os contornos que a delimitam”. Logo, erramos ao fazer generalizações quando falamos do termo família e não consideramos as mudanças – os avanços tecnológicos, a queda da taxa de natalidade, reorganização dos

papeis sociais – que acontecem nas sociedades ao longo dos anos. É notório que a família não é um simples fenômeno natural. Ela é uma construção social. Trata-se de uma instituição social que é grandemente influenciada por fatores sociais, culturais, ideológicos e políticos, variando seu significado conforme o grupo social que esteja sendo estudado.

Assim, o conceito de família não deve ser interpretado como algo que seja estático, definitivo e não aberto a transformações. Isso quer dizer que as ideias de família são construídas dentro de contexto histórico específico que lhes dão características culturais especiais, de acordo com valores, a cultura, a crença e os hábitos predominantes nesses contextos⁴⁹. As diversas sociedades apresentam modelos diferenciados de famílias e mesmo dentro de uma mesma sociedade, elas mudam e se diferem. As funções de cada família dependem em grande parte do lugar que ocupa na organização social e na economia do país que pertence. Toda e qualquer família exerce algum tipo de função na sociedade em que está inserida. A família pode servir de suporte psicológico (aporte afetivo e emocional), econômico (suporte material e financeiro), saúde (apoio no cuidado da saúde de seus membros na alimentação, higiene pessoal e domiciliar), educação (acompanhamento do desenvolvimento escolar de seus filhos e de repasse de valores éticos, humanitários, solidários e culturais), social (espaço de garantia de sobrevivência, desenvolvimento, bem estar, proteção integral dos filhos, idosos, deficientes e demais membros, socialização dos seus membros em especial de crianças e adolescentes) e de proteção a situações de violência e vulnerabilidade social.

O termo família origina-se do latim *famulus* que significa “conjunto de servos e dependentes de um chefe ou senhores. Entre os chamados dependentes, inclui-se a esposa e os filhos. Assim, a família greco-romana compunha-se de um patriarca e seus fâmulos: esposa, filhos, servos livres e escravos” (PRADO, 1981, p.56). Em sua essência, o termo “família” significava “escravo doméstico”. Ele foi criado na Roma Antiga para designar um novo grupo social que surgiu entre as tribos latinas, ao serem introduzidas à agricultura e também à escravidão legalizada.

Com o tempo, o direito romano estabeleceu a "família natural", baseada no casamento e no vínculo de sangue. A família natural era o agrupamento constituído apenas dos cônjuges e de seus filhos. A família natural tem por base o casamento e as relações jurídicas dele resultantes, entre os cônjuges, pais e filhos. Nessa época, predominava a estrutura familiar patriarcal em que um vasto leque de pessoas se encontrava sob a autoridade do mesmo chefe.

⁴⁹ Cf. Prado, 1981.

Com a modernidade, um novo modelo de família ganhou espaço e se fez presente até recentemente como um modelo “padrão” nas diversas sociedades, a família nuclear burguesa. Esta é fundada no casamento monogâmico estabelecido por mútuo consentimento, composta pelo pai, que é o chefe e detentor da autoridade sobre a mãe e seus filhos. A divisão sexual dos papéis sociais está baseada nas características naturais de seus membros e, por isso, a mulher tem um papel secundário e desvalorizado por causa da biologia. O espaço privado compete às mulheres e a esfera pública ao homem. Seu surgimento marca o final do século XVIII na Europa e final do XIX no Brasil (ARIÈS, 2006; D’INCAO, 2001).

Mas, isso não quer dizer que outros modelos familiares não existiam e tinham importância. Estudos sobre a história da família apresentam estruturas e organizações familiares diferentes, a saber: “famílias matrilineares” (descendência pela linhagem materna); “família patrilineares” (descendência pela linhagem paterna); “famílias poligâmicas” (união conjugal de um indivíduo, normalmente do sexo masculino, com outras pessoas do sexo feminino); “famílias ampliadas ou extensas” (composta por vários parentes residindo num mesmo ambiente, além de pais e filhos); “família patriarcal” (constituída por parentes de sangue e afins, agregados e protegidos, sob a chefia indiscutível de uma figura masculina); entre outros modelos (ALMEIDA, 1987; NEDER, 2010; COSTA, 2004; NUNES, 1991). Mesmo diante dos diversos tipos de famílias, e não temos a pretensão de esgotar numa única tipologia, atualmente, o modelo familiar que ainda tem tido maior expressão ao redor do mundo é o da família nuclear burguesa.

Ainda hoje, toda e qualquer composição familiar que fosse diferente da família nuclear burguesa é considerada uma família “incompleta”, uma “não família” ou uma “família desestruturada”, expressão comumente usada em nosso dia a dia por pessoas leigas no assunto e, também, profissionais que trabalham com famílias. Todavia, esse tipo de conceituação do termo famílias não aprofunda a discussão sobre o que é uma família e nem ao menos problematiza os processos de transformações sociais e suas repercussões na sociedade brasileira. Também convém frisar que essas tipologias não se esgotam aqui, sendo difícil pensar famílias no Brasil sem atentar para as questões das redes sociais⁵⁰. Mas, podemos partir de uma constatação: a família tradicional, a nuclear burguesa, está passando por grandes transformações em sua estrutura e comportamento nas últimas décadas, o que tem ocasionado uma crise da família patriarcal em diversas sociedades. Para Guillermo Sunkel (2006, p.7):

⁵⁰ Acerca da temática das redes sociais falaremos mais a frente neste mesmo capítulo.

En el modelo parsoniano La familia nuclear de la post-guerra aparecía como una institución tremendamente estable e impermeable a los cambios, imagen que se convirtió en un lugar común durante décadas tanto en las ciencias sociales como en la cultura política. Sin embargo, en las últimas décadas grandes transformaciones en su estructura y comportamiento hacen que la familia nuclear con hombre proveedor/mujer cuidadora ya no sea el modelo clásico.

As transformações ocorridas estão descaracterizando o papel tradicional da família moderna, composta pelo pai provedor, mãe cuidadora e filhos obedientes, ganhando relevância outras configurações familiares, para além da ideia moderna de família como um núcleo. E, isso revela que o exercício estável da autoridade masculina e a dominação do homem sobre a família entra em cheque nos últimos anos. Isso dá visibilidade à questão de que os papéis socialmente estabelecidos do homem provedor e da mulher de cuidadora estão sendo ressignificados na atualidade.

Nadine Lefaucheur (1991) demonstrou esse quadro de transformação quando estudou a família no período pós II Guerra Mundial em diversos países do continente europeu e também nos Estados Unidos. Segundo a autora, um conjunto de mudanças sociais, demográficas, tecnológicas ocorreram e contribuíram para a inserção das mulheres na esfera produtiva. Houve, desse modo, o rompimento da obrigação da presença contínua das mulheres em casa e a abertura de novas possibilidades na esfera da produção. A mulher passou a ter mais tempo para investir em si e projetar planos em sua vida, como os de trabalhar e estudar, para isso a separação da maternidade da sexualidade foi essencial. “Essa libertação foi incrementada pelas transformações que, nos países ocidentais, afetaram durante os ‘trinta anos gloriosos’ o trabalho doméstico e, em mais larga medida, o conjunto daquilo que podemos designar por trabalho de reprodução” (LAFAUCHER, 1991, p. 491). Em presença dessa conjuntura, o modelo de família nuclear burguesa, que até os anos de 1950 era ideologicamente o padrão a ser seguido e triunfante, entrava em crise e a família parecia estar na “tormenta”, por causa do impacto sofrido e das transformações em pauta. Por outro lado, autores como Zygmunt Bauman (2005), Manuel Castells (1999), Anthony Giddens (1993) e Stuart Hall (2002) vão apontar que, além dessas transformações sociais e econômicas, os movimentos sociais como o feminismo deram impulsos a uma onda de questionamentos às relações familiares, como também às relações de gênero e às definições entre os espaços público e privado, como temos enfatizado. Assim, diante desse quadro em transformação, o conceito de família se transforma e diversas concepções sobre a família surgem, vejamos algumas delas.

Lefaucher (1991, p. 479) expõe a família como “lugar habitual da reprodução biológica das populações humanas; lugar privilegiado da reprodução social. A família também é lugar onde se entrecruzam as relações sociais fundadas na diferença dos sexos e nas relações de filiação, de aliança e coabitação”. Conforme a autora, a família deve ser pensada para além da reprodução biológica, da “dádiva” da maternidade. Devemos pensá-la como esfera de reprodução social, mas também, como lugar em que as pessoas se relacionam socialmente. Essa visão de Lefaucher amplia o conceito de família e estabelece uma definição fora do núcleo, da filiação. Possibilitando, assim, que outras relações possam ser estabelecidas como a família que pode surgir a partir do casamento e da coabitação.

Freitas (2000, p. 08) pondera que falar em famílias é refletir sobre um conceito no plural, onde relações que são estabelecidas com a sociedade mais ampla estão inseridas nelas, mas também nas formas como ela se atualiza na vida diária das pessoas que lhes dão concretude. Dessa forma entendem-se famílias “enquanto um processo de articulação de diferentes trajetórias de vida, que possuem um caminhar conjunto e a vivência de relações íntimas; um processo que se constrói a partir de várias relações, como classe, gênero, etnia e idade”. Assim, não podemos falar em “família” no singular e sim de “famílias” no plural, de forma que possamos contemplar a diversidade de relações e modelos de família que existe na sociedade brasileira. E para essa autora, não é possível compreender a família brasileira sem atentar para as redes sociais que a caracterizam historicamente.

Sarti (2005, p. 26) sinaliza que a família deve ser vista “como algo que se define por uma história que se conta aos indivíduos, ao longo do tempo, desde que nascem, por palavras, gestos, atitudes, silêncios, e que será por eles reproduzida e ressignificada, à sua maneira, dados os seus distintos lugares e momentos na família”. E, dentro desse espaço cada família será marcada por referenciais sociais e culturais próprios num dado momento histórico. Conforme essa definição, temos em pauta a particularidade de cada experiência familiar apresentada ao longo de uma trajetória histórica comum. Nessa trajetória, os valores são “reproduzidos” e “ressignificados” em cada lugar e momento em que essa família se encontra, sendo importante pensar que o conceito criado para definir uma família não especifica o significado e versão histórica de cada experiência vivida.

Nas palavras de Brant de Carvalho (2005, p. 271), a família deve ser pensada como expressão máxima da vida privada e lugar de intimidade na qual é “percebida como nicho afetivo e de relações necessárias à socialização dos indivíduos que assim desenvolvem o sentido de pertença a um campo relacional iniciador de relações includentes na própria vida em sociedade. É um campo de mediação imprescindível”. Dessa forma, a família estabelece

vínculos que asseguram aos indivíduos a possibilidade de pertencimento social e estar incluído socialmente em algum lugar. Ela cria e fortalece espaços de convivência. E, propicia os aportes afetivos, de bem-estar e proteção social dos seus componentes.

Essas definições trazem diferentes formas de conceituar as famílias, para além da forma clássica que se baseia em valores como os de coabitação, consanguinidade, nome de família, afinidade afetiva. Novos valores e formas de ver a família estão surgindo e estendendo as fronteiras que existiam dentro da relação familiar. E, isso assinala que os modelos clássicos de interpretar o que é uma família já não são suficientes para a compreensão das novas feições familiares no contexto atual. Podemos afirmar isso com base do surgimento de outras estruturas familiares para além da família nuclear que ganha espaço e visibilidade no contexto atual, como é o caso da monoparentalidade (que vem crescendo, mas já existiam em momento anterior da história brasileira).

Mas, essa alteração do conceito de famílias não fica apenas nos meios acadêmicos. Diversos dispositivos legais, mesmo que lentamente, estão sendo revisados e incluindo novas concepções de famílias. Entre os dispositivos legais – como a Constituição Federal de 1988⁵¹, o Código Civil⁵², o Estatuto da Criança e do Adolescente⁵³, a LOAS⁵⁴, NOB/SUAS 2005⁵⁵, o

⁵¹ A Constituição Federal de 1988 trouxe uma definição diferenciada de família, mais avançada que o nosso Código Civil vigente, ainda de 1916. Antes a família era definida como “família estável”, aquela formada pelo casamento formal entre um homem e uma mulher, eixo central do direito de família. Em seu artigo 226, a Constituição definiu a família como a base da sociedade, passando a reconhecer a união estável entre o homem e a mulher como entidade familiar e, também, a comunidade formada por qualquer dos pais e seus descendentes⁵¹ - deixando de fora, no entanto, outras relações familiares como o reconhecimento da união homoafetiva. E os direitos e deveres referentes à família conjugal são exercidos igualmente pelo homem e pela mulher. Ou seja, a Constituição avançou em três direções: no reconhecimento da união formada pelo casamento; no da união estável entre um homem e uma mulher; e na família monoparental. A Monoparentalidade é, assim, reconhecida como fenômeno recorrente em nossa sociedade. Outro avanço pode ser visto no fato de recentemente, no ano de 2011, os ministros do Supremo Tribunal Federal, ao julgarem a Ação Direta de Inconstitucionalidade 4277 e a Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental 132, reconheceram a união estável para casais do mesmo sexo (antes disso, o INCRA também tinha concedido posse para a família composta por duas mulheres). As ações foram ajuizadas na Corte pela Procuradoria-Geral da República e pelo governador do Rio de Janeiro.

⁵² O novo Código Civil de 2002. O novo Código (Lei 10.406/2002) estabelece que a “família” abrange as unidades familiares formadas por casamento, união estável ou comunidade de qualquer genitor e descendente, representando uma clara e expressiva mudança em relação ao Código anterior, o de 1916. De acordo com o Código de 1916, a “família estável” era aquela formada pelo casamento formal, que era o eixo central do direito de família.

⁵³ O Estatuto da Criança e Adolescente (Lei 8.069/1990), no Artigo 25, reconhece a “família natural”, a comunidade formada pelos pais ou qualquer deles e seus descendentes. E, em parágrafo único fala em “família extensa ou ampliada” sendo aquela para além da unidade de pais e filhos ou da unidade do casal, formada por parentes próximos com os quais a criança e os adolescentes convivem e mantém vínculos de afinidade e afetividade. Nesse caso amplia-se o termo para relações de afinidade e afetividade que são estabelecidas em outros eixos, como os formados por parentes.

⁵⁴ A LOAS, Lei 8.742 de 1993, que tem projetos de enfrentamento da pobreza compreendem a instituição a família “composta pelo requerente, o cônjuge ou companheiro, os pais e, na ausência de um deles, a madrasta ou o padrasto, os irmãos solteiros, os filhos e enteados solteiros e os menores tutelados, desde que vivam sob o mesmo teto” (Art. 20, parágrafo 1º).

PBF⁵⁶ entre outras normativas – reviram o conceito usado de família. Mas, ainda tratam de definições mais amplas e que consideram outros padrões familiares, além da família nuclear, sabemos que as mudanças são particularmente difíceis e acontecem de forma gradual. Uma vez que, como coloca Sarti (2005, p. 23), “as experiências vividas e simbolizadas na família têm como referência, a respeito desta, definições cristalizadas que são socialmente instituídas pelos dispositivos jurídicos, médicos, psicológicos, religiosos e pedagógicos, enfim, pelos dispositivos disciplinares existentes em nossa sociedade”.

Diante do exposto, vemos que o conceito de famílias está em transformação e esta discussão encontra-se presente entre acadêmicos, gestores governamentais e nos principais dispositivos legais em nosso país, nos últimos anos. E, isso revela a importância de se evitar generalizações como o de “família desestruturada”, “uma não família”, a partir da constante criação de modelos padronizados de famílias. Buscando entendê-las de forma plural, numa multiplicidade de tipos étnico-culturais, que se baseiam em construções que ocorrem de forma diferenciada entre os indivíduos de um mesmo grupo. Assim, é importante enfatizarmos, como as autoras supracitadas Freitas e Sarti colocaram, que não podemos falar em “família” no singular e sim em “famílias” no plural, de forma que possamos contemplar a diversidade de relações e modelos de família que existe na sociedade brasileira, bem como devemos ultrapassar o conceito de família nuclear; a noção de núcleo, para pensar numa rede que se ramifica, especialmente para o caso brasileiro.

No entanto, mesmo diante de todas as transformações conjunturais e das “novas” configurações familiares (usamos a palavra novas entre aspas para enfatizar que esses modelos não são tão novos assim, ao contrário disso, convivem entre si historicamente, mesmo que um deles possa ser hegemônico em alguns momentos) apresentadas, vemos que algumas características predominam em nossa sociedade: a família é considerada a célula *mater* em nossa sociedade; a família é esfera de socialização, cuidado e provisão de bem estar e proteção social e sobrevivência dos indivíduos; a família continua sendo um assunto de mulheres, logo uma gama de atribuições que lhes competem; a família tem um simbolismo importante na vida de muitos brasileiros; falar em famílias é fazer referência à rede de relações (solidariedade, afeto, apoio financeiro e conflitos) que são estabelecidas entre os indivíduos.

⁵⁵ A NOBSÚA (2005, p.17) supera o conceito de unidade econômica e entende a família como “núcleo afetivo, vinculada por laços consanguíneos, de aliança ou afinidade, onde os vínculos circunscrevem obrigações recíprocas e mútuas, organizadas em torno de relações de geração e de gênero”. Além disso, a família é vista como núcleo de acolhida, convívio, autonomia, sustentabilidade e protagonismo social. Essa norma passou a vigorar uma das definições mais ampliadas e atuais de famílias que existe no país.

⁵⁶ Já apresentada no capítulo anterior.

E, por falar do caso brasileiro, não podemos estudar as famílias sem atentar para a formação das redes sociais como parte da histórica experiência familiar dentro da cultura brasileira de qualquer classe social. Mas, que tem sido essencial entre as famílias pobres, já que não possuem vínculos familiares mais estáveis e estão mais vulneráveis a situações de instabilidade social e econômica por causa das incertezas de eventos que acontecem no cotidiano de suas vidas. Assim, quando estudamos a família brasileira, não podemos ignorar e deixar de atentar para as construções das redes sociais. As redes sociais são constitutivas dos processos históricos e culturais do país e perpassam todas as classes sociais, especialmente com todas as transformações e modificações na sociedade.

3.2.2 O significado das redes sociais para as famílias pobres

As redes sociais constituem um fenômeno antigo em nossa sociedade e que não pode ser ignorado. Nunca se falou tanto de rede como nos dias atuais e a motivação para a construção de uma rede pode se manifestar de diferentes formas. Existem as redes comunitárias que reúnem os interesses comuns de moradores de um bairro ou cidade; as redes profissionais (ou networking) que fortalecem a rede de contatos profissionais na vida de um indivíduo; as redes sociais (Facebook, Orkut, Twitter) que buscam construir relações sociais entre pessoas a partir de interesses em comum; as redes de solidariedade que surgem a partir de alguma necessidade comum e proximidade entre as pessoas; as redes de apoio que oferecem apoio financeiro e emocional aos indivíduos, entre outras. Essas, entre outras redes, demonstram os vários tipos de organizações que existem e as várias relações que são estabelecidas nesse processo, sempre a partir de valores e objetivos em comum.

Todavia, a noção de rede não é nova, ao contrário, é muito antiga e remonta aos tempos dos gregos. Mas, apenas recentemente, no final do século XX, o termo passou a reaparecer entre estudiosos diversos das Ciências Sociais, em especial entre antropólogos, sociólogos, biólogos, psicologia social, serviço social entre outras áreas. A partir de então, acadêmicos diversos fizeram uso e difundiram o conceito de redes sociais. Na década de 1950, três pensadores ganharam destaque: Kurt Lewin, John Barnes e Elizabeth Bott. Em 1952, Kurt Lewin, psicólogo alemão, foi responsável pela criação da expressão “dinâmica de grupo” e da “teoria de campo”. Segundo sua teoria de campo, o comportamento dos indivíduos são condicionados pela tensão entre a percepção que os indivíduos tem de si mesmos e do meio (espaço vital – dentre eles: a família, igreja, trabalho, escola, etc.) em que vivem. O comportamento deriva da coexistência dos fatos e o campo é o lugar em que se dá a

totalidade dos fatos. Em 1954, o antropólogo John Barnes, em sua obra *Class and Committees in a Norwegian Island Parish*, começou a usar sistematicamente o termo das redes sociais para mostrar as redes informais e formais, bem como as relações familiares e extrafamiliares que eram desenvolvidas entre pescadores na Noruega. O autor buscava com isso revelar a importância das redes sociais extra-familiares no cotidiano dos pescadores. Em 1957, o estudo da antropóloga de Elizabeth Bott, *“Family and social network: roles, norms and external relationships in ordinary urban families”* foi pioneiro no estudo das formações de redes entre famílias urbanas na Inglaterra. O objetivo era analisar as práticas de interação informal – a chamada rede familiar extensa – em sua estrutura, agrupamentos e formas de interação em famílias moradoras dos centros urbanos na Inglaterra. Na época, a obra não teve tanta repercussão como teve posteriormente. Percebemos, assim, que cresceu o debate e o uso do termo redes sociais, no período pós II Guerra Mundial. As redes sociais passaram a ser apropriadas por profissionais que trabalhavam diretamente com as famílias, como é o caso dos profissionais da “psiquiatria das redes sociais”. Os psiquiatras passaram a criar programas inovadores na área de psiquiatria comunitária que faziam uso das redes sociais, buscavam assim recursos nas comunidades de origem dos pacientes para a sua desinstitucionalização. O objetivo era a de que os pacientes psiquiátricos pudessem retornar ao convívio de seus grupos de origem: família, vizinhos, amigos, redes sociais. A rede passou a ser usada notadamente nos casos de pacientes que estavam em crise. A família e a comunidade eram vistas como espaços terapêuticos. Tal movimento com os pacientes mentais, de uso de suas redes sociais, passou a ser visto e apreendido por outros campos do conhecimento e áreas de intervenção. Ao longo dos anos, o trabalho com redes sociais expandiu-se entre outros profissionais que tinham as famílias como sujeitos de sua intervenção. Além disso, o aumento das múltiplas expressões da questão social e a insuficiência de mecanismos públicos para atender às suas demandas fez com que o acesso a famílias e suas redes de interação social passassem a fazer parte também das políticas públicas de proteção social.

No Brasil, nos anos 1980, o estudo das redes sociais é marcado com a obra de Klass Woortmann (1987), em seu clássico livro *“A família das mulheres”*. Segundo o autor, em nosso país, uma característica importante é o entendimento do parentesco estabelecendo uma relação de “comunalidade” e “afinidade” como princípio geral de famílias brasileiras do Nordeste. O parentesco pode promover a constituição de solidariedades que se definem por alguns princípios, como a relação consanguínea, (o sangue enquanto símbolo definidor de uma relação de proximidade), a distância (quanto mais próximo um parente de outro, maior será o vínculo e proximidade), o casamento e o nome. E, isso torna as relações baseadas em

parentesco como fomentadoras de obrigações entre os sujeitos. Em relação ao conceito de “redes de parentesco”, fala-se em uma instância particular de relacionamento baseada nos laços de sangue ou não, cujos princípios fundamentais são os de “comunalidade” ou “afinidade” e seu conteúdo básico é a solidariedade – sendo o parentesco o eixo de organização de boa parte do espaço social imediato com o qual as pessoas se ajustam frente às dificuldades da vida (WOORTMANN, 1987). Vale enfatizar que também nesse estudo, as mulheres aparecem como principais organizadoras das redes de parentesco. Não é à toa que ele se refere a uma família de mulheres. Talvez, nesse momento ele já se reportava ao que hoje. Nós chamamos de famílias monoparentais masculinas e a um processo de feminização da pobreza na Bahia naquele momento. Algo que consideramos importante também nesse livro é que ao final ele também vai enfatizar a dimensão cultural e questionar se essas famílias de mulheres (mães, avós e tias) que caracterizam as famílias pobres religiosas de Salvador não têm a ver com o processo vivido por nossa sociedade, principalmente em se tratando da Bahia, das mães de santos (uma espécie de família onde as mulheres também são protagonistas).

Todavia, mesmo tendo um registro recente nas Ciências Sociais, acreditamos que a formação das redes sociais tem uma longa trajetória histórica nas relações entre os indivíduos e com significados diversos, no Brasil. E, isso se dá por causa de nossa particularidade social, econômica, política e histórica. A formação tem se dado em proporções diferenciadas entre mulheres das classes populares – médias – altas (Woortmann, 1979 mostra isso muito bem, assim como Suely, 2002 e Fonseca, 2002), as quais criam estratégias, “tecidas por trás dos panos”⁵⁷ que variam de contexto e independem do poder do Estado.

Mas, os estudos das redes são difundidos e ampliam-se nas Ciências Sociais, entre os anos 1990 e 2000. Por consecutivo, vemos que o conceito de redes está presente em inúmeras áreas do conhecimento, permitindo um uso ampliado e indiscriminado da noção de rede, ocasionando uma infinidade de conceitos e significados acerca desse termo. Sendo assim, podemos tomar como referência a rede social definida por Bott (1976) que foi uma das primeiras a usar a ideia de rede enquanto ferramenta de análise dos relacionamentos entre pessoas, afirma que o conceito de rede é fundamental para pensar as relações sociais entre indivíduos e grupos, em diversos graus de conexão, que não conseguem dar conta da complexa situação social em que vivem. Para a autora (1976, p.294):

⁵⁷ Termo usado por Rocha-Coutinho (1994).

A ideia de rede é necessária porque o conceito familiar de grupo e de grupo corporativo da antropologia tradicional não era inteiramente adequado para os dados de campo com os quais eu estava lidando. As famílias pesquisadas não viviam em grupos. Elas ‘viviam’ em redes, se é que podemos usar o termo ‘viviam em’ para descrever a situação de estar em contato com um conjunto de pessoas e organizações, algumas das quais estavam em contato umas com as outras, ao passo que outras não estavam.

Ilse Scherer-Warren⁵⁸ (1999, 06) define “redes sociais” como “uma articulação de diversas unidades que, através de certas ligações, trocam elementos entre si, fortalecendo-se reciprocamente, e que podem se multiplicar em novas unidades, as quais, por sua vez, fortalecem todo o conjunto, na medida em que são fortalecidas por ele”. Nesse sentido, a autora atenta para o efeito “multiplicador da rede” que implica numa ideia de ramificação que é possibilitada a partir das construções das redes sociais. Por outro lado, não podemos pensar nessa questão sem levar em pauta o contexto da sociedade atual, que é complexa, global e informatizada. Assim, três dimensões são de fundamental importância: a sociabilidade, a espacialidade e a temporalidade histórica. As redes sociais de sociabilidade são aquelas que fazem parte do cotidiano das pessoas a partir da formação das “redes primárias” (famílias, amigos, grupos sociais) que surgem nas atuais redes virtuais. Essas redes podem ser formadas por elos “fracos” e “fortes” que irão mostrar como os sujeitos “se relacionam” e como “atuam”. Levando em conta os conflitos, as reconstruções e até mesmo as dissoluções de redes. Na dimensão espacial, a dimensão territorial dimensiona influência e ação dos indivíduos. Assim, na era da globalização, dimensões como “global e a local”, “local e o transnacional” se fundem e confundem. As temporalidades históricas buscam subsídios que sejam suficientes para compreender como “as redes sociais tradicionais”, instituídas a partir de raízes históricas ou de legados culturais, influenciam as redes do presente e poderão influenciar as do futuro.

No mesmo ano, Manuel Castells, sociólogo espanhol, em seu primeiro volume da Trilogia, “Sociedade em Rede - A Era da informação: Economia, sociedade e cultura”, mapeia um cenário mediado pelas novas tecnologias de informação e comunicação - TICs - e como estas interferem nas estruturas sociais. O autor propõe o conceito de “capitalismo informacional” e constrói seu raciocínio partindo da história do forte desenvolvimento das tecnologias e seus impactos nas relações humanas, a partir da década de 1970. Assim, segundo sua teoria, a revolução tecnológica está conduzindo a uma nova configuração entre

⁵⁸ SCHERER-WARREN, Ilse. **Cidadania sem fronteiras – ações coletivas na era da globalização**. São Paulo: Hucitec, 1999.

“as redes sociais” e os “seres humanos”; entre “a rede e o ser” que com a comunicação mediada por computadores, faz com que uma enormidade de redes virtuais surjam e façam parte do cotidiano dos sujeitos. É nesse processo que um “ator social se reconhece e constrói significado principalmente com base em determinado atributo cultural ou conjunto de atributos, a ponto de excluir uma referência mais ampla a outras estruturas sociais” (1999, p. 57-58). As redes servem de instrumentos que conectam ou desconectam indivíduos, grupos, regiões, países, de acordo com interesses de quem as acessa. E, essas relações sociais são definidas com base em atributos culturais que especificam a identidade e o interesse dos indivíduos que as acessam.

Outra definição básica para se pensar as redes sociais é o conceito criado por Rita de Cássia Freitas (2002), “redes de solidariedade e reciprocidade”. As redes de solidariedade e reciprocidade revelam a

[...] formação de uma agenda de valores comuns – valores que determinam um padrão de sociabilidade e de costumes que tem como substrato ideias e referências acerca da solidariedade e dos direitos humanos, ainda que tais valores não sejam verbalizados com toda força argumentativa por todas elas. Uma existência (de longa duração) levam-nas a ver com extrema naturalidade a socialização dessas formas de redes de proteção social aos seus. (FREITAS, 2002, p. 93).

A noção de solidariedade é uma representação social arquitetada por muitas mulheres (dentro e fora do Brasil), que em nome de algumas questões, conquistaram a esfera pública para dar visibilidade a sua causa, como também politizar a sua luta como forma de manifestação de seus problemas. Para a autora, a formação das redes sociais pode se dar em diversos momentos da vida dos indivíduos, mas em casos de grandes transformações ela se torna vital, como casamentos, nascimentos, mortes, etc. Assim, a autora assinala que a formação de redes de solidariedade e reciprocidade são importantes para as famílias pobres, especialmente, quando passam por instabilidade diante de situações de separações, morte, dificuldades econômicas e inexistência de instituições públicas que promovam bem estar e proteção social, uma dimensão que aparece também na produção de Cynthia Sarti. Mais uma vez, vemos que a coletivização de cuidados e proteção é uma forma de estratégia de sobrevivência e que se torna essencial nas camadas mais pobres.

A formação das redes entre famílias empobrecidas, como estratégia de sobrevivência e solidariedade entre os mais pobres, teve uma importância em especial para se pensar a relação entre redes sociais e a questão da pobreza e das políticas sociais. Assim, o estudo das redes

sociais apresenta destaque quando estudamos as famílias de camadas pobres e as construções em rede passam a ser uma realidade para essas famílias (ver estudos de BRANT DE CARVALHO, 2010; FONSECA, 2002; SARTI, 2005). A presença da formação das redes sociais entre os arranjos empobrecidos normalmente acontece por causa da situação de vulnerabilidade social em que se encontram. E, isso se dá por causa das diversas dificuldades que vivenciam em seu cotidiano: relações instáveis, empregos incertos, situação de desemprego constante, pouca renda, momentos de separações e de mortes. Desse modo, as inúmeras dificuldades sociais, fragilidade dos vínculos familiares e a precariedade dos sistemas públicos de proteção social tornam a sobrevivência das famílias pobres mais complexas, fazendo com que elas busquem com maior apoio em suas redes intra e extrafamiliar pela sua capacidade de articulação e rearticulação permanente.

Nessa perspectiva, um estudo convergente é o da Maria do Carmo Brant de Carvalho (1994), ao acentuar que a sobrevivência cotidiana das famílias empobrecidas brasileiras – especialmente nas regiões metropolitanas, onde a maior parte da população vive em cortiços, favelas e casas precárias da periferia – dá-se em grande escala por causa da convivência familiar que é indispensável à sobrevivência material e afetiva. A família nuclear é substituída pela família ampliada e a formação de redes é basilar para a sobrevivência cotidiana. Assim, diversas redes podem ser formadas, como: a “solidariedade conterrânea e parental”, a “solidariedade apadrinhada”, a “solidariedade missionária”. Por “solidariedade conterrânea e parental”, entende-se como a condição primeira para a “sobrevivência e a existência de famílias em situação de pobreza e discriminação. Pode-se dizer que vivem em comunidades cuja identidade é marcada pela carência, sangue e terra natal” (CARVALHO, 1994, p. 96-97).

Ou seja, a situação de proximidade é baseada na relação de sangue e origem em que se estabelecem relações de troca e solidariedade diante das situações cotidianas de sobrevivência. A proximidade com o grupo familiar ampliado – que inclui agregados de parentes e conterrâneos – garantem os padrões mínimos de reprodução social. Na “solidariedade apadrinhada” quando

Um ou mais membros da família do trabalhador mantém laços mais próximos com as classes média e alta, seja como empregados domésticos, porteiros de prédios, jardineiros etc. Esse vínculo assegura um canal de doação de roupas, remédios, eletrodomésticos... fundamental na composição do consumo das famílias em situação de pobreza. (CARVALHO, 1994, p. 96-97).

Nesse caso, o conhecimento e proximidade a alguém de padrão social mais alto e a relação de apadrinhamento são básicos nesse tipo de rede social⁵⁹. O que está em pauta é o usufruto de bens de consumo de produtos de segunda ou terceira mão. Nessa relação podem ser doados utensílios domésticos, eletrodomésticos (geladeiras, fogões), roupas ou até ajuda financeira. Por fim, a “solidariedade missionária” é abalizada pelas ações das diversas instituições religiosas (Igreja Católica, Protestante, Espírita ou afrodescendentes). “A Igreja é sempre uma porta que acalenta a esperança. Através de seus programas pastorais representa um suporte espiritual, mas especialmente um suporte emocional, afetivo e material. É a escola para aprender a viver na cidade, um canal de organização para a conquista de serviços públicos, um canal de convivência a partir do culto; um espaço de lazer, de cura dos doentes e de uma assistência social que, embora muitas vezes paliativa, é próxima e mais acessível” (CARVALHO, 1994, p. 98). As instituições religiosas, diante de seu papel social e educativo, passam a ter presença e efetividade na vida dos sujeitos sociais (principalmente entre os pobres), assim como seu papel assistencial é histórico e conhecido pelas pessoas. E isso a faz ter credibilidade e importância na vida da população com quem estabelece vínculos. Desse modo, os tipos de solidariedades apresentadas por Carvalho revelam as diversas formas de redes sociais que podem ser construídas pelos atores sociais e como elas são estratégias essenciais na vida dos indivíduos, por meio da construção de solidariedade e serviços coletivos. Essas redes fazem parte das estratégias cotidianas das famílias empobrecidas.

Conforme Claudia Fonseca (2002), a compreensão da vida familiar no Brasil contemporâneo exige considerar a existência de modelos para além da norma hegemônica, do modelo de família nuclear burguesa, como composições alternativas que aparecem nos grupos populares, como é o caso da “circulação de crianças”. A circulação de crianças – e achamos que é central para pensar as famílias brasileiras – é um conceito analítico que denomina a permuta e/ou partilha de cuidados e atenção de uma criança entre um adulto e outro. Para a autora, esse conceito exemplifica as práticas realizadas por toda parte do mundo, sendo adaptada a cada realidade sociocultural. A circulação torna-se uma alternativa para a manutenção das famílias que fazem uso desse tipo de rede social. Por isso, devemos considerar as questões que motivam essa dinâmica e acima de tudo levar em conta as diferenças de outras realidades sociais. A formação de redes sociais, que normalmente ocorre em função da sobrevivência da criança, contribui para o fortalecimento de outras redes já existentes. E, com isso pensar que se hoje o modelo é a família nuclear, não podemos negar

⁵⁹ Apesar do Woortmann (1979) não usar o conceito de redes sociais, já apontava para essa questão em seu trabalho, nas relações de trocas advindas das relações que existiam entre as famílias.

que o recurso às avós, parentes e vizinhos continua sendo prática cotidiana, principalmente em nossas classes populares, fazendo emergir de novo uma família extensa, ainda que as pessoas não convivam na mesma casa. Revelando, assim, que existem “outras normalidades” que sucedem entre as práticas familiares na sociedade complexa atual. Em relação a essa afirmação, Freitas coloca que a “coletivização seja na troca de favores ou nos cuidados com as crianças (bem como os velhos ou doentes) faz parte das estratégias de sobrevivência elaboradas” pela população pobre (2002, p.94). Pois, essas famílias são marcadas por grande instabilidade e vulnerabilidade social que podem ser ocasionadas por situações de separação, morte, dificuldades econômicas. Essa situação pode ser agravada pela ausência ou precariedade de instituições públicas que promovam a proteção social do grupo em questão, a partir da criação de mecanismos de proteção social.

Coadunando com essa visão apresentada por Claudia Fonseca (2002) e Rita de Cássia Freitas (2002), Cynthia Sarti (2005) afirma que as redes sociais são fundamentais para a vida das famílias pobres, chegando a se tornar um elemento constitutivo da formação familiar entre os mais pobres. A autora deixa claro que esse tipo de formação contraria a ideia corrente da família como um núcleo. Para ela (2005, p. 28),

a primeira característica a ressaltar sobre as famílias pobres é sua configuração em rede, contrariando a ideia corrente de que esta se constitui em um núcleo. Assim, cumpre desfazer a confusão entre família e unidade doméstica, a casa, imprecisão que tem consequências nas ações a ela pertinentes, uma vez que leva a desconsiderar a rede de relações na qual se movem os sujeitos em família e que provê os recursos materiais e afetivos com que contam.

O modelo ideal de família nuclear burguesa torna-se algo difícil de ser vivido já que o constante quadro de vulnerabilidade social no qual se vive ajuda a explicar as constantes dificuldades de manter o padrão conjugal de família. A pobreza constante e as dificuldades de ingresso no mercado de trabalho fazem com que o homem não consiga assumir o seu papel central de provedor e exige que a mulher assuma, para além da responsabilidade da casa, a responsabilidade econômica do lar. Assim, para Sarti (Ibidem, p. 31): a família pobre constitui-se “em rede, com ramificações que envolvem o parentesco como um todo, configura uma trama de obrigações morais que enreda seus membros, num duplo sentido, ao dificultar sua individualização e, ao mesmo tempo, viabilizar sua existência como apoio e sustentação básicos”. Logo, a rede é um valor que deve ser analisado e levado em consideração.

Desse modo, vemos que a situação de vulnerabilidade social em que vivem as famílias pobres, seja por causa de rupturas familiares, mortes, desemprego, instabilidade econômica, tragédias entre outras coisas e inexistência ou precário sistema público que garanta um sistema de proteção social de qualidade a essas famílias, faz com que a socialização em rede seja uma característica marcante entre as famílias empobrecidas. A constituição das redes sociais efetiva-se como eixo constitutivo ou obrigação entre as famílias pobres e desconsiderar essa questão é não levar em conta uma característica marcante em nossa sociedade.

Neste sentido, Sueli Costa (2002) coloca que redes sociais são de longa duração, no Brasil, e, de certa forma, tardaram a construção de padrões de proteção social que garantissem igualdade de direitos sociais entre homens e mulheres. Para que as mulheres saíssem para a esfera pública, para trabalhar ou estudar, tiveram que construir redes sociais, de troca e partilha com outras mulheres. Dessa forma, houve a conformação da “maternidade transferida” (COSTA, 2002) que é a forma em que as mulheres atribuíram-se mútuas responsabilidades e delegaram as tarefas administrativas de suas casas a outras mulheres. Assim, essas mulheres podem reprogramar o tempo que gastavam com o cuidado com a prole e afazeres domésticos e sair para o espaço público em busca de realização pessoal e profissional (COSTA, 2002). O estudo de Costa é apenas uma referência para nos mostrar que a construção das redes no Brasil não é tão recente assim e apresenta uma longa trajetória em nossa história. Assim, como o processo de “circulação de crianças” usado por Claudia Fonseca (2002) é outro exemplo característico de nosso país, voltaremos a ele mais a frente.

Diante do apresentado, vemos que a família é uma importante esfera de proteção social na sociedade brasileira, seja enquanto estratégia pública (por meio dos programas não contributivos de transferência de renda), seja enquanto agente privado (pelo seu tradicional papel e a constituição das redes sociais) de proteção social. Isso tem se dado na construção histórica e social dos mecanismos de proteção social brasileiros. Logo, não podemos analisar a questão dos mecanismos de proteção social das famílias brasileiras sem levar em conta a indissociabilidade entre os mecanismos da proteção social formal (políticas sociais) e informais (a família e suas redes sociais), que é marcante.

Assim, as famílias tem tido um importante papel frente aos mecanismos públicos (política social) e privados (as famílias e redes sociais) de proteção social e criam uma rede complexa de proteção que abarca mecanismos múltiplos de proteção social baseados nas famílias, nas políticas sociais e nas redes sociais. A relação entre monoparentalidade – gênero – e vulnerabilidade social faz com que as famílias (especialmente as mulheres) sejam as que

mais acionam um sistema de proteção social plural como forma de bem estar e proteção social.

A associação de ambos os mecanismos (públicos e privados) tem sido de fundamental importância para a sobrevivência de muitas famílias pobres e para a redução dos índices de pobreza e vulnerabilidade em nosso país. Conforme Gomes (2002), na história do sistema de proteção social brasileiro sempre se desconsiderou a relação que existe entre “múltiplas práticas de proteção social” das mulheres dentro de suas casas e o sistema de proteção social público. Essa desconsideração sempre esteve relacionada a supervalorização dos estudos macroanalíticos do sistema de políticas e serviços sociais, que sempre fizeram uma dissociação entre a noção de esfera pública e privada, considerando, dessa forma, o privado como esfera natural da mulher, logo tornando não necessário politizá-la. Ao contrário disso, politizar as questões das esferas separadas é dar visibilidade entre a conexão que existe entre história das mulheres e o desenvolvimento das práticas protecionistas em nosso país. E, com isso, buscar desmistificar a dissociabilidade que há entre o cotidiano familiar e as estruturas mais amplas da sociedade – civil, política, econômica – vendo que o “pessoal é político”.

E, isso é notório quando estudamos em profundidade os mecanismos de proteção social que são acessados por famílias em situação de vulnerabilidade social, como é o caso de famílias que se encontram em situação de monoparentalidade feminina em comunidades carentes do Rio de Janeiro. Por isso, no próximo capítulo, apresentaremos o estudo de caso realizado com 20 famílias que se encontram em situação de vulnerabilidade social residentes em comunidades carentes do Estado do Rio de Janeiro, sendo elas da comunidade de Campos Elíseos que fica em Duque de Caxias/Rio de Janeiro e de Sampaio, no Complexo do Lins/RJ, objetivando analisar o cotidiano de vulnerabilidade social em que vivem e os mecanismos de proteção social (públicos e privados) que são acessados pelas famílias entrevistadas.

4 A TRAJETÓRIA DO ESTUDO DE CASO

4.1 ASPECTOS INTRODUTÓRIOS AO ESTUDO DE CASO

A partir do embasamento teórico apresentado nos capítulos anteriores, seguimos para nossa pesquisa de campo com a exposição da trajetória metodológica percorrida para efetivação do nosso estudo de caso. O estudo foi realizado com 20 famílias monoparentais femininas de comunidades carentes do Estado do Rio de Janeiro, Campos Elíseos/Duque de Caxias e Sampaio/Complexo do Lins. Optamos pelo estudo em duas comunidades distintas visando à composição de uma amostra que nos leve a conhecer quais os mecanismos de proteção social que são mais acessados por essas famílias a partir de contextos e realidades diferenciadas.

Buscamos, dessa forma, analisar os mecanismos de proteção social utilizados pelas famílias monoparentais femininas brasileiras em situação de vulnerabilidade social, com vistas a verificar a existência de formas de integração entre mecanismos públicos (as políticas sociais) e privados (as famílias e as redes sociais) de proteção social e as estratégias que são possíveis às famílias residentes em comunidades carentes. Por isso, nosso objeto de pesquisa são os mecanismos de proteção social utilizados pelas famílias monoparentais femininas em situação de vulnerabilidade social moradoras de comunidades carentes do Estado do Rio de Janeiro.

Acreditamos que se justifica a pesquisa sobre esse objeto na medida em que os arranjos monoparentais femininos pobres se encontram em situação de alta vulnerabilidade social, em relação aos demais arranjos familiares, e que tem crescido significativamente o número de famílias que se encontram nesta situação. As famílias em situação de monoparentalidade normalmente convivem com seus filhos e parentes (mães, avós, netos, sobrinhos, etc.). As responsabilidades assumidas com o cuidado da casa e dos filhos, inserção precária no mercado de trabalho e o acesso a uma baixa renda também fazem parte do cotidiano desses arranjos familiares e são indicadores relevantes que apontam para uma intrínseca relação entre monoparentalidade – gênero – vulnerabilidade social.

Considerar esses arranjos como altamente vulneráveis, parte da relação conjunta de fatores, não apenas da conjuntura econômica e das qualificações específicas dos indivíduos, mas também das organizações desses arranjos familiares, do número de membros nesses lares, dos ciclos de vida dessas famílias, das atividades que são realizadas na casa, dos

cuidados exigidos com os filhos e de crianças pequenas. E, no caso das famílias em estudo, o quadro de grande privação e de risco iminente de perda do bem estar social é ocasionado pelas frequentes incertezas e acesso a precários sistemas de proteção social público e isso exige dessas famílias a criação de estruturas complexas de proteção social para garantir a sobrevivência de seus membros.

Por isso, uma análise aprofundada acerca dos mecanismos de proteção social que são acessados por famílias monoparentais femininas que se encontram em situação de vulnerabilidade social se torna importante. E, que é um objeto de estudo extremamente relevante, complexo e atual no cenário brasileiro e traz questões importantes para nossa reflexão. Por isso, partimos das seguintes indagações: quais são os principais mecanismos de proteção social acessados pelas famílias em situação de monoparentalidade feminina diante do quadro atual de reconfiguração dos sistemas de proteção social? Ocorre interação entre mecanismos públicos (políticas sociais) e privados (família e redes sociais) de proteção social para essas famílias? Qual tem sido o papel da família frente aos mecanismos (públicos e privados) de proteção social?

Temos como hipótese que as famílias monoparentais femininas estão em situação de maior vulnerabilidade social em relação aos demais arranjos familiares das camadas empobrecidas, por isso os consideramos como altamente vulneráveis. Tratam-se de famílias que estão muito mais propensas a situações de riscos e incertezas e, geralmente, isso se dá por acessarem um sistema precário de proteção social. Desse modo, são levadas a construir uma rede de mecanismos de proteção social, tanto na esfera privada quanto na pública, como forma de sobrevivência ou resistência à situação de vulnerabilidade social em que se encontram.

Dessa forma, o presente estudo de caso encontra-se organizado da seguinte forma: num primeiro momento, apresentaremos as considerações teórico-metodológicas do estudo de caso, expondo os aspectos centrais dessa metodologia de pesquisa; num segundo, exporemos os procedimentos metodológicos realizados em nossa pesquisa de campo.

4.2 O ESTUDO DE CASO ENQUANTO METODOLOGIA DE PESQUISA – CONSIDERAÇÕES TEÓRICO-METODOLÓGICAS

A escolha do estudo de caso como metodologia de pesquisa parte das especificidades desse método nas Ciências Sociais. Esse estudo é uma estratégia metodológica que visa avaliar ou descrever situações dinâmicas da realidade social que envolvem as experiências

dos seres humanos no contexto em que se encontram. Busca-se apreender a totalidade de uma situação a partir da compreensão e interpretação de um caso concreto, mediante aprofundamento e exaustivo estudo de um objeto bem delimitado. Segundo Mezzaroba e Monteiro (2009, p. 122):

No estudo de caso, o objeto sofre um recorte metodológico radical, de maneira que o pesquisador assume o compromisso de prover sua análise, de forma profunda, exaustiva e extensa, o que equivale dizer que deverá examinar seu objeto sempre levando em consideração os fatores que acabam influenciando direta ou indiretamente sua natureza e desenvolvimento.

Assim sendo, o estudo de caso é um recorte bem delimitado do que pretendemos estudar e aprofundar, bem como traz consigo especificidades em seu tratamento metodológico. Acreditamos que a proposta dessa pesquisa apresente características essenciais para um estudo de caso: por se tratar de um fenômeno que é complexo e extremamente atual e relevante em nossa sociedade; por objetivar explicações ou perspectivas a partir de questões e hipóteses fundamentadas; por partirmos de evidências existentes na realidade social brasileira; e, ainda, por se basear em temas presentes na pauta dos debates, nacionais e internacionais, e nas intervenções sociais e políticas públicas. Conforme Ventura (2007, p. 385):

Os estudos de caso têm várias aplicações. Assim, é apropriado para pesquisadores individuais, pois dá a oportunidade para que um aspecto de um problema seja estudado em profundidade dentro de um período de tempo limitado. Além disso, parece ser apropriado para investigação de fenômenos quando há uma grande variedade de fatores e relacionamentos que podem ser diretamente observados e não existem leis básicas para determinar quais são importantes.

O estudo de caso é um método de investigação qualitativo das ciências sociais que se caracteriza pela descrição aprofundada de um fenômeno ou assunto a ser estudado. Consiste no processo de produção de conhecimento a partir da exploração intensa de um único caso, de fenômenos individuais, organizacionais, sociais, políticos e de grupo. Trata-se de um método de pesquisa que se baseia na compreensão de fenômenos sociais complexos e que precisam de um estudo aprofundado e detalhado. Segundo Robert Yin (2005, p. 20):

O estudo de caso permite uma investigação para se preservar as características holísticas e significativas dos acontecimentos da vida real – tais como ciclos de vida individuais, processos organizacionais e administrativos, mudanças ocorridas em regiões urbanas, relações internacionais e maturação de setores econômicos.

Questões que apresentam especificidade e particularidades de determinados grupos e indivíduos sociais em seu próprio contexto e realidade. Conforme Miriam Goldenberg (1999, p. 33), o método de estudo de caso

Supõe que se pode adquirir conhecimento do fenômeno estudado a partir da exploração intensa de um único caso... O estudo de caso não é uma técnica específica, mas uma análise holística, a mais completa possível, que considera a unidade social estudada como um ‘todo’, seja um indivíduo, uma família, uma instituição ou uma comunidade, com o objetivo de compreendê-los em seus próprios termos.

Em sua origem, esta metodologia nasceu da necessidade de transmitir na íntegra a complexidade de situações reais com as quais nos confrontamos todos os dias, mas que não temos propriedade ou estudos mais detalhados sobre eles. Buscava-se através do estudo detalhado de um determinado caso individual explicações aprofundadas de alguns fenômenos sociais. Adaptado da tradição médica, o estudo de caso tornou-se uma das principais modalidades de pesquisa qualitativa das Ciências Sociais.

Com o tempo, o estudo de caso passou a ser apropriado pelas diversas áreas de conhecimento, ocasionando a diversidade de posicionamentos quanto ao seu uso e definição conceitual, enquanto modalidade de pesquisa científica. Desse modo, nos apropriamos da citação de Yin (2005, p. 32) que define o estudo de caso como “uma investigação empírica que investiga um fenômeno contemporâneo dentro de seu contexto da vida real, especialmente quando os limites entre o fenômeno e o contexto não estão claramente definidos”. Mas, isso não quer dizer não se tratar de um método isento de questionamentos, ao contrário, o estudo de caso é um dos métodos das ciências sociais mais questionáveis quanto a sua precisão e rigor técnico⁶⁰.

No entendimento de Minayo (2008), a pesquisa qualitativa responde a questões muito particulares. Ela se ocupa, nas Ciências Sociais, com um nível de realidade que não pode ou não deveria ser quantificado. Ou seja, ela trabalha com o universo dos significados, dos motivos, das aspirações, das crenças, dos valores e das atitudes. O universo da produção humana que pode ser resumido no mundo das relações, das representações e da intencionalidade e é objeto da pesquisa qualitativa dificilmente pode ser traduzido em números e indicadores qualitativos. Assim, a pesquisa qualitativa é uma abordagem

⁶⁰ Para Yin (2005), o estudo de caso continua a ser estereotipado como o “parente pobre” entre os métodos da ciência social. Cf. o livro deste autor – reconhecidamente um clássico nessa temática – para maiores reflexões.

metodológica que aprofunda o conhecimento no mundo dos significados, logo precisa ser explorada e interpretada.

E, é nesse campo de debate que entendemos que o método estudo de caso é mais adequado para o estudo da situação de monoparentalidade feminina, fenômeno que cresce a cada dia na realidade brasileira, mas que apresenta especificidades entre famílias que sejam de camadas sociais ricas e pobres. As condições, o contexto e as estratégias usadas são bem diferenciadas. Visto a relevância da temática e por se tratar de um fenômeno que é complexo e extremamente atual, realizamos um estudo de caso com 20 famílias monoparentais femininas de comunidades carentes do Estado do Rio de Janeiro, Campos Elíseos/Duque de Caxias e Sampaio/Complexo do Lins.

É importante dizer que a seleção dessas comunidades não se deu aleatoriamente. Desde a construção de nosso projeto de pesquisa, havíamos definido realizar um estudo com famílias em situação de monoparentalidade feminina moradoras da comunidade de Campos Elíseos. E, isso aconteceu a partir de nossa experiência profissional na Organização Não Governamental Visão Mundial⁶¹, que financia programas sociais voltados para crianças e adolescentes de comunidades carentes no Brasil. Na região Sudeste, os Programas encontram-se nos estados do Rio de Janeiro, São Paulo e Minas Gerais.

A partir de nossa inserção nessa organização, observamos que havia um grande número de crianças que participavam das atividades dos programas que viviam apenas com suas mães e irmãos. Com essas informações e interesse pelo tema, já apontados durante minha experiência no Mestrado e especialização, solicitamos à coordenação local uma pesquisa no Histórico da Criança⁶² dessa entidade. Nessa pesquisa, focamos as informações sobre as pessoas com quem as crianças viviam⁶³ e, no caso de algumas viverem com apenas suas mães, buscamos conhecer a situação profissional⁶⁴ delas. Dos 630 históricos analisados, foi possível notar que 54% das crianças vivem com os “pais”, 27,8% com a “mãe somente”, 9% com “mãe e companheiro”, 8,2% “outros” e 1% com “o pai somente”. Do total de mães sozinhas,

⁶¹ Visão Mundial é uma organização não governamental humanitária cristã, criada em 1950 e presente em praticamente 100 países. No Brasil, existe desde 1975, atuando com propostas de enfrentamento da pobreza e da exclusão social, tendo como prioridade crianças e adolescentes que vivem em comunidades empobrecidas e vulnerabilizadas. Os Projetos e Programas financiados pela Visão Mundial são baseados na proposta metodológica de desenvolvimento transformador sustentável – incluindo os aspectos social, econômico, político, cultural, ambiental e espiritual da vida das comunidades carentes, respondendo, em especial, às demandas de crianças e adolescentes

⁶² Histórico da Criança é o formulário de inscrição das crianças que contém informações sobre a situação social e familiar das mesmas.

⁶³ As opções que apareciam no prontuário eram de “mãe somente”, “pai somente”, “pais”, “orfanato”, “parentes”, “mãe e companheiro”, “pai e companheira” e “outras”.

⁶⁴ Quanto a situação profissional, as mães poderiam estar/ser “empregada”, “autônoma” ou “desempregada”.

verificou-se que 67% não trabalhavam, 25% trabalhavam sem carteira assinada e 8% estavam empregadas. As mulheres que trabalhavam sem carteira faziam biscates, faxina, diárias, tomavam conta de crianças, capinavam, manicura, vendedora; as que se classificaram empregadas trabalhavam com costura de bolsa, em casa de família, no aterro sanitário de Jardim Gramacho, reciclagem; eram enfermeiras. Profissões essas reconhecidamente femininas e que são mal remuneradas e sem vínculos formais, fazendo com que não tenham acesso a benefícios sociais que dependem da contribuição com critério renda, como é o caso da previdência social. Foi com base nessa informação que surgiu a nossa proposta de estudo de caso com famílias que viviam em situação de monoparentalidade feminina na região de Campos Elíseos.

A partir dessas informações e após o exame de qualificação de doutorado, realizamos uma revisão metodológica de nossa pesquisa. Ficou estabelecido um estudo de caso com um quantitativo de 20 famílias em situação de monoparentalidade feminina pobres de duas comunidades diferentes do Estado do Rio de Janeiro. Com isso, o objetivo seria de analisar os mecanismos de proteção social acessados por essas famílias em contextos diferenciados, buscando conhecer as especificidades de cada região, as diferentes estratégias de proteção social acessadas pelas famílias, além de poder ampliar a perspectiva de análise de nosso objeto de estudo. Assim sendo, acordamos em realizar a pesquisa com duas comunidades de características distintas nas regiões de Campos Elísios em Duque de Caxias e Sampaio que fica no Complexo do Lins. Em ambas as regiões, tínhamos conhecimento da realidade local e também possibilidade de realizar a pesquisa em campo. De imediato, fiz novo contato com os coordenadores desses Programas.

Sabemos que a condução do estudo de caso envolve um conjunto de ações ou procedimentos para a sua realização, divididos em duas etapas básicas: a da coleta de dados e a das fontes de evidências. No primeiro momento, a preparação para a coleta de dados envolve as habilidades técnicas do pesquisador⁶⁵, treinamento e preparação para o estudo de caso⁶⁶, o protocolo para o estudo de caso, a triagem das indicações para o estudo de caso. No segundo momento, trata-se da eleição das fontes de evidências, que podem ser o uso de documentos (cartas, memorandos, relatórios, documentos administrativos, etc.), registro em

⁶⁵ Por “habilidades desejadas”, Yin (2005) coloca que pesquisador deve saber fazer boas perguntas, ser um bom ouvinte, ser adaptável e flexível, ter uma noção clara das questões que estão sendo estudadas e ser imparcial em relação a noções preconcebidas.

⁶⁶ A etapa da “preparação do estudo de caso” envolve a redefinição do estudo de caso piloto, triagem das indicações para o estudo de caso e a definição dos procedimentos de campo.

arquivo (registros organizacionais, mapas e gráficos), entrevistas⁶⁷, observação direta⁶⁸, observação participante⁶⁹ e artefatos físicos (aparelhos de alta tecnologia, ferramentas e instrumentos, uma obra de arte ou alguma outra evidência física). Trata-se do uso de um misto de técnicas que podem enriquecer o estudo de caso e lhe dar mais fundamento, veracidade e confiabilidade em seus resultados. Diante de todas as informações apresentadas, fica claro que os estudos de caso não precisam ficar limitados a uma única fonte de evidências. O melhor seria poder articular uma ampla variedade de técnicas de pesquisa para o enriquecimento da pesquisa em questão. As técnicas devem ser usadas e desenvolvidas independentemente para que se garanta o uso adequado de cada uma; além disso, nem todas as técnicas serão importantes para todos os estudos de caso.

Dessa forma, as fontes de evidência escolhidas para o estudo de caso aqui realizado foram a entrevista e a observação participante, por acreditarmos que se tratam de fontes de informações extremamente importantes para o estudo que estamos realizando nesta tese. O uso das duas fontes de pesquisa para condução do estudo de caso tem como finalidade colher dados, compreender o contexto e as experiências de vida e a concretização de uma investigação científica que tem um objeto essencialmente qualitativo. E, nesse aspecto, a

⁶⁷ A *entrevista* é uma das mais importantes fontes de informações de um estudo de caso. Neste caso, é fundamental ter questões elaboradas em um roteiro e que se refiram ao “como” e ao “porquê” da investigação que se pretende realizar. O uso de perguntas “como” e o “porquê” sobre um conjunto contemporâneo de acontecimentos, normalmente, são feitas quando o pesquisador tem pouco ou nenhum controle sobre o objeto que está estudando. Por entrevista entende-se um amplo processo de comunicação verbal que estabelece “uma conversa a dois, ou entre vários interlocutores, realizada por iniciativa do entrevistador [...] Podem ser consideradas *conversas com finalidade* e se caracterizam pela sua forma de organização” (MINAYO, 2008, p.64). Entendemos, desse modo, que a entrevista é uma forma privilegiada de interação e comunicação dentro de um contexto social.

⁶⁸ No caso da *observação direta*, ela acontece quando se realiza uma visita de campo ao local em que se pretende fazer o estudo de caso. Seu objetivo é a verificação direta de questões que fazem parte do cotidiano dos indivíduos, grupos ou instituições que estão sendo pesquisadas. O pesquisador tem apenas um papel de observador passivo, logo não interfere na realidade que está pesquisando. A observação direta pode ser caracterizada pela visita a uma instituição, à comunidade, observar as condições físicas de uma comunidade, ver como as pessoas se relacionam, verificar as condições da casa do pesquisado, etc. Esse tipo de técnica pode trabalhar com informações adicionais ao objeto de estudo em um estudo de caso.

⁶⁹ Já no caso da *observação participante*, o pesquisador passa a assumir uma variedade de funções na realidade do estudo de caso e pode participar dos eventos que lhe é comum. Ele pode ser morador de um bairro que é objeto do estudo de caso, desempenhar algum papel importante na região em questão, trabalhar como membro de equipe de uma organização, ser uma pessoa que toma decisões-chave em uma organização. Assim, a observação participante é um “processo pelo qual um pesquisador se coloca como observador de uma situação social, com a finalidade de realizar uma investigação científica. O observador, no caso, fica em relação direta com seus interlocutores no espaço social da pesquisa, na medida do possível, participando da vida social deles, no seu cenário cultural, mas com a finalidade de colher dados e compreender o contexto da pesquisa. Por isso, o observador faz parte do contexto sob sua observação e, sem dúvida, modifica esse contexto, pois interfere nele, assim como é modificado pessoalmente” (MINAYO, 2008, p.70). A observação participante tem sido também considerada no trabalho de campo numa pesquisa qualitativa. Este tipo de técnica foi muito utilizado entre antropólogos. Um problema comum, neste caso em específico, é que a observação participante pode levar o pesquisador a se envolver tanto com o objeto pesquisado que não consegue ter habilidades para trabalhar como um observador externo.

pesquisa qualitativa responde a questões muito particulares. Ela se ocupa com um nível de realidade que não pode ou não deveria ser quantificado. Ou seja, a abordagem qualitativa aprofunda o conhecimento do universo dos significados, dos motivos, das aspirações, das crenças, dos valores e das atitudes (MINAYO, 2008). E, isso se efetiva na fase de pesquisa de campo.

Desse modo, entendemos que os métodos do estudo de caso permitem um conjunto de fatores: a aproximação do pesquisador da realidade sobre a qual formulou o projeto de pesquisa, a interação entre pesquisador e sujeitos que fazem parte da realidade social estudada, além da construção de um conhecimento empírico importante para o tema que estamos estudando. Essa atividade é complexa e nos exigiu um tempo significativo para a decomposição dos dados qualitativos e quantitativos a serem analisados, para posterior categorização dos elementos levantados e, finalmente, efetuar a interpretação e análise dos resultados obtidos a partir do estudo de caso. É importante apontar que, nesse processo investigativo, nos detemos na exploração de um conjunto de opiniões e representações sociais sobre o objeto em pesquisa que nos possibilitasse conhecer o universo dos significados, motivos, aspirações, valores que impactam a vida e a realidade social dos sujeitos de investigação.

Segundo as autoras Trigo e Brioschi (1987), uma investigação social de ordem qualitativa, como é o nosso caso nesta tese, envolve sempre uma situação de interação e comunicação entre pesquisadora e pessoas entrevistadas e algumas questões devem ser levadas em conta: a preservação da subjetividade – deve-se ter uma postura de respeito a vivência do outro; a observação dos símbolos – fala, gestos, aparência; a assimetria social, de gênero, geracional e de classe. Assim sendo, a pesquisa de campo envolve uma interação e aproximação entre sujeitos, para além da questão físico-espacial, que não é dada automaticamente. Segundo as autoras é uma relação entre sujeitos que deve ser “construída a partir das intenções dos agentes postos em contato, ou seja, uma relação em que os atores percebem-se e relacionam-se. O encontro é construído na reciprocidade da relação exigindo, pois, flexibilidade na sua condução” (TRIGO; BRIOSCHI, 1987, p. 33).

Uma análise qualitativa faz-se relevante à medida que, por meio das entrevistas e observação participante, podemos aprofundar o conhecimento no cotidiano de vulnerabilidade social das famílias monoparentais femininas das comunidades de Campos Elíseos/Duque de Caxias e Sampaio/Complexo do Lins e nos mecanismos de proteção social (públicos e privados) acessados por essas famílias. Priorizar esse tipo de estudo é buscar entender a experiência vivida por muitas mulheres em sua trajetória de vulnerabilidade cotidiana e saber

como lidam com essa situação. Assim, partiremos para os procedimentos metodológicos usados no trabalho de campo.

4.3 EM CAMPO – OS PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS USADOS

Depois de todo processo de elaboração teórica que faz parte dessa tese e da revisão dos principais aspectos do estudo de caso, entramos de fato em nosso campo de pesquisa. Um passo primordial foi a retomada dos contatos com os coordenadores dos PDA Jardim Primavera que fica em Campos Elíseos/Duque de Caxias e PDA Amigos para Sempre no Lins de Vasconcelos. Assim, a pesquisa foi organizada em quatro etapas principais: em primeiro lugar, realização de contatos iniciais; em segundo, concretização de pesquisa documental; em terceiro, efetivação de pré-teste; e, em quarto, consumação das entrevistas e observações participantes.

O primeiro momento foi marcado pelos contatos iniciais com os coordenadores dos PDA Jardim Primavera e PDA Amigos para Sempre. Nessa ocasião, conversamos com os mesmos acerca do nosso projeto de pesquisa, objetivos, objetos de pesquisa e metodologia a ser usada. Como já havíamos trabalhado com os referidos coordenadores, contatos anteriores já haviam sido feitos depois do processo de qualificação no doutorado. Não encontramos problemas em realizar a pesquisa e a entrada no campo foi permitida e facilitada pelos próprios. Além disso, ambos disseram que atendiam pelo Programa um grande número de famílias que se encontravam em situação de monoparentalidade feminina, como disse um dos coordenadores: “o que não falta aqui é mulher que vive sozinha e cuida dos filhos”. Ainda nesse momento, vimos que um dos contratempos que teríamos era a impossibilidade de iniciar a pesquisa no mês de dezembro⁷⁰ por ser um mês de muitas atividades de final de ano nas comunidades. Assim, houve indicação do início da pesquisa para o mês de janeiro. Finalizamos, marcando um encontro pessoal com os coordenadores na sede⁷¹ de cada Programa e início de uma pesquisa documental nos arquivos dos Programas no período indicado.

⁷⁰ Planejamos o início de nossa pesquisa no mês de dezembro de 2012.

⁷¹ As ações desenvolvidas pelos Programas encontram-se difundidas dentro das comunidades em que atuam. Assim, existe a unidade central, que é chamada de sede, e contém todos os documentos principais e gerais do Programa (relatórios, comunicação do setor de apadrinhamento, contatos diretos com a Visão Mundial) e também os diversos “polos” que se localizam espalhados dentro de cada comunidade, neles há o acesso às informações das famílias que são atendidas em cada polo.

Ainda nessa fase, após contato telefônico, fomos às sedes de cada PDA para conversar com os referidos coordenadores sobre a viabilidade da pesquisa e estabelecimento da seleção das famílias a serem entrevistadas. Nesse encontro, os coordenadores selecionaram alguns agentes de desenvolvimento local (ADL)⁷² para compartilhamento da minha proposta de pesquisa e junto com eles selecionamos as famílias. Foi, dessa forma, que percebemos que trabalharíamos com um grupo de famílias heterogêneas e com muitas particularidades. Definir que minha amostra deveria ser com mulheres em situação de monoparentalidade feminina de comunidades carentes do estado do Rio de Janeiro não queria dizer muita coisa, pois, mesmo dentro desse recorte, nos deparamos com uma infinidade de variáveis como as relacionadas à inserção no mercado de trabalho, idade das entrevistadas, número de filhos, organização familiar, acesso ao PBF, escolaridade, cor. Quanto à questão de estarem ou não inseridas no mercado de trabalho, fomos informados que teriam mulheres que trabalhavam fora de casa, mulheres que não trabalhavam por dificuldade em conciliar o cuidado da casa e dos filhos, mulheres que nunca trabalharam, mulheres que não queriam trabalhar e viviam de “ajuda” dos outros, mulheres que já trabalharam e não queriam voltar a trabalhar, mulheres que se “prostituíam” em troca de algum “trocado”, entre outras. Em relação à idade das entrevistadas, a monoparentalidade se expressa em grupos etários distintos, entre mães adolescentes (entre 14 e 18 anos), mães jovens (entre 18 e 30 anos), maduras (acima de 30 anos de idade), idosas também (acima de 60 anos). Acerca do número de filhos, existiam tanto mulheres com poucos filhos como mulheres com muitos filhos. A organização familiar podia ser de famílias que viviam apenas com seus filhos, conviviam com outras famílias dentro de suas casas ou fora delas. Quanto ao acesso ao Programa Bolsa Família, vimos que era variável: muitas mulheres o acessavam, enquanto outras não acessavam o benefício. A escolaridade variava apenas entre formação da educação infantil e do fundamental, sem alguém que chegou ou fez o ensino superior. A cor foi outra questão. A maioria era de cor parda ou negra. Era, muito raro encontrar mulheres de cor branca. Ao ouvirmos essas entre outras questões, vimos que estávamos diante de um “misto” de fatores que perpassavam a experiência de vida de cada mulher em situação de monoparentalidade feminina e delimitar demais essa amostra a ser pesquisada poderia retirar a riqueza de cada experiência vivenciada por cada arranjo em questão. Assim, estabelecemos o seguinte “recorte”: mulheres em situação monoparental feminina metade inseridas no mercado de trabalho e outra metade não trabalhando, metade que recebia o PBF e metade que não recebia, metade entre 21 e 30 anos e

⁷² Os agentes de desenvolvimento local trabalham diretamente com as famílias que são atendidas pelo Programa.

a outra parte acima de 30 anos. Procuramos não especificar o número de filhos, a forma de organização familiar, a escolaridade, a cor. Deixamos essas questões em aberto para poderem ser melhor especificadas no processo de análise.

Num segundo momento, consolidamos a pesquisa documental no Histórico da Criança de 775 crianças e adolescentes dos Programas em questão. Em Campos Elíseos, existem cerca de 2.050 crianças e adolescentes que são atendidos pelo PDA Jardim Primavera e pesquisamos 424 históricos de crianças que eram atendidas apenas na região de Campos Elíseos⁷³. Verificamos os seguintes dados: média de filhos por família era de 4; na composição familiar, 265 (60%) das crianças e adolescente viviam com seus “pais” e 126 (30%) com suas “mães somente”, 19 com “mãe e companheiro” (19 casos), 9 com “parentes”, 2 com o “pai somente”; das crianças que moram com seus pais, 122 dos pais e 20 mães estavam empregados⁷⁴, 55 pais e 26 mães eram autônomas, 104 pais e 199 pais estavam desempregados, 6 pais e nenhuma mãe eram aposentados e 10 estavam sem registro. No caso das crianças e adolescentes que viviam com suas mães apenas 14 estavam empregadas⁷⁵, 34 eram autônomas⁷⁶, 71 estavam desempregadas e 7 sem registro. Esses dados apontaram que 30% das famílias estavam entre os arranjos monoparentais femininos e tinham uma média de 4 filhos e a maioria dessas mulheres (56%) estavam desempregadas⁷⁷.

Na comunidade do Sampaio, existem cerca de 3.000 crianças e adolescentes que são atendidos pelo PDA Amigos para Sempre e examinamos 351 históricos de crianças que eram atendidas naquela região. Averiguamos os seguintes dados: a média de filhos por família era de 3; na composição familiar, 148 (42%) das crianças e adolescente viviam com seus “pais” e 173 (50%) com suas “mães somente”, 16 com “parentes”, 7 com “pai somente”, 1 com “mãe e companheiro”; das crianças que moram com seus pais, 77 dos pais e 28 mães estavam empregados⁷⁸, 36 pais e 17 mães eram autônomas, 28 pais e 93 pais estavam desempregados, 2 pais e nenhuma mãe eram aposentados e 2 estavam sem registro. No caso das crianças e adolescentes que viviam com suas mães apenas, 39 estavam empregadas, 30 eram autônomas, 101 estavam desempregadas e 13 sem registro. Esses dados revelam que um número maior de

⁷³ Campos Elíseos é o Segundo Distrito de Duque de Caxias e dentro dele tem um bairro que também se chama Campos Elíseos.

⁷⁴ Para os homens, as profissões mais comuns era de entrega de botijão, lavar carro, servente, pedreiro, auxiliar veterinário, auxiliar de serviços gerais, mecânico, gari, ajudante de obra, entre outras.

⁷⁵ Trabalhos apontados: trabalho doméstico, vendedora, faxineira, garçõnete.

⁷⁶ Trabalhos como autônomas: biscate, catadora de lixo, bordadeira, diarista, vendedora de sucata, boleira, reciclagem.

⁷⁷ Não conseguimos notificar quantas famílias recebiam o Bolsa Família por não ter um campo no Histórico para questão.

⁷⁸ Dentre as profissões citadas, cozinheiro, Office boy, mecânico, gari, entregador de mercadorias, porteiro, segurança, ajudante de obra.

mulheres, praticamente a metade das famílias atendidas pelo Programa na comunidade do Sampaio, estavam em situação de monoparentalidade e tinham uma média de 3 filhos e a maioria dessas mulheres (58%) estava desempregada. Depois desse mapeamento, escolhemos algumas famílias que achamos interessantes para a realização das entrevistas e compartilhamos com o coordenador do PDA Jardim Primavera e com duas agentes de desenvolvimento local do PDA Amigos para Sempre que falaram da viabilidade ou não das entrevistas e que me acompanharam durante todo o processo de visita.

No terceiro momento, realizamos o pré-teste⁷⁹. Tínhamos planejado realizar o pré-teste e iniciar os estudos ainda no mês de janeiro, mas como muitas famílias estavam ausentes por causa do período de férias escolar de seus filhos, muitas estavam de férias na casa de seus familiares e amigos localizada em outras regiões do Rio de Janeiro, ficando as entrevistas para os meses de fevereiro e março. Essa etapa permitiu reorganizar algumas questões abertas e fechadas do estudo de caso, recortar de fato quem faria parte das famílias entrevistadas e definir o local de concretização dessas entrevistas. Quanto às questões abertas e fechadas, verificamos que algumas indagações não estavam tão claras para as entrevistadas como se pensava. Além disso, o roteiro não contemplava a situação de todas as mulheres entrevistadas, como foi o caso do indicador relacionado a inserção no mercado de trabalho. Ao longo das entrevistas, percebi que nem todas as mulheres trabalhavam fora de casa e que deveria inserir isso na pesquisa já que contavam com o recebimento de benefícios sociais, pensão alimentícia, biscates.

Durante o pré-teste, vimos que a geografia espacial da comunidade traria condições específicas para a realização das entrevistas. A região de Campos Elíseos é muito extensa e a dificuldade de transporte é grande também. Percebi isso na experiência de pesquisa e vi que essa era uma das questões mais retratadas e questionadas na região, a precariedade do transporte público. Então, para realizarmos essas pré-entrevistas, andamos muito debaixo de um sol de 40°, sem boné e filtro solar. Outra coisa era a dificuldade de comunicação com as famílias. O recurso mais usado foi o de ir diretamente à casa delas. Para conseguirmos falar com 4 mulheres, levamos uma sexta-feira das 11h às 18:30h. Entrevistamos duas jovens com 18 anos de idade e que tinham filhos e moravam com suas mães e duas mulheres acima de 40 anos. A diferença do conteúdo das entrevistas foi expressiva. Duas entrevistas aconteceram no meio da rua e foram com duas jovens com menos de 21 anos de idade (uma tinha 18 anos e outra 19 anos de idade) só respondiam o trivial (sim ou não), tudo estava caminhando bem,

⁷⁹ Para Yin (2005, p 104), o pré-teste é a “ocasião para um ‘ensaio’ formal, na qual o plano pretendido para a coleta de dados é utilizado de forma tão fiel quanto possível como rodada final de testes”.

moravam com suas mães (inclusive, no momento em que faziam a entrevista na rua (local em que as encontrei), visitando suas amigas, suas mães estavam em casa cuidando de seus filhos. Em contrapartida, duas outras foram na casa de mães acima de 40 anos, as quais traziam em suas falas uma bagagem de experiências adquiridas com a monoparentalidade diferenciada. Colocavam a maternidade de modo mais responsável e trabalhoso. Falaram das dificuldades encontradas, de seus limites e o que se apresentava como possível para suas vidas. Nessas últimas duas famílias, o percurso foi muito longo para chegar numa saída. Foram cerca de 50 minutos caminhando e em outra mais 50 minutos caminhando. E, as paradas na casa dos “outros” por parte da coordenadora, agente e minha amiga, para conseguir informações de como se chegava à casa das famílias selecionadas, descansar um pouco e beber água. Durante o trajeto não encontramos nenhum bar ou “birosca” para compramos algo para beber. Nesse mesmo dia, passamos rua deserta chamada de “rua dos ossos”, rua em que largam carros depenados e desovam corpo de pessoas. Apenas ao ouvir o nome da rua, veio um calafrio de cima a baixo, mas não tive coragem de falar nada. Afinal, entendia que estava “bem” acompanhada com elas. No meio do caminho, encontramos um grupo de 4 rapazes que estava próximo a um carro depenado. De repente, a coordenadora perguntou se aquele local era seguro. Foi então que o pânico bateu em mim e pedi para que elas andassem por um lugar mais seguro, até porque quem era de “fora” da região era eu, logo a primeira a servir de “refém”. Porém a agente não mudou de percurso e continuamos. Felizmente nada nos aconteceu. A partir dessas experiências, houve a reformulação de nosso roteiro de entrevista e o estabelecimento de algumas questões, como: selecionar famílias que moravam mais próximas uma das outras; escolher mulheres acima de 20 anos de idade que morem sozinhas ou com suas mães; além do material de pesquisa (roteiro de entrevista, prancheta, caneta, gravador), levar protetor solar, boné, uso de roupas leves (como bermuda e camisa), tênis, lanche e bastante água; deixar claro para equipe que, de preferência, deveria realizar entrevistas em regiões “seguras”.

Na comunidade do Sampaio, nos deparamos com outras realidades. Como é uma região que só tem uma entrada e é estabelecida em morro pequeno, as famílias ficam geograficamente mais próximas uma das outras. Fora que a comunicação pôde ser feita facilmente por celular entre as agentes do Programa e as famílias. Além disso, todas as entrevistadas selecionadas tinham alguma relação de proximidade com as agentes. Normalmente, eram amigas de infância, vizinhas, primas, tias, avós, sobrinhas delas. Assim, a geografia do lugar e a relação de proximidade das agentes com as famílias facilitaram o contato com as famílias, não temos dúvida disso. Mas, por outro lado, tivemos de mudar a

estratégia de entrevistar as famílias em suas próprias casas. E, isso aconteceu no primeiro dia em que fomos fazer entrevista na comunidade, no momento em que entramos na comunidade. Se a entrevista tivesse acontecendo alguns meses antes, não subiria nessa comunidade por ser controlada por traficantes, mas, agora, já “pacificada”, fui informada de que eu poderia “frequentar” a comunidade a qualquer hora do dia. “Tudo estava diferente”, segundo o coordenador. Todavia, o quadro que nos deparamos foi diferente. Assim que começamos a subir a comunidade, a agente local e eu, vimos a presença de 4 policiais, era a presença da pacificação na comunidade. Mais de uns 30 metros depois dali, passando por um trecho muito apertado, nos deparamos com a presença de mais de 10 homens reunidos e que pareciam estar “fumando” alguma coisa. Nesse exato momento, como nos encontrávamos com uma prancheta e caneta em mãos e o gravador no bolso, fiz a seguinte pergunta: “eu posso subir aqui com ‘isso’ em mãos?”. A agente riu e disse “claro”, mas deixa eu te falar uma coisa “a pacificação aconteceu, mas o tráfico continua”. Não foi preciso de mais nenhuma fala para que a minha calma e tranquilidade fossem embora. Já não sabia mais “quem eu era” literalmente. Não saía da minha cabeça a possibilidade de ser abordada por alguns daqueles jovens e ser encontrada com um gravador em mãos. Porém, também não consegui interferir nesse momento, a empolgação da agente em me ajudar a fazer a pesquisa era tamanha que acabei confiando que estar na companhia dela era a minha segurança. Não sendo suficiente isso, mais a frente, uns 10 metros depois, a agente me colocou na frente de umas 10 mulheres que estavam em frente de suas casas com seus filhos conversando e em voz alta perguntou quem queria participar de uma entrevista que eu estava fazendo. Parecia que “todos” os olhares se voltaram para mim. Nesse exato momento, não me lembro muito mais dos detalhes do que aconteceu, só de que praticamente todas as mulheres quiseram fazer a entrevista, cerca de 8 mulheres. Apesar de querer naquele exato momento me retirar e não fazer mais nada, sentei no meio da “viela” com elas e comecei as entrevistas. Em menos de 1 hora já havia conversado com todas mas não concluí todas as questões naquele momento. Na realidade, a preocupação com minha segurança só me fazia pensar em acabar com as entrevistas. Assim, que a última terminou de falar, não fiz outra coisa a não ser encerrar o processo de entrevista, chamar a agente que se encontrava mais acima conversando e “rezar” para conseguir chegar no polo do Programa que fica no início do morro. Só consegui ouvir melhor o que elas falaram ao ouvir a gravação. Quando chegamos na unidade do PDA, que fica no “pé do morro” e entrada da comunidade, o assunto da pacificação retornou à cena e um morador da região informou que o processo de pacificação foi complicado na região. No início, a polícia subia e descia toda hora o “morro”, mas como aconteciam muitos choques entre polícia e

comunidade, muitas vezes por causa de abuso de poder dos policiais que achavam que muitos jovens eram “traficantes”, a comunidade começou a se rebelar contra os policiais. Depois disso, houve um “acordo de cavaleiros” a polícia fica na entrada da comunidade e não sobe mais para fazer sua ronda e os traficantes retornaram seu espaço. Durante à noite, tudo volta a ser como era. Depois disso, também foram tomadas algumas decisões a partir de nossa observação participante nessa comunidade: na região do Sampaio não faria as visitas na casa das famílias e sim no polo do Programa por questão de se ter uma maior segurança e desisti da ideia de filmar.

Em seguida, na fase do pré-tese, reorganizamos o roteiro final do estudo de caso a ser realizado e definimos as variáveis a serem pesquisadas nesse estudo. Assim, foi possível fazer a condução do estudo de caso e o estabelecimento de conexões entre os dados coletados e a teoria. Dessa forma foram definidas as seguintes variáveis para compreensão do cotidiano de vulnerabilidade social em que vivem as famílias monoparentais femininas entrevistadas de comunidades carentes do Rio de Janeiro: *características demográficas* (o aspecto etário, estado civil, chefia feminina domiciliar, taxa de fecundidade, idade da primeira gestação, escolaridade e a questão étnico-racial, número de componentes da família, grau de parentesco dos membros da família, filhos menores de 16 anos); *do ambiente físico de suas comunidades* (características das comunidades em que residem e os aspectos positivos, negativos e o que precisa melhorar); *da condição do domicílio* (a forma de ocupação do domicílio, a infraestrutura de serviços de saneamento básico, o acesso à energia elétrica, meios de comunicação e utensílio doméstico de consumo durável); *da realidade das famílias monoparentais femininas – mães que vivem sozinhas*; *da inserção no mercado de trabalho* (tipo de inserção no mercado de trabalho das entrevistadas e ocupações que estão inseridas); *do acesso à renda*; e, por fim, conjeturarmos acerca *das estratégias para conciliar trabalho – cuidado dos filhos – e afazeres domésticos*. Num segundo, exporemos a análise feita acerca dos mecanismos de proteção social (públicos e privados) acessados pelas famílias em situação de monoparentalidade feminina, com vistas a verificar a existência de formas de integração entre mecanismos públicos (as políticas sociais) e privados (as famílias e as redes sociais) de proteção social e as estratégias que são possíveis às famílias residentes em comunidades carentes, por meio das variáveis *Estado, mercado, organizações voluntárias e redes familiares*.

Por fim, e em quarto lugar, houve concretização das entrevistas e observações participantes. O estudo foi realizado com 20 famílias monoparentais femininas de comunidades carentes do Estado o Rio de Janeiro, Campos Elíseos/Duque de Caxias e

Sampaio/Complexo do Lins. Todas as entrevistas ocorreram individualmente. Optamos pelo estudo em duas comunidades distintas visando à composição de uma amostra que nos leve a conhecer quais os mecanismos de proteção social que são mais acessados por essas famílias a partir de contextos e realidades diferenciadas. Como métodos, houve o uso de um roteiro de entrevista semiestruturadas, com perguntas fechadas e abertas, e da observação participante. A entrada nas comunidades aconteceu sempre em companhia do coordenador e agente (no caso de Campos Elíseos) ou de um agente local (no caso do Sampaio) que se tornaram peças-chaves (nosso informante) durante todo o processo. Em nenhum momento, circulei por esses espaços desacompanhada. Como material de pesquisa, fizemos uso de uma prancheta, caneta, roteiro de estudo e de um gravador para as entrevistas. A coleta de dados e evidências e transcrição de nosso estudo de caso se deu basicamente num período de 3 meses, tendo iniciado em fevereiro de 2012 e encerrado em abril de 2012, período intenso e de muito trabalho. Várias idas à campo e de realização dos processos de entrevista e observação participante.

Todas as entrevistas ocorreram individualmente e duraram cerca de 40 minutos com cada uma. Os primeiros contatos eram mediados pelo coordenador e agentes que explicavam quem eu era e a pesquisa que eu pretendia realizar, esse passo introdutório foi fundamental para a participação das entrevistadas que acabam verbalizando que fariam a entrevista por conhecer e confiar nas pessoas que estavam comigo. Assim, só iniciamos o processo de entrevista mediante a autorização prévia de cada família. E, assim, nos identificamos, falamos do objetivo da pesquisa, pedimos permissão para gravar e demos liberdade para que falassem livremente e até recusassem responder, caso não discordassem. Além disso, garantimos preservar a identidade de cada uma na hora de apresentar nosso trabalho final. Encerramos, agradecendo a contribuição de cada uma com a minha pesquisa e deixamos o espaço aberto para um retorno tanto para rever algumas questões perguntadas como também realizar uma filmagem delas, a maior parte concordou com isso. A riqueza das informações apreendidas com esse estudo será retratada com propriedade e aprofundamento devido no capítulo 5. A partir disso, foram feitos os processos de transcrição e análise das entrevistas

É importante frisar que a entrada no campo gera um conjunto de ações que foram planejadas e testadas anteriormente, mas isso não nos isentou de encontrarmos situações limitadoras para nossa pesquisa. Em relação a algumas dificuldades encontradas no campo de pesquisa, podemos afirmar que foram várias: a disponibilidade da equipe do PDA de me acompanhar durante as entrevistas; as entrevistas só puderam acontecer durante a semana (de segunda a sexta e no horário das 10 e 18h); em Campos Elíseos, desde nosso projeto de

pesquisa, definimos realizar nosso estudo com famílias moradoras da comunidade de Jardim Ana Clara, mas desde que eu iniciei meu estudo de caso até o seu término a comunidade estava passando por um conflito entre traficantes e policiais, o que ocasionou a não ida das agentes que trabalhavam na região por causa do risco iminente nesse período. Na região do Sampaio, mesmo tendo definido não subir mais na comunidade e por causa da redução do tempo determinado para isso, nos dois últimos dias, acabei indo à casa de 4 famílias para poder terminar as minhas entrevistas. No mês de janeiro, me deparei com o esvaziamento das famílias de ambas as comunidades por causa do período de férias escolar de seus filhos. Ainda nesse mês, a equipe dos PDAs teve de fazer um “Censo” emergencial para monitorar a situação de todas as crianças e adolescentes que participavam do Programa, isso de certa forma dificultou a equipe poder me dar uma atenção maior depois, nas primeiras semanas de fevereiro, pois muitas famílias também estavam ausentes ou chegavam mais tarde por causa de envolvimento com o processo pré-carnaval (ou trabalhavam com as fantasias, participavam de ensaios, aproveitaram que as escolas não tinham retornado as aulas para continuarem com suas férias); os dias de quarta, quinta e sexta após carnaval a equipe do PDA Jardim Primavera ficou de trabalho interno e a do PDA Amigos para Sempre, por causa do grande envolvimento das pessoas com escolas de samba, voltaram a trabalhar apenas na segunda-feira.

Explicitadas essas questões relacionadas à trajetória metodológica percorrida durante o tempo de elaboração de minha pesquisa, no próximo capítulo, seguiremos apresentando os dados e evidências apreendidas em nosso estudo de caso e a análise realizada. A partir da análise do cotidiano de vulnerabilidade social das famílias monoparentais femininas das comunidades de Campos Elíseos/Duque de Caxias e Sampaio/Complexo do Lins e dos mecanismos de proteção social (públicos e privados) acessados pelas famílias entrevistadas.

5 PROTEÇÃO SOCIAL NA ALTA VULNERABILIDADE: UM ESTUDO DE CASO DOS MECANISMOS DE PROTEÇÃO SOCIAL (PÚBLICOS E PRIVADOS) ACESSADOS POR FAMÍLIAS MONOPARENTAIS FEMININAS

5.1 ASPECTOS INTRODUTÓRIOS

Os mecanismos de proteção social (públicos e privados) acessados pelas famílias monoparentais femininas em situação de vulnerabilidade social é o nosso objeto de estudo nesta tese. Como já apontado, uma pesquisa mais aprofundada sobre esse objeto se faz necessária na medida em que o número de famílias monoparentais femininas cresce ao longo dos anos e a intrínseca relação entre monoparentalidade – gênero – e vulnerabilidade social acaba por ser uma característica do comportamento de muitas famílias brasileiras em contextos sociais específicos, especialmente entre as mais pobres.

Através do estudo de caso, pretendemos realizar uma análise profunda dos mecanismos que são acessados por essas famílias, levando em conta suas experiências cotidianas, os aspectos complexos de suas vidas e as particularidades de cada caso analisado. Temos observado que essas experiências e realidades acabam não sendo retradas ou analisadas em profundidade nos estudos sobre os sistemas de proteção social na atualidade, pobreza e vulnerabilidade social. A maior parte desses estudos trata da questão da pobreza e vulnerabilidade social em nosso país a partir do uso de indicadores quantitativos exclusivamente sob o ponto de vista do rendimento. Assim, os aspectos relacionados à situação de privações de bem estar, de vulnerabilidade social e os mecanismos protetivos acessados acabam não sendo abordados e aprofundados com a qualidade que merecem. Como aponta Osório *et al.* (2011, p. 08):

Embora comumente a pobreza seja definida, para fins de construção de indicadores, como insuficiência de renda, os pobres sofrem privações em várias outras dimensões do bem-estar que não a renda. A renda é por certo um excelente indicador de bem-estar, e uma das razões disso é o fato de que está correlacionada com as privações das demais dimensões ou, muitas vezes, é sua causa. Contudo, não é possível conhecer a composição e a intensidade das outras privações somente a partir da renda, apenas presume-se sua existência... O perfil da pobreza é sempre limitado por ser essencialmente descritivo. Mostra os problemas, mas não os explica.

Dessa forma, realizaremos um estudo que descreva as características principais das famílias entrevistadas, não apenas com base em sua renda, mas a partir de indicadores de vulnerabilidade social e dos mecanismos possíveis construídos para análise das famílias em questão no contexto em que convivem. Trabalhar com o universo dos significados, dos motivos, das aspirações, das crenças, dos valores e das atitudes é um desafio e dificilmente pode ser traduzido em números e indicadores qualitativos, pois vai muito além disso. Sendo assim, o conhecimento produzido será no mundo dos significados em um cenário extremamente complexo da vida social moderna e que traz questões diversas que não se esgotarão aqui nesta tese. Pretendemos, com isso, contribuir com estudiosos e formuladores, executores e gestores das políticas sociais, no momento de se estabelecer prioridades na efetivação de uma discussão e/ou intervenção pública voltada às famílias que se encontram em situação de maior vulnerabilidade social. Outro aspecto essencial de nossa tese é a visibilidade dessas questões que perpassam a vida dessas a partir do olhar dessas mulheres que são alvos das políticas públicas na área social.

Desse modo, o presente estudo de caso restringiu-se ao exame de 20 casos de famílias em situação de vulnerabilidade social. Entenda-se, para fins desta tese, vulnerabilidade social por famílias monoparentais femininas provenientes de camadas de baixa renda (pobres e extremamente pobres), residentes em comunidades carentes do Estado do Rio de Janeiro, particularmente da comunidade de Campos Elíseos que fica em Duque de Caxias/Rio de Janeiro e de Sampaio no Complexo do Lins/RJ. A seleção de duas comunidades em contextos diferenciados, buscando conhecer as especificidades de cada região, as diferentes estratégias de proteção social acessadas pelas famílias, além de poder ampliar a perspectiva de análise de nosso objeto de estudo.

O nosso universo de pesquisa tem como referência mulheres que vivem sozinhas e, geralmente, são as únicas responsáveis pelo cuidado da casa, de filhos pequenos e adolescentes, do provimento financeiro (através do trabalho remunerado ou de programas assistenciais, como o Bolsa Família) que, a partir de condições específicas, promovem as condições mínimas de sobrevivência e o bem estar de todos os que estão sob o seu cuidado (filhos, sobrinhos, netos, entre outras pessoas de seu convívio social). A diversidade de situações familiares, associada a contextos sociais particulares impactam a realidade social dos sujeitos de nossa investigação. Procuraremos, assim, o processo de construção de conhecimento dessas realidades por meio das descobertas de regularidades, percepção das diferenças e identificação das continuidades e descontinuidades das determinações e

fenômenos sociais que regem a vida e o cotidiano das famílias em situação de monoparentalidade feminina em distintas comunidades carentes do Estado do Rio de Janeiro.

Para alcance de nossos objetivos propostos nesta pesquisa, realizamos a construção de indicadores que nos levam a compreender a realidade cotidiana de vulnerabilidade social em que vivem as famílias monoparentais femininas entrevistadas, bem como analisar os mecanismos de proteção social (públicos e privados) acessados pelas famílias em situação de monoparentalidade feminina. Desse modo, houve a construção de um roteiro de entrevista semiestruturada, com questões abertas e fechadas, que abordaram indicadores quantitativos e qualitativos; além do uso da observação participante que nos ajudaram, para além das falas, a compreender o contexto e as experiências de vida em seu ambiente. Assim sendo, foram criados os seguintes eixos de análise:

Num primeiro momento, apresentaremos as variáveis que levam à compreensão do cotidiano de vulnerabilidade social em que vivem as famílias monoparentais femininas entrevistadas, a partir de: *características demográficas* (o aspecto etário, estado civil, chefia feminina domiciliar, taxa de fecundidade, idade da primeira gestação, escolaridade, a questão étnico-racial, número de componentes da família, grau de parentesco dos membros da família, filhos menores de 16 anos); *do ambiente físico de suas comunidades* (características das comunidades em que residem e os aspectos positivos, negativos e o que precisa melhorar); *da condição do domicílio* (a forma de ocupação do domicílio, a infraestrutura de serviços de saneamento básico, o acesso à energia elétrica, meios de comunicação e utensílio doméstico de consumo durável); *da realidade das famílias monoparentais femininas – mães que vivem sozinhas*; *da inserção no mercado de trabalho* (tipo de inserção no mercado de trabalho das entrevistadas e ocupações em que estão inseridas); *do acesso à renda*; e, por fim, conjeturarmos acerca *das estratégias para conciliar trabalho, cuidado dos filhos e afazeres domésticos*. Num segundo, exporemos a análise feita acerca dos mecanismos de proteção social (públicos e privados) acessados pelas famílias em situação de monoparentalidade feminina, com vistas a verificar a existência de formas de integração entre mecanismos públicos (as políticas sociais) e privados (as famílias e as redes sociais) de proteção social e as estratégias que são possíveis às famílias residentes em comunidades carentes, por meio das variáveis *Estado, mercado, organizações voluntárias e redes familiares*.

O capítulo se estruturará da seguinte forma: em primeiro lugar, exposição do cotidiano de vulnerabilidade social das famílias monoparentais femininas das comunidades de Campos Elíseos/Duque de Caxias e Sampaio/Complexo do Lins; em segundo lugar, apresentaremos a análise dos mecanismos de proteção social (públicos e privados) acessados pelas famílias

entrevistadas; e, por fim, reflexões acerca da relação famílias monoparentais femininas entrevistadas e seus mecanismos de proteção social acessados.

5.2 ANALISANDO OS CASOS EM QUESTÃO

5.2.1 O cotidiano de vulnerabilidade social das famílias monoparentais femininas entrevistadas

5.2.1.1 Características Demográficas

As características demográficas foram pensadas de forma que englobassem as dimensões, estrutura e organização das famílias em situação de monoparentalidade feminina entrevistadas. Assim, construímos um roteiro de pesquisa que nos trouxesse dados referentes às características demográficas, tais como: o aspecto etário, estado civil, chefia feminina domiciliar, taxa de fecundidade, idade da primeira gestação, escolaridade e a questão étnico-racial, número de componentes da família, grau de parentesco dos membros da família, filhos menores de 16 anos. O conjunto desses indicadores demográficos e informações tem um papel essencial na análise das condições de privação do bem estar e vulnerabilidade social na vida da população entrevistada.

As 20 famílias em situação de monoparentalidade feminina que participaram do presente estudo de caso apresentaram variações no que se refere ao *aspecto etário*. A partir da tabela abaixo, notamos que em sua maioria entrevistamos mulheres com idade superior a 30 anos de idade, pois 8 delas tinham entre 30 a 39 anos, sendo 4 da comunidade de Campos Elíseos e 4 da comunidade do Sampaio, e 8 delas tinham entre 40 e 50 anos, sendo a maior parte de Campos Elíseos, 6 delas, e 2 da comunidade do Sampaio. Assim, entrevistamos mulheres nas seguintes faixas etárias:

Faixa etária das entrevistadas

Idade	Campos Elíseos	Sampaio
15 a 19 anos	-	-
20 a 29 anos	-	4
30 a 39 anos	4	4
40 a 50 anos	6	2

Podemos observar que as mulheres de Campos Elíseos eram mais maduras, pois a maior parte estava com idade no momento da entrevista entre 40 e 50 anos de idade. Já no caso das entrevistadas do Sampaio, esse grupo variou entre as diversas faixas etárias. Encontramos 4 mulheres entre 30 e 39 anos de idade, mas também 4 jovens entre 20 a 29 anos de idade. Temos, assim, um perfil de mulheres chefes de família muito mais jovens do que as de Campos Elíseos. Acreditamos que a questão da faixa etária pode ter sido um diferencial para os dados coletados e os objetivos de vida que foram apresentados pelas mesmas. Essa diferença etária entre as entrevistadas trará, como veremos, um misto de questões e características que diferenciam e particularizam a experiência vivida em seu cotidiano.

Os dados sobre o *estado civil* também apontaram para informações importantes. Na região de Campos Elíseos, observamos que do total das entrevistadas, 9 eram solteiras e apenas 1 era viúva já alguns anos e não voltou a se casar por ter tido uma experiência ruim com seu marido que bebia muito, era agressivo e não trabalhava. De modo semelhante, na comunidade do Sampaio, todas as entrevistadas eram solteiras no momento da entrevista e em nenhum momento de suas vidas chegaram a ser casadas oficialmente, apenas conviveram com seus “companheiros” no início de sua relação. Duas questões podem ser apontadas aqui: o padrão de família nuclear burguesa não faz parte da vida das entrevistadas e a chefia feminina aplicava-se aos lares entrevistados.

Estado Civil

Estado Civil	Campos Elíseos	Sampaio
Solteira	9	10
Casada	-	-
Viúva	1	-

O primeiro ponto a ser exposto é que o modelo de família nuclear não faz parte do padrão de vida de nenhuma das entrevistadas, ao contrário disso, esse é um padrão muito difícil de ser construído. Conforme Sarti (2005), o projeto de casar faz parte do ideário de muitas famílias pobres, mas ele vai ser construído a partir de um quadro de possibilidades e de grande instabilidade conjugal entre os mais pobres. Com isso, normalmente, essas famílias são caracterizadas por uniões instáveis as quais se caracterizam pela dificuldade de conciliar o padrão de família conjugal. Mas, o projeto do casamento, mesmo que sem expectativas ou data marcada, faz parte do imaginário de algumas mulheres. E, a partir dele, o alcance da “felicidade” aconteceria.

“Eu quero ser feliz agora e... a mulher sonha com um casamento, eu quero casamento mesmo de vestido, quero ter minha aliança, eu quero também que meus filhos também case na igreja, quero que meus filhos ‘respeita’ os filhos do próximo, que ela tem que respeitar o filho do próximo, que ele tem que respeitar a filha, e a família também, sabe?” (AZURITA⁸⁰, 23 ANOS, MÃE DE DOIS FILHOS E GRÁVIDA DE 5 MESES, DESEMPREGADA).

Por outro lado, a *chefia feminina domiciliar* aplicava-se aos lares entrevistados. Por chefia feminina entende-se a organização familiar em que as mulheres sozinhas são responsáveis pelo cuidado e manutenção de suas famílias e domicílios. A chefia feminina é parte da realidade das entrevistadas, pois eram as principais, quando não eram as únicas, responsáveis pelo cuidado da casa e dos filhos e não possuíam cônjuge. Do total de mulheres pesquisadas, 15 eram chefes de seu domicílio. Mas, o quadro se apresenta da seguinte forma:

Chefes do Domicílio

Estado Civil	Campos Elíseos	Sampaio
Sim	10	5
Não	-	5

Em Campos Elíseos todas são chefes sozinhas de seu domicílio. Já na comunidade do Sampaio, esse quadro é diferente, 5 são chefes de seus domicílios e 5 não são responsáveis por seus domicílios. Nessa comunidade, das 5 que são chefes do domicílio, temos o seguinte quadro: 1 entre 35 e 40 anos de idade, 2 entre 40 e 45 anos e apenas 1 possui 23 anos. Desse grupo, duas estão inseridas no mercado de trabalho formal, duas são autônomas e uma recebe o Bolsa Família. Logo, todas possuem alguma fonte de renda. Já entre as que não são chefes de seus domicílios, nos deparamos com esses dados: 2 possuem 23 anos, 1 tem 29 anos e 2 estão na faixa dos 30 (1 com 30 anos e outra com 31 anos). Dessas, 2 trabalham com carteira assinada e 3 estão desempregadas. O detalhe na vida dessas jovens é que todas ainda moram com suas mães e esse fato traz um diferencial para elas. É importante apontar que essas mães também moravam sozinhas e foram as únicas responsáveis pelo cuidado da casa e de seus filhos, repetindo um ciclo na vida dessas famílias. A possibilidade de continuar morando com suas mães, mesmo após o nascimento de seus filhos, possibilita que a situação de

⁸⁰ Como forma de preservar a identidade das mulheres entrevistadas, daremos nomes de pedras preciosas para cada uma delas.

vulnerabilidade social possa ser reduzida, além do apoio delas no processo de cuidado e socialização de seus filhos pequenos.

“No caso eu tenho a minha mãe, né? Eu peço ajuda a minha mãe. Aí fica mais fácil pra mim, entendeu? Minha mãe pega a minha filha; fica mais fácil pra mim. Minha mãe trabalhava antes, até minha filha ter sete anos. Mas agora não, que minha mãe está em casa, minha filha fica com mãe. Entendeu?” (LACA, 30 ANOS, MÃE DE 7 FILHOS, DESEMPREGADA).

“Eu... quando eu trabalhava, eu trabalhava de nove as seis, e meus filhos ficavam com minha mãe que levava pra mim e buscava pra mim. E minha filha ‘tava’ na escola. Minha mãe chegava do trabalho, ela chega cinco horas, ela trabalha aqui do outro lado. Então a minha mãe ficava com meus filhos pra mim” (AMAZONITA, 31 ANOS, MÃE DE 4 FILHOS, DESEMPREGADA).

Não é fácil, é difícil, não é fácil. Mas eu tenho a minha mãe que me ajuda, mas se eu não tivesse a minha mãe eu acho que estaria assim meio perdida, entendeu? Por que é minha mãe que me ajuda bastante. Eu ficaria muito perdida assim, ter que cuidar de casa, trabalhar, cuidar de filho, é muita coisa pra uma pessoa só. Eu consigo conciliar sim por que eu tenho a minha filha e a minha mãe, por que se não... a minha filha tem dia que ela não sai, tem dia que ela sai, então é uma criança, então como é que eu vou fazer? Então fica meio complicado. (OPALA, 29 ANOS, MÃE DE 7 FILHOS, DESEMPREGADA).

Notamos que as mães das entrevistadas surgem como elemento central para a sua sobrevivência, promoção do bem estar e proteção social das famílias entrevistadas. Os recursos cotidianos do apoio de mães fazem parte da construção de uma rede central de apoio na vida dessas mulheres. As mães passam a ser o sustentáculo central e sem elas as responsabilidades que deveriam assumir seriam muito difíceis de dar conta, pois, ter uma mãe que ajuda é de extrema importância. Vemos nessas experiências o fenômeno da “maternidade transferida”, conforme Costa (2002), uma experiência em rede que se faz presente na vida de muitas famílias brasileiras de longa data. E, o acesso às “mães”, ou como passam a ser mais conhecidas, às “avós”, tornam-se mecanismos primordiais de proteção social e de sobrevivência. De acordo com Sarti (2005, p. 95):

As mudanças dos laços familiares e a vulnerabilidade que atingem as famílias demandam novos papéis, novas exigências para essas figuras, personagens que ganham relevo não só na relação afetiva com os netos, mas também como auxiliares na socialização das crianças ou mesmo no seu sustento, mediante contribuição financeira.

Temos, então, de reconhecer o inegável papel que as “mães” ou “avós”, outras mulheres, assumem diante das mudanças dos laços familiares e da situação vulnerabilidade social que atingem muitas brasileiras.

Outra informação importante é a *taxa de fecundidade* das entrevistadas. Deparamo-nos com uma taxa média de fecundidade muito alta em ambas as comunidades pesquisadas. Enquanto que na região de Campos Elíseos a média é de 4,1 filhos por entrevistada, no Sampaio esse índice chega a 3,1 filhos. Índices esses que se afastam da média nacional que está em 1,9. No entanto, conforme o IBGE 2010, condicionantes como a cor ou raça, níveis de instrução e rendimento impactam diretamente a taxa de fecundidade. Já que as pessoas de cores negras e pardas apresentam uma taxa de 2,75, quando a escolaridade é baixa, sem instrução ou fundamental incompleto, essa taxa chega a 3,09, e, quando o rendimento nominal per capita chega é de apenas $\frac{1}{4}$ de salário mínimo, o número de filhos é de 3,9 por família. Fatores esses que justificam a alta taxa de fecundidade das famílias entrevistadas, já que se trata de mulheres majoritariamente negras e pardas, com baixa escolaridade e rendimento familiar.

A idade da *primeira gestação* também traz informações interessantes. Em Campos Elíseos, a primeira gestação aconteceu após os 20 anos de idade, tendo 5 engravidado quando tinham entre 20 e 24 anos de idade, 3 apresentavam entre 30 e 34 anos de idade e 2 tinham 14 e 17 anos de idade quando engravidaram. Dentre elas, as que engravidaram mais cedo eram as que mais possuíam filhos, uma tinha 7 filhos e estava grávida de 6 meses aos 33 anos e outra tinha 8 filhos (sendo 1 de 8 meses), aos 37 anos de idade. Todos os filhos eram de pais diferentes e o nascimento de uma nova criança, normalmente, dava-se da tentativa de constituição de uma nova relação. Por outro lado, no Sampaio, a maior parte das famílias entrevistadas (8 delas) engravidaram quando tinham entre 15 e 19 anos de idade e, apenas, 1 engravidou mais cedo aos 14 anos de idade e a que engravidou mais tarde tinha 22 anos na época. Na comunidade do Sampaio, boa parte das entrevistadas engravidou ainda na fase da adolescência, ou seja, a primeira gestação aconteceu num padrão considerado extremamente jovem.

Idade da primeira gestação

Idade	Campos Eliseos	Sampaio
Menos de 14 anos	1	1
15 a 19 anos	1	8
20 a 24 anos	5	1
25 a 29 anos	-	-
30 a 34 anos	3	-
35 a 40 anos	-	-

E, isso apresenta relação direta com as estatísticas nacionais acerca da gravidez na adolescência que assinala o seu aumento, segundo estudos do IBGE. Quanto a essa questão, o IBGE, em 1999, fez um estudo sobre a População Jovem no Brasil e sinalizou que tem acontecido um expressivo aumento da taxa de fecundidade entre adolescentes e jovens brasileiras, em paralelo com a progressiva redução desses índices em mulheres com mais idade. Isso tem contrariado o quadro que se apresentava entre os anos de 1970 e 1980, em que a fecundidade se dava mais tardiamente entre as mulheres. Segundo o IBGE, um dos principais fatores para isso é a relação direta entre fecundidade, faixa etária e grau de instrução. Quanto menor for o grau de instrução, maior é o número de mulheres que engravidam antes dos 20 anos de idade. Segundo o IBGE, (SÍNTESE DE INDICADORES SOCIAIS, 2010, p. 30):

No Brasil, mulheres com menos de 7 anos de estudo apresentam um padrão de fecundidade extremamente jovem (o grupo de 20 a 24 anos de idade concentra 37,0% da fecundidade total). A partir dele, a fecundidade declina rapidamente. Mostra-se, porém, mais dilatado o padrão de fecundidade de mulheres mais instruídas, com tempo de estudo superior a 8 anos: grupos de 20 a 24 e de 25 a 29 anos de idade próximas ou bem mais elevadas que as adjacentes concentram 25,0% e 24,8%, respectivamente. Entre as mulheres com menos de 7 anos de estudo, o grupo de 15 a 19 anos de idade concentra 20,3% da fertilidade, uma proporção relativamente alta, que revela o lado cruel do aumento da fecundidade na adolescência.

Ou seja, os grupos etários entre 15 a 19 anos e 20 a 24 anos são responsáveis por 57,3% da taxa de fecundidade no país. Indo ao encontro dessa perspectiva, Maria Salet Novellino (2011, p. 301), em seu artigo “Um estudo sobre as mães adolescentes brasileiras”, afirma que “segundo a PNAD 2008, havia no Brasil 4.989.916 adolescentes do sexo feminino entre 15 e 17 anos e 3.267.415 entre 18 e 19 anos. Das primeiras, 315.654 (6,33%) e, das segundas, 629.101 (19,25%) já haviam tido filho(s) nascido(s) vivo(s) na data da pesquisa”. Conforme a autora, no período de 2001 a 2008, houve redução do número de adolescentes

grávidas entre 15 e 17 anos com o consecutivo aumento na faixa etária entre 18 e 19 anos de idade. Nesse estudo, a autora acentua que a relação entre maternidade e adolescência tem acontecido por causa de questões como pobreza e baixa escolaridade. Fatores esses que, muito provavelmente, já poderiam ter influenciado a saída dessas jovens da escola mesmo antes da gestação. E, essa questão tem sérias implicações para as mães adolescentes, já que para os pais de seus filhos, a continuação ou não dos estudos segue indiferente, do nascimento de um filho. E, isso nos revela a forte relação que existe entre a constituição da identidade de gênero e as vivências da gestação entre adolescentes.

Estatisticamente falando, a relação entre níveis elevados de *escolaridade* e qualidade de vida e bem estar social é comprovada e estudos e pesquisas apontam para essa questão. E, as mulheres entrevistadas possuem uma baixa escolaridade. Apesar dos investimentos governamentais que estamos tendo em nosso país em relação ao ensino, muitos permanecem tendo uma baixa escolarização e também encontram dificuldades na inserção ou retorno ao ensino, especialmente entre mulheres e homens, na faixa entre 25 e 65 anos de idade, que já fazem parte do ensino de educação continuada, a qual visa à melhoria do nível educacional da população adulta. É dado que existe uma relação direta entre pobreza e baixa escolaridade e isso pode ser comparado a partir das entrevistas feitas. Assim, verificamos que o grau de escolaridade das entrevistadas é muito baixo:

Escolarização

Idade	Campos Elíseos	Sampaio
Alfabetização	-	-
Primeiro grau incompleto	7	5
Primeiro grau completo	-	-
Segundo grau incompleto	2	3
Segundo grau completo	-	2
Superior incompleto	1	-
Superior completo	-	-

Nas famílias de Campos Elíseos, a grande maioria (7 mulheres) tinha o primeiro grau incompleto, 2 o segundo incompleto e 1 iniciou mas não terminou a faculdade. No caso das famílias do Sampaio: 5 famílias possuíam o primeiro grau incompleto, 3 o segundo grau incompleto e 2 tinham conseguido concluir o segundo grau. Nesse grupo ninguém conseguiu nem iniciar o ensino superior. Ou seja, a escolaridade da grande maioria das entrevistadas é relativamente baixa, apesar da presença de uma que chegou ao ensino superior. Como vimos, no momento da entrevista, verificamos que nenhuma das entrevistadas estava estudando ou

parou de estudar recentemente. Os motivos expostos foram vários. Para quem parou de estudar cedo, os principais fatores foram a necessidade de trabalhar precocemente e a gravidez que aconteceu ainda na adolescência. Por outro lado, a dificuldade em retornar aos estudos ficou caracterizada pela não existência de curso noturno no próprio bairro, a distância e localização das redes de ensino, as escolas vão apenas até o nono ano (atual ensino fundamental), a precariedade da infraestrutura da rede de ensino, a pouca disposição para voltar à sala de aula, entre outros. De acordo com Novellino (2011, p. 316):

As mães-adolescentes tendem a desistir da educação formal, seja porque as escolas não oferecem condições para que as frequentem, porque os cuidados com o filho não lhes deixam tempo para desempenhar outras tarefas, seja ainda por falta de perspectiva de uma colocação decente futura no mercado de trabalho. O que deve ser evitado é uma relação causal simplista entre maternidade e desistência da educação formal.

Nesse cenário, é possível observar a dificuldade que é encontrada pelas adolescentes que são mães no que se refere à continuidade de seus estudos. Normalmente, a maternidade na adolescência está associada ao abandono da escola e à baixa escolaridade por parte dessas mães, e isso pode culminar numa antecipada inserção no mercado de trabalho. Isso se dará muito provavelmente em setores precarizados e informais, reduzindo assim outras e melhores perspectivas em suas vidas. Além disso, devemos compreender o significado que a maternidade passa a ter na vida dessas jovens mães, já que desde cedo aprendemos que ser mãe é o destino de toda mulher e a melhor coisa do mundo. A maternidade pode significar uma mudança de status para essas jovens que passam a ser tratadas como uma “adulta” e uma mulher que tem responsabilidades a serem assumidas, não sendo mais aquelas “meninhas” diante de suas famílias, amigos e vizinhos. Isso pode ocasionar um novo “sentido” para suas vidas, o que comprometerá sua qualidade de vida e de seus filhos. Associada a esses fatores, a baixa escolaridade também impacta diretamente na situação socioeconômica dessas adolescentes mães, levando-as à situação de pobreza. Para Novellino (2011, p. 315): “há uma forte concentração de mães-adolescentes nos domicílios com rendimentos mensais mais baixos, o que compromete o bem-estar tanto delas quanto de seus filhos, o que leva a transmissão intergeracional da pobreza”.

Dentro deste quadro de análise, não podemos esquecer da variável cor. Acreditamos que a questão da identificação da cor ou raça é fundamental para o conhecimento e relação dos grupos que se encontram em situação de pobreza extrema ou pobreza, pois as diferenças raciais são marcantes quando falamos do acesso do negro às redes de ensino, no ingresso no

mercado de trabalho e no tipo de atividade profissional que participa, entre outros aspectos. Para Souza (2011, p. 5), “os negros sofrem com condições mais precárias de inserção no mercado do trabalho, assim como as mulheres. A população negra ingressa no mercado de trabalho mais cedo, trabalha por mais tempo e é mais mal remunerada”. Observamos que um duplo preconceito marca a vida dessas mulheres: o gênero e a raça. Assim, entendemos que a definição das *características étnico-raciais* é outro aspecto essencial do perfil socioeconômico das mulheres entrevistadas. Essa questão se torna evidente em países com populações crescentemente diversificadas na sua composição como é o caso do Brasil. O estudo das inter-relações étnico-raciais contribui para informações importantes que surgem como instrumentos de análise da dinâmica demográfica e da situação socioeconômica das famílias entrevistadas. Assim, em relação à cor ou raça, fizemos uso da autoclassificação por parte de quem respondeu à entrevista deixando as entrevistadas bem à vontade para falar. Assim, as entrevistadas se identificaram da seguinte forma:

Registro da Cor das entrevistadas

Cor	Campos Elíseos	Sampaio
Pardas	3	1
Morenas	2	-
Pálidas	1	-
Negras	4	7
Branças	-	2

Na comunidade de Campos Elíseos, 3 identificaram-se como pardas, 2 como morenas, 1 como pálida, 4 como negras. Ninguém se auto identificou da cor branca. Já na comunidade do Sampaio, 7 mulheres (a maior parte) identificaram-se como negras, 2 como brancas e 1 como parda. Verificamos que a maioria (cerca de 15 mulheres) são pardas e negras, como se autoidentificaram. Esse fato releva a consciência de cada uma em relação a sua cor e como se autoclassificam. Mas, despertou-nos a atenção o fato de 3 mulheres não saberem exatamente como se classificar. Foi, dessa forma, que por meio de risos, se apresentaram como “morenas” ou “pálidas”. A dificuldade dessa classificação, por essas mulheres, foi percebida pelo tempo de demora na resposta pelas mesmas.

Outro elemento essencial é o número *componentes de suas famílias*. A média de ambas as comunidade é muito alta, chegando a ser superior à média nacional que chegou a 3,3 pessoas por domicílio em 2010. Em Campos Elíseos, essa média é de 4,4 enquanto que na

comunidade do Sampaio é superior, chegando a 4,9 o número de componentes por famílias. A partir de dados estatísticos apresentados pelo Censo Demográfico de 2010, vemos que o número médio de pessoas na família caiu e continua a cair nas últimas décadas, pois de 2000 a 2010, o número médio caiu de 3,7 para 3,3 pessoas. E, isso é resultado direto da queda da taxa de fecundidade que vem acontecendo no país. Entretanto, não podemos considerar a média dos componentes das famílias entrevistadas sem refletir acerca do grau de parentesco que se apresenta nesses domicílios, bem como um recorte da idade dos filhos das entrevistadas para verificarmos algum grau de maior ou menor necessidade e dependência por parte desses membros das mulheres que são chefes do domicílio.

Desse modo, buscamos verificar o *grau de parentesco dos membros* dessas unidades domésticas⁸¹ para então compreender como se dá a organização, a relação de convívio, dependência e troca nesses arranjos monoparentais femininos. Conjecturar sobre essas questões é essencial para conhecermos a composição dessas famílias e como se organizam e promovem as condições mínimas de sobrevivência entre seus membros. Isso nos leva a pensar em quem são considerados como famílias da parte dos entrevistados, questão esta que ainda não é considerada em legislações e programas. Dessa forma, a relação entre os membros das famílias se apresentou da seguinte:

Relação entre os componentes da família

Grau de parentesco	Campos Elíseos	Sampaio
Mãe e filhos	9	5
Mãe, filhos e netos	1	-
Mãe, filhos, avó materna	-	2
Mãe, filhos, avó materna e primo	-	1
Mãe, filhos, avó materna e sobrinho	-	2

Apesar de apresentarmos os dados por comunidade, é importante frisar que nos chama atenção algumas tendências que são captadas entre os diversos membros das famílias entrevistadas, principalmente pelas matrizes de sexo, geração e grau de parentesco. Com certeza, não podemos generalizar os resultados apontados pelo tamanho da nossa amostra não ser representativa para ambas as comunidades. Em Campos Elíseos, em 9 de 10 domicílios, a

⁸¹ Conforme o IBGE, unidade doméstica é a “denominação que se dá ao conjunto de pessoas que vivem em um domicílio particular, cuja constituição se baseia em arranjos feitos pela pessoa, individualmente ou em grupos, para garantir para ela mesma alimentação e outros bens essenciais para sua existência. Sua formação se dá a partir da relação de parentesco ou convivência com o responsável pela unidade doméstica, assim indicado e reconhecido pelos demais membros da referida unidade como tal” (Censo 2010, p. 98).

relação entre seus membros era apenas das entrevistadas e seus filhos; em um caso apenas era de mãe, filhos e netos. Já na comunidade do Sampaio, esse quadro muda expressivamente. Em 5 deles, era composto pelas entrevistadas e seus filhos e em 5 pelas entrevistadas, filhos e outros (avós maternas, primo e sobrinho). Na grande maioria, em 4 delas, essas mães e seus filhos permaneciam morando na casa de suas mães. Na primeira comunidade, vemos que as famílias das entrevistas são compostas basicamente por ela e seus filhos e, no segundo caso estudado, temos a presença de outros adultos nesses lares. De outro lado, das jovens mães do Sampaio que moravam com suas mães, encontravam-se na seguinte situação: duas mães já eram aposentadas e não trabalhavam mais e, consecutivamente, cuidavam dos filhos das jovens mães para que elas pudessem sair para o mercado de trabalho; as outras duas mães preferiram ficar em casa para cuidar dos netos, para que suas filhas, mais jovens e com melhores oportunidades, pudessem sair para o mercado de trabalho e obter uma renda para dentro de casa. Associado a essa questão, é importante apontar a idade dos filhos das mulheres entrevistadas.

Idade dos filhos

Grau de parentesco	Campos Elíseos	Sampaio
Todos os filhos menores de 16 anos	6	7
Filhos menores de 16 anos e de 16 anos e mais	3	3
Todos os filhos de 16 anos ou mais	1	-

A partir do apresentado na tabela acima, averiguamos que a grande maioria das entrevistadas possuem *filhos menores de 16 anos*; apenas 1 moradora da região de Campos Elíseos possui todos os seus filhos maiores de 16 anos, mas, em contrapartida, cuida de 2 netos (um de 7 e outro de 9 anos de idade). E, esse fator traz uma gama de cuidados e responsabilidades específicas no que se refere aos filhos menores de 16 anos. O cuidado com os eles se tornou uma das principais responsabilidades dessas mulheres. Como o ato de cuidar das crianças é um assunto que é da responsabilidade, praticamente exclusiva, das mulheres, o ter que cuidar de filhos menores de 16 anos interfere na qualidade e atividades escolhidas para a inserção no mercado de trabalho. Segundo Souza (2011, p. 5):

O ciclo de vida familiar é medido pela idade dos filhos e determina os estágios de desenvolvimento familiar e, por conseguinte, quais os principais serviços demandados para seu maior desenvolvimento. Quando os filhos ainda estão no primeiro ciclo da vida, com todos os filhos com idade igual

ou menor que 16 anos, as famílias podem ter uma situação de vida mais frágil.

Assim, torna-se patente a necessidade de acesso dessas famílias a instituições públicas que consigam viabilizar uma estrutura mínima – como ampliação do número de creches, escolas em tempo integral, acesso a atendimento médico e saúde de qualidade, entre outros serviços – para os filhos de mulheres que vivem em situação de monoparentalidade feminina e, com isso, seja permitida a sua saída para o espaço público e a busca de melhores condições de vida para si e para a sua família. E, essa questão se agrava especialmente no caso de mulheres em situação de monoparentalidade feminina por serem as únicas e/ou principais responsáveis por um conjunto de ações que devem dar conta em seu cotidiano.

Lena Lavinas e Marcelo Nicoll (2006) apontam que o sexo não é o fator que aumenta os riscos de uma maior ou menor vulnerabilidade social e sim a presença de filhos pequenos, já que a população pobre do país é formada por crianças e adolescentes. Essa afirmação se dá pelo fato de que numa família composta pelos pais e filhos, o fato de o chefe da família, o pai, não trabalhar, apresente uma situação “quase idêntica” de vulnerabilidade aos arranjos que são compostos por famílias monoparentais femininas. Concordamos com o fato de que o ter ou não filhos menores de 16 anos é um fator de vulnerabilidade social, mas não podemos deixar de lembrar que, por uma questão de gênero essas crianças acabam ficando muito mais com suas mães do que com seus pais. Além disso, historicamente tem sido as mulheres que mais acessam as redes sociais, sejam elas primárias ou secundárias, de proteção social que garantam um melhor cuidado e qualidade de vida para seus filhos menores de 16 anos. Nossa ideia não é a de fortalecer um estigma, como bem colocou Vitale (2002), mas de apontar a situação de risco e vulnerabilidade a que estão sujeitas essas famílias. Pois, acreditamos que a noção de monoparentalidade feminina está associada não só ao sexo, mas também à pobreza, visto que as mulheres estão inseridas em profissões mais desqualificadas que os homens, bem como recebem salários inferiores e apresentam baixa escolaridade, o que trará diversas implicações na vida dessa mulher, enquanto sustentadora exclusiva de sua prole.

A partir das características demográficas das entrevistadas, notamos que são mulheres em situação de monoparentalidade feminina que convivem com as seguintes questões: são em sua maioria chefes de seus domicílios, possuem uma alta taxa de fecundidade, foram mães sozinhas quando ainda eram adolescentes ou jovens, baixa escolaridade, estão, em sua maioria, entre pardas e negras, com grande presença de filhos menores de 16 anos de idade. Essas características contribuem para uma história de vida marcada por privação de bem estar

e vulnerabilidade social. Todavia, isso ainda será agravado quando associamos esses fatores a outros indicadores, como o ambiente físico de suas comunidades, à condição do domicílio, à inserção no mercado de trabalho; ao acesso à renda; à constante obrigação de conciliar trabalho – cuidado dos filhos – e afazeres domésticos, à realidade das mães sozinhas: um cotidiano de monoparentalidade – gênero – vulnerabilidade social.

5.2.1.2 O ambiente físico de suas comunidades

Uma das condições de se perceber a situação de vulnerabilidade social de determinadas famílias é conhecer o local ou ambiente (físico, social e econômico) em que vivem, em especial a comunidade e o domicílio. O local em que muitas famílias vivem varia de região para região e apresenta especificidades. Notaremos isso a partir da análise das peculiaridades e características de cada uma das comunidades. Analisar a localidade em que essas famílias residem aponta para as particularidades de cada região, sua estrutura, a relação das famílias nas comunidades em que estão. O bem estar social de uma família não está condicionado apenas a sua situação socioeconômica, mas também às condições do local em que moram e suas principais particularidades que lhes é possibilitado. Assim, conhecer o cotidiano das comunidades de Campos Elíseos e de Sampaio é extremamente importante para este estudo.

Para melhor conhecer a comunidade em que as entrevistadas moram, realizamos uma pesquisa (em materiais dos projetos e sites) sobre as comunidades em que as famílias monoparentais femininas residem e no roteiro das entrevistas inserimos questões qualitativas e quantitativas para apreender a percepção delas acerca do ambiente físico de suas comunidades e da qualidade de vida. Nesse sentido, foram organizadas questões para identificação do local em que residiam e origem de cada entrevistada, pontos positivos, negativos e o que precisa melhorar em suas comunidades a partir da perspectiva das entrevistadas. Primeiro, apresentaremos os dados referentes à comunidade de Campos Elíseos, depois da região do Sampaio.

Campos Elíseos faz parte do 2º distrito de Duque de Caxias que pertence à Região Metropolitana do Estado do Rio de Janeiro. A região que se localiza é chamada de Baixada Fluminense, caracterizada pela grande concentração de pobreza e de carência de infraestrutura urbana. A área total do município é de 442 Km², correspondendo a 6,8% da área da Região Metropolitana e a 35% da área da Baixada Fluminense. Conforme o CENSO 2010 possui uma população estimada em 855 046 habitantes. A densidade demográfica é de 1.655,3 hab./km² e

sua altitude é de 19m em relação ao nível do mar e se encontra a 16,8 km de distância da capital. O Município é composto por 4 distritos: Duque de Caxias que faz parte do 1º Distrito); Campos Elíseos⁸² é do 2º Distrito; Imbariê é do 3º Distrito; e, Xerém que compõe o 4º Distrito. Possui características rurais e abrange os bairros de Xerém, Mantiqueira, Capivara, Amapá e Lamarão, além de parte de Santo Antônio, Meio da Serra, Cidade dos Meninos, Chácara Rio-Petrópolis e Parque Eldorado.

Campos Elíseos apresenta um Polo Industrial composto por 26 empresas. É considerado o segundo polo industrial da Região Metropolitana e do Estado do Rio de Janeiro, respondendo por 27,1% do valor da produção, sediando aproximadamente 5,2% das empresas do estado e cerca de 6,7% das empresas da Região Metropolitana. A produção industrial do município está fortemente concentrada na indústria química, seguida pelos demais gêneros que são o têxtil, vestuário, alimentares, entre outros. Dentre as diversas empresas, destacam-se a Texaco, Shell, Esso, Ipiranga, White Martins, IBF, Transportes Carvalhão, Sadia e Ciferal que estão instaladas na região. Além de indústrias de petroquímicas, transformadoras e termoelétricas. E é em Campos Elíseos que temos a Refinaria de Duque de Caxias – REDUC, desde 1961. A REDUC pertence a estatal Petrobrás e é, até o presente momento, a maior e mais completa refinaria de petróleo do país, e a maior em complexidade da Petrobrás. O complexo industrial da refinaria é distribuído numa área de aproximadamente 13 km² e é responsável por cerca de 4,8 bilhões de reais por ano em impostos pagos ao governo. Um total de 52 produtos são comercializados por essa refinaria, dentre estes óleos básicos para lubrificantes, diesel, gasolina, GLP, nafta, querosene de aviação, parafinas, óleo combustível e aguarrás. Apesar disso e de algumas melhorias feitas na região por causa da Refinaria, seu entorno encontra muitos problemas como acesso ao saneamento básico de qualidade (rede de esgoto e água canalizada), ruas não asfaltadas, transportes caros e demorados, problemas de poluição do ar, entre outros.

A partir das entrevistas, averiguamos que entre as famílias da região de Campos Elíseos, todas as famílias entrevistadas residiam no 2º Distrito de Duque de Caxias, sendo: 3 famílias do bairro de Jardim Primavera, 6 de Campos Elíseos e 1 São Bento. É importante salientar que Campos Elíseos é um distrito muito grande e composto por 10 bairros. Desse total, apenas 3 nasceram e foram criadas na região, as demais entrevistadas vieram de regiões distintas do estado do Rio de Janeiro e de outros estados brasileiros. Dessa forma, a grande

⁸² A região de Campos Elíseos também apresenta características urbanas, e localiza-se na região centro-oeste do município, em uma área de 98 km², compreendendo os bairros de Campos Elíseos, Jardim Primavera, Saracuruna, Parque Fluminense, Pilar, Vila São José, São Bento, Figueira e Cangulo, além de parte da chácara de Rio-Petrópolis, Parque Eldorado, Santa Cruz da Serra e Cidade dos Meninos.

maioria nasceu no Estado do Rio de Janeiro: 1 de Magé, 2 de Duque de Caxias Centro, 1 de Marechal Hermes, 3 de Campos Elíseos, 1 de Brás de Pina. Apenas 2 vieram, há muitos anos, da Bahia e do Pará. A migração para a região de Campos Elíseos se deu por causa da busca de melhores condições de vida e oportunidades de moradia, o que, para muitas, isso era uma realidade inexistente. O sonho de sair do aluguel e conseguir uma casa própria estava sempre presente nas falas dessas mulheres. E, normalmente, é nas regiões mais afastadas dos grandes centros metropolitanos que essas metas ou objetivos de vida apresentam maior possibilidade de serem alcançados. Podemos verificar essas questões nas seguintes falas:

“Ah! A gente já não podia mais pagar aluguel, né? Porque o aluguel aumenta. A gente não podia mais pagar aluguel, a gente morava no Gramacho há uns vinte anos atrás, né? Aí eu soube que ‘tava’ vendendo assim invasão de terreno, né? Naquela época né? Posse, né?... Na época aqui era muito feio, muito ruim, né? ‘Mais pior’ que hoje. Aí foi quando eu comprei na época do João, mas sabendo, né? Que qualquer hora se a Petrobrás pegar, né? ‘Num’ tinha onde morar...” (CIANITA, 40 ANOS, 1 FILHA, AUTÔNOMA)

“Olha, eu cheguei na minha comunidade através de um amigo, né? Que se chama Luba, né? Que é uma pessoa maravilhosa, uma pessoa que me ajudou bastante. Porque eu vivia de aluguel, né? Vivi dezoito anos de aluguel. I cheguei um dia que disse: “Não, basta”, porque eu ‘tava’ sempre pagando pra alguém e não ‘tento’ nada, né? Eles ‘tavam’ aí precisando de ajuda, precisando e alguma coisa e um canto pra morar fixo, né? Então através desse senhor que trabalhava no Sacramento..., onde tem o São Bento, eles ‘tavam’ formando essa comunidade que se chamava ocupação, né? Então ele conseguiu pra mim na secretaria de... habitação pra mim com o Haroldo Brito que era secretario de habitação na época uma entrevista...” (SAFIRA, 53 ANOS, 5 FILHOS, OCUPADA).

Acerca da comunidade em que vivem, algumas questões foram pontuadas como os aspectos positivos e negativos da região e o que precisa melhorar. O ponto positivo sinalizado pela grande maioria (seis mulheres) foi a questão da tranquilidade que tinha na região. O fato de poderem “andar tranquilamente pela rua” e não correr risco de morte e ninguém mexer era muito importante para muitas. Além disso, poder criar os filhos sem risco, diferente de outras comunidades, é fundamental para elas e para o desenvolvimento de seus filhos. Outros aspectos apontados foram a estrutura da comunidade em que mora que não tem aspecto de “favelinha”, o ter um posto de saúde perto facilita o tratamento de seus filhos, a pracinha local é boa e se pode levar seus filhos para ela, o comércio local por perto também é outro facilitador. Já em relação aos pontos negativos, diversos aspectos foram sinalizados, como a qualidade da água e a constante falta dela, a precariedade do transporte (passagens caras,

pontos longe, demora dos transportes em passar), saneamento básico, saúde, asfalto, creche, a constante falta de luz, coleta de lixo irregular, limpeza das ruas. No que se refere à melhoria foram apresentadas as seguintes questões: a qualidade da saúde na região (ter um hospital grande, atendimento pediátrico, mais postos de saúde), acabar com a poluição do ar, mais escolas públicas na região (tanto para o ensino básico quando secundário e inserir o ensino para adultos), asfalto, transporte.

“Posto de saúde. Precisa melhorar o que tem, entendeu? Precisa melhorar o que tem. Não é bem assim um posto, é um PSF, posto familiar, entendeu? Porque o posto mesmo não tem mais xxx (As duas falam juntas e atrapalha o áudio). E eu acho que, a estrutura é muito pouca” (SAFIRA, 53 ANOS, 5 FILHOS, OCUPADA).

“Bem... de preferência assim o que? Melhorar o... esse negócio das ‘firma’ que polui tudo. Que minhas filhas quando vai... sente essa poluição lá de baixo, fica logo com crise de bronquite. Tem que melhorar esses lugares assim. Essas ‘poluição brabas’ aí” (GRANADA, 33 ANOS, 5 FILHOS, DESEMPREGADA).

“Acho que quase tudo. A escola principalmente, né? Ah! Acho que tinha que ter mais um pouquinho mais de lazer, né? No colégio ‘da’ crianças, que não tem. Ali é ensino fundamental, né? ‘Ta’ ali pra aprender mesmo. Poderia ter algo a mais, um lazer, um ensino, uma brincadeira” (CIANITA, 40 ANOS, 1 FILHA, AUTÔNOMA)

“Ah! A condução aqui” (JADE, 44 ANOS, 2 FILHOS, EMPREGADA).

A comunidade do Sampaio é um bairro de classe média-baixa da Zona Norte do Rio de Janeiro cortado pelo ramal da Supervia. Diferente de Campos Elíseos, é uma região tipicamente de caráter residencial, que se localiza entre Engenho Novo, Jacaré, Riachuelo e Vila Isabel. Apresenta uma população de cerca de 10.895 habitantes e é composto por aproximadamente 3.548 domicílios, segundo o CENSO de 2010. Assim como o bairro do Riachuelo, Sampaio tem origem na antiga fazenda do Engenho Novo. Suas terras pertenciam a grandes proprietários como Paim Pamplona e Adriano Muller que, com o tempo, foram loteadas e urbanizadas.

No Bairro, estão localizadas as comunidades do Morro da Matriz e Quieto. Na Av. Marechal Rondon está a Vila Olímpica do Sampaio. Sampaio faz parte da XIII Região administrativa (Méier) da cidade do Rio de Janeiro. Bairros integrantes da região administrativa são: Abolição, Água Santa, Cachambi, Encantado, Engenho de Dentro, Engenho Novo, Jacaré, Lins de Vasconcelos, Méier, Piedade, Pilares, Riachuelo, Rocha, Sampaio, São Francisco Xavier, Todos os Santos. A denominação, delimitação e codificação

do Bairro foram estabelecidas pelo Decreto nº 3158, de 23 de julho de 1981 com alteração do Decreto nº 5280, de 23 de agosto de 1985 e pela Lei Complementar nº 17 de 29 de julho de 1992. A comunidade do Sampaio faz parte do Morro de São João que é composto pelos bairros do Queto, Matriz e Sampaio que foi pacificada em janeiro de 2011⁸³.

Em relação à comunidade do Sampaio, tivemos questões diferenciadas pelas entrevistadas. Das mulheres entrevistadas, todas relataram que moram no bairro do Sampaio. E, a maior parte (7) delas era oriunda dessa região, apenas 3 vieram de outros lugares como Méier, Nova Holanda e São Paulo. Acerca da comunidade em que vivem boa parte das entrevistadas (6) não encontraram nenhum aspecto positivo da região em que moram, exatamente pela estrutura que a comunidade apresenta que é muito precária. Para quem apontou algum aspecto positivo. Duas disseram que a vizinhança e os moradores são bons e o fato de todo mundo se conhecer é bom, além de que ninguém faz mal para ninguém. Além disso, uma relatou que ter acesso a água regularmente e receber correspondência em sua casa é importante. Uma outra pessoa colocou ser importante é ter uma instalação do SESC perto da comunidade. No que se refere aos aspectos negativos, novamente, muitas questões foram apresentadas como 6 mulheres disseram que o saneamento básico era um problema da comunidade por causa do acesso precário à água e ao esgoto a céu aberto, energia elétrica (muitas casas possuem o sistema conhecido na comunidade como “gato”⁸⁴). A limpeza da comunidade e o lixo que fica na porta da comunidade foram os problemas mais apontados após o saneamento básico. Além disso, a liberdade de ir e vir que não é garantida e a insegurança da região a ponto de não se poder deixar seus filhos sozinhos em casa, mesmo depois da pacificação, foi um ponto muito abordado pelas entrevistadas. Para as entrevistadas muita coisa precisa melhorar em sua comunidade, dentre elas a infraestrutura da comunidade e da casa de muitos moradores, o saneamento básico, a coleta de lixo, a segurança da região, entre outras questões. Seguem algumas falas:

“A frente do morro. Esse negócio de gás, coleta de lixo, lixeira. É muito rato que ‘ta’ tendo no morro. Muito! Ah! O que? E mosca? Pernilongo? É! Época de verão então fica triste. E a água” (IOLITA, 40 ANOS, 4 FILHOS, EMPREGADA)

⁸³ A pacificação é um projeto da Secretaria Estadual de Segurança Pública do Rio de Janeiro cujo objetivo é o de instituir polícias comunitárias nas principais favelas da capital do Estado, visando desarticular quadrilhas que antes controlavam esses territórios com o chamado poder paralelo. A Unidade de Polícia Pacificadora do Sampaio surgiu quase dois anos e dois meses depois da primeira favela pacificada, a Santa Marta, que aconteceu em novembro de 2008. A ideia é que através das UPPs há uma aproximação entre a polícia e a população e que sejam fortalecidos programas sociais e os laços entre os membros da comunidade.

⁸⁴ “Gato”, ou como também é conhecido por “furto de luz”, é o procedimento em que algumas pessoas fazem para captar luz de redes pagas sem ter que pagar pela luz que recebem.

“Ah! Tem muita coisa, muita coisa. Os ‘esgoto’ aí que vira e mexe ta aí explodindo, entendeu? O que você vê aqui em baixo que é mais ou menos, entendeu? Mais lá pra cima que é pior, é água rolando, é horrível, horrível mesmo” (LACA, 30 ANOS, MÃE DE 7 FILHOS, DESEMPREGADA).

“Ruim é a liberdade que a gente não tem, de sair o horário que a gente quer; chegar um horário que a gente quer. Ainda mais depois que entrou essa UPP aí, a mesma coisa que nada. O saneamento básico que às vezes quando chove lá pra cima, aqui, a porta... a comunidade inteira, é lixo, é lama na porta dos outros” (ÁGATA, 23 ANOS, 1 FILHO, EMPREGADA).

Analisando as comunidades de Campos Elíseos e Sampaio, percebemos que as questões apresentadas na primeira ficaram basicamente em torno da melhor qualidade do atendimento de saúde, educação e transporte na região, enquanto na segunda, a infraestrutura das comunidades e de suas moradias, quanto aos aspectos de saneamento básico e segurança ficaram em pauta e foram reforçadas em muitas falas.

Conforme vimos, o ambiente físico da comunidade em que vivem é caracterizado por privações de bem estar e marcada por situações de risco e vulnerabilidade constante, apontando para um ambiente físico cheio de precariedades. Questões como a qualidade da água e a constante falta dela, a precariedade do transporte (passagens caras, pontos longe, demora dos transportes em passar), saneamento básico, saúde, asfalto, creche, a constante falta de luz, coleta de lixo irregular, insegurança, limpeza das ruas, acesso à energia elétrica precária, a liberdade de ir e vir controlada pela violência na região, fazem parte do cotidiano das entrevistadas. A partir dos dados apresentados, constatamos que essas famílias encontram-se num ambiente precarizado em sua estrutura e infraestrutura e que impacta diretamente a qualidade de vida e bem estar social do que estão nesses espaços.

5.2.1.3 A condição do domicílio

A condição do domicílio é outro aspecto fundamental para se pensar na vulnerabilidade social e em aspectos que podem privar bem estar social das famílias entrevistadas. Segundo o IBGE, domicílio é “o local estruturalmente separado e independente que se destina a servir de habitação a uma ou mais pessoas, ou que esteja sendo utilizado como tal” (CENSO DEMOGRÁFICO, 2010, 26). As informações dos domicílios podem contribuir para uma melhor estimativa das condições de habitabilidade das entrevistadas que é um dos pontos fundamentais para se pensar na qualidade de vida das famílias em análise. Dessa forma, entre as várias informações levantadas acerca da condição do domicílio,

priorizamos as que seguem a forma de ocupação do domicílio, a infraestrutura de serviços de saneamento básico, o acesso à energia elétrica, meios de comunicação e utensílio doméstico de consumo durável. Para cada um desses aspectos, foram construídos mais de um indicador.

A *forma de ocupação do domicílio* tem implicação direta no rendimento familiar no sentido de suprir as necessidades de moradia, especialmente quando a população tiver que destinar parte de seu orçamento para pagamento com aluguel de um imóvel. Assim, classificamos a forma de ocupação em domicílio próprio (quando o domicílio era de propriedade da pessoa que estava sendo pesquisada), alugado (quando o domicílio era alugado e pago por um ou mais moradores do domicílio), cedido (domicílio cedido gratuitamente por pessoa que não era moradora) ou outros casos (ocupação do domicílio se dá de forma diferente das apresentadas anteriormente).

Formas de ocupação do domicílio

Domicílio	Campos Elíseos	Sampaio
Próprio	8	10
Alugado	1	-
Cedido	1	-
Outros casos	-	-

Em Campos Elíseos, a forma de ocupação do domicílio foi apresentada da seguinte forma: 8 possuíam casa própria, 1 cedida pela irmã e 1 é alugada. Podemos citar o exemplo de Jade que mora numa casa alugada, disse que gasta boa parte de seu salário, quase a metade dele, com o pagamento de seu aluguel e isso faz grande diferença no orçamento familiar. Mas, prefere pagar um aluguel numa região que considera tranquila e segura para seu filho a viver na casa de sua própria mãe, sem pagar aluguel. O fato é que não quer colocar o seu filho em risco de morte, já que sua mãe mora numa comunidade perigosa do Município de Mesquita. Já na comunidade do Sampaio, todas as 10 entrevistadas relataram que moravam em domicílio próprio que foram cedidos pela própria mãe ou parente próximo (como tios ou avós). Sabemos que a forma e a condição de ocupação têm implicações diretas no orçamento familiar. Morar numa casa alugada é diferente de morar numa casa própria. O gasto com aluguel pode interferir na renda das famílias e também na sua qualidade de vida e bem estar de seus membros. Em geral, as famílias entrevistadas registraram um alívio por morarem em domicílio próprio e não ter gastos com pagamento de aluguel ou prestação de uma casa, já que

podem usar o dinheiro para outras despesas da casa. Como vimos, a única pessoa que relatou pagar aluguel disse que prefere fazer isso e garantir a segurança de seu filho.

A *infraestrutura de saneamento básico* é uma das áreas, no Brasil, em que tem demonstrado significativa melhoria, tanto no que se refere à rede de esgoto sanitário, abastecimento de água canalizada e coleta de lixo, dados apontados conforme os Censos Democráticos de 2000 e 2010. A infraestrutura do saneamento básico relaciona-se com a adequação das moradias e com o conseqüente bem-estar e saúde dos moradores. Segundo a Síntese de Indicadores Sociais (2010, p. 82),

como já foi bastante enfatizado, os serviços de saneamento constituem a representação básica de uma moradia digna. Domicílios com condições simultâneas de abastecimento de água por rede geral, esgotamento sanitário também por rede geral e lixo coletado diretamente, apresentam uma aproximação bastante razoável desta realidade.

Ter acesso a uma boa rede de saneamento básico está associado à melhoria da qualidade de vida de moradores em um domicílio. No entanto, no caso das famílias entrevistadas, houve uma grande diversidade e precariedade na configuração da rede de saneamento básico dos domicílios.

Acesso à rede de esgoto

Rede de Esgoto	Campos Elíseos	Sampaio
Acessa a rede de esgoto	7	8
Não acessa a rede de esgoto	3	2

Acesso a abastecimento de água

Rede de Água	Campos Elíseos	Sampaio
Água canalizada	5	9
Água de poço	3	-
Não soube informar	2	1

Coleta de Lixo

Coleta de Lixo	Campos Elíseos	Sampaio
Satisfatória	9	3
Não satisfatória	1	7

Em primeiro lugar, abordaremos a questão do esgoto sanitário. Segundo o Censo Demográfico de 2010, “das condições de saneamento básico, o esgotamento sanitário é o que apresenta o mais longo caminho a ser percorrido para atingir índice satisfatório que possa garantir melhorias nas condições de moradia e de saúde da população, bem como preservar a qualidade do meio ambiente” (p. 106). Assim, dos domicílios entrevistados, encontramos o seguinte quadro: 1) em Campos Elíseos, 7 tinham acesso à rede de esgoto e 3 não tinham; 2) em Sampaio, 8 tinham acesso à rede de esgoto e 2 não tinham. E, ambas as comunidades, a grande maioria, relatou que um grande problema presente nas comunidades é o acesso adequado à água canalizada.

Em segundo lugar, o acesso adequado ao abastecimento de água foi um problema na maior parte dos domicílios pesquisados. Trata-se de uma questão que afeta boa parte da vida de muitas famílias da região. Para o IBGE, a qualidade de vida está diretamente apoiada no acesso adequado à água de qualidade (Censo Demográfico, 2010). Esse foi um ponto muito criticado pelas famílias entrevistadas, pois se deparam diariamente com problemas de falta de água por longo período de tempo e acesso dificultado por não ter uma rede e uma qualidade duvidosa. Assim, a questão da água foi apresentada da seguinte forma: em Campos Elíseos, das famílias entrevistadas, 5 afirmaram que possuíam acesso à água canalizada, 3 à água de poço e 2 não identificaram a fonte da água que acessam. Duas moradoras de Campos Elíseos disseram que a água canalizada não era da CEDAE e sim da Petrobrás. Questão esta que nos chamou atenção. Por “água da Petrobrás” entende-se o acesso por muitas famílias a uma água que é canalizada, mas que foi desviada da tubulação da rede de água da Petrobrás – REDUC. Isso é de conhecimento dos moradores e fato muito comum entre as famílias do bairro de Campos Elíseos, já que acessar a rede de água canalizada é praticamente impossível. E, das famílias que disseram acessar água de poço, duas pontuaram que o poço não é próprio e sim da casa de suas mães que se encontra no terreno nos fundos ou ao lado do terreno delas. Em contrapartida, do total de famílias entrevistadas, apenas 2 tinham um filtro de água em suas residências e faziam uso dele para consumirem a água. Os demais lares não apresentaram e não relataram que ferviam a água antes de beber. Por outro lado, o quadro na comunidade de Sampaio não é diferente. Do total de entrevistadas, 9 relataram ter acesso à água canalizada e apenas 1 que não. Dentre elas, 2 disseram que possuem poço em suas casas e as demais, a maioria, não possuem. Segundo informações de nossa informante dessa comunidade, o acesso da água de boa parte dos moradores do Sampaio também é feito a partir de instalações que já existem. E, essas instalações, que “não são tão regulares assim”, afirmou ela, muitas vezes caminha ao lado da rede de esgoto da região ou está presente em área em que o esgoto é

jogado a céu aberto. Entendemos, assim, que o fato ocorrência de muitas famílias não terem acesso à água em seus domicílios da fonte de rede geral de distribuição – com água, de certa forma, tratada e adequada ao consumo –, como também o uso de filtros, prejudica a qualidade de vida das famílias entrevistadas. Afirmamos isso porque o acesso a uma água sem qualquer tipo de tratamento torna-se um grande vetor de doenças. Pois, conforme a Síntese de Indicadores Sociais 2010, o acesso à água potável “é a manifestação primeira de uma vida saudável e indicador constante das recomendações internacionais para monitoramento da qualidade de moradia dos indivíduos. Além disso, essa garantia é uma ação de coletividade, e, portanto, sob a responsabilidade direta da ação pública” (p. 83).

No que se refere ao terceiro aspecto do serviço de saneamento, a coleta de lixo também impacta diretamente a saúde das famílias entrevistadas e manutenção do meio ambiente em que se vive. Em Campos Elíseos, conforme relato das famílias entrevistadas, a coleta de lixo é um dos serviços ofertados na prefeitura que melhor funciona, pois nos 10 domicílios pesquisados, 9 famílias relataram que de fato possuem uma coleta de lixo regular (“eles trabalham direitinho”) e 1 disse que a coleta não acontece regularmente e que às vezes precisa sair correndo quando escuta barulho de caminhão na rua ou leva o lixo para alguma área em que outros depositam. Já na comunidade do Sampaio, o quadro é bem diferente. Das 10 entrevistadas, 3 disseram que a comunidade tem uma coleta adequada de lixo e 7 disseram que não possuem. E, isso se dá pela localização geográfica da região, que é um morro alto e sem acesso de carro para as regiões superiores. Apenas chega-se a essas partes a pé. Com isso, os moradores das regiões superiores e intermediárias precisam descer com os seus lixos para que ocorra a coleta. Na realidade, todos os moradores possuem um ponto para depósito do lixo que fica na entrada da comunidade. E, essa questão faz com que nas partes superiores o lixo seja jogado em vielas, terrenos vazios ou barrancos existentes na região. Sabemos que o lixo inadequadamente destinado provoca problemas diversos como entupimento de bueiros durante enchentes, mau cheiro, proliferação de animais (ratos, formigas, moscas, mosquitos, etc) entre outros fatores, causando sérios problemas de saúde para a comunidade.

Quanto ao *acesso à energia elétrica*, temos diferenciações de comunidade para comunidade. De acordo com os dados apresentados pelo Censo 2010, “pela primeira vez, o IBGE inclui no Censo Demográfico a investigação do fornecimento de energia elétrica para toda a população, permitindo confirmar a abrangência desse serviço aos domicílios do País, quadro que vinha se demonstrando tanto na amostra do Censo Demográfico de 2000, quanto nas pesquisas domiciliares da década. Em 2010, dos serviços prestados aos domicílios, a

energia elétrica foi a que apresentou a maior cobertura (97,8%), principalmente nas áreas urbanas (99,1%), mas também com forte presença na área rural (89,7%)” (p. 110).

Acesso à energia elétrica

Acesso a energia elétrica	Campos Elísio	Sampaio
Sim	10	10
Não	-	-

Em Campos Elíseos, todas as entrevistadas apontaram que havia acesso à energia elétrica dentro de suas casas e que o pagamento da conta de luz era uma prioridade quando o dinheiro do mês chegava. Algumas chegaram a relatar que até poderiam comprar menos comida num mês, mas não deixavam de pagar a conta de luz. A preocupação de ficar sem luz foi apontada por algumas das entrevistas, assim como ficar sem o gás. Por outro lado, na comunidade do Sampaio, todas relataram que possuíam acesso à luz elétrica em suas casas, mas 4 disseram que passaram a ter energia em suas casas depois que fizeram ‘gato’ na energia. Em relação aos *meios de comunicação* das famílias entrevistadas, procuramos conhecer o acesso das famílias entrevistadas a telefones fixos, celulares e computadores com internet. Deparamos com o seguinte quadro: 1) em Campos Elíseos, das famílias entrevistadas, 1 tinha telefone fixo e 9 não tinham; 8 tinham celular e apenas 2 não tinham celular e das 3 famílias com computador em casa, apenas 2 tinham internet em suas casas. 2) na comunidade do Sampaio, 5 tinham acesso ao telefone fixo e 5 não tinham acesso, 8 possuíam celulares e duas não e das 4 que possuíam famílias com computadores, 2 tinham internet em suas casas.

Meios de Comunicação

Meios de Comunicação	Campos Elísio	Sampaio
Telefones fixos	1	5
Celulares	8	8
Computador	3	4
Computador com internet	2	2

Vemos, desse modo, que o principal meio de comunicação dessas famílias é o celular e não o telefone fixo. Contraditoriamente, o telefone fixo praticamente não fazia mais parte da vida das famílias entrevistadas, seja por causa da dificuldade que se encontra para ter um e também pelo valor mensal fixo que é cobrado. Para o IBGE, “os dados indicam que os altos

custos ainda presentes da telefonia fixa no País, aliados à debilidade de oferta desse serviço em muitas localidades, fez com que a população gradativamente optasse pelo uso da telefonia móvel, como vem mostrando a PNAD nos últimos anos” (SINTESE DE INDICADORES SOCIAIS, 2010, p. 85). Sem contar também com a questão do consumo – o investimento maciço no status de ter um celular. Por outro lado, a redução de impostos e a maior facilitação do acesso a crédito estão contribuindo para o maior consumo desses utensílios domésticos. Em oposição ao crescimento da rede de telefones móveis, a proporção de domicílios com acesso a computadores e internet foi bem reduzido para uso, quase exclusivo, de seus filhos. Mas, mesmo assim, o celular é o principal meio de comunicação dessas famílias, seja pela facilidade que se tem em comprar um aparelho ou pelas possibilidades que o pré-pago oferece.

Por fim, o último item relacionado ao domicílio pesquisado foram os *utensílios domésticos de consumo durável*. Em Campos Elíseos, todas as famílias relataram ter em suas casas televisão, rádio, geladeira e fogão, que se tornaram utensílios básicos dentro dos lares depois dos avanços e investimentos públicos na indústria de bens duráveis. Todavia, o uso da máquina de lavar faz parte em apenas 5 dos lares entrevistados e duas famílias relataram que não é bem uma máquina que tem e sim um “tanquinho”. Provavelmente, isso faz com elas gastem um tempo razoável com as atividades de lavar e passar roupa de todos os membros de sua família. Não diferente desse quadro, na comunidade do Sampaio, todas as entrevistadas afirmaram que possuíam televisão, geladeira e fogão em suas casas e 7 possuem rádio; e, um número também maior, de 7 mulheres, possuem máquina de lavar em suas casas. No geral, verificamos que boa parte das entrevistadas tem acesso a utensílios considerados básicos, como geladeira, fogão, televisão e rádio em suas casas. As menores presenças foram em relação ao freezer e também à máquina de lavar.

Utensílios domésticos de consumo durável

Utensílios	Campos Elíseos	Sampaio
Televisão	10	10
Rádio	10	7
Geladeira	10	10
Fogão	10	10
Máquina de lavar roupa	5	7
Tanquinho	2	-
Freezer	1	3

Em relação ao acesso a bens duráveis como os descritos acima, estudiosas como Nadine Lefaucher (1991) e Suely Gomes Costa (2002) apontam como o avanço tecnológico e a criação dos eletrodomésticos mudaram a regulação do tempo feminino e inovaram as formas relacionais da vida cotidiana. Com isso, temos a transformação do tempo feminino pelo uso do eletrodoméstico e a liberação das práticas domésticas para a construção de projetos pessoais e o ingresso no mercado de trabalho, permitindo assim uma reprogramação de seu tempo. Concordamos com as autoras, mas, a partir da pesquisa feita, vimos que a liberação do tempo e a construção de projetos pessoais e ingresso no mercado de trabalho se dá de modo diferente entre mulheres de camadas sociais baixas. Pois, o tempo diário gasto com esse tipo de atividade é relativamente alto e varia bastante entre elas. Em Campos Elíseos, 2 disseram que gastam até 1 hora por dia com os afazeres domésticos, 1 até duas horas diárias, 1 até 4 horas por dia, 4 (a maioria) mais de 4 horas diárias e 2 apenas de vez em quando. Em relação às mulheres que disseram trabalhar de vez em quando, tratam-se de mulheres que possuem filhos maiores de 16 anos, como é o caso da Safira, que todos os 5 filhos são maiores de 16 anos e tem 2 netos (de 7 e 9 anos de idade). Em sua casa, as responsabilidades pelos afazeres ficam a cargo de suas filhas mulheres; o filho mais velho não foi incluído nessas atividades. Com isso, ela trabalha em casa apenas no final de semana quando tem vontade por exemplo de cozinhar um “prato especial” para seus filhos. Fora esse caso, todas as demais mulheres gastam um tempo expressivo com os cuidados da casa.

Na comunidade do Sampaio, o tempo gasto foi diferente. 4 mulheres relataram que gastam até 4 horas diárias com o cuidado da casa (observação: elas normalmente trabalham fora de casa e possuem filhas maiores de 16 anos de idade, logo poderiam contribuir com os afazeres domésticos), 2 gastam cerca de 3 horas diárias, 2 gastam mais de 4 horas diárias e apenas 1 trabalha de vez em quando (também trabalha fora e deixa a responsabilidade com todas as suas filhas adolescentes). Com isso, podemos notar que a presença dos utensílios domésticos não é o fator principal para a redução do tempo com as atividades domésticas e sim o fato de terem filhas (não podemos esquecer a questão de gênero no caso dessas adolescentes, pois não é qualquer filho, mas sim os filhos do sexo feminino que assumem as atribuições dentro de casa). Isto é, assumem a responsabilidade pelo cuidado da casa e dos irmãos que são pequenos. Mas, esses casos fazem parte da vida de um pequeno grupo de mulheres. Boa parte é única responsável por gerarem renda, bem como pela reprodução de suas casas, logo assumem uma gama de atribuições, tais como: arrumar a casa, lavar e passar roupa, preparar os alimentos, levar os filhos para a escola e tratamento médico, etc. – toma conta do tempo que ainda “sobre” durante um dia.

Nos casos observados, percebemos que diferente da mudança ocorrida na vida de mulheres de famílias de classe média e alta por causa dos avanços tecnológicos, a vida das entrevistadas é marcada por um conjunto de atribuições que devem ser realizadas dentro e fora de seus lares – praticamente sozinhas – não permitindo que sobre tempo livre para essas mulheres investirem em si mesmas. Estamos afirmando que para as entrevistadas a possibilidade de desvincular o mundo doméstico – da reprodução – do mundo público ainda é uma dificuldade presente. As possibilidades de escolha são muito mais limitadas do que é para as mulheres de classe média e alta. Logo, o universo naturalizado da família como feminino não consegue passar pela dimensão da “escolha⁸⁵” que se baseia em opções possíveis para essas mulheres.

Assim sendo, as questões relacionadas à condição do domicílio nos apontam para o fato de que a maioria reside em domicílios próprios (em imóveis cedidos por algum familiar), logo não apresentam gastos com aluguel. A infraestrutura de saneamento apresentou questões alarmantes em todas as comunidades apresentadas, sendo os maiores problemas o acesso à água canalizada e à coleta de lixo, já que boa parte disse que possuía rede de esgoto. Todos os lares possuem energia elétrica, mesmo nos que apontarem que fizeram o “gato” para esse acesso. O principal meio de comunicação é o celular. E, os utensílios domésticos (televisão, rádio, geladeira, fogão) fazem parte da vida de todas as entrevistadas, com exceção da máquina de lavar. Então, quanto à questão da condição do domicílio, dois pontos nos chamam a atenção: a rede de saneamento é extremamente precarizada nessas comunidades e o acesso a alguns eletrodomésticos não significa a liberação do tempo dessas mulheres com os afazeres domésticos. Eles podem facilitar, mas essas atividades continuam sob sua responsabilidade.

5.2.1.4 A realidade das famílias monoparentais femininas – mães que vivem sozinhas

Nesse estudo de caso, é importante focarmos na realidade das famílias monoparentais femininas, ou seja, nas mães que vivem sozinhas e que são sujeitos de nossa pesquisa. Como estamos percebendo, ao longo da tese, as dificuldades são presentes e marcantes na trajetória e história de vida dessas mulheres e diversos fatores contribuem para isso. Mesmo com tantas transformações em nossa sociedade, somos socializados e condicionados a acreditar que “ser mãe” é uma das melhores coisas na vida de uma mulher. Mas, as demandas que envolvem a maternidade, normalmente, não são expostas e abordadas com a atenção que deveria ser dada.

⁸⁵ Sarti, 2005.

Toda reação oposta à maternidade ou qualquer atitude de negação, torna-se um problema para vida de uma mulher, uma vez que é um fato culturalmente e socialmente esperado, principalmente entre as mais pobres. Afirmamos isso já que a maternidade entre mulheres de camadas de classe média e alta tem apresentado outro significado e isso pode ser percebido pela redução da taxa de fecundidade entre elas. Como vimos no capítulo anterior, quanto maior a renda e a escolaridade menor o número de filhos na vida de uma mulher. Além disso, a priorização da carreira profissional leva essas mulheres a tardarem a chegada do primeiro filho. No entanto, ter uma criança não é só o ato de gerar, ao avesso disso, envolve ações como cuidar, educar, proteger, amar entre outras. Um gama de questões envolve a maternidade e isso não pode ser desprezado. Não podemos deixar de ponderar que a maternidade é constituída de aspectos contraditórios no seu dia a dia.

Agora, vamos pensar o que é ser uma mãe e sozinha. Como deve ser a experiência da maternidade para vida de mulheres que vivem em situação de monoparentalidade feminina. Não temos dúvida de que ser mãe para “todas” as entrevistadas é “tudo” na vida delas. Isso pode ser percebido a partir da questão: “o que significa ser mãe para você?”. Mesmo tendo feito esta pergunta individualmente, parecia que estávamos diante de uma frase orquestrada: “*significa ‘tudo’ para mim*”. A partir dessa expressão, atinamos para o fato de que a maternidade tem um valor expressivo na vida dessas mulheres.

Várias afirmações nesse sentido foram feitas: “*meus filhos são tudo para mim*”; “*eu quem gerei*”; “*meus filhos são muita coisa*”; “*minha família é tudo de bom para mim graças a Deus*”; “*significa a minha vida*”; “*só trabalho por eles, se não fosse eles eu não trabalharia*”; “*Porque se alguém chegar e falar que vai matar meus filhos: tira a minha vida, deixa a dos meus filhos. Para mim, é tudo*”. A relação de laços, proximidade, afetividade é clara na vida dessas mulheres. Filho é “tudo”, é praticamente uma dádiva divina e “só” as mulheres podem saber do que se trata, porque elas que geraram seus filhos.

Acerca dessa questão, a obra de Elisabeth Badinter (1985), *Um Amor Conquistado: O Mito do Amor Materno*, apresenta um estudo histórico sobre o tema amor materno em que a autora expõe o modo como esse amor não é algo inerente à condição de mulher, não faz parte de seu determinismo biológico, logo baseado em seu corpo, mas trata-se de um fenômeno que se adquire ao longo de uma trajetória. A maternidade não é uma característica inata das mulheres. Opostamente a isso, a maternidade é uma construção social e como tal vai variar ao longo do tempo, da história, do comportamento social, das condições socioeconômicas de um dado grupo. É resultado de um processo social de construção dessa maternidade. Processo

este recente e que faz parte do projeto da modernidade entre os países do Ocidente. Desse modo, segundo a autora (1985, p. 365),

Ao se percorrer a história das atitudes maternas, nasce a convicção de que o instinto materno é um mito. Não encontramos nenhuma conduta universal e necessária da mãe. Ao contrário, constatamos a extrema variabilidade de seus sentimentos, segundo sua cultura, ambições ou frustrações. Como, então, não chegar à conclusão, mesmo que ela pareça cruel, de que o amor materno é apenas um sentimento e, como tal, essencialmente contingente? Esse sentimento pode existir ou não existir; ser e desaparecer. Mostrar-se forte ou frágil. Preferir um filho ou entregar-se a todos. Tudo depende da mãe, de sua história e da História. Não, não há uma lei universal nessa matéria, que escapa ao determinismo natural. O amor materno não é inerente às mulheres. É 'adicional'.

A autora coloca que o instinto materno é um mito e que a maternidade é um sentimento que pode variar de cultura para cultura. Com isso, rebate o discurso acerca da propensão "natural" que haveria em toda mulher para a maternidade, tentando pensar como esse "desejo natural" foi sendo "construído" historicamente, mas que ainda hoje se faz presente em nosso dia-a-dia. É bem verdade que muitas vezes como algo inquestionável para muitas pessoas, inclusive para as mulheres protagonistas desta tese. Sendo assim, não existe nenhuma conduta universal para a maternidade e sim uma variedade de sentimentos que se expõem a essa questão.

Em relação à questão, Freitas (2000), em sua tese de doutorado, fala das mães de Acari e o seu exemplo de mães que lutam, relata a presença dessa contradição ao analisar a fala de suas entrevistadas, como a de X que diz: "*Ser mãe. Deus me livre! Ser mãe é coisa mais linda desse mundo, mais linda*". Temos aí uma contradição, ainda que elas não ousem formular essa dimensão. Para Freitas (2002, p. 81), "ser mãe foi o principal papel para as mulheres [...] Esse papel foi enfatizado, dotando a maternidade de uma aura divina". Notamos que a maternidade, mesmo não tendo sido planejada, leva a construção de um novo papel social na vida dessas mulheres. A partir da maternidade, uma gama de atribuições lhes é imposta, como a necessidade de dividir o seu tempo com o cuidado com o bebê, com a casa, o trabalho extradoméstico, vida social, etc. É como se a maternidade fizesse parte da construção social feminina e, como isso, impacta diretamente os papéis desempenhados pelas mulheres em nossa sociedade. Uma questão essencial nesse processo é compreender a adaptação das mulheres a estas mudanças frente à maternidade, identificando as mudanças que ocorrem em suas vidas. Todavia, não se pode dizer que se trate de uma identidade isenta de contradições, pois na vida de muitas mulheres são patentes dificuldades cotidianas por causa de seu

cotidiano de gênero, classe, raça ou etnia. Nesse sentido, notemos algumas falas acerca do ser mãe sozinhas, abaixo.

O ser mãe pode envolver uma relação de amor e prazer. A maternidade é um lugar privilegiado da felicidade, da alegria, da ternura. Sentimentos esses que aparecem exatamente a partir da procriação, do gerar e dar a vida a uma criança. Mesmo diante de um quadro de precariedade e de não alcance de sonhos, algumas mulheres (como Rubi, Cristal e Ágata) relatam que a maternidade faz com que elas se sintam satisfeitas com as suas próprias vidas. Ser mãe é ter “aumentada a responsabilidade”; é ter o “tempo ocupado”; é “ser feliz”. É como se o sentimento do amor se concretizasse por sua prole e toda a sua vida fosse transformada naturalmente.

“Amo, amo muito. Amo, sabe porque? Porque até então desde o momento que eu peguei a responsabilidade de ser mãe a minha responsabilidade aumentou. Hoje, não tem isso ali, mas amanhã vai ter graças a Deus. Graças a Deus, ta entendendo? Amo! Amo! Amo! Amo de poder ta aqui no meu cantinho ó, tudo limpinho, de humilde, aqui com meus filhotes, amo, amo de receber meus amigos na minha casa, amo de... amo. Amo de paixão” (RUBI, SEM IDENTIFICAÇÃO, 4 FILHOS, DESEMPREGADA).

“Ah! Eu acho bom, eu gosto. Eu me sinto bem, me sinto feliz” (CRISTAL, 45 ANOS, 5 FILHOS, EMPREGADA).

“Ah! Eu gosto, até que... eu ocupo o meu tempo, entendeu? Eu me ocupo muito” (ÁGATA, 23 ANOS, 1 FILHO, EMPREGADA).

Por outro lado, o ser mãe sozinha pode está relacionada com a ideia de “gratificação” e “heroísmo”. Poder cuidar sozinha de seus filhos implica em sentimentos como “gratificação” por ser mãe e ser reconhecida por ter condições de cuidar sozinha de seus filhos e “heroísmo” por estar livre de qualquer relação de dependência ou estar sujeita à autoridade de outra pessoa. Em ambas as falas a ideia de independência por não precisar apoio de “ninguém”, especialmente dos pais das crianças, as enchem de muito orgulho do fato de serem mães sozinhas. Isso aponta para maternidade como questão de autonomia, liberdade e poder diante das pessoas. O “poder” marca a possibilidade de conseguirem dar conta de uma gama de atribuições e responsabilidades com suas casas e seus filhos.

“Pra mim é uma gratificação, por que eu como mãe pra cuidar dos meus filhos, né? E ter saúde ainda pra isso né? Pra num deixar depender dos outros. Apesar de ficar cansada, pensar em desistir eu não posso, eu queria dar uma vida melhor pra eles” (IOLITA, 40 ANOS, 4 FILHOS, EMPREGADA)

“O que a minha filha mais velha fala, assim, como eu criei eles sozinha, trabalhando, tal. Ela fala que eu sou muito guerreira. Então ela fala assim, que se orgulha muito da mãe que ela tem” (ÔNIX, 33 ANOS, 7 FILHOS E GRÁVIDA DE 6 MESES, AUTÔNOMA).

Mas, a maternidade também aparece como um “sentimento contraditório”. É maravilhoso, mas também uma obrigação para quem gerou. O ter uma criança é uma dádiva; é prazeroso. Estabelece uma relação de amor, mas também dá muito trabalho, porque envolve ações como cuidar, educar, proteger, amar entre outras ações. A contradição é algo presente na fala das entrevistadas. Ser mãe pode ser “tudo”, mas isso não é ausente da responsabilidade e de todo o trabalho que essas mães passaram a ter com a chegada de um filho. E, essas responsabilidades podem deixar essas mães “doidinhas” diante de tanto trabalho, por achar que a maternidade é uma “obrigação”.

“É maravilhoso. Ah! Tem dia que os filhos deixa nós doidinha, né? Maluquinha. Mas mesmo assim sendo nós mãe, né? É uma coisa maravilhoso. Eles são minha companhia. A minha alegria. Eu brigo com eles, xingo eles, aí daqui a pouco eles vão lá e faz coisa pra mim, porque eles me ajudam dentro de casa.” (ESMERALDA, 31 ANOS, MÃE DE 2 FILHOS, DESEMPREGADA).

“Ah! Eu acho forte, mais é uma obrigação que tem que fazer, né? Obrigação porque se eu não fizer, quem vai fazer por mim? Não tem quem faça por mim. Nem quando eu to... nem quando eu caio de cama. Eu mermo que cá... eu merma que não aguentar fazer, eu tenho que fazer. Porque não aparece ninguém pra fazer. Eu mesma sem aguentar tenho que fazer” (AMETISTA, 35 ANOS, 2 FILHOS, AUTÔNOMA).

“É muito sacrificoso, né? Mas eu consigo. Às vezes eu falo pra elas: “Eu sou uma guerreira, né?”, porque tudo direitinho elas tem, né? Assim de controlar, porque eu vejo umas pessoas aí que, né? Às vezes não consegue, fica até doido de tanta preocupação. Até que eu me saí bem, por em quanto, né? A gente fica pensando: “Ai meu Deus, o que eu vou fazer?”. Tem hora que, né? Eu me controlo e até que da tudo certo” (CORALINA, 37 ANOS, MÃE DE 8 FILHOS, DESEMPREGADA).

Outra relação contraditória é quando se afirma que a vida também poderia “ser diferente”. Isso é notado nas falas de Safira e Ônix que, se tivessem numa posição diferente, não teriam tido tantos filhos e buscariam ter se estabilizado primeiro para depois serem mães. A dificuldade em manter uma família e o desgaste emocional são grandes. São muitas as preocupações com a alimentação, saúde, manutenção da casa, carinho. E, o fato da

maternidade não ter acontecido tão cedo, elas poderiam ter tido outras experiências em suas vidas. A vida poderia “ser diferente”.

“Talvez, não me arrependo nunca de ter tido os meus filhos, né? Mas a estrutura que o mundo ta hoje, acho que eu teria menos. Né? Não desfazendo quem tem, entendeu? Mas é um contexto que eu pensaria duas vezes em fazer porque é muita... é... a dificuldade, a dificuldade de você manter uma família, uma estrutura familiar, né? É muito grande, né? O desgaste é enorme, a preocupação, a preocupação da alimentação, é a preocupação alimentar, é a preocupação da saúde, entendeu? É a preocupação de ver o seu filho bem, a preocupação de não faltar nada na tua casa, quando eu falo nada, eu englobo também o carinho, entendeu?” (SAFIRA, 53 ANOS, 5 FILHOS, OCUPADA).

“O que eu acho? Acho que podia, minha vida podia ser diferente, né? Mas foi assim. Assim podia... não sei, podia ser diferente mas... Não sei explicar isso... Mas eu achava assim, que... se eu tivesse, assim dinheiro e tal eu podia ter dado uma vida melhor pros meus filhos. Eu fiz o que eu pude, pelo menos eu não abandonei, não larguei, né? E hoje. Até hoje. Igual agora... Não! Não é fácil. Assim, não é fácil pra ninguém, né? Criar os filhos sozinha, né? Não é fácil, mas... você vive com isso, né?” (ÔNIX, 33 ANOS, 7 FILHOS E GRÁVIDA DE 6 MESES, AUTÔNOMA)⁸⁶.

A realidade da mãe sozinha também pode aparecer como uma “luta constante”. O fato de uma mulher sozinha e pobre ser responsável pela casa e filhos torna-se uma luta diária pela sobrevivência de todos os que estão sob os seus cuidados. Um conjunto de fatores (ser uma mulher que vive sozinha, ter filhos, ter contas para pagar, não incomodar ninguém, não fazer besteira na vida, entre outros) dificulta a vida dessas mulheres que buscam viver com dignidade.

“Ah! É uma dificuldade, muito grande. Uma luta constante. Uma mulher que vive sozinha, pra custear uma casa, né? Pagar o aluguel com dignidade, sem tá incomodando ninguém, sem tá incomodando família, sem... é, precisar de

⁸⁶ Após desligar o gravador, e com os 3 filhos pequenos mais afastados e distraídos, Ônix acabou compartilhando que é muito difícil cuidar sozinha de 6 filhos e que se ela pudesse, teria feito tudo diferente. Diferente não de ter seus filhos, mas de ter estudado e trabalhado mais antes de tê-los. Repetiu e enfatizou que “eles são tudo” para ela e não se arrependeu de tê-los feito, não teria feito o que sua mãe fez de dá-la a sua tia quando tinha apenas 1 ano de idade por causa da situação de pobreza em que vivia, mas teria estudado e trabalhado mais antes de tê-los para poder oferecer-lhes uma vida melhor. E, repetiu novamente porque “eles são tudo para mim”. Ônix, até hoje, não reviu seus pais e demonstrou tristeza profunda pelo que eles fizeram com ela, por isso, mesmo tendo gerado um filho aos 13 anos, agiria diferente de seus pais. Não queria que seus filhos passassem pelo que ela passou: de ser “abandonada pelos pais e ser criada por outra pessoa”. Ônix vivenciou uma das mais conhecidas redes sociais na realidade brasileira, a “circulação de crianças” (cf. FONSECA, 2002), que é a forma em que crianças circulam entre um ou mais adultos como forma de sobrevivência. Mas, no seu caso, seus pais moravam na Bahia e ela veio morar com sua tia em Campos Elíseos/Duque de Caxias que fica no Rio de Janeiro. A não repetição de sua história de vida fica clara em sua fala, assim como as dificuldades que enfrenta pelo fato de viver a realidade de ser mãe sozinha.

ninguém, é muito difícil. É muito complicado, tem que ter muito caráter, tem que ter personalidade, e assim, né? Tem que lutar bastante pra não deixar a peteca cair e pra não ter que fazer uma besteira, que tem muita gente que faz, né? Que eu sei que... diz que não da e acaba fazendo coisa errada, né? Gente que sai... eu procuro viver com dignidade dentro da minha casa, né?” (JADE, 44 ANOS, 2 FILHOS, EMPREGADA).

A dificuldade de uma mãe sozinha pode estar relacionada por ser “solteira” e viver “sozinha”. Ter que se virar por duas pessoas pode ser muito difícil, diferente de quando se vive “a dois”. No relato abaixo de Turquesa, vemos que a dificuldade se encontra por ela estar sozinha e se estivesse acompanhada, provavelmente, essa situação poderia apresentar outro cenário, uma vez que “a dois, sabe como... fazer, né?”. A visão de que a presença de um homem dentro de casa reduz a situação de vulnerabilidade está presente na fala de Turquesa.

“É muito difícil. Muito difícil mermo. Você tem que se virar em duas pessoas ao mesmo tempo. Ah! Hoje é muito difícil pra uma mãe, uma senhora solteira sozinha. Que a dois assim, sabe como... fazer, né?” (TURQUESA, 43 ANOS, 3 FILHOS, AUTÔNOMA)

Enfim, a realidade das mães sozinhas é marcada por uma trajetória de vida cheia de particularidades e sentimentos e experiências contraditórias que dão significados para suas vidas. A maternidade continua sendo um sentimento sublime e cheio de dádivas que só elas, enquanto mulheres, podem experimentar. Mas, essa experiência é marcada por uma relação cheia de contradições que vão desde sentimentos de amor, prazer, gratificação, heroísmo até o entendimento da realidade de serem mães sozinhas como uma obrigação, sacrifício, uma luta constante e dificuldade presentes em seu cotidiano.

5.2.1.5 Inserção no mercado de trabalho

Associado ao fato de serem mães sozinhas, outro indicador de grande valor para conhecermos a situação econômica das famílias analisadas e as possibilidades que lhe são ofertadas a partir da renda que elas têm acesso, é o da *inserção no mercado de trabalho*. Ela impacta diretamente o bem estar e o sistema de proteção social de uma família, por isso analisá-lo é importante para a presente tese. Assim, organizamos esse eixo da seguinte forma: falaremos do tipo de inserção no mercado de trabalho das entrevistadas, quais as ocupações em que estão inseridas e os fatores que levam a escolha do trabalho doméstico.

Conforme dados do IBGE 2000, a inserção das mulheres no mercado de trabalho está ocorrendo de forma constante e gradativa. Muitas mulheres passaram a fazer parte da População Economicamente Ativa, especialmente, após a década de 1990. Porém, essa inserção de grande parte das mulheres tem se dado, principalmente, nos setores precarizados e informais. Ou seja, o setor que contrata, sobretudo, essas mulheres é o de serviços domésticos, setor este em que as condições de trabalho são marcadas pelos baixos salários, jornada de trabalho extensa, péssimas condições laborais, perda dos direitos legais, etc. Uma grande marca para quem está inserido no setor de serviços é o baixo salário que se recebe. A partir da pesquisa, construímos as tabelas abaixo sobre o tipo de inserção no mercado de trabalho e os tipos de ocupações que são realizadas por essas mulheres.

Forma de inserção no mercado de trabalho

Forma de inserção no mercado de trabalho	Campos Elíseos	Sampaio
Empregadas ⁸⁷ com carteira assinada	2	4
Empregadas sem carteira assinada	1	1
Autônomas	3	-
Desempregadas	4	5

Dentro deste quadro, conferimos que na comunidade de Campos Elíseos, das 10 mulheres entrevistadas 2 estavam empregadas com carteira de trabalho; 1 estava empregada sem carteira de trabalho; 3 eram autônomas e 4 estavam desempregadas. Já na região do Sampaio, 4 estavam empregadas com carteira assinada; apenas 1 fazia bico e 5 encontravam-se desempregadas. Ou seja, boa parte dessas mulheres apresenta algum tipo de trabalho, mas a grande maioria não possui vínculos formais de trabalho, logo estão na sua maioria inseridas nos setores precarizados. E, isso se dá por causa do tipo de trabalho do qual participam todas, sem exceção, e estão inseridas majoritariamente no setor de serviços, conforme quadro abaixo.

⁸⁷ Conforme o IBGE (2000), empregadas são aquelas pessoas que trabalham para um ou mais empregadores, cumprindo uma jornada de trabalho e que recebem uma remuneração. Eles podem ser classificados segundo a existência o não de carteira assinada.

Tipo de ocupação

Ocupação	Campos Elíseos	Sampaio
Auxiliar de serviços gerais	2	2
Agente de desenvolvimento local	1	-
Auxiliar de produção	-	1
Operadora de caixa	-	1
Autônomas:		
Diarista	1	-
Lava roupa em casa	1	-
Catadora de lixo	1	-
Babá	-	1
Não trabalham fora de casa	4	5

Dessa forma, é importante salientar que as mulheres – principalmente pobres e negras – estão majoritariamente inseridas no setor de serviços, demonstrando que as trabalhadoras continuam sendo alvos de segregação ocupacional nas atividades produtivas que raramente conseguem romper com esse ciclo que as impedem de exercer melhores posições e cargos. Historicamente, tanto nas sociedades antigas como nas modernas, a segregação ocupacional aponta para a organização da divisão social e técnica a partir da questão de gênero que condiciona a participação das mulheres em determinados setores ou ocupações que são considerados tipicamente como femininos. Profissões essas marcadas por valores socialmente estabelecidos em nossa sociedade. Mesmo diante de tantas transformações em nossa sociedade, as mulheres entrevistadas são as principais responsáveis pelo cuidado dos filhos, em especial, dos filhos pequenos – e trabalhos domésticos.

Quanto a isso Bruschini *et all* (2011, p. 144) expõe que mesmo diante dos avanços obtidos a partir da inserção das mulheres na PEA, “permanece a responsabilidade pelas atividades dentro de casa e pelos cuidados com os filhos e demais parentes, mostrando uma continuidade de modelos familiares tradicionais, o que provoca uma sobrecarga para as novas trabalhadoras, sobretudo para as mães de crianças pequenas”. Vemos que o cotidiano de gênero responsabiliza essas mulheres pelo cuidado por seus filhos, como também pela casa. Como exemplo disso, podemos citar o serviço doméstico que faz parte da vida das mulheres entrevistadas e se tornou uma das melhores e possíveis alternativas de trabalho, há muitos anos. Para Melo e Sabbato (2011, p. 179):

Os serviços domésticos, remunerados ou não, continuam sendo uma das formas de trabalho que mulheres, em sua maioria, vêm exercendo há vários séculos... Essa atividade nunca desapareceu, nem mesmo após o advento da

sociedade industrial. Em pleno século XXI, as trabalhadoras domésticas continuam presentes no mercado de trabalho local e nacional. No Brasil, com suas imensas desigualdades sociais, o trabalho doméstico permanece há décadas como uma das principais ocupações das mulheres brasileiras.

Enfim, à medida que as mulheres aumentam sua participação no mercado de trabalho, suas ocupações continuam sendo tradicionalmente femininas, principalmente nos setores da reprodução social. É importante apontar que o setor de trabalho apresenta-se como possível alternativa para essas mulheres, especialmente por causa de suas reais condições para o trabalho. Nesse sentido, alguns fatores puderam ser observados na fala das entrevistadas que justificaram o não trabalhar ou até a escolha pelo trabalho doméstico, a saber: o trabalho doméstico permite uma maior flexibilidade de carga horária para essas mulheres, a baixa escolaridade dessas mulheres e desqualificação profissional limita o horizonte de possibilidades profissionais, a distância de locais que ofertam as melhores oportunidades de trabalho e a necessidade de uma renda lhes condiciona a aceitar qualquer tipo de trabalho. Vejamos algumas falas:

“Aí sempre, por isso que eu sempre preferi fazer faxina que aí faxina não era todo dia e eu tinha tempo de ficar com eles” (ÔNIX, 33 ANOS, 7 FILHOS E GRÁVIDA DE 6 MESES, AUTÔNOMA).

“assim, geralmente quando as meninas ligam pra mim pra poder fazer a faxina, elas sempre tá no horário da escola. Deixo na escola e vou fazer, mas quando elas não tão na escola eu peço a minha irmã que mora aqui pra olhar” (AMETISTA, 35 ANOS, 2 FILHOS, AUTÔNOMA).

Em primeiro lugar, muitas entrevistas relataram que preferem o trabalho doméstico por causa da *maior flexibilidade* que é proporcionado para a vida delas, pois com ele podem conciliar trabalho extradoméstico, cuidando de seus filhos e dos afazeres de sua casa. O fato de se ter maior autonomia levou mulheres como Jade, Amazonita, Turquesa, Ônix, Ametista, Cianita, Granada, Cristal a escolherem o trabalho doméstico. Assim elas puderam optar por uma jornada de trabalho menor, mais flexível e, também, acompanhar e se dedicar à maternidade, priorizando o seu papel de mãe e cuidando do desenvolvimento de filhos e de sua casa. Uma primeira dificuldade apontada pelas entrevistadas foi o fato de terem sozinhas de cuidar de suas casas, filhos e, ainda, saírem de casa para gerar renda. As múltiplas atribuições que fazem parte de seu cotidiano acabam condicionando e limitando suas vidas e escolhas no espaço em que vivem.

“Estudar, uma coisa que eu não fiz. Eu estudei, mas brinquei muito, hoje em dia to sofrendo as consequências” (ÁGATA, 23 ANOS, 1 FILHO, EMPREGADA).

“No caso assim, eu nunca me capacitei pra ganhar mais, né?” (JADE, 44 ANOS, 2 FILHOS, EMPREGADA).

Em segundo lugar, a *baixa escolaridade acaba definindo o setor de serviço como uma das opções presumíveis em suas vidas*. As entrevistadas apontaram que a baixa escolaridade é um dos fatores que as condicionam aos setores mais desqualificados e precários de trabalho, ocasionando também os salários baixos. Como apresentamos anteriormente, as mulheres entrevistadas possuem uma baixa escolaridade e isso acaba por ter relação direta com a pobreza, pois a educação tem sido amplamente reconhecida e enfatizada como fator de desenvolvimento humano e de mobilidade social.

“Por aqui, por aqui mesmo. Lá em baixo ainda não consegui, vou até voltei a ligar pras patroas lá de baixo, mas se aparecer aí eu pego. E pra mim arrumar um emprego pra chegar de noite e largar ela muito com a minha mãe não dá, minha mãe também tem problema de saúde. Já olha os dois netos pequenos, né? Os netos da minha outra irmã, ela deixa com ela também. E eu, faço de tudo mas tenho que contar mais é comigo mesmo, comigo e com Deus” (CIANITA, 40 ANOS, 1 FILHA, AUTÔNOMA).

Em terceiro lugar, as melhores oportunidades de trabalho e salário, mesmo no setor de serviços, ocorrem em regiões mais longe para as moradoras de Campos Elísios. Com isso, a distância reduz o tempo dessas mulheres em suas próprias casas e para o cuidado com seus filhos. Além disso, normalmente, tem-se preferência para que se durma nos locais de trabalho. Como boa parte das entrevistadas são mães e cuidam sozinhas de seus filhos essa opção fica mais limitada. Acabam recusando já que não terão com quem deixar seus filhos. E, desse tipo de atribuição não abrem mão, por isso preferem empregos que paguem menos, mas que possam ficar mais tempo em casa com seus filhos. Notamos, dessa forma, que o fato de ter filhos, especialmente menores de 16 anos, dificulta o trabalho fora de casa já que a rede primária dessas mulheres está reduzida e a rede secundária não fornece os equipamentos sociais que deveriam. E, isso advém da grande dificuldade encontrada pelas mulheres em conciliar vida economicamente ativa com a reprodutiva, ou seja, sua vida profissional com a familiar, principalmente por serem, em sua maioria, as principais, quando não únicas, responsáveis pelo cuidado dos filhos pequenos.

“É difícil, porque eu não to acostumada a ter filho, né? Ela é a minha primeira filha, né? Então depois que a minha filha chegou eu to aprendendo muita coisa com ela. Coisa que eu nunca fiz eu to aprendendo fazer, né? Assim, trabalhar por um preço que eu não queria ta trabalhando. É ruim se fosse outros tempo eu ia ta trabalhando pra ganhar vinte reais numa faxina nada. Trabalhava não. Faxina hoje é cem, noventa, mas to precisando. É aquela coisa, pra eu levar ela no emprego é difícil” (CIANITA, 40 ANOS, 1 FILHA, AUTÔNOMA).

Por fim, a necessidade de uma renda lhes condiciona a aceitar qualquer tipo de trabalho. O caso da Cianita descreve a adaptação que teve que fazer em sua vida a partir da chegada de sua filha. Sempre trabalhou em sua vida, mas por ter que educar uma criança acabou por aceitar qualquer tipo de trabalho e, normalmente, por qualquer preço, mesmo que discorde disso. Mas, o ter que gerar uma renda para sustentar a sua casa a faz aceitar qualquer coisa que oferecem e pagam para ela. Por outro lado, revela a dificuldade que encontra em poder levar sua filha para o seu trabalho. Segundo sua fala, é muito difícil os padrões permitirem que se leve um filho pequeno ao trabalho, ainda mais na idade de sua filha, 7 anos.

Assim sendo, vemos que o tipo de inserção no mercado de trabalho por parte das entrevistadas se dá em setores extremamente precarizados, em ocupações desvalorizadas e que surgem como opções possíveis para suas vidas. Diversas questões de seu cotidiano de monoparentalidade e gênero revelam a dificuldade encontrada em conciliar vida economicamente ativa com a reprodutiva, ou seja, sua vida profissional com a familiar. A necessidade constante de articular esses papéis limita a disponibilidade das mulheres para o trabalho que depende de uma complexa combinação de características pessoais e familiares, como a presença de filhos e o cuidado com a casa. Mesmo diante de tantas transformações em nossa sociedade, as mulheres entrevistadas são as principais responsáveis pelo cuidado dos filhos – em especial, dos filhos pequenos – e trabalhos domésticos. Quanto a isso Bruschini *et al* (2011, p. 144) expõe que mesmo diante dos avanços obtidos a partir da inserção das mulheres na PEA, “permanece a responsabilidade pelas atividades dentro de casa e pelos cuidados com os filhos e demais parentes, mostrando uma continuidade de modelos familiares tradicionais que provoca uma sobrecarga para as novas trabalhadoras, sobretudo para as mães de crianças pequenas”. Vemos que o cotidiano de gênero responsabiliza essas mulheres pelo cuidado por seus filhos, como também pela casa.

5.2.1.6 O acesso à renda

O *acesso à renda* é outro indicador importante para ponderarmos a situação de vulnerabilidade social das entrevistadas. É a partir dela que podemos observar se as famílias estão conseguindo acessar alguns tipos de serviços básicos (alimentação, saúde, educação, habitação entre outros) que são importantes para o bem estar social. Desse modo, procuramos apreciar o rendimento médio das famílias entrevistadas, a renda per capita familiar e os principais gastos familiares. A partir da pesquisa, nos deparamos com o seguinte cenário:

**Renda média familiar das entrevistadas
(em números absolutos)**

Renda Média	Campos Elíseos	Sampaio
Até ½ salário mínimo	3	1
Mais de ½ salário até 1 salário mínimo	4	2
De 1 salário mínimo à 1 ½ salário	2	3
De 1 ½ salário mínimo até 2 salários	-	3
De 2 salários mínimos a 3 salários	-	-
Acima de 3 salários mínimos	1	-
Não tem renda	-	1

Com base nessa tabela, notamos que o rendimento médio mensal das famílias entrevistadas em ambas as comunidades é relativamente baixo, R\$ 660,10, sendo o das famílias em Campos Elíseos R\$ 738,40 e o das famílias do Sampaio, ainda inferior, de R\$ 581,80. Essa média é muito baixa em relação à média do rendimento médio nacional, que chegou a R\$ 2.222,00 em 2010. Conforme o IBGE, “o rendimento nominal médio mensal dos domicílios particulares permanentes, com rendimento domiciliar, foi de R\$ 2.222,00 e alcançou R\$ 2.407,00, na área urbana, e ficou em R\$ 1 051,00, na área rural. Esse rendimento da área rural representou 43,7% daquele da área urbana” (CENSO DEMOGRÁFICO, 2010, p. 95). A média geral das entrevistadas chega a ser inferior ao rendimento médio das famílias que moram nas zonas rurais do Nordeste que é de R\$ 712,00. Essa região esta caracterizada pela maior incidência de pobreza entre as famílias do país. Dividindo as famílias por comunidade, vemos que as famílias de Campos Elíseos acabam tendo uma renda mais aproximada com a das famílias do Nordeste e as famílias do Sampaio nem chegam perto dessa média, ao contrário a renda é bem inferior a essa região. E, essa baixa renda se agrava quando consideramos a renda dividida pelo número de membros de uma família, a renda *per capita* familiar.

Renda *per capita* familiar

Renda <i>per capita</i> familiar ⁸⁸	Campos Elíseos	Sampaio
Até R\$ 67,00	2	2
Maior ou igual a R\$ 67,00 e menor que R\$ 134,00	4	5
Maior que R\$ 134,00 e menor que R\$ 465,00	4	3
Maior ou igual a R\$ 465,00 per capita	-	-
Não tem renda	-	-

Como observamos, há pouca variação da renda familiar *per capita* entre as famílias monoparentais das distintas comunidades. Uma vez que nas duas comunidades, 4 famílias possuíam uma renda *per capita* menor que R\$ 67,00, 9 famílias⁸⁹ tinham uma renda entre R\$ 67,00 e R\$ 134,00 e 7 uma renda que variava entre R\$ 134,00 e 465,00. Não houve casos de pessoas sem renda ou que tivessem uma renda superior a R\$ 465,00. A partir desses dados, notamos que as famílias que participaram deste estudo de caso apresentam uma renda *per capita* familiar muito baixa, encontrando-se um número de 13 famílias entre extremamente pobres e pobres e 7 entre famílias vulneráveis. Prontamente, podemos afirmar que são famílias que se encontram em situação de vulnerabilidade social, tendo como eixo a renda e que estão propensas a passarem por situações de privação ou perda de bem estar social diante dos riscos iminentes em que vivem e do acesso a precários mecanismos de proteção social, que falaremos mais a frente. Conforme Souza (2011, p. 4):

A renda é um importante indicador da condição das famílias, pois ela vai determinar não só o seu acesso aos bens materiais como também a recursos básicos, como saúde e educação, posto que o país não possui políticas permanentes e universais que garantam o acesso gratuito e efetivo da população a saúde, educação e outros serviços de qualidade. Com a mercantilização do acesso, uma grande parte dos pobres fica excluída, restando a esses apenas os serviços básicos, e quando necessitam de serviços mais específicos ficam precisam enfrentar longos períodos de espera.

Ou seja, estamos falando de famílias que possuem um rendimento muito baixo e que isso afeta diretamente o acesso a alguns serviços ofertados pelo mercado em diversas áreas

⁸⁸ A partir do estudo de Osório *et all* (2011), consideramos o seguinte:

- Famílias extremamente pobres: famílias cuja renda *per capita* é de até R\$ 67,00.
- Famílias pobres: renda maior ou igual a R\$ 67,00 e menor que R\$ 134,00.
- Famílias vulneráveis: famílias com renda maior que R\$ 134,00 e menor que R\$ 465,00.
- Famílias não pobres: famílias com renda maior ou igual a R\$ 465,00 per capita.

⁸⁹ É importante registrar que entre essas 9 famílias com renda entre R\$ 67,00 e R\$ 134,00, 4 famílias tinham uma renda muito próximo do valor mínimo, de R\$ 67,00, mais próxima da extrema pobreza. Em Campos Elíseos, uma família tinha uma renda *per capita* de R\$ 70,00, a segunda de R\$ 72,85 e uma terceira de R\$ 83,00. No Sampaio, uma família recebia uma renda *per capita* de R\$ 94,00.

como na saúde (atendimento médico, compra de medicamentos), educação (compra de uniforme, livros, lápis), alimentação, habitação entre outros serviços que sejam de qualidade. E, assim, acabam tendo de acessar, em grande parte, os serviços que são ofertados (ou deveriam ser) por parte do Estado. Associada à questão da renda per capita é importante identificarmos qual a origem dessa renda. Para isso, vejamos o seguinte quadro:

**Fontes de renda familiar das entrevistadas
(em números absolutos)**

Fonte da Renda	Campos Elíseos	Sampaio
Mercado de trabalho formal	2	4
Mercado de trabalho informal	1	-
Bolsa Família apenas	1	1
Bolsa família + outros ⁹⁰	6	4
Outros	-	1
Não tem renda	-	-

É notória a diferença das fontes de renda entre as duas comunidades. Em Campos Elíseos, 7 famílias em 10 tem sua renda principal⁹¹ oriunda de programas de transferência de renda como o Bolsa Família, enquanto apenas 3 mulheres detinham seu rendimento do mercado de trabalho. Das famílias que recebem o Bolsa Família, 5 fazem a associação do Bolsa Família com outras rendas. Já no caso das mulheres que trabalhavam no mercado de trabalho, 2 no mercado formal e 1 no mercado informal. Na comunidade do Sampaio, 4 mulheres estavam inseridas no mercado de trabalho formal e 5 recebiam o Bolsa Família, 1 mulher entrevistada não identificou de onde provém a sua fonte de renda. Das entrevistadas que recebiam o Bolsa Família, 1 depende apenas dele e as demais (4) trabalham com faxinas esporádicas. Alguns apontamentos podem ser feitos quanto a esses dados: de um lado, a maior inserção das mulheres em mercado de trabalho formal na comunidade do Sampaio pode ser atribuída à proximidade da região do Centro do Rio de Janeiro, o que lhes oferece melhores oportunidades de trabalho, além disso, a passagem é mais barata e o tempo gasto com transporte é menor. Ou seja, mesmo tendo a grande maioria questionado a sua comunidade, da qual se pudesse mudaria de onde mora, disse que um ponto positivo é estar numa região que é perto de tudo. Opostamente, a distância do Centro do Rio de Janeiro e o preço das passagens foram muito questionados pelas mulheres de Campos Elíseos. De outro

⁹⁰ Outros: autônoma, pensão alimentícia, aposentadoria, bicos, entre outros.

⁹¹ Por renda principal, entenda-se a renda cujo valor fixo se recebe todo mês. Essa renda é considerada pela grande maioria das famílias como uma renda que é certa, logo, torna-se a principal renda.

lado, das 12 mulheres cuja principal renda é o Bolsa Família, 10 fazem atividades complementares geradoras de renda para poderem se manter e a sua família. Isso aponta que apesar do Bolsa Família ser a renda principal, ela não é suficiente para dar conta das despesas básicas e garantir o sustento dessas famílias, por isso necessitam arrumar algum tipo de trabalho (“um bico”) para aumentar o valor da renda que recebem. Apenas 2 entrevistadas, relataram que vivem do que recebem do Bolsa Família. Como essas entrevistas foram feitas na casa dessas mulheres, vimos que vivem em condições extremamente difíceis.

Além desses elementos, buscamos saber quais eram os principais gastos dessas famílias e o que era feito quando a renda não era suficiente para todos os gastos. Em Campos Elísios, os principais gastos apontados foram: alimentação (citado por 9 entrevistadas), gás (6), luz (5), remédio (2), transporte e aluguel e telefone (1). Na comunidade do Sampaio, vimos que os principais gastos são: alimentação (9) e apenas 1 afirmou que seu maior gasto é com gás, internet e água (Lembrando que esta mora na casa de sua mãe e as despesas são compartilhadas). Desse modo, conferimos que os principais gastos dessas famílias são com alimentação, boa parte da renda é destinada para esse fim.

Associado a isso, todas afirmaram que a renda de sua família não era suficiente para todos os gastos que se tem e, para isso, as estratégias e respostas encontradas são variadas: pode deixar para pagar as contas no próximo mês, economiza bastante, faz artesanato para complementar a renda, conta com a renda de outros membros da família (filhos, netos, sobrinhos), recorrem às suas mães como auxílio em suas despesas e pedem dinheiro emprestado.

Conforme Coralina, 37 anos e mãe de 8 filhos, sendo 5 menores de 12 anos e entre eles um bebê de 8 meses, disse que a renda de sua família não é suficiente para todas as despesas da casa. Por estar desempregada e viver do Bolsa Família e pensão de duas filhas, relatou que acaba “deixando para o outro mês” o pagamento de alguma conta ou compra de alguma coisa quando não tem mais jeito. Pedir para os outros não faz de forma alguma, mesmo tendo filhos pequenos, prefere passar por necessidade com eles a pedir aos outros.

“Tem que comprar mais alguma coisa... aí ou deixa pro outro mês, né? Coisa simples mesmo porque coisa grande não dá. Assim um móvel, uma cama, um negócio assim não dá não. Tem que deixar pro outro mês” (CORALINA, 37 ANOS, MÃE DE 8 FILHOS, DESEMPREGADA).

Jade trabalha como auxiliar de serviços gerais no centro do Rio de Janeiro e também não consegue pagar todas as suas contas. Como sua filha mais velha mora com sua ex-sogra e

seu filho mais novo tem 16 anos e ainda não trabalha, a renda de seu trabalho é a única dentro de casa. Ela valoriza o estudo de seu filho e acredita que esta será a única forma dele conseguir algo melhor para sua vida, por isso não o estimula ao trabalho. Como estratégia, procura “economizar bastante”. Quando recebe, paga as principais contas e o que sobra vai controlando até chegar o final do mês e o recebimento de seu outro salário.

“Ah! Olha, eu vou te dizer, eu economizo bastante. Economizo mesmo” (JADE, 44 ANOS, 2 FILHOS, EMPREGADA).

Amazonita, que é empregada e recebe o Bolsa Família para sua única filha, disse que sua renda também não é suficiente para arcar com todas as suas despesas. Por isso disse que complementa sua renda com a “confecção de artesanatos e os vende”. Precisa gerar uma renda extra para que possa se manter e a filha. Diferente dos demais casos, Amazonita foi a única mãe que tem condições de manter sua filha na rede privada de ensino e disse que não pretende tirá-la de lá. Assim, seus gastos com o ensino da filha acabam sendo altos.

“Não, não dá não. Eu complemento com o Bolsa Família. Se tiver que pagar uma luz, um gás. Ah! Eu faço meu artesanato e vendo” (AMAZONITA, 31 ANOS, MÃE DE 1 FILHA, EMPREGADA).

Safira e Iolita, em situação não diferente, contam com o “salário de todos os seus filhos e/ou sobrinhos” para dar conta da manutenção da casa e do sustento de seus filhos e todos, por sua vez, devem contribuir com as despesas de casa já que ainda residem com elas. Segundo as entrevistadas, como ninguém saiu de casa, “inclusive” as filhas que engravidaram, todos contribuem com o seu salário e atividades dentro de casa. Ambas chegaram a colocar que, talvez, se tivessem tido menos filhos conseguiriam dar conta do sustento da casa e de seus filhos sozinhas.

“Hoje o meu salário é... não é suficiente pra sustentar uma família que se fosse pequena, seria, né? Porque meus filhos custia muita coisa também dentro de casa, entendeu? Cada um da uma parte pra você ajudar na casa... Porque eles tiram pra eles, né? Pras necessidades deles, e põe na necessidade da casa” (SAFIRA, 53 ANOS, 5 FILHOS, OCUPADA).

“Não, dá não. Não dá. Não dá porquê quatro, praticamente quatro adolescentes, né? Como é que quer? Um de dezoito nem quer esquentar a comida, a menina não ta vindo mais atrás. Aí entre comida, roupa... Pô! Tem que comprar a higiene da menina, essas coisas então... 580,00 com desconto, cento e poucos de descontos vai pra quatrocentos e pouco, né?”

A gente empurra outro, a menina. É agora ela ta guardando dinheiro pra poder fazer faculdade, aí o que ela faz? Ela tira do banco pra ela... alimentação né? Alimentação, aí da pra fazer compra. Se não fosse isso também” (IOLITA, 40 ANOS, 4 FILHOS, EMPREGADA).

Ágata e Barita moram nas casas de suas mães e afirmaram que o dinheiro recebido não é suficiente para o sustento de sua família, por isso, “o apoio que recebem de suas mães” é fundamental no seu dia a dia. Nesses dois casos é inegável o papel que suas mães apresentam para as mulheres entrevistadas. As responsabilidades são compartilhadas, indo desde o suporte financeiro ao cuidado e educação das crianças da casa. Como falamos antes, essas “avós” acabam sendo eixo fundamental diante das mudanças dos laços familiares e da situação de vulnerabilidade em que suas filhas, que agora são mães, se encontram.

“Não! Seus e da sua família? Quando o dinheiro não dá, tem que se virar. Mas é muito difícil assim, eu sei dividir bem minhas tarefas, o que tem que fazer, o que não tem que fazer, entendeu? Minha mãe com os bicos dela já, já alivia algumas partes. Porque dá, não dá, mas a gente se vira como pode, né? E ela faz o bicos dela” (ÁGATA, 23 ANOS, 1 FILHO, EMPREGADA).

“Não! Minha mãe que me ajuda” (BARITA, 29 ANOS, 7 FILHOS, EMPREGADA).

Por fim, outra alternativa apresentada foi a de “pedir dinheiro emprestado” para algum morador na região, como é o caso de Cristal. Ela é mãe de 5 filhos e está empregada, mas sua renda é a única dentro de sua casa. Como sempre ajuda as pessoas e tem uma boa relação na comunidade em que mora, ela tem “crédito”. Prefere pedir dinheiro emprestado em caso de alguma dificuldade. Porém, os empréstimos que adquire são controlados, desde que possa pagá-los.

“Não! Eu peço emprestado. Tem alguns moradores que eu tenho crédito, né? Aí eu vou pego emprestado... mas geralmente eu procuro sempre manter assim, não fazer tanta dívida pra pode não me apertar, porque eu só faço dívida até onde eu posso alcançar. Aí é assim, e eu controlo tudo direitinho, mas sempre falta alguma coisa” (CRISTAL, 45 ANOS, 5 FILHOS, EMPREGADA).

Diante do observado, vemos que a renda mensal das famílias entrevistadas é muito baixa e a maior parte delas (13 famílias) encontra-se entre famílias extremamente pobres e pobres, e as demais (7 delas) vivenciam um quadro de vulnerabilidade social, logo, dependendo de fatores de risco, podem ficar entre as famílias pobres e extremamente pobres.

Além desses dados, a principal renda das entrevistadas vem do Bolsa Família, em 12 casos, e um número menor vem da inserção no mercado de trabalho, em 7 delas. Nos casos citados, vemos que o Bolsa Família consegue atingir a quem de fato está em situação de vulnerabilidade social e se torna uma renda fundamental na vida dessas famílias. Mas, isso não é suficiente para manutenção desses lares, o que leva muitas famílias a procurarem atividades extras (faxinas, passar roupa, confeccionar artesanatos) para complementar a renda que recebem. Além disso, todas as famílias disseram que o principal gasto em casa é com alimentação e que a renda que possuem não é suficiente para todas as despesas de sua casa, o que as levam a construir estratégias em suas redes sociais privadas como forma de sobrevivência e garantia do bem estar e proteção social de seus membros.

5.2.1.7 As estratégias para conciliar trabalho – cuidado dos filhos – e afazeres domésticos

A situação de vulnerabilidade social também está relacionada com a constante obrigação de conciliar o trabalho, cuidado dos filhos e afazeres domésticos. Por isso, acabam acessando uma complexa combinação de mecanismos públicos e privados, características pessoais, familiares e de sua rede de relações para dar conta de uma gama de atribuições. Nesse sentido, algumas estratégias são

elaboradas no cotidiano dessas mulheres e são primordiais para que consigam conciliar a esfera da produção com a da reprodução social. Desse modo, as estratégias circulam em torno do que lhes é possível, fazendo parte de seu cotidiano e de suas redes sociais, tanto públicas quanto privadas. Pudemos comprovar isso a partir de algumas dificuldades presentes na vida de algumas entrevistadas:

Ametista relatou que trabalhava com carteira assinada, mas resolveu sair do trabalho para conseguir educar e cuidar de seu primeiro filho quando nasceu. Houve um período em que chegou a deixar seu filho em creche durante 1 ano e meio, mas o retirou quando começou a ter vários problemas de saúde. No momento da entrevista, Ametista estava trabalhando em casa como babá: “Trabalho em casa mesmo. Tipo, o tempo que eu cuido do bebê, é só ele. É ele e tipo o almoço, o resto que eu tenho de fazer, eu faço só quando ele não tá”. Resolveu trabalhar como babá para poder, desse modo, cuidar de seus dois filhos, porque a menor tem apenas 2 anos de idade e, segundo a entrevistada, precisa ainda muito dela. Entretanto, tem planos de voltar a trabalhar quando a sua filha menor estiver um pouco maior e, apesar das críticas feitas por sua própria família, irá colocá-la em uma creche pública.

“Eu já trabalhei, eu sei porque... por eles. Eu trabalhei durante oito anos direto. Aí eu tive um intervalo de dois anos foi quando eu tive ele, aí eu trabalhei quatro anos... eu, eu via que ele ficava doente, eu via que ele me chamava. Tinha dia que a minha mãe ligava pro meu trabalho e falava “G. não ta bem, G. não ta bem”, e aquilo foi, eu fui suportando até... eu fui adoecendo, aí pedi as contas pra cuidar dele. Aí acontecia tudo, era chorar, dor na barriga, chorava com uma dor de ouvido. Mas não era nada, às vezes ele só me queria ali do lado dele, entendeu? Mas isso foram quatro anos, aí eu falei, “não, vou cuidar um pouco dele”. Aí... mas eu penso em voltar a trabalhar” (AMETISTA, 35 ANOS, 2 FILHOS, AUTÔNOMA).

Coralina começou a trabalhar desde que era adolescente, mas começou a sentir dificuldades a partir do nascimento de seus filhos. Mesmo assim, conseguiu trabalhar até o nascimento de suas três filhas. Aos 37 anos e com 8 filhos, sendo 5 menores de 16 anos de idade (12 anos, 8 anos, 6 anos, 2 anos e um de 8 meses), não conseguiu trabalhar mais fora de casa. Assim, preferiu deixar de trabalhar e cuidar de seus filhos. Para sustento de seus filhos, depende do Bolsa Família, pensão de alguns filhos que conseguiu na justiça e do dinheiro que uma das filhas mais velha recebe por trabalhar em casa de família. Além do tempo que dedica aos filhos, seu cotidiano é marcado por muito trabalho dentro de sua casa, pois ela quem arruma e varre diariamente sua casa (principalmente, porque sua casa é de concreto batido e acumula muita poeira), lava a louça, cozinha, entre outras coisas. Fora isso, ainda é responsável por levar os filhos na escola e ao médico, em caso de algum problema de saúde. Vemos que muitas são as atribuições de Coralina o que a justifica o fato de não trabalhar fora de sua casa.

“Não! No momento não. Trabalhava. Enquanto tinha ela, né? Que era menorzinha que cuidava das outras duas quanto eu tinha três. Trabalhei ainda bastante. É... Depois não. Aí fiz uns biscates, trabalhei fazendo faxina, aí depois de uns tempos pra cá, não. Ah! É uma correria danada, né? Porque tem os estudos, né? Em casa... Ah! Fora. Aí, né? Só se tivesse uma creche. Que aí eu deixava mais tranquila” (CORALINA, 37 ANOS, MÃE DE 8 FILHOS, DESEMPREGADA).

Ônix, por sua vez, apontou que mesmo trabalhando fora de casa, com carteira assinada numa firma, preferiu sair porque o salário que recebia – que era baixo – não era suficiente para que ela conseguisse pagar alguém para ficar com seus filhos pequenos: “ninguém quer cobrar barato”. As despesas com alguém para arrumar a casa delas ou cuidar de seus filhos acabam saindo muito caro e elas não podem arcar com elas. Esse fato se dá de modo diferenciado entre mulheres de classe média e alta, que podem contratar babás, faxineiras, cozinheiras para as auxiliarem nos trabalhos domésticos e cuidado de suas crianças enquanto

estão trabalhando. A “maternidade transferida”⁹², tão desejada pela Ônix, não pode fazer parte de seu dia a dia, pois essa alternativa não se torna possível pelo contexto econômico em que vivem essas mulheres e essas entre outras questões podem dificultar o trabalhar fora de casa e colocam questões difíceis para o seu cotidiano

“Assim, por isso que nunca fiquei assim, eu já arrumei emprego em firma, mas eu nunca fiquei; por que? Porque é muito difícil arrumar uma pessoa pra tomar conta das crianças. Ainda mais criança pequena que ninguém quer cobrar barato. E eu também não ganhava... ganhava um salário. Aí eu tinha que sustentar a casa, sozinha, que eu era separada, arrumar casa, cuidar deles e trabalhar não dava” (ÔNIX, 33 ANOS, 7 FILHOS E GRÁVIDA DE 6 MESES, AUTÔNOMA).

Em todos os relatos vemos que as entrevistadas resolveram deixar seus empregos com carteira assinada para poderem se dedicar melhor ao trabalho doméstico, em especial o cuidado com os filhos pequenos. A partir dessas falas emergem alguns resultados: mulheres em situação de monoparentalidade feminina de comunidades carentes encontram maiores dificuldades de ingresso no mercado de trabalho, conciliam trabalho – renda – e cuidado dos filhos; como trabalham diante de tanta precariedade encontrada em suas casas e o não acesso a serviços públicos de qualidade; quais as soluções encontradas. Acreditamos que as mulheres em situação de monoparentalidade feminina de comunidades carentes se deparam com muitas dificuldades para ingressarem no mercado de trabalho, na maioria setor de serviços e informal, e acabam construindo estratégias diversas na esfera privada como forma de ingresso nesses espaços, diante das precárias condições que apresentam em seu dia a dia e de um acesso precário a serviços públicos, como creches e escolas em tempo integral. Desse modo, constroem estratégias que lhes são possíveis para essa saída de suas casas e inserção na esfera da produção, citamos alguns exemplos:

Pérola disse que sempre deixou seus filhos sozinhos dentro de casa: “sempre ficaram sozinhos desde pequenos”. Ela resolveu tomar essa decisão uma vez que sua rede de sociabilidade primária (família, amigos, vizinhos) é restrita e as políticas públicas na área social (como creche e escola em tempo integral) são precárias na região em que mora. Mas, para que possa estar no mercado de trabalho, resolveu deixá-los sozinhos em casa em condições mínimas – com comida pronta, casa arrumada e sem objetos que possam causar algum incidente com seus filhos. O deixar seus filhos sozinhos foi uma estratégia permitida

⁹² Termo usado por Sueli Gomes (2002) para apontar quando mulheres delegam a outras mulheres as tarefas da administração de suas casas para o seu ingresso no mercado de trabalho.

para a sua saída para o espaço público, mas que pode ser considerada de negligente por conta das privações em que vive.

“Não, nunca deixei ninguém com ninguém. Sempre ficaram sozinhos desde pequenos. Mesmo quando era pequeno. Pode ver, eles dois... a idade é pouca diferença, né? Então (...) quer dizer, eles eram todos pequenos. E sempre o maior leva o menor. Eu sempre acostumei todo mundo assim. Deixava a comida pronta, fora do alcance de fogo, de gás, de isqueiro, de remédio, de faca, de tudo. E ia a luta, eu sempre fiz. Deixo. Vou e volto. E quando eu volto ta tudo bem” (PERÓLA, 47 ANOS, 8 FILHOS, DESEMPREGADA).

Segundo a Cianita, “na hora dá um jeito!”. As possibilidades podem ser um misto de alternativas, variando entre trabalhar no horário em que o filho está na escola ou poder contar com a mãe quando está em casa. Como primeira opção, Cianita dá preferência ao trabalho quando a filha está no horário da escola, mas acaba sendo uma correria danada, porque deixa a filha na escola, corre para trabalhar e sai correndo para pegar a filha na escola já que ela apenas pode fazer isso. Mas, nem sempre isso é possível. Como segunda opção, procura trabalhar quando sua mãe está em casa e pode cuidar de sua filha. Mas, ela procura não fazer muito isso já que sua mãe cuida de dois outros netos, filhos de sua irmã. Segundo Cianita, acaba sendo muito trabalho para a sua mãe, “mas o que fazer?”.

“Ah! Na hora dá um jeito. Tem que dá. Quando ela ta estudando é um horário, quando ela não ta estudando aí já é mais difícil... né? Fica mais com a minha mãe” (CIANITA, 40 ANOS, 1 FILHA, AUTÔNOMA).

Por outro lado, deixar os filhos sob o cuidado dos filhos mais velhos. Iolita e Ônix deixam seus filhos pequenos com os filhos considerados mais “velhos”. As famílias que estão em situação de vulnerabilidade social acabam por contar com o apoio de seus filhos menores, na sua maioria pelas filhas, marcando uma trajetória marcada por uma hierarquia presente nas relações sociais de sexo. E, isso é uma situação que tem acontecido de geração em geração. As mães passaram pela necessidade de começar cedo a trabalhar e, hoje, contam com o apoio de seus filhos ainda adolescentes para a realização do trabalho doméstico. Estamos nos referindo ao trabalho precoce de crianças ou adolescentes como possibilidade dessas mulheres conseguirem sair para a esfera pública, o que gera um círculo vicioso para essas famílias que não conseguem romper o ciclo de pobreza em que vivem.

“Ah! fica tudo dentro de casa. Tem que ter telefone, porque eu no trabalho ligo pra outra de quinze, pra ela prestar atenção no outro de dez... só Deus

sabe agora quando eu chegar o que tem pronto em casa. Chegar em casa às vezes não tem comida pronta, tem que eu colocar comida no fogo. Isso! Preparar comida, já deixo a janta e o almoço. Pro almoço, é... é só esquentar” (IOLITA, 40 ANOS, 4 FILHOS, EMPREGADA)

“E a mais velha Yara, sempre me ajudou. Aí, eu não trabalhando todo dia, aí... como eu ia duas vezes na semana, uma vez na semana, ela ficava com as crianças pra mim. Yara tinha treze, doze” (ÔNIX, 33 ANOS, 7 FILHOS E GRÁVIDA DE 6 MESES, AUTÔNOMA).

Temos aqui a presença de um ciclo vicioso que passa de mãe para filhos – que é mais presente para as filhas – e que tem uma marca na vida e desenvolvimento dos filhos que precisam se adaptar a esse sistema e não conseguem se desenvolver enquanto indivíduos de direito. Sem levar em conta as limitações que são estabelecidas por causa da atividade dessas crianças ou adolescentes que acabam assumindo uma gama de atividades e responsabilidades que não lhes são próprias e podem prejudicar etapas importantes de suas vidas, como o acesso ao ensino. Podemos interpretar que essas crianças e adolescentes fazem parte de um sistema cruel e que, portanto, trazem prejuízos para o seu desenvolvimento.

Vimos que as famílias monoparentais femininas entrevistadas precisam criar estratégias, dentro da esfera privada, para que consigam conciliar o trabalho remunerado com o cuidado dos filhos e os afazeres domésticos. As estratégias são variadas: trabalhar em casa, sair do trabalho, ser autônoma, deixar os filhos sozinhos dentro de casa, trabalhar quando o filho está na escola ou quando alguém pode tomar conta dele, deixar os filhos pequenos aos cuidados dos filhos mais velhos. Geralmente, todas essas estratégias podem ser consideradas como “atos de negligência” e não serem vistas como as únicas “alternativas possíveis” para essas famílias que lhes possibilitam um ingresso na esfera produtiva. As alternativas apresentadas demonstram que o interesse pelo trabalho e o acesso a uma renda melhor existe para essas mulheres, mas as limitações e privações que fazem parte de suas vidas limitam suas escolhas. Além disso, os serviços ofertados pelo Estado não chegam a atender a demanda dessas famílias (como é o caso de creches e escolas em tempo integral) que são negligenciadas⁹³ pelo poder público diante do quadro de vulnerabilidade em que vivem.

Assim, até o presente momento, os indicadores apresentados (de características demográficas, do ambiente físico de suas comunidades, da condição do domicílio, da realidade das famílias monoparentais femininas – mães que vivem sozinhas, da inserção no mercado de trabalho, do acesso à renda e das estratégias usadas para conciliar trabalho – cuidado dos filhos – e afazeres domésticos) nos possibilitaram compreender melhor a

⁹³ Cf. Freitas *et all*, 2010.

realidade cotidiana de vulnerabilidade social das famílias monoparentais femininas entrevistadas. Desse modo, apresentaremos, a seguir, os mecanismos de proteção social (públicos e privados) que são acessados pelas famílias monoparentalidade feminina entrevistadas, por meio das variáveis Estado, mercado, organizações voluntárias e redes familiares.

5.2.2. Acesso aos Mecanismos de Proteção Social – o papel do Estado, do mercado, das organizações voluntárias e das redes familiares

Depois do estudo da realidade e condições cotidianas das famílias monoparentais femininas entrevistadas, podemos partir para a análise dos mecanismos de proteção social (público e privado) utilizados, verificando se existem formas de integração entre mecanismos públicos (as políticas sociais) e privados (as famílias e as redes sociais) de proteção social e quais são as estratégias que são possíveis às famílias residentes das comunidades de Campos Elíseos e de Sampaio.

Os mecanismos de proteção social serão analisados dentro da lógica do pluralismo de bem estar social que aparecem como alternativa do pensamento neoliberal diante das profundas crises sofridas pelo capitalismo no final dos anos de 1970. Nesse processo houve a ressignificação do papel do Estado, tanto em países desenvolvidos como em desenvolvimento, frente às manifestações das múltiplas expressões da questão social. Com isso, o padrão de bem estar social keynesiano/beveridgiano que se caracterizava pelo pleno emprego e maior intervenção estatal na esfera social, entrou em crise e passou a ser questionado quanto à sua efetividade. Diante disso, entendemos que o atual quadro de profunda e significativa mudança na estrutura econômica e social está impactando diretamente o sistema de proteção social brasileiro, recolocando, dessa forma, em debate o sistema de proteção social brasileiro e os novos rumos que estão sendo tomados nos últimos anos.

Nesse novo cenário, uma questão central é que o Estado deixa de ser o principal executor das políticas públicas de proteção social e passa a coletivizar essas responsabilidades com outros setores da sociedade, como o mercado, os setores não governamentais e outros setores da sociedade civil como a família e suas redes – parentes, vizinhos, amigos, entre outros. Acontece, então, a predominância da lógica da solidariedade e das parcerias que privilegiam o setor privado em relação ao público.

Desse modo, com base nas obras de Mishra (1995), Abrahamson (1992) e Pereira (2006), os mecanismos de proteção social, a partir da oferta de bens e serviços, podem ser promovidos a partir de uma variedade de fontes, a saber: o Estado; o mercado; as organizações voluntárias e caritativas; e a rede familiar. Vejamos qual desses setores se faz mais presente na vida das famílias em questão:

5.2.2.1 O Estado

Na última década, apesar de termos um governo que se pauta pelas questões da área social, as ações tem sido focalizadas mais em programas assistenciais de transferência de renda do que em serviços universais de qualidade na área da educação, saúde, entre outras áreas. Como resultado, as políticas de transferência de renda tomaram uma dimensão, até então, não esperada no sistema de proteção social brasileiro, como principal mecanismo público de combate à pobreza e à miséria no país.

Essas ações tem impactado diretamente a vida de inúmeras famílias brasileiras, já que acabam por focalizar sua intervenção nas mais vulneráveis. E os dados apontam que a população nas faixas de renda entre extremamente pobre e pobre decresceu expressivamente e a situação de desigualdade social está sendo reduzida. Por isso, essas questões acabaram recebendo um olhar mais cuidadoso em nossa pesquisa e por se tratar de políticas que acabam atingindo o público entrevistado.

Nas comunidades entrevistadas, a presença do Estado se faz precariamente na prestação dos serviços universais – como educação básica, saúde– e mais presente a partir da concessão de benefícios assistenciais de combate à pobreza como é o caso do Programa Bolsa Família. Todas as famílias entrevistadas questionaram a qualidade da educação que lhes são prestadas do ensino básico e fundamental. A saúde é algo que também precisa ser melhorado e o saneamento também apresenta suas deficiências. Boa parte apontou a necessidade de serviços até então inexistentes como o aumento do número de creches e escolas em tempo integral. Por outro lado, o Bolsa Família foi apontado como um recurso certo e que traz novas possibilidades para a vida dessas mulheres.

Assim, a tabela abaixo nos mostra os serviços universais que são ofertados pelo Estado nas referidas comunidades:

Acesso aos serviços públicos

Serviços	Campos Elíseos	Sampaio
Creche	1	-
Educação infantil	2	4
Educação básica	6	6
Educação fundamental	3	3
Escola em tempo integral	-	-
Clínica da família	-	4
UPA	-	3
Posto de saúde	5	1
Hospital	-	-
Não tem acesso	-	-

Na comunidade de Campos Elíseos, a escola foi colocada como sendo o serviço público mais acessado por todas as famílias entrevistadas e, em segundo lugar, ficou o acesso ao posto de saúde local, citado por 5 famílias. Vemos que o maior acesso se dá na rede de ensino básico e a maior dificuldade acontece com a inserção das crianças na educação infantil. Todavia, todas as entrevistadas fizeram questão de dizer que a qualidade do ensino e saúde na região é muito precária e precisa de melhorias.

Quanto a esses serviços, algumas questões foram apontadas: primeiramente, as famílias entrevistadas relataram que encontram muita dificuldade de inserir seus filhos até 6 anos de idade na educação infantil. Fatores diversos foram sinalizados como a existência de uma creche na região que oferta poucas vagas e fica longe da residência das famílias entrevistadas. Apenas uma família disse que conseguiu colocar sua filha nesse tipo de serviço. As demais disseram que todo início de ano buscam esse tipo de serviço e não conseguem. Em segundo lugar, o posto de saúde local tem um atendimento precário e, normalmente, não há atendimento de profissionais especializados (como pediatras e ginecologistas). Por isso, muitas mulheres precisam sair da região para conseguirem atendimento em determinadas especialidades médicas. Vimos que 4 em dez famílias possuem crianças com sérios problemas de saúde e que demandam tratamento, medicação específica e idas frequentes à rede especializada de serviço médico (em postos de saúde ou hospitais). Mas, apenas uma família consegue fazer o tratamento adequado para sua filha. Relataremos dois casos que nos chamaram atenção a seguir.

Esmeralda (31 anos, mãe de 2 filhos e está desempregada) declarou que sua filha mais nova de 6 anos, há cerca de um ano, começou a ter problemas de cair no chão e ficar se debatendo. Depois de um tempo e por causa das constantes crises da filha, a levou para atendimento médico e foi diagnosticado que sua filha tem epilepsia. Além disso, outras

reações estão sendo percebidas em sua filha, chamadas por Esmeralda de atitudes de um “bebê”. A filha quer usar fraldas, vive com o dedo na boca, não fala direito e tem apresentado muitas dificuldades de aprendizado. A questão da fala foi percebida por nós durante a realização da entrevista. A criança falava errado, não conseguia verbalizar claramente as palavras e tinha dificuldade de compreender o que estávamos falando. O tratamento de sua filha é na Urca⁹⁴ e Esmeralda a leva para um acompanhamento mensal. Segundo a entrevistada, não conseguiu o tratamento adequado perto de casa e isso traz algumas dificuldades, como: a distância entre Campos Elíseos e a Urca, o gasto que se tem com a passagem e, a despeito, de ter recebido parte da medicação de graça, a outra parte teve que comprar com recursos próprios, ou seja, o tratamento de sua filha acaba tendo um gasto grande. Gastos elevados numa família em que a única renda provém do Bolsa Família e o valor recebido é de R\$ 210,00. Segundo nossa observação, Esmeralda também apresenta ter sérios problemas de saúde (ela tinha feridas grandes na pele, como se fosse sarna, e se coçava o tempo todo) e mental (parecido ao quadro relatado da filha), essa percepção nossa foi confirmada pela coordenadora do PDA Jardim Primavera. Não trabalha por seus filhos serem muito pequenos. Como seus filhos são pequenos e ela tem de cuidar deles, a única possibilidade de ampliar sua renda é catando garrafas pet e papelão para serem reciclados. Mas, o preço que recebe por isso é muito pouco, praticamente nada, chegando a R\$ 10,00 na semana que consegue catar alguma coisa.

Outro caso que nos causou impacto foi o de Pérola (47 anos, mãe de 8 filhos e está desempregada). Ela possui um filho de 13 anos de idade que tem sopro no coração, todavia como não conseguiu atendimento e tratamento adequados ao problema de seu filho na região, que normalmente não tem muitas especialidades médicas, e com o dinheiro que recebe do Bolsa Família (R\$ 134,00), além dos poucos “bicos” (R\$ 126,00) que faz, não consegue pagar o tratamento médico que seu filho precisa. Além disso, como tem 2 filhos gêmeos de 13 anos e outro de 4 anos e suas redes primárias (família, amigos, vizinhos) são praticamente inexistentes na região, não consegue levar seu filho para atendimento médico fora da região. Resultado disso tudo, o seu filho que tem sopro no coração não recebe o acompanhamento adequado para o seu problema de saúde.

Em ambas as experiências retratadas, as de Esmeralda e Pérola, vemos que a situação de vulnerabilidade social em que vivem limitam o acesso e as possibilidades de tratamento

⁹⁴ A Urca fica na zona Sul do Rio de Janeiro, muito longe da baixada Fluminense, onde se localiza Campos Elíseos. Além da distância, o tempo gasto no traslado é grande e o preço das passagens é caro. Esmeralda tem que caminhar com sua filha cerca de 20 minutos para pegar o ônibus Campos Elíseos – Central do Brasil; e da Central do Brasil pegar outra condução até a Urca.

adequado para o estado de saúde de seus filhos. O que seria facilitado se existisse, na região, o acesso ao atendimento, tratamento e unidades de saúde especializadas para os moradores da comunidade de Campos Elíseos, para além do atendimento clínico básico de saúde.

Na comunidade do Sampaio, dentre os serviços mais utilizados o da educação ficou em primeiro lugar também. Nessa região, já tivemos um número expressivo de crianças inseridas na educação infantil e na básica. Por causa das redes que conseguem estabelecer na região, preferem deixar seus filhos muito pequenos em casa, seja com elas próprias, suas mães, ou amigos e vizinhos. O acesso ao atendimento de saúde foi o segundo mais acessado. Talvez por causa de uma maior variedade de serviços na região – Unidade de Pronto Atendimento, Clínica da Família e Posto de Saúde – as famílias recorrem mais a esses serviços em caso de necessidade. E, o deslocamento para outras regiões em que possuem hospitais especializados não é difícil e a passagem é mais acessível a essas famílias. Mas, nessas famílias, não nos deparamos com nenhum caso de saúde específico que exigisse tratamento especializado na região. Ao contrário, os atendimentos são os de praxe: pediatras, clínicos, ginecologistas. Na região do Sampaio, vimos que o acesso a serviços de educação e saúde é mais presente. Ninguém questionou dificuldade no acesso de seus filhos em qualquer tipo de serviço educacional. Além disso, nenhuma das entrevistadas colocou como questão a qualidade do ensino, ao contrário disso elogiaram. A construção recente de uma Clínica da Família, na entrada da comunidade, foi considerada como um avanço para a região e é extremamente valorizada. Com ela, o acesso ao atendimento básico de saúde é facilitado e facilita a ida mais contínua para um acompanhamento da situação de saúde.

Além desses serviços que são prestados na região, buscamos conhecer o acesso aos benefícios do Bolsa Família e às demais fontes de renda das famílias entrevistadas:

Acesso ao Bolsa Família e outras fontes de renda

Fonte da Renda	Campos Elíseos	Sampaio
Bolsa Família apenas	1	1
Bolsa Família e outras fontes de renda ⁹⁵	6	4

Por outro lado, o benefício Bolsa Família foi muito bem assinalado pelas famílias que o recebem. Pois, das 20 entrevistadas 12 tem acesso ao Bolsa Família, sendo 7 da comunidade de Campos Elíseos e 5 da comunidade do Sampaio. Entretanto, como podemos observar a

⁹⁵ Outros fontes de renda pode ser trabalhar como autônoma, receber pensão alimentícia ou aposentadoria, fazer “bicos”, entre outros.

partir da tabela, notamos que apenas 2 famílias vivem apenas da renda do Bolsa Família e 10 famílias precisam de alguma atividade complementar para gerar uma renda que sustente sua família e as despesas de sua casa. Ou seja, o recurso recebido por essas famílias do Bolsa Família não é suficiente para reprodução das necessidades da esfera do privado por parte dessas famílias. Além disso, podemos presumir que as mulheres de Campos Elíseos acessam mais o Bolsa Família porque estão mais fora do mercado de trabalho (seja ele formal ou informal) e isso está diretamente relacionado a menor oferta de trabalho nessa região. Segundo a fala de algumas beneficiárias, o receber um benefício em dinheiro tem contribuído e muito para o sustento e manutenção dessas famílias, diferente das demais fontes é “uma renda certa”.

“Ah! Ajuda bastante, porque às vezes chega uma hora que não tem nenhum centavo, né? Ajuda muito” (CORALINA, 37 ANOS, MÃE DE 8 FILHOS, DESEMPREGADA).

“Ah! Ajuda muito, ajuda muita coisa. Ah! eu compro as coisas pra eles...” (ÔNIX, 33 ANOS, 7 FILHOS E GRÁVIDA DE 6 MESES, AUTÔNOMA)

“Ah! Me ajuda muito. Bolsa família é mais pra ajudar em casa, é... ajudo a minha mãe, e o que sobra eu compro umas coisinhas pras crianças. Só o básico porque 134,00 não dá muita coisa, né? Só o básico” (AMAZONITA, 31 ANOS, MÃE DE 4 FILHOS, DESEMPREGADA).

“Ah! Ajuda pra caramba. Ajuda porque... quebra um galho, as vezes as gente ta dura, né? Ajuda a comprar alguma coisa pra dentro de casa, até pra ela que às vezes precisa, entendeu? Me ajuda muito” (LACA, 30 ANOS, MÃE DE 7 FILHOS, DESEMPREGADA).

Nas comunidades entrevistadas, notamos que a presença do Estado se faz precariamente na prestação dos serviços universais – como educação básica, saúde– e mais presentes a partir da concessão de benefícios assistenciais de combate à pobreza como é o caso do Programa Bolsa Família. Todas as famílias entrevistadas questionaram a qualidade da educação que lhes são prestadas na educação infantil e no ensino fundamental. A saúde é algo que também precisa ser melhorado e o saneamento básico apresenta suas deficiências. Boa parte apontou a necessidade de serviços até então inexistentes como o aumento do número de creches e escolas em tempo integral. Por outro lado, o Bolsa Família foi apontado como um recurso certo e que traz novas possibilidades para a vida dessas mulheres.

5.2.2.2 O mercado

O segundo mecanismo de proteção social analisado foi o mercado de trabalho. Ele é o local ou esfera em que se tem a “procura” ou “oferta” de emprego especializado ou não (mão de obra) por parte de empresas que oferecem oportunidades de trabalho – formal ou informal – no sistema econômico capitalista. A lógica do mercado é a de compra ou venda de produtos e serviços. A formação de profissionais ou a falta dele interfere no custo da produção e os processos de procura e oferta. O trabalhador coloca-se na esfera da produção – espaço do capital – como trabalhador livre que tem apenas de sua força de trabalho que é vendida ao capitalista. O trabalho assalariado é sua única forma de satisfação de suas necessidades vitais. Vejamos o seguinte quadro:

**Fontes de renda familiar das entrevistadas
(em números absolutos)**

Fonte da Renda	Campos Elíseos	Sampaio
Mercado de trabalho formal	2	4
Mercado de trabalho informal	1	-

O mercado enquanto fonte de proteção social faz parte da vida de 7 famílias, estando 6 no mercado de trabalho formal e 1 no informal. Nesse grupo de mulheres, a maioria apresenta carteira assinada e os direitos protetivos oriundos da esfera do trabalho. Todas as entrevistadas que moram no Sampaio trabalham de carteira assinada. Porém, a renda que recebem do trabalho é de apenas 1 salário mínimo para o sustento de suas famílias. Dessas trabalhadoras, ninguém recebe auxílio alimentação ou refeição, plano de saúde, auxílio creche ou educação para os filhos pequenos, entre outros possíveis benefícios. Mesmo trabalhando, todas as entrevistadas disseram que a renda que recebem do trabalho não é suficiente para o sustento de sua família e contam com algum tipo de recurso extra (apoio da família, pedem empréstimo, economizam bastante).

5.2.2.3 Organizações voluntárias e caritativas

O terceiro mecanismo de proteção social é proporcionado pelas organizações voluntárias e caritativas. As organizações não governamentais fazem parte de um grupo social organizado, sem fins lucrativos, caracterizado por sua parceria na execução de ações

solidárias no campo das políticas públicas e expressão política na defesa dos direitos cidadãos dos considerados excluídos da sociedade. Alguns estudiosos classificam essas organizações como Terceiro Setor (setor que não é nem governo, nem mercado) e desenvolvem (ou deveriam desenvolver) ações de forma complementar às ações do Estado. O financiamento de suas ações pode se dar a partir de uma relação de parceria com o Estado ou com entidades privadas.

Em relação à presença e intervenção das organizações voluntárias e caritativas, buscamos conhecer se as famílias entrevistadas recorriam ao apoio de alguma organização voluntária (como organizações sem fins lucrativos) ou entidade religiosa como mecanismo de proteção social. Nesse sentido, a partir do conhecimento da existência de organizações que desenvolvem trabalhos nas comunidades pesquisadas, a partir da visão das entrevistadas, vimos que sua intervenção é ínfima ou praticamente inexistente ou até não possui um papel importante na vida das famílias entrevistadas. Pois, apenas 1 família relatou que recorre ao Lar Fabiano de Cristo em caso de algum apoio ou necessidade, fora isso, nenhuma outra família mencionou ou cogitou algum tipo de intervenção protetiva oriunda desse setor.

5.2.2.4 Rede familiar – a família e as redes sociais primárias

A rede familiar é o quarto mecanismo de proteção social. Ela é composta pela *família* e pelas *redes sociais primárias*. É considerada como parte da esfera privada, setor este informal que passa a ter um papel preponderante na garantia do bem estar social e promoção da proteção social, no quadro de pluralismo de bem estar social. A diferença que se põe hoje é que esta rede passou a ter visibilidade, notoriedade e reconhecimento público de suas ações entre formuladores e gestores públicos e estudiosos.

A rede familiar é valorizada por seu histórico papel de voluntariado, relações de solidariedade e cooperação que são estabelecidas, na esfera do informal, frente a situações de dificuldades, perdas e precariedade em que se vive. E, será ela quem deve assumir a responsabilidade na ausência de setores como o Estado e o mercado. Por isso, nos deteremos em analisar o papel da rede familiar entre os seguimentos vulnerabilizados de famílias que estamos estudando. A questão que nos norteia é saber se este setor age de forma complementar ou acaba por assumir o maior peso e responsabilidade na promoção de bem estar ou proteção social dos que estão sob seu cuidado.

Historicamente, procuramos demonstrar isso nos capítulos anteriores, a família e suas redes sociais primária são importantes mecanismos de proteção social por causa do papel

social, político e econômico que desenvolvem nas diversas sociedades. É nesse espaço que se tem o convívio social, o apoio emocional ou financeiro, um lar para morar, as condições mínimas de sobrevivência – o acesso ao alimento, os cuidados de saúde, o acompanhamento do processo educativo e socialização dos indivíduos, a proteção.

No caso brasileiro, a família sempre fez parte dos arranjos de proteção social e os governos – seja em períodos ditatoriais ou de democracia – sempre soube se apropriar dessa participação voluntária e solidária na provisão do bem estar das famílias. É nela que se promovem importantes mecanismos de proteção social e bem estar de seus membros (especialmente, para os filhos, idosos, pessoas portadoras de alguma necessidade especial, entre outros). Conforme Pereira (2006, p. 36), a família é

identificada como um dos mais antigos e autônomos provedores informais de bem-estar – ao lado da vizinhança e dos grupos de amigos próximos –, a família vem sendo pensada pelos mentores das políticas públicas contemporâneas como um dos recursos privilegiados, apesar da pouca visibilidade como tal. Tradicionalmente considerada a célula *mater* da sociedade ou a base sobre a qual outras atividades de bem-estar se apoiam, a família ganhou relevância atual justamente pelo seu caráter informal, livre de constrangimentos burocráticos e de controles externos.

Todavia, o seu papel e a sua importância vão variar de sociedade para sociedade, de grupamento social para grupo social, de classe social para classe social. Dentro dessa lógica, é que acreditamos que a família tem um alto valor entre as diversas classes sociais – entre famílias ricas, de classe média e pobres. Mas, como já apontado, entre as famílias pobres ela tem um papel essencial. Nas palavras de Sarti (2005, p. 33-34), entre os mais pobres a importância das famílias é central “não apenas como rede de apoio ou ajuda mútua, diante de sua experiência de desamparo social... Constitui-se de uma referência simbólica fundamental que organiza e ordena sua percepção do mundo social, dentro e fora do mundo familiar”. É fora da família que mecanismos diversos e complexos são acessados como forma de sobrevivência diante do quadro de vulnerabilidade social em que se vive. Assim sendo, verificamos os seguintes aspectos quanto à rede familiar:

Em primeiro lugar, a família é a esfera por excelência de suporte emocional. Nela estão presentes as experiências de cuidado, amor, convívio, confiança, compartilhamento. Esse papel foi extremamente valorizado pelas entrevistadas diante do quadro de vulnerabilidade em que se encontram. A família é composta por pessoas que são íntimas e que conhecem, melhor do que ninguém, o que se passa no espaço da casa. A visão de que a família é o eixo fundamental na vida de todas as entrevistadas e por quem se tem vontade de

viver. Aqui encontramos a família como “expressão máxima da vida privada e lugar da intimidade, construção de sentidos e expressão de sentimentos, onde se exterioriza o sofrimento psíquico que a vida de todos nós põe e repõe. É percebida como nicho afetivo e de relações necessárias à socialização dos indivíduos” (BRANT DE CARVALHO, 2005, p. 271).

“Minha família... fico até sem palavras... é tudo, tudo, tudo mesmo. Pra mim é tudo, tudo, tudo mesmo. A minha família é minha estrutura” (CRISTAL, 45 ANOS, 5 FILHOS, EMPREGADA).

Em segundo lugar, a família tem a função econômica dentro de uma casa. É de onde se obtém o sustento e se gere os recursos financeiros da família, quer os recursos sejam oriundos do trabalho formal ou informal, de programas assistenciais (como o Bolsa Família), dos “bicos” que se faz, dos trabalhos como autônomas. É nela que se calcula o recurso que tem, quais são as prioridades dos gastos, o que se precisa de fato, o que pode ficar para depois, quais as estratégias usadas para dar conta de todas as despesas, entre outras questões. Lembrando a citação de Leone (2010, p. 60), a família “é a esfera responsável pela qualidade de vida de seus membros e nela são tomadas uma série de decisões relativas à moradia, alimentação, educação, tratamento de saúde, consumo em geral e, sobretudo, em relação à participação na atividade econômica de seus membros...”. É fora da família que mecanismos diversos e complexos são acessados como forma de sobrevivência diante do quadro de vulnerabilidade social em que se vive.

“Que eu controlo muito bem o dinheiro, assim eu, tiro o dinheiro do aluguel, tiro o dinheiro que vou pagar a luz, já deixo paga, tiro o dinheiro da água... Aí, aquele montante que sobra dessa retirada toda, eu vou manuseando até o final do mês... É isso que eu faço, eu controlo bem, procuro não gastar dinheiro assim fora a parte. Com coisas assim que eu sei que se eu gastar, outras coisas vão faltar lá na frente. Procuro ter uma visão sempre mais a frente” (JADE, 44 ANOS, 2 FILHOS, EMPREGADA).

Em terceiro lugar, a família das entrevistadas é o primeiro lugar que se busca ajuda e socorro em caso de algum problema que se depara. Com base na pesquisa, todas disseram que buscam a partir do que tem dar contas de seus problemas. Só então procuraram apoio em outras fontes. Nesse cenário, algumas mulheres (sendo 8 das entrevistadas) relataram que a família é o primeiro e único lugar em que se tem algum tipo de alternativa possível para resolver os problemas. Elas “recorrem para si mesmas” por não terem outras possibilidades ou

querem acessar outros mecanismos possíveis de solidariedade e proteção social. Praticamente, metade das famílias entrevistadas não conta com algum tipo de apoio em suas vidas. Vejamos algumas falas:

“...não tem isso não. Eu não conheço aquela necessidade de, de ter que pedir ao vizinho, pedir família, vô... Não! É! Entre a gente mesmo. Então eu não conheço essa parte não” (PERÓLA, 47 ANOS, 8 FILHOS, DESEMPREGADA).

“Eu sou muito... assim... é... não é isolada não. Eu não sou muito aberta assim pra negócio de vizinho, essas coisas não. Eu não sou muito... não é dada, é... eu procuro não ta conversando o meu particular, meus problemas com vizinhas. Essas coisas assim eu deixo sempre com a minha família.” (JADE, 44 ANOS, 2 FILHOS, EMPREGADA).

Essas falas de mulheres que recorrem apenas a si para dar respostas aos problemas que surgem em suas famílias, expressam decisões que são tomadas em caso de necessidade por parte de algumas famílias de não buscarem apoio (financeiro, emocional, entre outros) em pessoas que são de fora do eixo familiar. O isolamento e a privacidade são buscados constantemente por essas famílias, mesmo em caso de necessidade que elas possuem. Vemos que a busca pela independência financeira e emocional é um princípio a ser seguido por essas famílias. Logo, fica explícita a preocupação com quem se fala ou partilha uma experiência pessoal, o que tem se tornado cada vez mais comum nos dias atuais. A preservação das questões/problemas que acontecem no espaço doméstico surge como uma forma de proteção pessoal e dos membros de sua casa. Chamou-nos a atenção que essas famílias, mesmo vivendo em situação de vulnerabilidade social, acabam priorizando uma relação para dentro da própria família, como se buscassem se voltar mais dentro de si mesma, num processo maior de individualização e privatização. Isso pode estar apontando para um processo atual de individualização das famílias brasileiras e torna-se num espaço a serviço de seus indivíduos.

Esse tipo de comportamento típico da sociedade moderna se baseia no formato da família nuclear burguesa em que a vida privada deveria ser entendida como uma “unidade sentimental”, um “ninho afetivo”, só que entre marido – esposa e filhos, o que não é o caso das famílias em questão. Para Badinter (1985), é no nascimento da família nuclear moderna que se constrói o “muro” da vida privada que deve proteger os seus membros contra a “intrusão possível da grande sociedade” e, com isso, a “família se fecha e se volta para si mesma”. Danda Prado (1981) abordou essa questão quando disse que dentro das expectativas futuras acerca da família que se encontrava num quadro de transformações em finais do século XX,

estava a ideia de que os membros de uma família buscam cada vez mais um “individualismo absoluto”, como forma sua de maior autonomia e independência em contraposição à noção de comunidade familiar. Alguns anos depois, Lia Zanotta Machado (2001), em seu artigo “Famílias e Individualismo: uma tendência contemporânea no Brasil, aponta para a construção de um ‘código individualista’ na sociedade atual, pois ele está

cada vez mais presente nos modelos das famílias da modernidade clássica e da alta modernidade, é em grande parte responsável pela responsabilização e autonomização dos indivíduos, e pela dessensibilização do indivíduo em relação ao seu semelhante e em relação ao seu pertencimento social, diminuindo a apreensão dos seus limites e da sua situação de compartilhamento (2001, p. 24).

Assim, a família e o individualismo estão em constante articulação nesse processo, a ponto de se acentuar que o valor conferido ao individualismo pode estar se chocando com o histórico valor que é atribuído à família enquanto sujeito social balizadora da sociedade contemporânea. Onde o ponto central agora é a busca pela autonomia, independência e isolamento dos indivíduos dentro da unidade familiar. E, essa questão foi percebida a partir da fala das entrevistadas.

E, por fim, a família apresenta suas próprias redes sociais de solidariedade que se fazem presentes nos momentos de dificuldade. A construção das redes entre as famílias monoparentais é algo presente e um recurso fundamental para a vida dessas famílias. Vimos que 10 em 20 famílias possuem uma rede de solidariedade e recorrem a ela em situações específicas, principalmente como mecanismo de proteção social e promoção do bem estar social. Nessas redes, são mais acessados a mãe (por 2 famílias, uma mora perto e outra mora longe), os irmãos (por 2 famílias), vizinhos (por 1 família), comadre (por 1 família), tia (por 1 família). Ou seja, as famílias depois de recorrerem a si mesmas, buscam o apoio de suas redes em caso de algum problema não resolvido. O tipo de apoio recebido varia desde dinheiro (a maior parte), tomar conta dos filhos (segundo aspecto mais apontado), levar ao médico, compra de remédio, compra de alimentos. Assim, podemos afirmar que a construção das redes sociais faz parte da vida das entrevistadas e continua a ser um mecanismo importante para as famílias das camadas pobres. Assim como apontado por Brant de Carvalho (2010), Fonseca (2002), Freitas (2002) e Sarti (2005), a formação das redes sociais entre os arranjos empobrecidos normalmente acontece por causa da situação de vulnerabilidade social (instabilidade social e econômica) em que se encontram.

Nesse último eixo de análise, vimos que a rede familiar é o primeiro e o mais importante mecanismo de proteção social apontado pelas famílias entrevistadas. Elas acabam acessando mais suas redes intra e extrafamiliar de apoio pela sua capacidade de articulação e rearticulação permanente. Isso se dá por causa das funções de suporte emocional, função econômica, por ser o lugar de ajuda e socorro que primeiro é acionado e por possuir uma rede de solidariedade que lhes são próprias, que são estabelecidas na sua relação de proximidade e intimidade. As situações de privações e vulnerabilidade social (relações instáveis, empregos incertos, situação de desemprego constante, pouca renda, não ter renda, dificuldade em acessar os serviços públicos, a precariedade dos serviços públicos de qualidade) fazem com que essas mulheres acessem mais as redes familiar como mecanismo de proteção social, uma vez que o acesso aos serviços e benefícios públicos de proteção social chegam mais precariamente a essas famílias. Não levar esses fatores em consideração é desconsiderar uma realidade que faz parte das famílias brasileiras.

5.2.3. Monoparentalidade – gênero – vulnerabilidade social: reflexões acerca dos mecanismos de proteção social acessados

A partir do presente estudo de caso, vimos que as 20 famílias entrevistadas vivem um cotidiano caracterizado pela relação monoparentalidade – gênero – e vulnerabilidade social. E, podemos verificar essa afirmação a partir da análise realizada da realidade cotidiana de vulnerabilidade social em que vivem as famílias monoparentais femininas entrevistadas, bem como dos mecanismos de proteção social (públicos e privados) acessados por essas famílias.

As situações de vulnerabilidade social são presentes e marcantes na trajetória e história de vida dessas mulheres. Pois, são mulheres que são, praticamente, as únicas responsáveis por seus domicílios. Possuem uma alta taxa de fecundidade, foram mães sozinhas quando ainda eram adolescentes ou jovens, baixa escolaridade, estão majoritariamente pardas e negras, grande presença de filhos menores de 16 anos de idade. As condições da comunidade e do domicílio apresentam uma infraestrutura de saneamento com questões alarmantes, sendo os maiores problemas o acesso à água canalizada e à coleta de lixo. Os eletrodomésticos que possuem em suas casas não são suficientes para liberar o tempo que dedicam aos afazeres domésticos e cuidado de seus filhos, especialmente as crianças.

Associado a essas questões, possuem um tipo de inserção no mercado de trabalho extremamente precarizado, em ocupações desvalorizadas e que surgem como opções possíveis para suas vidas. A necessidade constante de articular esses papéis limita a

disponibilidade das mulheres para o trabalho que depende de uma complexa combinação de características pessoais e familiares, como a presença de filhos e o cuidado com a casa. Além disso, a renda mensal das famílias entrevistadas é muito baixa e a maior parte delas (13 famílias) encontram-se entre famílias extremamente pobres e pobres, e as demais (7 delas) vivenciam um quadro de vulnerabilidade social, logo, dependendo de fatores de risco, podem ficar entre as famílias pobres e extremamente pobres. A principal renda das entrevistadas vem do Bolsa Família, em 12 casos, e um número menor vem da inserção no mercado de trabalho, em 7 delas.

Diante de tantas dificuldades, estratégias são criadas para que possam conciliar o trabalho e o cuidado com os filhos e casa, sendo as possíveis: trabalhar em casa, sair do trabalho, ser autônoma, deixar os filhos sozinhos dentro de casa, trabalhar quando o filho está na escola ou quando alguém pode tomar conta dele, deixar os filhos pequenos aos cuidados dos filhos mais velhos. Todas essas estratégias podem ser consideradas como “atos de negligência” e não como as únicas “alternativas possíveis” para essas famílias que lhes possibilitam um ingresso na esfera produtiva. As alternativas apresentadas demonstram que o interesse pelo trabalho e o acesso a uma renda melhor existe para essas mulheres, mas as limitações e privações que fazem parte de suas vidas limitam suas escolhas; além disso, os serviços ofertados pelo Estado não chegam a atender a demanda dessas famílias (como é o caso de creches e escolas em tempo integral) que são negligenciadas⁹⁶ pelo poder público diante do quadro de vulnerabilidade em que vivem.

Quanto aos mecanismos de proteção social, verificamos que as famílias em situação de monoparentalidade entrevistadas acessam a mecanismos plurais de proteção social. Elas recorrem a todos os mecanismos que lhes são permitidos e possíveis diante de sua situação de grande vulnerabilidade social. As estratégias são diversas, temos a presença da rede familiar, do Estado, do mercado e, em menor proporção, das organizações voluntárias e caritativas. Estamos falando que as famílias analisadas buscam em uma rede mista os mecanismos viáveis de proteção social.

Todavia, a rede familiar é o primeiro e o mais importante mecanismo de proteção social apontado pelas famílias entrevistadas. Elas acabam acessando mais suas redes intra e extrafamiliar de apoio pela sua capacidade de articulação e rearticulação permanente. Isso se dá por causa das funções de suporte emocional, função econômica, por ser o lugar de ajuda e socorro que primeiro é acionado e por possuir uma rede de solidariedade que lhe é própria,

⁹⁶ Cf. Freitas *et al.*, 2010.

estabelecida na sua relação de proximidade e intimidade. Mesmo com o acesso às políticas de transferência de renda e a inserção ao mercado de trabalho, a rede familiar continua sendo um dos eixos fundamentais de proteção social na vida dos indivíduos entrevistados.

Diante do exposto, vemos que o sistema de proteção social brasileiro entre famílias que se encontram em situação de vulnerabilidade social apresenta particularidades e especificidades. As famílias tem tido um importante papel frente aos mecanismos públicos (política social) e privados (as famílias e redes sociais) de proteção social e criam uma rede complexa de proteção que abarca mecanismos múltiplos de proteção social baseados nas famílias, nas políticas sociais e nas redes sociais. A relação entre vulnerabilidade social – precariedade dos mecanismos públicos de proteção social – famílias monoparentais femininas pobres – e um cotidiano de gênero fazem com que as famílias (especialmente as mulheres) sejam as que mais acionem um sistema de proteção social plural – sejam aqueles programas públicos de proteção social (como os benefícios dos programas de transferência de renda, do Programa Bolsa Família), sejam também os mecanismos privados baseados na organização da própria família e nas redes sociais que são acessadas. A associação de ambos os mecanismos (públicos e privados) tem sido de fundamental importância para a sobrevivência de muitas famílias pobres e para a redução dos índices de pobreza e vulnerabilidade em nosso país.

Logo, a indissociabilidade entre esses eixos – política social, mercado, organizações voluntárias e caritativas e rede famílias (composta pela família e pelas redes sociais) – é marcante. E, isso pôde ser verificado a partir do presente estudo da análise dos mecanismos de proteção social que são acessados por famílias em situação de vulnerabilidade social, como é o caso de famílias que se encontram em situação de monoparentalidade feminina em comunidades carentes do Rio de Janeiro.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Muitos foram os desafios e limites encontrados no caminho percorrido. No entanto, procuramos trazer um olhar original para nossa proposta de pesquisa. A análise do papel de provisão social da família foi e continuará sendo um grande desafio, uma vez que discorrer sobre as famílias é versar sobre um assunto que envolve as mulheres e os elementos existentes na esfera privada, na casa; tema (ainda) considerado “invisível” e que não faz parte do interesse coletivo.

Ao dar visibilidade a essa complexa e multidimensional questão, que se encontra sujeita a transformações ao longo da história das diversas sociedades, reconhece-se, mesmo que tardiamente, a presença das mulheres como agentes de proteção social, tanto da esfera privada quanto da esfera pública. Esse reconhecimento opõe-se ao senso comum o qual banaliza a presença feminina na história.

Acreditamos, que mesmo antes do processo de institucionalização da proteção social, sempre existiu nas diversas sociedades algum tipo de proteção social entre os homens e mulheres, especialmente na família onde o papel da mulher é essencial, assim como na comunidade. Esse tipo de visão abre espaço para pensar a proteção social não apenas enquanto constituição dos sistemas protecionistas, mas também como uma regularidade histórica de longa duração que dá visibilidade às práticas de proteção existentes nas diversas sociedades ao longo dos séculos, bem como do papel da família e dos grupos de convívio na esfera privada. Daí, o nosso desafio em reconstruir e identificar a presença das famílias e das mulheres como atores indispensáveis de proteção social aos indivíduos ao longo dos processos históricos.

Reafirmamos assim que a família foi e continua a ser uma importante esfera privada de proteção social, em especial no caso das camadas mais pobres da população. Por outro lado, o atual sistema brasileiro de proteção social não contributivo da Seguridade Social (como os programas de transferência de renda) conquistou uma dimensão inesperada no combate à pobreza e à redução da vulnerabilidade e desigualdade no país. A partir dele, os programas de transferência de renda com condicionalidades e centrados nas famílias pobres apresentam-se como estratégia dominante dos programas de transferência de renda. Nesse contexto, a discussão acerca da matricialidade sócio-familiar nas políticas sociais dá visibilidade às famílias e o seu papel enquanto promotoras da proteção e do bem estar social, além da sua funcionalidade para o Estado na atual conjuntura do país. Todavia, ver a família

como centro das políticas sociais não traz à tona todo o conjunto de complexidades e contradições que envolvem essa esfera.

A grande questão no que concerne à centralidade da família é a ausência de considerações e debates sobre a viabilidade das propostas e dos novos arranjos familiares no contexto contemporâneo. Essas considerações e debates devem buscar entender o que ela significa e representa na e para a sociedade brasileira e atentar para os padrões culturais onde essas famílias se inserem. Todavia, não podemos simplesmente apontar para a centralidade das famílias nas políticas sociais de transferência de renda sem considerar as famílias em sua contemporaneidade, em suas questões cotidianas, em suas relações contraditórias, em sua transformação. Além disso, precisamos conhecer os complexos sistemas de proteção social que são acessados na esfera do privado como forma de sobrevivência e proteção. Assim, para melhor analisarmos as famílias como uma estratégia pública de proteção social, devemos contextualizar e problematizar os processos de transformação social e suas repercussões diretas nas diversas famílias brasileiras nos dias atuais.

A família é uma instituição em constante transformação. Nunca se falou tanto nela como nos dias atuais e isso é resultado das mudanças sociais, culturais, tecnológicas que estão acontecendo ao redor do mundo, bem como em seu interior e em sua forma de organização. A diversidade de arranjos familiares aponta para as novas configurações familiares que surgem e ganham visibilidade e destaque em nossa sociedade nos dias atuais, como é o caso do aumento do número de famílias monoparentais femininas.

Considerar esse tipo de arranjo como altamente vulnerável, depende da correlação de vários fatores, e não apenas da conjuntura econômica e das qualificações específicas dos indivíduos, mas também das organizações desses arranjos familiares, do número de membros nesses lares, dos ciclos de vida dessas famílias, das atividades que são realizadas na casa, dos cuidados exigidos com os filhos e de crianças pequenas. E, no caso das famílias em estudo, o quadro de grande privação e de risco iminente de perda do bem estar social é ocasionado pelas frequentes incertezas e acesso a precários sistemas públicos de proteção social e isso exige dessas famílias a criação de estruturas complexas de proteção social para garantir a sobrevivência de seus membros.

Isso pode ser melhor avaliado a partir de nossa pesquisa. Como vimos, os arranjos monoparentais femininos pobres entrevistados se encontram em situação de alta vulnerabilidade social, trazendo para a análise especificidades e particularidades desse tipo particular de arranjo familiar. Nos casos analisados, as famílias monoparentais femininas entrevistadas convivem com questões como as seguintes: as mulheres são, em sua maioria,

chefes de seus domicílios, possuem uma alta taxa de fecundidade, foram mães sozinhas quando ainda eram adolescentes ou jovens, baixa escolaridade, são basicamente pardas e negras, com grande presença de filhos menores de 16 anos de idade. Essas características se por um lado contribuem para uma história de vida marcada por privação de bem estar e vulnerabilidade social, por outro evidenciam a importância que essas mulheres atribuem ao contexto familiar e à importância dos filhos em sua vida afetiva.

O ambiente físico da comunidade em que vivem é caracterizado por privações de bem estar e marcada por situações de risco e vulnerabilidade constante, apontando para um ambiente físico marcado pela precariedade. Questões como a qualidade da água e a constante falta dela, os problemas associados ao transporte (passagens caras, pontos distantes, demora dos transportes), saneamento básico, saúde, asfalto, creche, a constante falta de luz, coleta de lixo irregular, insegurança, limpeza das ruas, acesso à energia elétrica precária, a liberdade de ir e vir controlada pela violência na região, fazem parte do cotidiano das entrevistadas. Além disso, a infraestrutura de saneamento apresentou questões alarmantes em todas as comunidades apresentadas, sendo os maiores problemas o acesso à água canalizada e à coleta de lixo, já que boa parte das entrevistadas informou que possuía rede de esgoto.

A realidade das mães sozinhas é marcada por uma trajetória de vida cheia de particularidades, sentimentos e experiências contraditórias que dão significado às suas vidas. A maternidade continua sendo um sentimento sublime e cheio de dádivas que só elas, enquanto mulheres, podem experimentar. Mas, essa experiência é marcada por uma relação repleta de contradições que vão desde sentimentos de amor, prazer, gratificação, heroísmo até o entendimento da dura realidade de serem mães sozinhas como uma obrigação, sacrifício, uma luta constante e dificuldades presentes em seu cotidiano.

Assim sendo, vemos que o tipo de inserção no mercado de trabalho por parte das entrevistadas se dá em setores extremamente precários, em ocupações desvalorizadas e que surgem como opções possíveis para suas vidas. Diversas questões de seu cotidiano de monoparentalidade e gênero revelam a dificuldade encontrada em conciliar vida economicamente ativa com a reprodutiva, ou seja, sua vida profissional com a familiar. A necessidade constante de articular esses papéis limita a disponibilidade das mulheres para o trabalho que depende de uma complexa combinação de características pessoais e familiares, como a presença de filhos e o cuidado com a casa. Mesmo diante de tantas transformações em nossa sociedade, as mulheres entrevistadas são as principais responsáveis pelo cuidado dos filhos – em especial, dos filhos pequenos – e trabalhos domésticos. Vemos que o cotidiano de gênero responsabiliza essas mulheres pelo cuidado por seus filhos, como também pela casa.

Essas famílias possuem uma renda muito baixa e a maior parte delas encontram-se entre famílias extremamente pobres e pobres. O Bolsa Família faz parte da principal renda das entrevistadas, pois mostrou-se ágil em atingir a quem de fato está em situação de vulnerabilidade social. Mas essa renda não é suficiente para manutenção desses lares, o que leva muitas famílias a procurarem atividades extras (faxinas, passar roupa, confeccionar artesanatos) para complementar o rendimento recebido. Além disso, todas as famílias disseram que o principal gasto em casa é com alimentação e que a renda que possuem não é suficiente para todas as despesas de sua casa, o que as leva a construir estratégias em suas redes sociais privadas como forma de sobrevivência e garantia do bem estar e proteção social de seus membros.

Além disso, as famílias monoparentais femininas entrevistadas precisam criar estratégias, dentro da esfera privada, para que consigam conciliar o trabalho remunerado com o cuidado dos filhos e os afazeres domésticos. As estratégias são variadas: trabalhar em casa, sair do trabalho, ser autônomas, deixar os filhos sozinhos dentro de casa, trabalhar quando o filho está na escola ou quando alguém pode tomar conta dele, deixar os filhos pequenos aos cuidados dos filhos mais velhos. Geralmente, todas essas estratégias podem ser consideradas como “atos de negligência” e não serem vistas como as únicas “alternativas possíveis” para essas famílias que lhes possibilitem um ingresso na esfera produtiva. As alternativas apresentadas demonstram que o interesse pelo trabalho e o acesso a uma renda melhor existem para essas mulheres, mas as limitações e privações que fazem parte de suas vidas limitam suas escolhas. Além disso, os serviços ofertados pelo Estado não chegam a atender a demanda dessas famílias (como é o caso de creches e escolas em tempo integral) que são negligenciadas pelo poder público diante do quadro de vulnerabilidade em que vivem. Diante deste quadro, e tendo em conta a importância da educação e da alimentação adequadas nos primeiros anos de vida das crianças, uma creche de qualidade pode contribuir para uma efetiva política de seguridade social, liberando as mães para a complementação da renda familiar.

Quanto aos mecanismos de proteção social, verificamos que as famílias em situação de monoparentalidade entrevistadas acessam a mecanismos plurais de proteção social. Elas recorrem a todos os mecanismos que lhes são permitidos e possíveis diante de sua situação de grande vulnerabilidade social. As estratégias são diversas. Temos a presença da rede familiar, do Estado, do mercado e, em menor proporção, das organizações voluntárias e caritativas. As famílias analisadas buscam em uma rede mista e diversificada os mecanismos viáveis de proteção social, e este é um dos principais resultados da pesquisa.

Todavia, a rede familiar é o primeiro e o mais importante mecanismo de proteção social apontado pelas famílias entrevistadas. Elas, as mulheres, acabam acessando mais suas redes intra e extra familiares de apoio pela capacidade de articulação e rearticulação permanente. Isso se dá por causa das funções de suporte emocional, também pela função econômica, por ser o lugar de ajuda e socorro que primeiro é acionado, e porque as mães possuem uma rede de solidariedade que lhes é própria, estabelecida na sua relação de proximidade e intimidade. Mesmo com o acesso às políticas de transferência de renda e a inserção ao mercado de trabalho, a rede familiar continua sendo um dos eixos fundamentais de proteção social na vida dos indivíduos entrevistados.

Diante do exposto, vemos que o sistema de proteção social brasileiro entre famílias que se encontram em situação de vulnerabilidade social apresenta particularidades e especificidades. As famílias tem tido um importante papel frente aos mecanismos públicos (política social) e privados (as famílias e redes sociais) de proteção social e criam uma rede complexa de proteção que abarca mecanismos múltiplos de proteção social. A relação entre vulnerabilidade social – precariedade dos mecanismos públicos de proteção social – famílias monoparentais femininas pobres – e o cotidiano de gênero, fazem com que as famílias (especialmente as mulheres) sejam as que mais acionem um sistema de proteção social plural (programas públicos de proteção social como os programas de transferência de renda e o Programa Bolsa Família), bem como os mecanismos privados baseados na organização da própria família e nas redes sociais que são acessadas. A associação de ambos os mecanismos (públicos e privados) tem sido de fundamental importância para a sobrevivência de muitas famílias pobres e para a redução dos índices de pobreza e vulnerabilidade em nosso país.

A análise dos mecanismos de proteção social que são acessados por famílias em situação de vulnerabilidade social, como é o caso de famílias que se encontram em situação de monoparentalidade feminina em comunidades carentes do Rio de Janeiro, não pode, assim, dissociar os eixos público e privado.

Diante do estudo apresentado, consideramos que este trabalho pretende contribuir para uma intervenção qualificada e comprometida com as camadas mais vulneráveis de nossa sociedade e, portanto, dirige-se aos estudiosos, profissionais das diversas áreas do conhecimento, bem como aos formuladores, implementadores e gestores das políticas públicas na área social. Tal postura possibilita evitar que se deixe a cargo do privado, da esfera doméstica, da família – principalmente das mulheres, a responsabilidade pela promoção de cuidados e bem-estar de seus membros, para buscar a efetiva universalização dos direitos cidadãos por meio do Estado.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABRAHAMSON, Peter. Welfare pluralism: towards a new consensus for a European social policy? In: **The mixed economy of welfare**. Leicestershire, Great Britain: Cross National Research Papers, 1992.

ALMEIDA, Ângela Maria (org). **Pensando a família no Brasil: da Colônia à Modernidade**. In: ---. Rio de Janeiro: Espaço e Tempo, 1987.

ARRETCHE, Marta. Emergência e desenvolvimento do Welfare State: teorias explicativas. In: **BID**, Rio de Janeiro, nº 39, p.3-40, 1995.

ARIÈS, PHILIPPE (2006). **História social da criança e da família**. In: ---; tradução de Dora Flaksman. – 2.ed. – Rio de Janeiro: LTC, 2006.

ARIÈS, Philippe. Por uma história da vida privada. In: CHARTIER, Roger (org.). **História da vida privada**. Volume 3: da Renascença ao Século das Luzes; tradução Hildegard Feist. – São Paulo: Companhia das Letras, 1991.

BACKX, Sheila de Souza. **Serviço Social: Reexaminando sua história**. In: ---. Rio de Janeiro: Editora S.A., 1994.

BADINTER, Elisabeth. **Um amor conquistado: o mito do amor materno**. In: ---. Rio de Janeiro, Novo Fronteira, 8ª ed., 1985.

BARNES, John. **Class and Committees in a Norwegian Island Parish**. In: Human Relations. (7), (p. 39-58), 1954.

BARR, Nicholas. **The Economics of the Welfare State**. Stanford University Press; 2004.

BAUMAN BAUMAN, Zygmunt. **Identidade**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005.

BOCK, Gisela. Pobreza feminina, maternidade e direitos das mães na ascensão dos Estados Providência (1890-1950). In: FRAISSE, G.; PERROT, M. **A história das mulheres no Ocidente: o século XIX**. Trad. De M. H. da C. Coelho, I.M. Vaquinhas, L. Ventura, G. Mota. Porto: Afrontamento; São Paulo: EBRADIL, (p. 435-477), 1994.

BOTT, Elizabeht. “Introdução” e “Capítulo VII: Resumo e discussão geral”. In: ---. **Família e rede social**. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1976.

BRANT DE CARVALHO, Maria do Carmo. A priorização da família na agenda da política social. In: KALOUSTIAN, S. M (org.). **Família Brasileira: a base de tudo**. 9ª ed. São Paulo: Cortez, Brasília: UNICEF, 2010 (p. 93-108).

BRANT DE CARVALHO, Maria do Carmo. Famílias e políticas públicas. In: Ana Rojas Acosta e Maria Amália Faller Vitale (organizadoras). **Família: redes, laços e políticas públicas**. São Paulo: Cortez: Instituto de Estudos Especiais – PUC/SP, 2005.

BRASIL. Bolsa Família, Lei n. 10.836 de 2004.

BRASIL. Caderno SUAS, N. 4, novembro de 2009.

BRASIL. Lei Orgânica da Assistência Social - LOAS, n. 8.742 de 1993.

BRASIL. Norma Operacional Básica do Sistema Único de Assistência Social – NOB/SUAS, 2005 e 2011.

BRASIL. Política Nacional de Assistência Social, 2004.

BRIOSCH, Lucila Reis, TRIGO, Maria Helena. Relatos de vida em ciências sociais: considerações metodológicas. **Ciência e Cultura**, São Paulo, v.39, n.7, p.631-637, jul. 1987.

BRUSCHINI, Cristina; LOMBARDI, M. R.; MERCADO, C.M. e RICOLDI, A. Trabalho, renda e política social: avanços e desafios. In: Leila Linhares Barsted e Jacqueline Pitanguy (orgs.). **O progresso das mulheres no Brasil 2003 – 2010**. Rio de Janeiro: CEPIA; Brasília: ONU Mulheres, (p. 142-177), 2011.

CASTELLS, Manuel. A outra face da terra: movimentos sociais contra a nova ordem global e O fim do patriarcalismo: movimentos sociais, família e sexualidade na era da informação. In: ---. **O poder da identidade**. São Paulo: Paz e Terra, (p. 93-96; 169-285), 1999.

CASTELLS, Manuel. A rede e o ser. In:---. **A sociedade em rede**. São Paulo: Paz e Terra, (p. 39-66), 1999.

CARLOTO, Cássia Maria e MARIANO, Silvana Aparecida. Gênero e combate à pobreza: programa Bolsa Família. In: **Estudos Feministas**, Florianópolis, 17 (3), setembro-dezembro/2009 (p.901-908).

CARLOTO, Cássia Maria. “Gênero, políticas públicas e centralidade na família”. In: **Revista Serviço Social e Sociedade**, n. 86, São Paulo: Cortez, 2006.

GOMES, Angela Maria de Castro. “Introdução” e “Capítulo 1 – Burguesia e Questão Social no Brasil”. In: ---. **Burguesia e Trabalho: Política e Legislação Social no Brasil 1917-1937**. Editora Campus Ltda, Rio de Janeiro, 1979, p. 23-53.

CASTRO, Jorge Abrahão. Política Social: alguns aspectos relevantes para discussão. In: **Concepção e gestão da proteção social não contributiva no Brasil**. --- Brasília: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, UNESCO, 2009 (p. 87 - 132).

CASTEL, Robert. **As Metamorfoses da questão social**: uma crônica do salário. In: ---. Tradução de Iraci D. Peleti. Petrópolis, RJ: Vozes, 1998.

COSTA, Jurandir Freire. **Ordem médica e norma familiar**. In: ---. Rio de Janeiro: Graal, 2004.

COSTA, Suely Gomes. “Proteção social, maternidade transferida e lutas pela saúde reprodutiva”. In: **Estudos Feministas**, Florianópolis/SC: CFH/CCE?EFSC, 2002, vol. 10, nº 2/2002 (p.301-324).

COSTA, Sueli Gomes. **Signos em Transformação**: a dialética de uma cultura profissional. In: ---. São Paulo: Cortez, 1995, p. 95-131.

DI GIOVANNI, Geraldo. “Sistema de Proteção Social”. Disponível em: <http://geradigiovanni.blogspot.com/2008/08/sistema-de-proteo-social.html>. Acesso em 5 de maio de 2010, às 10:30h.

DI GIOVANNI, Geraldo; SILVA, M.O.S.; YASBECK, M.C. **A política brasileira no século XXI**: a prevalência dos programas de transferência de renda. In: ---. 3ª edição, São Paulo: Cortez, 2007.

D’INCAO, Maria Ângela. Mulher e família burguesa no Brasil. In: DEL PRIORE, Mary (org.). **História das mulheres no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2001.

DRAIBE, Sonia & HENRIQUE, Wilnês. Welfare State, Crise e Gestão da crise. In: **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, vol.3, nº 6, São Paulo: ANPOCS, 1988, P.53-78.

ESPING-ANDERSEN, Gosta. Women in the New Welfare Equilibrium. In: *The European Legacy*. Vol. 8, n.5, p. 599-610, 2003.

ESPING-ANDERSEN, GOSTA. As três economias do Welfare State. In: **Revista Lua Nova**, n.24, São Paulo, CEDEC, 1991, p.85-115.

FINK, F. and TALOS, E. Dimantling the Welfare States? Austria, Danmark, Germany, Sweden and U.K. Compared. Working Paper, University of Vienna, 2003 (mimeo).

FLEURY, Sonia. **Estado sem cidadãos**: seguridade social na América Latina. In: ---. Rio de Janeiro, Fiocruz, 1994.

FONSECA, Claudia. “Mãe é uma só? Reflexões em torno de alguns casos brasileiros”. In: **Revista Psicologia USP**, nº 2, vol. 13, São Paulo: USP-IP, 2002.

FREITAS, Rita de Cássia Santos; BRAGA, Cenira Duarte; BARROS, Nívea Valença. “Famílias e Serviço Social – Algumas Reflexões para o debate”. In: DUARTE, Marco José de Oliveira; ALENCAR, Mônica Maria Torres (orgs.). **Família & Famílias**: práticas sociais e conversações contemporâneas. Lumen Juris editora; 2010.

FREITAS, Rita de Cássia Santos. “Em nome dos filhos, a formação de redes de solidariedade – algumas reflexões a partir do caso de Acari”. In: **Revista Serviço Social e Sociedade**, nº 71; São Paulo: Cortez, 2002.

FREITAS, Rita. “Famílias em transformação: uma realidade atual”; texto didático, 2000.

FONSECA, Claudia. Aliados e rivais: o conflito entre consanguíneos e afins em uma vila portoalegrense. In: **Revista Brasileira de Ciências Sociais**. ANPOCS, (4), (p. 88-104), junho, 1987.

GIDDENS, Anthony. **Transformações na intimidade**: sexualidade, amor e erotismo nas sociedades modernas. In: São Paulo: Editora da UNESP, 1993. p. 09-26 e 47-75.

GOLDENBERG, M. **A arte de pesquisar: como fazer uma pesquisa qualitativa em Ciências Sociais.** In: ---. Ed. Record; Rio de Janeiro/São Paulo, 1999 (3ª edição).

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade.** In: ---. Rio de Janeiro: DP&A ed., 2002.

HARVEY, David. **Condição pós-moderna.** Edições Loyola, São Paulo; 2008.

HOBBSBAWN, Eric. **A era do Capital, 1948-1957.** In: ---. São Paulo: Paz e Terra, 2011.

HOBBSBAWN, Eric J. **Da Revolução Industrial inglesa ao imperialismo.** In: ---; tradução de Donaldson Magalhães Garschagen; revisão técnica de Francisco Rego Chaves Fernandes; seleção e coordenação de Fernando Lopes de Almeida, Francisco Rego Chaves Fernandes. – 5ª ed. – Rio de Janeiro: Forense Universitária; 2010.

HOBBSBAWN, Eric J. **A era das revoluções: Europa 1789-1848.** In: ---. São Paulo: Paz e Terra; 2000.

MEZZARROBA, Orides; MONTEIRO, Claudia Servilha. **Manual de metodologia da Pesquisa no direito.** 5ª ed. São Paulo, Saraiva, 2009.

IBGE. CENSOS DEMOGRÁFICOS, 2010.

IBGE. CENSOS DEMOGRÁFICOS, 2000.

IBGE. CENSOS DEMOGRÁFICOS, 1991.

IBGE. SINTÉSE DE INDICADORES SOCIAIS, 2010.

IPEA. Comunicados IPEA. Mudanças recentes na pobreza brasileira. N. 111, 15 de setembro de 2011.

JACCOUD, Luciana. Proteção social no Brasil: debates e desafios. In: **Concepção e gestão da proteção social não contributiva no Brasil.** --- Brasília: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, UNESCO, 2009a (p. 57 - 86).

JACCOUD, Luciana. Pobres, pobreza e cidadania: os desafios recentes da proteção social. In: **IPEA, textos para discussão,** n. 1372, 2009b.

KAGEYANA, Angela; HOFFMAN, Rodolfo. Pobreza no Brasil: uma perspectiva multidimensional. In: *Economia e Sociedade*, Campinas, v. 15, n. 1 (26), p. 79-112, jan./jun. 2006.

KARSCH, Ursula. Cuidadores familiares de idosos: parceiro da equipe de saúde. In: **Revista Serviço Social e Sociedade.** São Paulo: editora Cortez, 3ª Ed., ano XXIV, n. 75, setembro/2003.

KERSTENETZKY, Célia Lessa. Redistribuição e Desenvolvimento? A economia política do Programa Bolsa Família. In: **DADOS – Revista de Ciências Sociais,** Rio de Janeiro, vol. 52, n. 1, p. 53-83, 2009.

LEWIN, Lewin. **Field theory in social science; selected theoretical papers**. D. Cartwright (ed.). New York: Harper & Row (1952).

LAVINAS, Lena e NICOLL, Marcelo. Atividade e vulnerabilidade: quais os arranjos familiares em risco? In: **DADOS – Revista de Ciências Sociais**, Rio de Janeiro, vol. 49, n. 1, p. 67-97, 2006.

LAURELL, Asa Cristina. Avançando em direção ao passado: a política social do neoliberalismo. In: LAURELL, A.C. (org.). **Estado e políticas sociais no neoliberalismo**. 3ª Ed. São Paulo: Cortez, p. 151-178, 2002.

LEFAUCHER, N. Maternidade, Família, Estado. In: PERROT, M. e DUBY, G. (org.:) **História das Mulheres no Ocidente**. Porto: Ed. Afrontamento; São Paulo: Ebradil, p. 479-503, 1994.

LEONE, Eugenia; MAIA, A.; BALTAR, Paulo E. Mudanças na composição das famílias e impactos sobre a redução da pobreza no Brasil. In: **Economia e Sociedade**. Campinas, v. 19, n. 1 (38), p. 59-57, abril/2010.

MACHADO, Lia Zanotta. Famílias e individualismo: tendências contemporâneas no Brasil. In: **Interface-comunicação, Saúde, Educ.**, v. 4, n.8, p. 11- 26, 2001.

MEDEIROS, Marcelo; BRITTO, Tatiana; SOARES, Fábio. Programas focalizados de transferência de renda no Brasil: contribuições para o debate. In: **IPEA, textos para discussão**, n. 1283, jun./2007.

MELO, Hildete Pereira e SABBATO, Alberto Di. Trabalhadoras domésticas: eterna ocupação feminina: até quando? In: Leila Linhares Barsted e Jacqueline Pitanguy (orgs.). **O progresso das mulheres no Brasil 2003 – 2010**. Rio de Janeiro: CEPIA; Brasília: ONU Mulheres, p. 179-184, 2011.

MIOTO, Regina Célia Tamasso. Família e Assistência Social: subsídios para o debate do trabalho dos assistentes sociais. In: DUARTE, Marco José de Oliveira; ALENCAR, Mônica Maria Torres (orgs.). **Família & Famílias: práticas sociais e conversações contemporâneas**. Lumen Juris editora; Rio de Janeiro, 2010.

MIOTO, Regina Celia Tamasso. Novas propostas e velhos princípios: a assistência às famílias no contexto de programas de orientação e apoio sociofamiliar. In: SALES, Mione Apolinário; MATOS, Maurílio Castro de; LEAL, Maria Cristina (Orgs.). **Política social, família e juventude: uma questão de direitos**. São Paulo: Cortez, p. 43-59, 2006.

MISHRA, Ramesh. **O Estado Providência na sociedade capitalista**. Oeiras/Portugal: Celta, 1995.

MOLLAT, Michel. **Os pobres na idade média**. Rio de Janeiro: Campus, 1989.

MINAYO, Maria Cecília de S. **Pesquisa social, teoria, método e criatividade**. In: ---. 19ª ed. Rio de Janeiro: Vozes, 27ª edição, 2008.

MONTALI, Lilia E TAVARES, Marcelo. Família, pobreza e acesso a programas de transferência de renda nas regiões metropolitanas brasileiras. In: **Revista Brasileira de Estatística Populacional**, São Paulo, v. 25, n. 2, p. 211-231, jun./dez. 2008,.

NAVARRO, Vicente. Produção e Estado do bem-estar: o contexto das reformas. In: LAURELL, A.C. (org.). **Estado e políticas sociais no neoliberalismo**. 3ª Ed. São Paulo: Cortez, p. 91-124, 2002.

NEDER, Gizlene. Ajustando o Foco das Lentes: um novo olhar sobre a organização das famílias no Brasil. In: KALOUSTIAN, S. M (org.). **Família Brasileira: a base de tudo**. 9ª ed. São Paulo: Cortez, Brasília: UNICEF, p. 26-46, 2010.

NERI, Marcelo. Desigualdade de Renda na Década. In: **FGV/CPS**, 2011.

NOVELLINO, Maria Salet Ferreira. Um estudo sobre as mães adolescentes brasileiras. In: *Physis Revista Saúde Coletiva*. Rio de Janeiro, 21 (1), p. 299-318, 2011.

NOVELLINO, Maria Salet Ferreira. Chefia feminina de domicílio como indicador de feminização da pobreza e políticas públicas para mulheres pobres. In: **Seminário As famílias e as políticas públicas no Brasil**, Belo Horizonte, novembro de 2005.

NUNES, Silvia Alexim. “A medicina social e a questão feminina”. In: **Physis**, n° 1, vol. 1, Rio de Janeiro: IMS/UERJ; Relume-Dumará, 1991

OSÓRIO, Rafael G.; SOUZA, P.H.G.F.; SOARES, S.S.D.; OLIVEIRA, L.F.B. Perfil da pobreza no Brasil e sua evolução no período 2004-2009. In: **IPEA, Textos para Discussão** 1647; Brasília, agosto 2011.

PEREIRA, Potyara A. P. **Política Social: temas & questões**. In: ---. 2ª ed. São Paulo: Cortez, 2009.

PEREIRA, Potyara Amazoneida Pereira. In: ---. **Necessidades Humanas Básicas: subsídios a crítica dos mínimos sociais**. São Paulo: Cortez, 4ª edição, 2007.

PEREIRA, Potyara Amazoneida Pereira. Mudanças estruturais, política social e papel da família: crítica ao pluralismo de bem-estar. In: SALLES, Mione Apolinário Sales *et al.* **Política Social, Família e Juventude: uma questão de direitos** (org.), São Paulo: Cortez, 2006.

PERROT, Michele. “Outrora, em outro lugar”, “a família triunfante”, “funções da família”. In: PERROT, M. (Et al.). **História da vida privada**. Tradução Bernardo Joffily, parte 4. – São Paulo: Companhia das Letras, 1991.

POCHMANN, Márcio. Estrutura Social no Brasil: mudanças recentes. In: **Revista Serviço Social e Sociedade**. São Paulo, n. 104, out/dez. 2010, p. 637-649.

POCHMANN, Marcio. Proteção Social na periferia do capitalismo: considerações sobre o Brasil. In: **São Paulo em Perspectiva**. 18(2): 3-16, 2004.

POLANYI, Karl. **A grande transformação: as origens de nossa época**. In: ---; Tradução de Fanny Wrobel. – 2. Ed. – Rio de Janeiro: Elsevier, 2000 – 14ª impressão.

PONTES, Reinaldo Nobre. Concepções de pobreza dos atores sociais na política de assistência social no período F.H.C. **Revista Katál.**, Florianópolis, v.13, n.2, p. 181-190, jul./dez. 2010.

ROCHA, Sônia. O programa Bolsa Família. Evolução e efeitos sobre a pobreza. In: **Economia e Sociedade**, Campinas, v. 20, n.1 (41), p. 113-119, abril 2011.

ROCHA, Sônia. Transferência de renda federais: focalização e impactos sobre a pobreza e desigualdade. In: **Revista Economia Contemporânea**. Rio de Janeiro, v. 12, n. 1, p. 67-96, jan./fev. de 2008.

ROCHA, Sônia. Pobreza e indigência no Brasil: algumas evidências empíricas com base na PNAD 2004. In: Nova Economia. Belo Horizonte, 16 (2), p. 265-299, maio/agosto de 2006.

ROCHA-COUTINHO, Maria Lúcia. **Tecendo por trás dos panos: a mulher brasileira nas relações familiares**. In: ---. Rio de Janeiro: Rocco, 1994.

PRADO, Danda. **O que é família**. In: ---. 1edição; São Paulo: Brasiliense, 1981, (Coleção Primeiros Passos, 50).

SARACENO, Chiara. **Sociologia da família**. In: ---. Lisboa: Editorial Estampa Ltda., 1996.

SARTI, Cynthia A. Famílias enredadas. In: ACOSTA, Ana Rojas e VITALE, Maria Amália Faller (orgs.). **Famílias: redes, laços e políticas públicas**. São Paulo: IEE/PUC, 2ª edição, 2005.

SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. *Educação e Realidade*. Porto Alegre: Faculdade de educação/UFRGS, v.6, n.2, jul/dez, 1990.

SCHERER-WARREN, Ilse. **Cidadania sem fronteiras: ações coletivas na era da globalização**. In: ---. São Paulo: Hucitec, 1999.

SILVA, Maria Ozanira S.; LIMA, Valéria Ferreira S. Avaliando o Bolsa Família: unificação, focalização e impactos. In: ---. São Paulo: Cortez, 2010.

SOIHET, Raquel; COSTA, Suely Gomes; e SOARES, Rosana M. A. A historiografia das mulheres, cultura e poder das mulheres: ensaio de historiografia. In: **Revista Gênero**, Núcleo Transdisciplinar de Estudos de Gênero – NUTEG, Niterói: EdUFF, 2000, v.2, n. 1, p. 07-30, 2 sem. 2000.

SPOSATI, Aldaíza Modelo brasileiro de proteção social não contributiva: concepções fundantes. In: **Concepção e gestão da proteção social não contributiva no Brasil**. --- Brasília: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, UNESCO, 2009, p. 13-56.

SUÁREZ, Mireya e LIBARDONI, Marlene. O impacto do Programa Bolsa Família: mudanças e continuidades na condição social das mulheres. In: VAITSMAN, Jeni e PAES-

SOUSA, Rômulo (orgs.). **Avaliação de políticas e programas do MDS: resultados**, Volume II: Bolsa Família e Assistência Social, Brasília, DF: MED; SAGI, Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome e Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação, 2006.

SUNKEL, Guillermo. El papel de La família em La protección social em America Latina. In: **Series CEPAL Políticas Sociales**, n. 120, abril 2006.

THOMPSON, E. P. **Costume em comum**. In: ---. Revisão técnica Antonio Negro, Cristina Meneguello, Paulo Fontes. – São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

VAITSMAN, Jeni; ANDRADE, G.; FARIAS, L. Proteção Social no Brasil: o que mudou na assistência social após a Constituição de 1988. In: *Ciência & Saúde Coletiva*, 14 (3), p. 731-741, 2009.

VARIKAS, Eleni. **O pessoal é político: desaventuras de uma Promessa Subversiva**. *Revista Tempo*, Rio de Janeiro, vol. 2, nº 3, 1997, p. 59-80.

VENTURA, Magda Maria. O Estudo de Caso como modalidade de pesquisa. In: **Revista SOCERJ**. Rio de Janeiro, Socerj, setembro/outubro de 2007, n.20(5), p. 383-386.

VIANNA, Maria Lúcia T. Werneck. A emergente temática da política social na bibliografia brasileira. **Boletim Informativo e Bibliográfico** de Ciências Sociais – BIB ANPOCS, Rio de Janeiro, n. 28, p 3-41, 2º semestre de 1989.

VITALE, Maria Amália Faller. “Famílias monoparentais: indagações”. In: **Revista Serviço Social e Sociedade**, n. 71, São Paulo: Cortez, 2002.

WOORTMANN, Klass. “Capítulo III – A rede de parentesco”. In: ---. **A família das mulheres**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1987 (p. 149-222).

YIN, Robert K. **Estudo de caso: planejamento e métodos**. In: ---. tradução Daniel Grassi. – 3ª edição – Porto Alegre: Bookman, 2005.

ANEXO

ANEXO A - ROTEIRO DO ESTUDO DE CASO

1. IDENTIFICAÇÃO:

Nome:
Sexo:
Bairro/Município:
Cidade de Origem:
Cor:
Idade:
Estado Civil:

Questões introdutórias:

Como você chegou em sua comunidade?
Você pode falar um pouco de sua história aqui?
Você gosta da sua comunidade? Por que?

2. MERCADO E TRABALHO

Situação atual:

- Ocupada
- Desempregada
- Inativa
- Já trabalhou antes

<p>Em caso de ocupada: <i>O que faz?</i></p> <p><i>Você trabalha de:</i></p> <ul style="list-style-type: none"><input type="checkbox"/> Carteira assinada<input type="checkbox"/> paga autonomia<input type="checkbox"/> não tem carteira assinada e não paga autonomia – por que <p><i>Quanto você recebe?</i></p> <ul style="list-style-type: none"><input type="checkbox"/> até ½ salário mínimo<input type="checkbox"/> mais de ½ salário até 1 salário mínimo<input type="checkbox"/> de 1 salário até 2 salários<input type="checkbox"/> de 2 salários até 3 salários<input type="checkbox"/> de 3 salários até 5 salários<input type="checkbox"/> acima de 5 salários <p><i>Quantas horas por dia você costuma trabalhar?</i></p> <ul style="list-style-type: none"><input type="checkbox"/> 4 horas p/dia<input type="checkbox"/> 6 horas p/dia<input type="checkbox"/> 8 horas p/dia<input type="checkbox"/> Mais de 8 horas p/dia<input type="checkbox"/> Trabalho só de vez em quando <p><i>Local em que trabalha:</i></p>	<p><i>Quanto tempo você leva para chegar no local do trabalho (da sua casa para o trabalho)?</i></p> <ul style="list-style-type: none"><input type="checkbox"/> 1 horas<input type="checkbox"/> entre 1 e 2 horas<input type="checkbox"/> entre 2 e 3 horas<input type="checkbox"/> entre 3 e 4 horas<input type="checkbox"/> Mais de 4 horas <p>Que horas você sai de casa:</p> <p>Que horas você chega em casa:</p> <p>-----</p> <p>Em caso de desocupada:</p> <p><i>Do que você e sua família vive?</i></p> <p><i>Qual o valor?</i></p>
--	--

Você dorme no local: () sim () não () já dormiu	
--	--

3. DOMICÍLIO

Situação do domicílio:

- () Casa própria. De quem?
 () Alugada
 () Cedida. Por quem?
 () Outros. Qual?

Situação da moradia:

TIPO DE SERVIÇO	SIM	NÃO
Acesso adequado a escoamento de esgoto sanitário		
Acesso adequado a água canalizada		
Água de poço		
Coleta de lixo adequada		
Energia elétrica		
Telefone fixo		
Televisão		
Geladeira		
Fogão		
Filtro de água		
Rádio		
Televisão à cor		
Freezer		
Máquina de lavar roupa		
Computador		
Computador com internet		
Celular		

4. EDUCAÇÃO

Grau de instrução pessoal:

- () alfabetização incompleta
 () alfabetização completa
 () primeiro grau incompleto
 () primeiro grau completo
 () segundo grau incompleto
 () segundo grau completo
 () superior incompleto ou mais

6. FAMÍLIA

Qual a renda de sua família?

- () até ½ salário mínimo
 () mais de ½ salário até 1 salário mínimo
 () de 1 salário até 2 salários
 () de 2 salários até 3 salários
 () de 3 salários até 5 salários
 () acima de 5 salários

Componentes da família

Número de componentes?

Relação de parentesco?

Número de filhos? Nome e idade?

Algum filho frequenta creche? () sim () não Quantos? _____

Algum filho frequenta a escola? () sim () não / () pública () privada

Algum filho mora com outra pessoa/parente?

Portadora de alguma deficiência? () sim () não Qual?

Tem algum filho com algum tipo de deficiência? () sim () não Qual? Idade:

Tem algum aposentado ou pensionista na família?

() Sim () não

Quantos? _____

Quanto ganha? _____

Quanto tempo você gasta com os afazeres domésticos:

() até 1 hora () até 2 horas p/dia () até 3 horas p/dia () até 4 horas p/dia () Mais de 4 horas p/dia () Trabalho só de vez em quando

SISTEMA DE PROTEÇÃO SOCIAL:

✓ *Estrutura física da comunidade em que vive:*

1. Sua comunidade tem tudo que você precisa? Justificar.
2. Que aspectos são positivos (bons) na sua comunidade?
3. Que aspectos são negativos (ruins) na sua comunidade?
4. O que precisa melhorar?

✓ *Geração de renda X gastos familiares:*

1. Como que você faz para conciliar o trabalho X cuidados com o filho e trabalho X cuidado com a casa?
2. O seu salário é suficiente para todos os seus gastos (individual) e de sua família? Por que? O que você faz quando o dinheiro não dá?
3. Quais são os principais gastos familiares (alimentação, roupas, gás, água, luz...)

✓ *Organização familiar:*

1. Quem é a sua família (quem você considera como sendo parte de sua família) e o que ela significa para você?
2. Qual a rotina diária sua família (o que você faz, seus filhos... diariamente)?
3. Quem fica com seus filhos na sua ausência (seja para trabalho, passear ou resolver algum problema)?
4. Como são divididas as atividades domésticas dentro de casa?

✓ *Acesso aos mecanismos de proteção social - públicos e privados:*

Em caso de algum problema/dificuldade (problemas de saúde, cuidado com seus filhos, falta de dinheiro), o que você faz? A quem você recorre?

✓ *Políticas Sociais - serviços e benefícios sociais:*

1. Quais instituições você conhece e mais acessa (creche, posto de saúde, hospital, escola) de seu bairro? Qual é o mais utilizado?
2. Você acessa algum programa assistencial do governo (bolsa família, BPC, PETI...)? Qual o valor? Como você conheceu esse programa? Em que ele te ajuda?

✓ ***Redes sociais:***

1. Em caso de necessidade, quem te dá mais apoio: sua família, parentes, vizinhos, amigos?
2. Que tipo de apoio você recebe deles?

ANEXO B – TABELAS COMPLEMENTARES

Tabela B.1 – Taxa de fecundidade, por cor ou raça das mulheres no Brasil – 2000/2010

Região	Taxa de Fecundidade (por cor ou raça)							
	Branca		Preta		Parda		Indígena	
	2000	2010	2000	2010	2000	2010	2000	2010
Brasil	2,05	1,63	2,80	2,12	2,75	2,12	3,88	3,88

Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2000/2010.

Tabela B.2 – Taxa de fecundidade total, por nível de instrução das mulheres no Brasil – 2000/2010

Região	Taxa de Fecundidade (por nível de instrução)							
	Sem instrução e fundamental incompleto		Fundamental completo e médio incompleto		Médio completo e superior incompleto		Superior completo	
	2000	2010	2000	2010	2000	2010	2000	2010
Brasil	3,43	3,09	2,25	2,54	1,46	1,34	1,13	1,14

Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2000/2010.

Tabela B.3 – Taxa de fecundidade total das mulheres de 15 anos ou mais de idade, por classe de rendimento nominal mensal domiciliar *per capita* no Brasil – 2010

Região	Taxa de Fecundidade (por salário mínimo)							
	Até ¼	Mais de ¼ a ½	Mais de ½ a 1	Mais de 1 a 2	Mais de 2 a 3	Mais de 3 a 5	Mais de 5	Sem rendimento
Brasil	3,90	2,67	1,88	1,30	1,10	1,07	0,97	2,03

Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2000/2010.

Tabela B.4 – População, total e de 60 anos ou mais de idade e proporção de idosos, Brasil – 1991, 2000, 2010

Ano	População		
	Total	De 60 anos ou mais	% de idosos
1991	146.917.459	10.722.705	7,3
2000	169.799.170	14.536.029	8,6
2010	190.755.799	20.590.597	11

Fonte: IBGE, Censo Demográfico 1991/2000/2010.